

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CULTURA E AFRODESCENDÊNCIA:
ORGANIZAÇÕES NEGRAS E SUAS
ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS
EM PORTO ALEGRE (1872-2002)**

Lúcia Regina Brito Pereira

Orientação: Margaret Marchiori Bakos

Dezembro de 2007

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CULTURA E AFRODESCENDÊNCIA: ORGANIZAÇÕES
NEGRAS E SUAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS
EM PORTO ALEGRE (1872-2002)**

Lúcia Regina Brito Pereira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora.

Orientação: Professora Doutora Margaret Marchiori Bakos

Porto Alegre, Dezembro de 2007

Lúcia Regina Brito Pereira

CULTURA E AFRODESCENDÊNCIA: ORGANIZAÇÕES NEGRAS E SUAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM PORTO ALEGRE (1872-2002)

Esta tese foi apresentada e julgada adequada para a obtenção do título de doutora em História e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientação: Professora Doutora Margaret Marchiori Bakos

Defendida em 11 de Janeiro 2008.

BANCA EXAMINADORA

Doutora Georgina Helena Lima Nunes
(UFPel/RS)

Doutora Leunice Martins Oliveira
(PUCRS)

Doutora Maria Helena Câmara Bastos
(PUCRS)

Doutor Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior
(UFRGS)

A Filha de Dona Lecy

Eu sou a filha da Dona Lecy
Mulher que mora no meu coração
E tudo aquilo que já construí
Foi resultado dessa criação
Se seja amor, o ensino foi seu
Se fiz sofrer
Ela não tem culpa
Esse meu jeito ela sempre entendeu
Eu sou assim e não tenho desculpa
Gostoso é seu empadão
E seu bolo de laranja
Tempera direito o feijão
E, na sopa ela esbanja
Respeito pra qualquer um
As rezas pra proteger
Olhar as pessoas de frente
Sem ter que temer
E se tenho educação
E se hoje estou aqui
Simplesmente por que sou a filha
Da Dona Lecy
E se eu for a sensação
E o sucesso explodir
Eu jamais vou deixar de ser a filha
Da Dona Lecy

(Leci BRANDÃO¹ - DVD Canções Afirmativas – Julho de 2006)

¹ Iniciou na Ala de Compositores da Escola de Samba da Mangueira na década de 1970. Primeira mulher a integrar a Ala de Compositores da Mangueira.

Estar no 'além', portanto, é habitar um espaço intermédio... Mas residir 'no além' é ... ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para reescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunidade humana, histórica; 'tocar o futuro em seu lado de cá'. Nesse sentido, então, o espaço intermédio 'além' torna-se um espaço de intervenção... (BHABHA: 2003, p. 27).

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida, que de modo decisivo deram a sua contribuição para que eu realizasse esta etapa do caminho: Nora, minha mãe, Tia Doracy, Vó Honorina, Tia Tótia (In memorian).

Ao Arthur – (*Onàymole*), pela certeza de que o mundo será melhor com a sua chegada!

Ao Rodrigo, meu eterno menino, ao Fabiano, à Karen e à Catrian, pela promessa que continua acesa!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Ford que, através de um Programa inédito no Brasil, proporcionou que eu integrasse a segunda turma do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação e, nesta categoria, tivesse condições de realizar este estudo.

À Fundação Carlos Chagas pela acolhida; à professora Fúlvia Rosemberg pela seriedade e profissionalismo; à Maria Luisa, minha pessoa de contato na Fundação Carlos Chagas, pela atenção durante o período em que fui Bolsista da Fundação Ford. Ao nomeá-las estendo os agradecimentos a toda a Equipe da Fundação Carlos Chagas pelo respeito e o carinho demonstrados.

À professora Margaret Marchiori Bakos por ter acreditado no meu sonho, pela orientação paciente, pelo profissionalismo, pela força e incentivo quando surgiram os problemas do caminho e as dúvidas sobre a realização deste estudo se fizeram presentes.

Aos colegas bolsistas da Fundação Ford pela alegria dos momentos de encontro. Neles, as trocas foram fundamentais. Em especial àqueles que passaram pelas frias terras gaúchas: Gláucia, Eliene, Laura Márcia, Marilene, Zé Raimundo, Jorge. Valeram os encontros nas ensolaradas tardes de sábado em que a regra era jogar conversa fora e dar boas risadas. Fica uma imensa saudade.

À equipe do *Spring International Language Center* da *University of Arkansas*, pela acolhida carinhosa. Aos colegas do curso - e do mundo - que proporcionaram uma rápida mas intensa interação cultural. À Maria Auxiliadora e ao Paulo, companheiros de viagem, pelo carinho.

À amiga Jacira Helena Perez, pelo incentivo e ajuda nos corredores da Secretaria de Educação; quando surgiram os problemas de indeferimento e de término da licença de

trabalho sua intervenção foi imprescindível! Ao amigo Osvaldo Ferreira dos Reis pelas conversas produtivas, pelas dicas. Valeu o incentivo.

À Sema e ao seu José por termos nos encontrado, por terem me adotado como “da família”; a partir daqui teremos mais tempo juntos.

Às pessoas que se dispuseram a colaborar com este estudo através de seus depoimentos: José Alves de Bitencourt (Lua), **Angola Janga**. José Domingos Alves da Silveira, **Pesquisador Popular**. Dr. José Luiz da Costa, **Clube Náutico Marcílio Dias**. Professora Maria Conceição Lopes Fontoura. **Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras**. Coordenadora Executiva Maria Noelci Teixeira Homero, **Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras**. Senhor Nelson Santana, Membro do Conselho Deliberativo da **Sociedade Floresta Aurora**. Presidente Nilo Alberto Feijó, **Associação Satélite Prontidão**. Oliveira Silveira, **Grupo Palmares**. Vanda Maria Menezes da Rosa, **Secretaria da Mulher do Estado de Alagoas**.

Ao Arilson dos Santos Gomes pela parceria, por entender a minha ausência estratégica e assumir com todo o empenho as tarefas do GT Negros. Através da amiga Elenir Marques agradeço aos demais integrantes do GT pelo constante estímulo.

À militante professora Jeruse Romão e à professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, grandes inspiradoras; ao professor Henrique Cunha Jr., ao professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso pelo conhecimento e atenção.

À Lou Zanetti pela revisão paciente e determinada desta tese.

Agradeço a todas e todos que não estão aqui nominados, familiares, amigos, conhecidos, colegas, militantes, certamente faltaria espaço, entretanto, direta ou indiretamente estiveram presentes nesta minha caminhada, neste meu projeto de vida, e de uma ou outra forma contribuíram com seu pensamento para a fluência positiva desta empreitada.

RESUMO

Esta pesquisa investiga e interpreta a construção de estratégias educacionais por afrodescendentes implementadas por várias organizações negras em Porto Alegre, RS, a partir dos finais do século XIX, ao longo da Primeira República, Estado Novo e respectivas redemocratizações, até o ano de 2002. Ao longo desse período, as organizações negras tiveram diferentes configurações, de acordo com seus contextos, suas formas de composição e suas reivindicações surgem a partir das condições, ou falta delas, advindas da sociedade mais abrangente. Essas organizações — de cunho religioso, de ajuda mútua, cultural ou, na perspectiva atual, de organizações não-governamentais — encerraram em si uma característica comum que se traduz na preservação da identidade e nas reivindicações para o estabelecimento de condições dignas de sobrevivência aos afrodescendentes. Devido à ausência de documentação da trajetória histórico-educacional da população negra, nos meios oficiais de divulgação, estatísticas, historiografia tradicional, esta investigação visa registrar esta história através de publicações específicas e de relatos de pessoas de referência, os quais permitem recuperar um perfil da atuação dessas organizações e fixar a memória daquilo que diz respeito a suas construções e reivindicações históricas e educacionais.

Palavras-chave: Organizações Negras – História — Educação de Negros – Estratégias Educacionais – Identidade – Ações Afirmativas

RESUMEN

Esta pesquisa investiga e interpreta la construcción de estrategias educacionales por afro-descendientes implementadas por varias organizaciones negras en Porto Alegre, RS, a partir de los finales del siglo XIX, a lo largo de la Primera República, Estado Nuevo y de las respectivas redemocratizaciones, hasta el año de 2002. Durante ese período, las organizaciones negras tuvieron distintas configuraciones, según sus contextos, sus formas de composición y sus reivindicaciones surgen a partir de las condiciones, o de su falta, con origen en la sociedad más amplia. Esas organizaciones de cuño religioso, de ayuda mutua, cultural o, en la perspectiva actual, de organizaciones no-gobernamentales encerraron en si una característica común que se traduce en la preservación de la identidad y en las reivindicaciones para el establecimiento de condiciones dignas de sobrevivencia a los afro-descendientes. Debido a la ausencia de documentación de la trayectoria histórico-educacional de la población negra, en los medios oficiales de divulgación, estadísticas, historiografía tradicional, esta investigación visa registrar esta historia a través de publicaciones específicas y de relatos de personas de referencia, los cuales permiten recuperar un perfil de actuación de esas organizaciones y fijar la memoria de aquello que dice respecto a sus construcciones y reivindicaciones históricas y educacionales.

Palabras-clave: Organizaciones Negras – Historia — Educación de Negros – Estrategias Educativas – Identidad – Acciones Afirmativas

ABSTRACT

This research investigates and interprets the construction of educational strategies by afro-descendants implemented by several afro organizations in Porto Alegre, RS, from the end of the XIX century, over the First Republic, the New State and the respective re-democratizing processes until the year 2002. Over this period, the afro organizations had different configurations according to their contexts, their forms of composition and their claims arise from the conditions or from their lack, coming from a broader society. Such organizations, either of religious nature, mutual aid, cultural or, under the current perspective, of non-governmental organizations, comprise a common feature that is translated into the preservation of the identity and into the claims for the establishment of fair survival conditions for the afro-descendants. Due to the absence of documentation of the historical-educational trajectory of the afro population in the official means of divulgation, statistics and in the traditional historiography, this investigation aims at registering this history through specific publications and reports from reference people, what allows recovering the performance profile of these organizations and setting the memory of what respects their constructions and historical and educational claims.

Keywords: Afro Organizations – History — Education of Afro People - Identity

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	12
LISTA DE FIGURAS	13
INTRODUÇÃO.....	15
1. CULTURA E AFRODESCENDÊNCIA.....	30
1.1 ESTRATÉGIAS PESSOAIS.....	41
1.2 OS CAMINHOS SE CRUZAM.....	48
1.3 A FAMÍLIA.....	72
1.4 EDUCAÇÃO E TRABALHO.....	77
2. AS ORGANIZAÇÕES	91
2.1 IRMANDADE DO ROSÁRIO.....	118
2.2 FLORESTA AURORA.....	125
2.3 “PRON, PRON, PRONTIDÃO, PRON, PRON, PRONTIDÃO”	132
2.4 MARCÍLIO DIAS.....	137
2.5 MARIA MULHER - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS.....	149
3. AS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS.....	161
ALGUMAS CONCLUSÕES.....	288
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	292
ANEXOS.....	302

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	170
TABELA 2	170
TABELA 3	171
TABELA 4	174
TABELA 5	255
TABELA 6	265
TABELA 7	266

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Apresentação senhor José.....	50
Figura 2. Acervo Acondicionado.....	53
Figura 3. Senhor José e a esposa dona Sema.....	54
Figura 4. Festa Gaúcha	73
Figura 5. Igreja do Rosário	121
Figura 6. Floresta Aurora	130
Figura 7. Satélite Prontidão	136
Figura 8. Marcílio Dias	139
Figura 9. Estatutos e Flâmula Marcílio Dias	140
Figura 10. Sede da Ilha Grande dos Marinheiros	142
Figura 11. Reportagem Clube de 1ª Grandeza	147
Figura 12. Reportagem Sede	148
Figura 13. Boletim Maria Mulher	150
Figura 14. Experiências em <i>Advocacy</i>	156
Figura 15. Dr. Carlos Santos	161

Figura 16. Grupo de Jovens Clube Marcílio Dias	164
Figura 17. Carnaval Floresta Aurora	194
Figura 18. Carnaval Floresta Aurora II	195
Figura 19. Estatuto União dos Homens de Cor	198
Figura 20. Jornal UGACÊ	201
Figura 21. Título de Sócio	202
Figura 22. I Congresso Nacional do Negro	205
Figura 23. Baile de Debutantes	207
Figura 24. Revista Tição	212
Figura 25. O Povo Negro no Sul	216

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa recupera e analisa a atuação de afrodescendentes e de organizações negras em Porto Alegre, no final do século XIX, passando pela Primeira República, Estado Novo e respectivas redemocratizações, atingindo o ano de 2002. Ao longo dessa periodização, as organizações negras assumem diferentes configurações, de acordo com seus contextos, as suas formas de estruturação e suas reivindicações, que surgem a partir das condições, ou falta delas, advindas da sociedade mais abrangente.

A escolha de organizações negras como objeto de investigação desta pesquisa decorre em função da histórica invisibilidade que sofre a população negra brasileira desde a sua chegada em terras brasileiras, a qual assume as mais diferentes características, desde questões básicas de sobrevivência — saúde, trabalho, educação, habitação — até o que poderíamos chamar de lacuna histórica, isto é, a supressão das ações dessa população como integrante e construtora do desenvolvimento da sociedade brasileira.

A análise das organizações escolhidas para esta pesquisa, a partir das décadas finais do século XIX até o ano de 2002, pretende dar visibilidade à história e à construção de estratégias educacionais realizadas por esses grupos organizados. A proposta é demonstrar que tais atitudes construíram uma identidade para o povo negro deste Estado da Federação Brasileira, tendo como referência a cidade de Porto Alegre, RS.

A tese que destacamos é a de que a construção de estratégias educacionais², criadas ao longo do período escolhido, se traduziam em formas de resistência e formação de identidade, assim, as organizações negras foram pioneiras em ações que denunciavam a realidade da omissão em implementar políticas por parte dos órgãos oficiais de ensino que abrangesse, de

² Conforme Charadeau (2006, p. 218): “O termo estratégia vem da arte de conduzir as operações de um exército sobre um campo de ação ... e por isso, passou a designar uma parte da ciência militar ou um objeto de ensino... Mas essa noção acabou tomando um sentido mais geral, designando toda ação realizada de maneira coordenada para atingir um certo objetivo. Fala-se, então, de estratégia eleitoral, estratégia comercial, estratégia política. Ela é empregada de maneira central nas diferentes disciplinas do pensamento: na teoria dos jogos, na psicologia cognitiva, na psicologia social e na análise do discurso”.

fato, toda a população. Ou, dizendo de outra forma, as estratégias educacionais criadas e implementadas em Porto Alegre, a partir do século XIX, e ao longo do século XX e do XXI, nos autorizam a afirmar que afrodescendentes e organizações negras foram pioneiros, no Rio Grande do Sul, na realização de Ações Afirmativas. Essas pessoas e organizações familiares de ajuda e solidariedade denunciaram a omissão de políticas de ensino por parte dos órgãos oficiais e salvaguardaram a identidade e a cultura dos afrodescendentes neste Estado da Federação Brasileira de forma exemplar e pioneira.

Temos presente, também, que houve uma produção de estratégias educacionais do Movimento Social Negro³. Em contrapartida, observamos, na atualidade, no sistema de oficial de educação, a ausência de elementos curriculares que identifiquem positivamente a população negra brasileira, e, em conseqüência, constatamos uma defasagem na trajetória escolar de estudantes negros em relação aos estudantes brancos.

Com o crescimento da denúncia⁴, no patamar institucional, percebemos, nas últimas décadas, um crescente número de leis⁵ que objetivam novas ações e propiciam a inclusão e a permanência com sucesso na escola dos diferentes segmentos da população. Diante desse

³ Como exemplo, nesta fase, década de 1970, em Porto Alegre houve a discussão, no Movimento Social Negro das seguintes estratégias: ultrapassar o papel épico, nas palavras de Edilson Nabarro, “de resistência cultural e alternativa de lazer e solidariedade” das organizações tradicionais, as desigualdades sociais encaminhavam para uma postura de denúncia contra a falsa democracia racial, reivindicação de melhores condições de vida para a população negra, exigência de respeito à identidade, criação do 20 de Novembro como o Dia da Consciência Negra em oposição ao 13 de maio.

⁴ Veja-se a respeito: Abdias do Nascimento, 1980; Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle, 1992; Eliane Cavalleiro, 1999, 2001; Fúlvia Rosemberg, 1998; Henrique Cunha Jr, 1998; Iolanda Oliveira, 1999; Joel Rufino dos Santos, 1979, 1980; Jeruse Romão, 1999, 2005; Kabengele Munanga, 1988, 1991, 1996; Lélia Gonzáles; Clóvis Moura, 1994, 1972; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, 2003; Vera Triumpho, 1991; Ana Célia Silva, 2002; entre outros.

⁵ Além das leis impeditivas criadas no período Colonial e Imperial relativas à educação dos negros que veremos mais adiante, as leis anti-racismo a que nos referimos são as que seguem: Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, art. 140, § 1º, 2º, 3º; Lei Afonso Arinos de 1951, que caracterizou a discriminação racial como contravenção; Constituição Federal de 1988, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º, I XLII; Lei Caó, Nº 7.716/89, que definiu os crimes resultantes de discriminação por raça ou cor; Lei Nº 9.459/97 (Lei Paim) que altera os artigos 1º e 2º da Lei Caó e acrescenta parágrafo ao artigo 140 do Decreto-lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, estabelece como crime a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional; Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997, art. 1º, I, c, que define os crimes de tortura e dá outras providências; Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente artigos 5º, 17, 18, 53, I e II; Decreto da Presidência da República de 13 de maio de 2002, instituiu no âmbito da Administração Pública Federal o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que estabelece a realização de metas percentuais de participação de afrodescendentes; Decreto da Presidência da República Nº 4.651 de 27 de março de 2003, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Lei 10.639/03 que obriga a inclusão de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Currículos escolares em todas as instâncias de ensino da Educação Básica.

quadro, procuramos observar e analisar como se constituiu e como se tem dado em Porto Alegre a intersecção de uma educação produzida no seio do Movimento Social Negro e o seu alcance na e para a sociedade, em particular na sociedade gaúcha. Portanto, esta tese tem o objetivo geral de recuperar e mapear numericamente experiências educacionais desenvolvidas por organizações negras em Porto Alegre, de 1872 — data de fundação da Sociedade Beneficente Floresta Aurora — até 2002 — data de criação do Projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui o Estudo da cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos da Educação.

Em decorrência do objetivo geral elaboramos os específicos:

- a) Identificação da atuação político-pedagógica a partir ações individuais de militantes negros.
- b) Levantamento de ações pedagógicas comuns de estratégias e inserção social para a preservação de processos identitários da Cultura Negra no Rio Grande do Sul, através de Organizações Negras sediadas em Porto Alegre, RS;
- c) Apresentação de breve histórico das organizações, nas quais os processos pedagógicos de ações de inserção social se criaram e se multiplicaram;
- d) Caracterização de formas diferenciadas de atuação social, através da participação em organizações religiosas — as irmandades —, clubes sociais e organização não-governamental;
 - e) Análise, a partir de relatos, da trajetória de militantes negros na defesa, inclusão e preservação dos valores histórico-culturais da comunidade negra gaúcha.

Além desses, serão foco de análise alguns dos mentores intelectuais oriundos dos movimentos sociais negros e pessoas não-integrantes de movimentos sociais instituídos, mas que, ao longo de sua vida, trabalharam no intuito de construir um patrimônio cultural que ultrapassa as suas necessidades individuais. Tal ação beneficiou e beneficia uma gama maior

de pessoas no Rio Grande do Sul, em especial da cidade de Porto Alegre, no período em estudo.

Julgamos importante, também, destacar alguns representantes do povo⁶ negro gaúcho que tiveram papel significativo em diferentes momentos, mesmo não pertencendo a uma organização em particular, a fim de identificarmos as estratégias utilizadas na implantação de ações concretas para a educação no período em questão. Esta forma de investigação justifica-se quando observamos que, em relação ao Rio Grande do Sul, a historiografia a respeito da atuação da população negra é esparsa e, em grande parte, descrita do ponto de vista da sociedade hegemônica. A abordagem histórica dessa região acabou por minimizar e omitir a atuação desse importante grupo como a gente participante e construtor de sua história e da sociedade.

O marco inicial de periodização desta pesquisa tem como referência o surgimento da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, em 1872. A importância dessa organização reside no fato de sua permanência na história da cidade de Porto Alegre, estando, até a atualidade, em plena atividade, e que, devido às conjunturas políticas do Brasil, ao longo do período escravista, enfrentou, na sua trajetória, períodos de maior ou menor atividade. Destacamos, igualmente, que ao longo de sua existência, tendo uma característica, aparentemente, festiva, a Sociedade Beneficente Floresta Aurora serviu de palco para várias ações de preservação da identidade de grupo. Por volta da década de 1970 do século XX promoveu vários encontros de formação com caráter político mais específico. A segunda data, o ano de 2002, tem por foco a tramitação do Projeto de Lei que propunha a inclusão do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Currículos da Educação Básica e sua indicação pelo Conselho

⁶ São eles: senhor José Domingos Alves da Silveira, historiador popular; ex-Diretor de Patrimônio do Clube Náutico Marcílio Dias; senhor Nilo Alberto Feijó presidente da Associação Satélite Prontidão; doutor José Luiz Pereira da Costa, ex-Secretário do Clube Náutico Marcílio Dias; professora Maria Conceição Lopes Fontoura, fundadora e ex-presidenta de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; bibliotecária Maria Noelci Teixeira Homero, Coordenadora Executiva de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras; senhor Oliveira Silveira, poeta e militante do Movimento Social Negro gaúcho; senhor José Alves de Bitencourt-Mestre Lua, militante do Movimento Social Negro gaúcho e Coordenador da Angola Janga; senhor Nelson Santana, integrante do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora. Vanda Maria Menezes da Rosa, Secretária da Secretaria Estadual da Mulher de Alagoas.

Nacional de Educação, em reunião do Conselho Pleno, com o propósito de alterar a Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As Hipóteses que buscamos comprovar nesta tese são as que seguem:

a) A educação sempre esteve presente nas propostas e ações das organizações negras brasileiras e gaúchas, em suas diferentes configurações de organização;

b) As organizações negras, em suas diferentes modalidades, tinham, em sua base, um caráter pedagógico por evidenciar a ligação existente entre a cultura e afrodescendência;

c) As mudanças político-conjunturais influenciaram a transformação e a configuração das organizações negras em Porto Alegre impelindo-as ou não de buscarem e a atuarem de forma diferenciada em busca de direitos e igualdade sociais. Em relação à descrição do nosso objeto de pesquisa, apresentamos as fontes que justificam a escolha do tema e permitiram o desenvolvimento do que vamos analisar, a partir de relatos de vida, a trajetória de militantes negros na defesa, inclusão e preservação dos valores histórico-culturais da comunidade negra na sociedade gaúcha, identificando a atuação político-pedagógica a partir de ações individuais de militantes, entre os quais: 1) José Domingos Alves da Silveira, historiador popular, ex-Diretor de Patrimônio do Clube Náutico Marcílio Dias; 2) Nelson Santana, integrante do Conselho Deliberativo da Sociedade Benficiente Floresta Aurora; 3) Nilo Alberto Feijó, presidente da Associação Benficiente Satélite Prontidão; 4) doutor José Luiz ex-secretário do Clube Náutico Marcílio Dias; 5) professora Maria Conceição Lopes Fontoura, fundadora e ex-presidenta de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; 6) bibliotecária Maria Noelci Teixeira Homero, atual Coordenadora Executiva de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; 7) professor Oliveira Silveira, poeta e militante do Movimento Social Negro gaúcho, um dos idealizadores do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”; 8) José Alves de Bitencourt (Mestre Lua), militante do Movimento Social Negro e coordenador de Angola Janga; 9) Vanda Maria Menezes da Rosa, militante do Movimento Social Negro e Feminista e secretária da Secretaria Estadual da Mulher de Alagoas.

d) Caracterização das formas diferenciadas da atuação social, através da participação em organizações religiosas — as irmandades — clubes sociais, culturais e, atualmente, organizações não-governamentais como processo cultural de resistência, preservação cultural e da identidade negras.

Particularmente, no nosso caso, o envolvimento com a pesquisa em si e com o tema, população negra, advém da nossa participação e militância no Movimento Social Negro Gaúcho⁷, decorrendo, daí, a nossa paixão e a implicação no tema que são justamente as dimensões que nos impulsionam a investigá-lo. Todavia, esse posicionamento não invalida o nosso entendimento de que a pesquisa, necessariamente, deva ser um veículo de contribuição, no melhor sentido do termo, para a sociedade e, em particular, para a população negra.

Quanto à justificativa do local da pesquisa, a escolha da cidade de Porto Alegre ocorreu em função da familiaridade e da proximidade de realização da pesquisa⁸ e, principalmente, pela escassez de estudos históricos na área educacional referentes à população negra nesse Estado e pelo nosso conhecimento prévio sobre as inúmeras fontes ainda disponíveis. A análise será feita a partir das próprias organizações negras, de como elas se estruturaram e construíram estratégias de identidade e processos educacionais ao longo da formação da sociedade porto-alegrense.

As reivindicações e produções pedagógicas das organizações negras encontram-se, em grande parte, na área da educação, questão também apontada por Pinto (1993) em estudo semelhante:

⁷ Integrante de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras; coordenadora do GT Negros: História, Cultura e Sociedade -ANPUH/RS; ex-coordenadora do Projeto Educação Afro-Brasileira da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

⁸ Foram colhidos dados através de entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com as organizações pesquisadas, da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e da Satélite Prontidão. Os documentos do Clube Náutico Marcílio Dias foram gentilmente cedidos do acervo particular do senhor José Domingos Alves da Silveira.

A extensa bibliografia... mostrou-me que a sua luta para ser reconhecido como cidadão pleno... quase sempre esteve articulada às suas reivindicações no campo da educação, seja em função que lhe era atribuída para a sua plena integração à sociedade, seja em função das críticas que lhe eram dirigidas em face da omissão do sistema educacional, frente às necessidades e especificidades do negro (PINTO, 1993, p.1).

É importante destacarmos que a metodologia de análise dessas estratégias percorrerá um caminho diferente do tradicional, construído por uma documentação oficial — de relatórios institucionais, jornais reconhecidos ou de grande circulação, cujos registros dão a visão da sociedade instituída, o que não revelaria, no nosso caso, a produção educacional produzida a partir da própria população e organizações negras⁹.

⁹ Foram importantes para a construção desta tese, além do aporte teórico sobre história oral, amparado em VANSINA, J.: 1982; ALBERTI, Verena: 2004; também, os cursos em que participei como ouvinte e apresentando comunicações, entre eles destaco: “X Encontro ASPHE – Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - “História da Cultura Escolar: escritas e memórias ordinárias”; no qual foi realizado o Curso: “**Por uma história da cultura escolar: memórias e escritas ordinárias**”; ministrado pela prof^a Dr^a Maria Teresa Santos Cunha – Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. Ementa: “*Relações entre história e memória: possibilidades e limites de uma intersecção. A utilização da dinâmica das lembranças para a criação de uma memória pela via do ensino. Cultura escolar: escritas ordinárias/objetos-reíquias. A escrita de formação: a escola e a entrada na cultura letrada. Artes de guardar: arquivos de escrita ordinária e escolar*”. Conteúdos: 1. **História e memória: pretéritos (nem tão) perfeitos:** História cultural memória: questões de teoria e método; A escrita e a memória: uma geografia de lembranças; Questões para a Historiografia da Educação: possibilidades de pesquisa. 2. **Cultura escolar e escrita cotidiana/ordinária:** Registros do fazer docente e discente; Cultura escolar na escrita do eu; As utilizações do impresso no cotidiano escolar (relatórios, boletins, revistas, jornais escolares): um olhar problematizado. 3. **Viver, escrever, arquivar:** Escrituras ordinárias: do caderno de receitas ao diário íntimo; Ícones da cultura escolar: objetos-reíquias, álbuns fotográficos, materiais e manuais escolares, memoriais de professores, etc; Artes de guardar: arquivos de escrita ordinária e escolar. Objetivos: a) Contribuir para viabilizar e historicizar os estudos sobre cultura escolar, a partir das escritas ordinárias e dos objetos-reíquias, na perspectiva das relações entre história e memória; b) Problematizar fontes, metodologia e marcos teóricos para investigação da memória histórica da escola brasileira na primeira metade do século XX; c) Criar condições para dotar de novos significados, os objetos e materiais produzidos/escritos no espaço escolar/cotidiano considerados como escritas ordinárias; d) Planejar propostas para que os estudos históricos sobre cultura escolar e escritas ordinárias se constituam em um vetor importante de investimento na consolidação de políticas públicas de salvaguarda e conservação desses materiais. “A história da Educação se constitui como uma disciplina, um campo de pesquisa em finais do século XIX. O campo de pesquisa envolve cursos de formação de professores, escolas normais, pedagogia e ensino associados ao estudo da escola. As características são a pesquisa “utilitária” para comprovar suas práticas e melhor intervir na atuação. Há uma relação direta e mecânica entre presente, passado e futuro. Associação com a Filosofia através dos Fundamentos da Educação. A história das memórias ou cultural critica o uso da palavra “resgate” devido a sua ligação ao Positivismo, visto que em história não é possível resgatar nada por inteiro. Demonizou seu uso porque está impregnada de um *ethos* religioso, de uma visão tradicional e romântica. Nas décadas de 70 e 80 do século XX criação da disciplina de História da Educação Brasileira com uma abordagem macroscópica, Marx, Althusser, Gramsci, inserção da categoria classe social. O desafio desta abordagem é entrelaçar o empírico com a teoria. Ainda neste período assistimos estudos referentes ao período colonial, estudos regionais ligados a um problema geral, investimentos na produção de livros didáticos e coletâneas e uso de fontes variadas. Em relação às escritas ordinárias há a construção de subjetividades como enfatiza Foucault. As “escritas de si” representam uma forma de minimizar a solidão e se constituem em diferentes lugares de memória: livros contábeis, diários de família, diários íntimos, livros de receitas, álbuns, cadernos escolares, etc”.

No curso além da indicação de como problematizar e ressaltar a importância dos estudos sobre a cultura escolar através das suas escritas, diferentes objetos, bilhetes, cadernos escolares, boletins, entre outros, ficou

Em outra dimensão de análise, na medida do possível, recorreremos à documentação das organizações negras, a fim de detectarmos o nosso foco de investigação. Essa documentação contém as produções destas instituições — atas, panfletos, cartazes, informativos, fotografias. Também utilizamos o recurso da entrevista, pois a documentação impressa das organizações negras, já mencionado, é um tanto rarefeita. Julgamos importante explicitar que o objetivo desta investigação é limitado pelo tempo e pelo espaço, assim, nosso propósito se restringe ao estudo de alguns casos, ao qualitativo entre organizações e depoimentos, ficando em aberto, para outro momento e para outros pesquisadores, um levantamento mais exaustivo e quantitativo de dados.

Os relatos terão peso considerável para o desenvolvimento da pesquisa, porque será através deles que poderemos entrelaçar as redes de saberes, a fim de conectá-las com os processos educacionais da sociedade mais abrangente. Para tanto, são pertinentes os seguintes passos metodológicos:

destacado que o objetivo é visibilizar e historicizar elementos carregados de significados, memórias, traços de vestígios de vivências e singularidades que se constituem como *cultura escolar* em diferentes temporabilidades e espaços de sociabilidade. Em relação à importância da metodologia para a composição do meu projeto de pesquisa alguns pontos foram significativos: a produção histórica da cultura escolarizada com objetos de pesquisa diferenciados pertencentes a este universo; indicação de uma metodologia de pesquisa e análise relativas a processos culturais. Mesmo o objetivo do meu projeto não estando ligado à cultura escolarizada oficial, a metodologia de pesquisa apresentada indica um processo amplo de trabalho com fontes específicas e diferenciadas as quais fazem parte da investigação em desenvolvimento. Outro ponto importante foi a definição do objeto de análise do projeto onde ficou estabelecido o ponto de identificação que se relaciona à construção de uma cultura pedagógica estabelecida fora do âmbito escolar oficial, daí a definição de educação popular.

Mesa Redonda 1 – “**Cultura escolar, escritas e memórias: possibilidades da pesquisa em História da Educação**”, Beatriz T. Daudt Fischer – Unisinos; Eliane Peres – UFPel; Maria Helena Bastos – PUCRS.
 Mesa Redonda 2 – Elomar Tambara – UFPel; Flavia Werle – Unisinos. Nestas mesas o destaque foi para o trabalho com fontes que enfatizam a memória e a necessidade de problematização para a correta conexão histórica, bem como, adequação das mesmas à teoria. As fontes destacadas nas diferentes pesquisas foram: cartas, diários, relatório de inspeção escolar, fotografias, quadros e álbuns de formaturas. Neste bloco foram incluídas as comunicações que tinham como tema gênero, raça/etnia, cultura e currículo escolar. Dentre elas destaco aquela que está próxima do meu objeto de pesquisa “*Memórias que fazem história: escritos de mulheres negras na luta por educação através do Jornal “A Alvorada”*”, de autoria de Jacira Reis da Silva da Universidade Federal de Pelotas-UFPel. A comunicação por mim apresentada foi “*Educação afro-brasileira e educação popular: resgate histórico de instituições negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1874-12002)*”, a qual consta dos anais do evento.

Mesmo o objetivo do meu projeto não estar ligado à cultura escolarizada oficial, a metodologia de pesquisa apresentada indica um processo amplo de trabalho com fontes específicas e diferenciadas as quais fazem parte da investigação que desenvolvida nessa tese. Onde destacamos a importância da metodologia para a composição do meu projeto de pesquisa entre os pontos significativos estão: a produção histórica da cultura escolarizada com objetos de pesquisa diferenciados pertencentes a este universo; indicação de uma metodologia de pesquisa e análise relativas a processos culturais.

a) através da observação de documentos das organizações, de entrevistas, de jornais recuperamos algumas das ações para investigar de que modo, na prática, as organizações negras acumularam, ao longo de suas trajetórias, questões pedagógico-educacionais não absorvidas pelo sistema oficial de ensino. Ou: o Brasil tem se comprometido, através de acordos internacionais¹⁰, a acabar com as diferenças socioeconômicas e culturais entre os grupos integrantes da sociedade brasileira. Assim sendo, as práticas educacionais construídas pelas organizações negras têm sido absorvidas pelos sistemas oficiais de ensino?

b) Nossa experiência com as evidências de personalidades ativas negras vem de longa data e é consolidada pela avaliação de depoimentos de membros da comunidade com diferentes níveis socioeconômicos, etários e de escolaridade. Em relação aos processos individuais de ação, destacamos algumas pessoas que são emblemáticas na história da sociedade brasileira, em especial oito representantes da sociedade gaúcha, e uma representante do Movimento Social Negro Brasileiro e de mulheres. Esse destaque se deve ao fato de essas pessoas terem construído estratégias que lhes possibilitaram ultrapassar um estado de vida imposto por uma trajetória de luta consciente e participante para chegar a outro, em busca de uma sociedade igualitária.

Nas entrevistas, procuramos saber de que modo os integrantes guardaram a memória coletiva dos antepassados e vivenciaram a sua formação escolar e a importância desta no conjunto de ações desenvolvidas como militantes e qual seu entendimento sobre o seu papel na formação da sociedade como sujeitos de ações constitutivas que caracterizam a maneira de ser, de lutar

pela sobrevivência da família negra enquanto raça, enquanto grupos étnicos específicos, enquanto representações culturais, das tradições que vinham de seus antepassados ... Nestas lutas elas organizavam, politizavam, conscientizavam criando consciência entre a população negra, ao mesmo tempo lutando por direitos de cidadania, guardando memória histórico-cultural, criando formas associativas,

¹⁰ Ver: Declaração sobre a raça e os Preconceitos Raciais – Aprovada e Proclamada pela Conferência Geral das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris em sua 20ª reunião, em 27 de novembro de 1978. Declaração de Princípios sobre a Tolerância – Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª Reunião, Paris, 16 de novembro de 1995. Conferência Mundial Contra o Racismo, a Intolerância Correlata, Xenofobia e todas as Formas de Discriminação, Durban, África do Sul, 2001, entre outras.

promovendo ações educativas, formando pessoas, desenvolvendo projetos culturais de música, dança, revivendo e recriando contos, lendas, mitos, hoje a nossa disposição sobre a qual reelaboramos, reinventamos, recriamos o patrimônio civilizatório africano da Diáspora (SIQUEIRA, 2001, p. 435).

Mediante essas dimensões, destacamos aspectos cognitivos, pessoais e de identidade de grupo, analisando em que medida se relacionam com a tomada de consciência de ser e estar no mundo e a inter-relação com a militância e com a ampliação das reivindicações para o todo social.

- c) Os registros visuais¹¹ aparecem nesta tese, pois existe uma significativa produção fotográfica pertencente a arquivos particulares, na qual se percebe parte do cotidiano e da organização social da população negra na cidade.

A fotografia, a partir da sua criação no século XV, sofreu um processo de desenvolvimento ímpar na história da humanidade. A fotografia foi *“progressivamente aperfeiçoada a partir do final do século XIX, e início do século XX, já é considerável a sua popularidade, alcançando um espaço nunca antes ocupado pelas artes em geral”*¹².

No século XX, caracterizado como o período da imagem e do som, a fotografia chegou como a grande invenção, e as técnicas visuais e sonoras experimentaram um grande desenvolvimento nos últimos cem anos. A fotografia é o produto final que incorpora em seus antecedentes vários elementos e se caracteriza como ... *a imagem, registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior, conjunto de elementos icônicos que compõem o conteúdo e seu respectivo suporte* (KOSSOY, 1989, p. 24)¹³.

¹¹Para um maior aprofundamento sobre fotografia e imagens como material empírico ver: Banishau Baczko, 1986; Gilberto Velho, 1969; Francisco Hernesto de Oliveira Martins, 1984; Boris Kossoy, 1989; Míriam Moreira Leite, 1986; Roland Barthes, 1984; Susan Sontag, 1981;

¹² PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **A fotografia na reconstituição histórica**. Porto Alegre, ago 1991. Relatório de Pesquisa. IFCH – Departamento de Ciências Sociais/PUCRS. Mimeo. **Escola Santo Antônio do Pão dos Pobres: retratos de uma instituição: 1950-1970**. Porto Alegre: IFCH, dez, 1991. Monografia de Bacharelado.

¹³A popularização da fotografia na atualidade é inegável, todos os grupos sociais dela podem usufruir. Em relação à fotografia servir como elemento de base para pesquisa histórica, ela como objeto de pesquisa sofre os mesmos problemas e limites que qualquer outro tipo de documento utilizado pelas ciências sociais, como no nosso caso e, em especial na pesquisa histórica.

A leitura de uma foto por si só não passa de uma imagem no tempo e no espaço; um tempo único, estático, que não se repetirá jamais. Entretanto, é possível, mediante algumas técnicas metodológicas, fazermos as ligações necessárias para dar vida e nexos ao documento fotográfico no qual estamos trabalhando. Entre o que vemos e o que está exposto em uma fotografia existe uma lacuna que poderá ser preenchida pelas técnicas de análise do material fotográfico, pelo tipo de máquina, tipo de papel, pela cor ou não da fotografia. A leitura pode se dar também pela análise do conteúdo da fotografia, as pessoas retratadas, o tema, o local retratado, estes procedimentos aliados a depoimentos e outros documentos nos ajudarão a desvendar muito do que está congelado no tempo e que ficou imortalizado. A fotografia é um ótimo material que pode auxiliar e compor com outras metodologias a releitura do cotidiano passado da população negra gaúcha.

d) Do material que nos dispomos a analisar constam periódicos e revistas produzidos pelas organizações negras: Jornal *União dos Homens de Cor*; *Quilombo*, jornal negro dirigido por Abdias do Nascimento; informativos do Clube Náutico Marcílio Dias: *O Dia*, *O Jurado*; Revista *Tição*, *Palavras de Mulher* – informativo de Maria Mulher–Organização de Mulheres Negras; informativo dos Agentes de Pastoral Negros/APNs; informativo Centro Ecumênico de Cultura Negra-CECUNE; e outras publicações de revistas, periódicos, e boletins em que haja referência a aspectos relevantes para a composição do nosso objeto de investigação.

Em relação à escolha do objeto de pesquisa temos em Jeruse Romão¹⁴ a grande inspiradora que nos direcionou a adentrar e buscar as trilhas educacionais da população negra, pois segundo ela, este é um caminho em que muito ainda há que se percorrer no resgate de sentidos e construções históricas que estão a espera de serem desvendados.

Stuart Hall (2003), nos direciona para uma análise epistemológica de perspectiva cultural como base para entendermos os processos de permanência e transformação em dado contexto

¹⁴ Núcleo de Estudos Negros-NEN, Série Pensamento Negro em Educação n^{os} 1 a 8, Florianópolis, 1999-2000.

social, onde se entremeiam o moderno e o tradicional, o efêmero e o permanente e as conseqüências processuais desse modus para os diferentes grupos.

Na conceituação das organizações, quem nos auxilia é Lapassade que assim as caracteriza: “*sistema de normas que estruturam um grupo social, regulam sua vida e seu funcionamento*” (LAPASSADE,1989).

Milton Santos¹⁵ nos propõe o trabalho de análise a partir de três dados de base... “*a corporeidade; a individualidade e a cidadania*”. A corporeidade encerra dados objetivos, empíricos da pesquisa; a individualidade comporta os dados subjetivos, nossa intencionalidade ou convicção no desenvolvimento da pesquisa; a cidadania reveste-se de dados político-pedagógicos capazes de intervir em determinada realidade para resgatar processos históricos, individuais ou coletivos.

Hélio Santos (2001), mediante a análise epistemológica de “*circularidade*”, nos encaminha para entender o “*círculo vicioso*” da situação da população negra no Brasil e nos oferece pistas de análise para ultrapassar a histórica e incômoda posição de exclusão em que se encontra, ainda hoje, a população negra brasileira¹⁶.

Tendo em vista que parcela significativa da população brasileira tem como herança cultural a oralidade nos baseamos em Joana Elbein dos Santos que define o processo, no qual

a oralidade é um instrumento a serviço da estrutura dinâmica Nagô. A dinâmica do sistema recorre a um meio de comunicação que deve se realizar constantemente. Cada palavra proferida é única. Nasce, preenche sua função e desaparece. O simbolismo semântico se renova, cada repetição constitui uma resultante única. A expressão oral renasce constantemente: é produto de uma interação em dois níveis: o nível individual e o nível social. No nível social, porque a palavra é proferida para ser ouvida, ela emana de uma pessoa para atingir uma ou muitas outras; comunica de boca a orelha a experiência de uma geração à outra, transmite o às concentrado dos antepassados a gerações do presente (SANTOS, 1986, p. 47).

¹⁵ SANTOS, Milton. “*As exclusões da Globalização: pobres e negros*”. In: FERREIRA, Antônio Mário: 2000, p. 9-20.

¹⁶ Agnes Heller, em **Uma teoria da história** nos brinda epistemologicamente com os processos temporais históricos, o “*estando agora*”, o “*agora*” e o “*agora mesmo*”, articulados ao particular e para terem sentido entrelaçam-se diretamente com o geral, o universal. Onde passado, presente e futuro coadunam-se em diferentes linguagens onde “*nenhuma é superior ou inferior: todas desempenham suas funções de modo adequado*” (1993).

Inicialmente, nos estudos sobre o negro, ele era visto como um estrangeiro e suas manifestações culturais tidas como exóticas. Para Carneiro, nem a posterior especialização e o aprofundamento dos estudos sobre o negro lhe alteraram a situação. O autor, em sua visão um tanto pessimista, diz: “*Estas duas atitudes – a de considerar o negro um estrangeiro e a preferência pelas suas religiões – desgraçaram os estudos do negro*” (CARNEIRO, 1964, p.104).

Houve, segundo Carneiro, uma mudança na ótica dos estudos sobre os negros a partir da intervenção da UNESCO, que patrocinou a pesquisa nos anos 1950, da qual também foi pesquisador. Aqui, as pesquisas tenderam para outro viés, “*Só agora tentamos uma reviravolta – encarar o negro como um ser vivo, atuante, ‘brasileiro’, em todos os aspectos de seu comportamento na sociedade*” (CARNEIRO, p.105). Mesmo reconhecendo a importante contribuição e avanço destes estudos, o autor enfatiza as lacunas de tais pesquisas devido à ausência de uma questão fundamental: “*os processos gerais e particulares, passados e presentes, de adaptação do negro ao tipo de civilização que se desenvolveu no Brasil*” (CARNEIRO, 1964, p.105), e conclui sua análise da produção destes estudos sugerindo procedimentos para qualificar as pesquisas.

O estudo científico dos problemas do homem brasileiro está na infância. Lutamos ainda com enormes lacunas no conhecimento do nosso país e, se às vezes a bibliografia é vasta nem sempre se reveste dos necessários requisitos para ser considerada fidedigna e útil. Estamos às cegas em muitos problemas e, em quase todos, o estudo científico precisa começar pelo reexame do material disponível – a partir da exatidão dos dados primários (CARNEIRO, 1964, p. 110).

Em relação ao processo educacional dos negros no Brasil, e que reforça a nossa busca pelas ações da população negra neste aspecto, quem nos dá as pistas para seguirmos este caminho é Henrique Cunha Júnior, pois, segundo ele,

a História da Educação presta um desserviço ao não registrar e não problematizar sobre a presença dos afrodescendentes nos sistemas educacionais e nas idéias sobre educação anterior aos anos 50 do século XX. As idéias falham ao apresentarem a presença dos afrodescendentes na educação somente a partir dos meados dos anos 1950 (2001, p. 7).

Outro aspecto de nossa pesquisa se reporta à literatura mais recente, na qual encontramos autores e intelectuais preocupados com a releitura da historiografia e que nos informam sobre aqueles que construíram e constroem a sociedade brasileira e têm registrado as estratégias e movimentos, individuais e coletivos, dos grupos considerados à margem do processo constitutivo da sociedade brasileira¹⁷.

Destacamos que existem, nesses registros, dados que foram importantes e muito contribuíram para o crescimento da consciência e organização do Movimento Social Negro no país, mas ainda são insuficientes no sentido de demarcar a ação de grupos e organizações que interagiram e interagem com o objetivo de buscar a equidade necessária para reverter a situação desprivilegiada em que se encontra a população negra brasileira em relação aos outros grupos¹⁸.

No segundo capítulo, apresentamos “*Afrodescendência: uma questão pedagógica*” a qual tem por finalidade caracterizar as organizações e os sujeitos envolvidos a partir de determinado local — na perspectiva a partir da ótica da cultura identificar processos objetivos e subjetivos de pertencimento dos sujeitos nas dimensões pessoais e coletivas e, a partir destas, intersectar com a arena onde se estabelecem os espaços de luta, tais como a constituição da família ampliada, as práticas religiosas, a criação e a preservação da festa, em que essas dimensões se concretizam nas formas de agir.

Aqui, igualmente, revisamos antigos depoimentos e apresentamos novos, cujo objetivo é destacar as semelhanças, as permanências e o que mudou em relação às reivindicações e estratégias de ação em relação à educação. Para tanto, fizemos um contato prévio com pessoas e organizações para lhes solicitar autorização por escrito para publicação das entrevistas e do material pesquisado.

¹⁷ Cardoso, 1991; Costa, 1989; Gorender, 1990, 1992; Fernandes, 1978; Freitas, 1977; Flores, 1993; Maestri Filho, 1979, 1983; Moura, 1972, 1994; Prado Júnior, 1989, entre outros.

¹⁸ Barcelos, 1993; DIEESE, 2000; Hasenbalg e Silva, 1992; INSPIR, S/D, entre outros.

Outra dimensão de nossa pesquisa refere-se à análise e à interpretação entre a relação escolar possível e a extra-escolar de alguns indivíduos que nos serviram de referência, a partir das evidências de suas participações, a fim de confirmarmos os critérios daquilo que caracterizam a trajetória educacional de parte significativa da população negra gaúcha e brasileira e, também, o que tem sido a regra, o da exclusão escolar. E, de outro lado, através de que estratégias algumas pessoas ultrapassaram as barreiras impostas e, apesar de exclusas do sistema educacional oficial, reescreveram uma história de luta e superações. As palavras de Márcio Barbosa ilustram a nossa intenção:

Fixar a memória não significa necessariamente afirmar o passado em detrimento do presente, mas sim recuperar aspectos que possam nos ajudar a olhar com mais segurança para o futuro

Fixar a memória significa conhecer um pouco mais de nós mesmos, enquanto povo e enquanto produtores de civilização (BARBOSA, 1998, apresentação).

No terceiro capítulo, apresentamos as organizações, com um breve histórico de sua formatação, características e seus objetivos de ação. Mostramos as estratégias e ações utilizadas pelas organizações para estabelecerem práticas educacionais, seja no sentido da denúncia, como o veto de crianças negras em escolas públicas,

os jornais publicaram a dias a traz, uma notícia que a todos deixaram perplexo, tratava-se de um menino de cor, cujos pais tiveram que ingressar com uma questão em juízo, afim de que o menino possa frequentar um estabelecimento de ensino (" 'A VOZ MARCILIENSE' EM DIA": 15 de fevereiro de 1956, nº 9),

ou a proibição de atletas negros em clubes onde desenvolviam suas atividades esportivas, seja na realização de ações práticas para romper com o silêncio, os estereótipos e os estigmas incrustados no seio da sociedade brasileira e gaúcha e também alertar e demonstrar aos órgãos oficiais institucionais algumas das formas possíveis de realização de um trabalho educacional efetivamente inclusivo.

1. CULTURA E AFRODESCENDÊNCIA

Este capítulo versa sobre alguns conceitos que julgamos importantes para a necessária intersecção da análise aqui desenvolvida. Relatamos fatos que foram importantes no desenvolvimento desta pesquisa, a apresentação de nossos depoentes e mostramos parte de suas vidas relacionada às suas trajetórias familiares e educacionais.

O processo de construção intelectual não nasce do nada; ele ocorre a partir de antecedentes, ou seja, outras pessoas pensaram formas de análise que, de acordo com suas concepções, melhor descreveriam seus objetos de pesquisa e estudos. Para tanto, é pertinente explicitarmos o conceito de afrodescendência, tomado de empréstimo a Henrique Cunha Jr. Justificamos essa escolha por entendermos que esta base possibilita uma análise ampla de nosso objeto de pesquisa, no qual o círculo se amplia, porém, sem perder o âmago da questão: rever ações de sujeitos que construíram e constroem a sua história dentro das possibilidades que se lhes apresentam.

Sobre as relações raciais no Brasil há um número significativo de produções¹⁹. Nosso intuito se restringe a nos incorporarmos nesse rol e contribuir para maior entendimento da questão, sabidamente uma contenda inacabada na discussão intelectual no país: o conceito de raça²⁰.

¹⁹ Para a realização deste trabalho foram importantes os autores: Henrique Cunha Junior; Homi Bhabha; Jeruse Romão; Luiz Cuti da Silva, Maria Aparecida Bento; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Stuart Hall; Kabengele Munanga; entre outros.

²⁰ Para a questão das relações raciais no Brasil ver: AZEVEDO (1987); CONRAD (1977); CARNEIRO (1948); CARDOSO (1991); DÁVILA, 20060; CHAGAS (1997); CUNHA JR. (2001); BASTIDES (1969); CHALOUB (1990); FERNANDES (1964, 1972); FREITAS (1977); GUIMARÃES (1999); GORENDER (1986); HASENBALG (1996); IANNI (1966,1978); MAESTRI (1979, 1982, 1988); MOURA (1972, 1983, 1988); MUNANGA (1996, 1988); NASCIMENTO (1980); NOGUEIRA (1985); RAMOS (1956); SCHWARCKZ (1987); SKIDMORE (1976).

Entendemos que as organizações negras aqui estudadas resultam das ações de sujeitos e pessoas identificadas com o conceito socialmente construído de raça, ou seja, o conceito de negro. Primeiro, porque é assim que essas pessoas e organizações se identificam. Segundo, porque há todo um círculo que criou uma estigmatização de um grupo social, no nosso caso, a população negra. Esse grupo é reconhecido pela sociedade abrangente em condições que não condizem com a sua real construção histórica e social. E está à margem dos benefícios daquilo que propugna uma sociedade democrática de fato.

Esses são os dois sentidos que justificam a nossa escolha pelo termo negro embasado nos estudos “africanidades” e “afrodescendência” de Henrique Cunha Jr.²¹, pois, segundo ele, “*ambos os conceitos pretendendo[pretendem] uma ampliação da avaliação da participação das populações de origem africana, na cultura nacional e nos sistemas educacionais*” (CUNHA JR, 2001, p.6).

A importância desses conceitos como meio de reflexão e análise deve-se à necessidade de “*apresentar um enfoque, de caráter específico, que recoloca a problemática da cultura na orientação dos temas educacionais para a sociedade brasileira*” (CUNHA JR, 2001, p. 7).

Quanto à questão da educação da população negra nos finais do período imperial e primeiros anos da República, é pertinente o questionamento de Henrique Cunha Jr. quando pergunta sobre a alfabetização e a escolarização de sua mãe, pai, avós e tias: “*O problema desta percepção poderia ser levado a questionarmos onde se educaram diversos afrodescendentes de renome nacional e internacional e que viveram no século XIX e início do século XX*” (CUNHA JR, p. 7)²². Isto leva a uma situação em que “*as idéias falham ao*

²¹Conforme Cunha Jr., “são fontes imprescindíveis para a elaboração destes conceitos os trabalhos de Muniz Sodré, Marco Aurélio Luz e Clóvis Moura, para a crítica cultural e historiografia brasileira. No campo internacional foram estruturais as leituras de Cheike Anta Diop, René Depreste, Edouard Glissant e dos intelectuais da Revolução Haitiana” (2001, p. 7).

²²O campo dos negros e seus descendentes na educação é amplo para investigação. A partir de algumas pistas, nos parece ser possível a releitura, em tempos mais remotos, desta trajetória aqui no Estado do Rio Grande do Sul, e na cidade de Porto Alegre e outras localidades. Encontramos estas pistas em Beatriz LONER, citando Elmar Bones COSTA. **História Ilustrada de Porto Alegre**: “A primeira escola de instrução primária foi fundada em 2

apresenta a presença dos afrodescendentes na educação somente a partir dos meados dos anos de 1950 [...]” (CUNHA JR, 2001, p. 7). Essa posição vem reforçar a idéia de trilharmos caminhos que, julgamos, nos revelarão as formas encontradas pelos negros nas lutas pela sobrevivência, reconhecimento e inclusão social.

Em relação a estudos sobre o negro é pertinente a análise histórica de Edson Carneiro (1964, p.5), ao se referir à produção de pesquisas no século XIX e meados do século XX, pois as que abordavam o negro no Brasil, no final do século dezenove e início da República, estavam limitadas a aspectos culturais ou folclóricos embasados na medicina legal e na antropologia social, portanto não traduziam a real participação dos negros como integrantes da sociedade. Ao analisar os primeiros estudos, relativos a diferentes períodos — período colonial, imperial e as primeiras décadas República — sobre o negro no Brasil, o autor os considera um tanto prejudiciais por não demonstrarem a efetiva participação dos negros na qualidade de integrantes da sociedade brasileira.

Não se procurou ver o negro na sua realidade presente, nem os mecanismos com os quais assumia os estilos de vida da nossa gente, mas o africano, um elemento estranho, com idéias, aparência e hábitos estranhos (CARNEIRO, 1964, p.103).

Assim, a visão das próprias organizações, como elas se pensam no agir e na sociedade tem esse caráter de re-alocação, é de suma importância para a história brasileira, como afirma Henrique Cunha Jr:

Os conceitos de afrodescendência e das africanidades brasileiras estão sendo elaborados para colocar-nos na história e na cultura brasileira, para exercermos na amplitude a pluralidade étnica necessária para aprendermos histórica e culturalmente o Brasil. Pluralidade étnica e cultural que não está até agora esboçada ou executada, apesar das tradições democráticas em dizer que são. As Africanidades e Afrodescendências servem de anteparo à sistemática da redução das interpretações históricas e culturais sobre nós (CUNHA JR, 2001, p.10).

O autor nos conduz para a descoberta de outra dimensão importante para a construção deste conceito, e tem por base a questão da descendência, neste caso a cultura africana,

de setembro de 1778, sob direção de um baiano, **pardo**, de nome Manoel Simões Xavier. Nesta escola ensinava-se a ler, escrever e contar durante um período de seis anos. ...” (LONER: 1999, p. 77, nota 37, grifo nosso).

reelaborada pelos descendentes dessa etnia no Brasil e, em conseqüência, tem em seu interior elementos desta matriz, o que o não a desqualifica, ao contrário, a enriquece, e nos leva ao

... reconhecimento da existência de uma etnia de descendência africana. Esta etnia tem como base comum dos membros do grupo as diversas etnias e nações de origens africanas e o desenvolvimento histórico destas nos limites condicionantes dos sistemas predominantes de escravismo criminoso e capitalismo racista. **Esta etnia não é única, é diversa, não se preocupa com graus de mescla interétnica no Brasil, mas sim com sua história** (CUNHA JR, p.11, grifo nosso).

Podemos relacionar esta questão ao problema da identidade brasileira, na qual o caldeirão de cores²³, construído desde o período escravista vem criando problemas de identidade na maior parte da população brasileira. Essa diversidade é tida e vista como fator de desagregação, e é utilizada pelos setores dominantes como fator de subjugação e sobreposição de uma cultura de matriz européia como única, verdadeira. As afrodescendências nos ajudam a entender o processo a partir de outro prisma, pois, a construção atual dos conceitos sobre o negro e África negra, ou raça tem uma dimensão temporal perpassada por uma cultura secular, que se confunde com os primórdios da humanidade.

As afrodescendências são diversas e não se constroem em termos de fenótipos, ou em conceitos biológicos filtrados por elaboração em torno da idéia de raça. Temos que notar que os africanos e descendentes são milenares na história da humanidade. Que o negro não, este é recente, como dominação. Que a palavra raça existe apenas há 250 anos, antes tinha outro significado, o de estrangeiro, aplicável a todos os grupos. ... o conceito de afrodescendência enfrenta os mesmos problemas que os de etnia, mas abre perspectiva de novas considerações sobre a participação diversificada dos afrodescendentes na sociedade nacional (CUNHA Jr, 2001, p. 11).

Dessa forma, a “reelaboração” permitida por estes conceitos de africanidade e afrodescendência se amplia não se limitando a se contrapor a uma visão dualista e eurocêntrica de cultura, mas mais do que isto, prima pela construção, apreensão a partir dos próprios sujeitos, pela identidade nacional a partir de alicerces culturais seculares.

²³ Termo utilizado por Hélio Santos (2001). No artigo “*Morenidade: modos de usar*”, além de outras dimensões, o autor Nelson do Valle faz importante reflexão sobre os critério de classificação de cor na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAUD) realizada em 1976 e compara os dados por ela fornecidos com a classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *branco, preto, pardo e amarelo*, cuja identificação foi realizada de forma fechada. A pesquisa de 1976 pede ao entrevistado que se autoclassifique em termos de cor, segundo o autor, na autoclassificação o termo pardo tem um ínfimo número de indicações se comparada com a pesquisa do IBGE de 1995. In.: *Estudos Afro-Asiáticos*, 30, dez, 1996, p. 79-95.

A idéia de reelaboração é importantíssima, ela tem o conteúdo da produção intelectual dos Afrodescendentes. Ela introduz a idéia do pensado, do nacional, do produzido através de bases civilizadas importantes.

A reelaboração é o elemento dinâmico, parte da compreensão de novas realidades e dos novos embates políticos, ela é produção do novo ... explica construções inexistentes nas culturas africanas e presentes nas africanidades brasileiras ... as bases constituidoras desta nova construção são dadas na diversidade cultural africana.

... a partir da reelaboração ... se descortinou um novo horizonte para pensar o Candomblé, a Capoeira Angola e os Quilombos. São antes de mais nada reelaboração da base africana. A reelaboração abriu caminho para pensar a idéia de culturas afrodescendentes e da existência de um conjunto amplo, indo do pensamento brasileiro à base material da cultura brasileira (CUNHA JR, idem, p. 12).

Assim, para concluirmos esta sessão recorreremos, ainda, a esse autor que nos ajuda a explicitar os objetivos na utilização deste conceito que é amplo e recupera as interações histórico-culturais da população negra brasileira, que ora analisamos, em que as dimensões das africanidades

são sistêmicas e dinâmicas... têm a preocupação com o Brasil, sem a necessidade de ser uma contraposição ao eurocentrismo. Ela procura compreender a dinâmica de base africana no universo do escravismo e do capitalismo racista brasileiros. ... pedem ... um aprofundamento das idéias da Europa e Ásia, para maior compreensão dos fenômenos da produção humana nos diversos continentes, das contribuições mútuas e menor idealização da Europa e da Ásia e mesmo da África (CUNHA JUNIOR: 2001, p. 13).

Dito isso, questionamos: Será que nesses interregnos de ação oficial, o Movimento Social Negro sofreu da mesma síndrome de abstinência? Não criou nada em termos educacionais? Ou, ainda, o que leva algumas questões cruciais a serem tão discutidas até sua definitiva implantação?

Daí, a pertinência de se buscar, e ainda há muito a percorrer, a descortinar, nos processos de construção da identidade histórico-social, a atuação do povo afro-brasileiro. Neste contexto, insere-se a necessidade de recuperação da memória, como nos sugere Cunha Júnior, do importante papel constitutivo, civilizatório e pedagógico representado pela simples existência, mas, principalmente, pelas ações das organizações negras que, ao longo dos tempos, tem sido relegado e omitido pelas instâncias oficiais. Registrar os caminhos de

construção e reconstrução dessas identidades no Brasil passa, necessariamente, pela releitura da ação desempenhada pelas organizações negras em nossa sociedade.

A busca de alguns indicadores educacionais serve, aqui, para visualizarmos o desenvolvimento oficial da educação no país. Esses dados nos darão a exata medida da necessidade ou não das organizações negras propugnarem e implementarem ações relacionadas à educação .

Os indicadores sociais nas regiões Sudeste e Sul registram, em termos de desigualdades, uma ascensão da população negra em relação às regiões Norte e Nordeste, onde a população negra é maior. Entretanto, apesar do desenvolvimento e do poder econômico daquelas regiões, a situação da população negra é substancialmente inferior em todos os níveis socioeconômicos e educacionais se comparados com os da população branca (ROSEMBERG, 1998, p.75).

Em relação ao Ensino Fundamental, em 1999, nas escolas estaduais, estavam nesse nível de ensino 79,1% do total de alunos matriculados²⁴. Do total de alunos matriculados, 16,75% a previsão era de que eles ficariam no Ensino Fundamental com 15 anos ou mais (CONSTITUINTE ESCOLAR, 1999, p. 28). As taxas de evasão e repetência ficavam em torno de 22%. No Brasil, os índices de fracasso escolar demonstram que de cada

100 alunos matriculados na primeira série, apenas 3, isto é, 3% vão se graduar sem nenhuma repetência em sua trajetória escolar, ou seja, em oito anos, a persistirem essas taxas atuais e tentando projetá-las para o futuro, teremos uma geração com o 2º grau completo somente no ano de 2100 (SILVA, 1997, p. 29).

²⁴ CONSTITUINTE ESCOLAR. Porto Alegre, Secretaria de Estado da Educação, 1999, p. 28. Caderno 2.

No ano de 1999, as estatísticas mostravam que três milhões de crianças e jovens brasileiros na faixa etária de sete a 14 anos não tinham acesso ao Ensino Fundamental. No Rio Grande do Sul, com a mesma idade, estavam fora da escola 92 mil crianças. A taxa de analfabetismo no estado atingia, nesse período, 646 mil pessoas. Dos jovens com idade entre 15 e 19 anos menos de 50% freqüentavam o Ensino Médio.

Nesse ponto, a pesquisa esbarra em problemas difíceis de serem contornados, como os que dizem respeito à variável de dados por cor ou raça, pois, mesmo após inúmeras reclamações feitas aos órgãos oficiais existe imprecisão e demora na divulgação dos dados. O Ministério da Educação só recentemente, em 2004, incluiu a variável cor no censo escolar, o que igualmente ocorre no Rio Grande do Sul. Contudo, tem havido resistência por parte de alguns estados brasileiros em relação à inclusão dessa variável em seus documentos. A desculpa para tal procedimento está na dificuldade da auto-identificação e na discordância com as categorias oficiais — branco, preto, pardo, indígena e amarelo — utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Esse procedimento, segundo HASENBALG, escamoteia a real situação dos grupos historicamente excluídos, e

tudo se passa como se o Brasil fosse uma sociedade racialmente homogênea ou igualitária, onde os grandes vilões da história, em termos de acesso diferencial à educação, são as desigualdades de classe e status socioeconômico (HASENBALG & SILVA, 1992, p. 5-12).

Em relação ao tema raça e mobilidade social, “a literatura sociológica sobre relações raciais tem chamado a atenção para o papel desempenhado pela educação no processo de mobilidade social de brancos e não-brancos” (HASENBALG & SILVA, 1992, p. 5-12).

Na relação entre escolaridade, condições habitacionais e de trabalho encontramos estratégias pertinentes de investigação em pesquisa realizada na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, por Iolanda Oliveira²⁵. Em seu estudo, a autora parte de “conhecimentos

²⁵Iolanda Oliveira é mestre em Educação, UFF e doutora em Psicologia Escolar, USP, professora da UFF; consultora da Fundação Ford; Associação Nacional de Pesquisa em Educação-ANPEd e Ação Educativa.

espontâneos porque o sistema de ensino não inclui a questão racial nos currículos escolares”. Ela demonstra a partir dos indicadores habitação-trabalho, “o que pensam crianças e jovens em face às desigualdades raciais na sociedade brasileira” e como se processam as “reelaborações sobre racismo e o preconceito de parte de indivíduos em processo de formação” (1999, p.15). De acordo com essa pesquisa, as condições socioeconômicas das regiões geográficas das famílias de origem confirmam, em parte, que crianças e jovens negros estão sujeitos a maiores dificuldades em decorrência do quadro de pobreza em que se encontram, fazendo com que tenham de trabalhar mais cedo, provocando o abandono ou prejudicando seu desempenho escolar, como poderá ser visto no ítem 2.1 das Estratégias Pessoais, do presente estudo.

As pesquisas que demonstram a defasagem escolar da população negra são importantes à medida que ilustram outra dimensão do problema que justifica essa investigação. O estudo realizado em 1987, no estado de São Paulo, por Rosemberg (1998, p.81-82) demonstra que

havia menor proporção de atraso escolar entre alunos brancos do que entre negros, mesmo quando se comparam entre si crianças/adolescentes provenientes de famílias com mesmo nível de renda familiar e com mesmo índice de participação no mercado de trabalho.

Outros dados da mesma variável dizem respeito ao Rio Grande do Sul, onde dispomos de pesquisa realizada na cidade de Pelotas, no ano de 1994, a qual aponta que o índice de evasão e reprovação no primeiro grau para a rede pública alcançou o índice de 32,3% e para a rede particular 10,7%. Os autores, frente a este quadro, questionavam: “por que o fracasso escolar é maior na escola pública?” Esta pesquisa revela dados que nos indicam que as relações raciais na escola gaúcha foram, e ainda o são, invisibilizadas e, assim, contribuem sobremaneira para a manutenção dos padrões excludentes.

Em relação aos professores pesquisados por Silva (1997), na segunda metade dos anos 1990, na cidade de Pelotas, tanto negros quanto brancos, a maioria negou veementemente que

houvesse, em suas práticas ou na escola, ações discriminatórias. Ficou evidenciado, igualmente, a indiferença ou desconhecimento na maior frequência de reprovação para crianças negras. As causas do insucesso são centradas no aluno “diferente ou deficiente”, na estigmatização da família, a qual é considerada desinteressada e desestruturada, e às suas condições socioeconômicas (SILVA, 1997, p. 37-38). Nessa linha, são descritas a macroação e a reprodução dos estereótipos, pois, conforme nos ensina Eliane Cavalleiro,

no cotidiano escolar, são muitos os profissionais que não percebem os conflitos raciais entre alunos e também não compreendem em que momentos ocorrem atitudes e práticas preconceituosas que impedem a realização de uma educação democrática (CAVALLEIRO, 1999, p. 51).

Esses indicadores devem ser observados e analisados porque

a ausência da temática racial no planejamento escolar impede a promoção de boas relações entre os elementos que integram o cotidiano da escola. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece para que as diferenças sejam entendidas como desigualdade e o negro como sinônimo de desigual e inferior (CAVALLEIRO, 1999, p. 51).

Nessa outra variável de análise, no ano de 2000, foi realizado um levantamento preliminar do percentual de educandas e educandos afro-brasileiros nas 1.034 escolas gaúchas e constatamos a presença desses estudantes em 59,29% delas. Das 642 escolas que declararam a presença de estudantes afro-brasileiros, em 68 delas encontramos a presença majoritária de educandos negros, ou seja, acima de 50%. Entre as escolas com mais de 90% de educandos afro-brasileiros, parte delas está localizada em áreas rurais ou em terras remanescentes de quilombos.

Realizamos levantamento semelhante nos vinte e nove municípios do estado que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Domicílio - PNAD/IBGE de 1996, apresentavam

significativa presença de população negra e constatamos que abrigavam os mais altos percentuais de evasão e repetência escolar.²⁶

Na obra do professor Carlos Rodrigues Brandão²⁷ sobre educação popular, encontramos acontecimentos que demonstram o paradoxo em que vive a sociedade brasileira no que diz respeito à educação inclusiva, e destacamos o caso a seguir, sobre a atividade²⁸ relacionada aos 160 anos do *Massacre de Porongos*²⁹. O fato relacionava-se ao painel sobre o *Massacre de Porongos*, onde foi apresentada a história do evento e teve a mediação do sociólogo Luiz Mendes e da professora Carmen Amora³⁰. Quanto a esta última, representante do sistema estadual de ensino, questionada sobre a Lei 10.639 de janeiro de 2003 que estabeleceu a

²⁶ Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande Sul, levantamento realizado entre os anos de 1999 e 2000, pelo Departamento de Planejamento, Divisão de Informática, 06/09/2000. Este levantamento foi realizado por indicação do Núcleo de Educação Afro-Brasileira da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento Pedagógico, do qual fui coordenadora de 1999 a 2002. O objetivo de tal demonstrativo era para servir de subsídio às discussões internas e para as nove pré-conferências da Comunidade Negra realizadas no decorrer do ano de 2001 no Estado, e, conseqüentemente, servir de base para a “1ª Conferência Estadual da Comunidade Negra - Preparando Políticas Públicas no Combate à Discriminação Racial”, ocorrida em 17 e 18 de novembro de 2001, na cidade de Caxias do Sul. O documento foi distribuído para os departamentos e para as regionais da Secretaria da Educação.

²⁷ Graduado em Psicologia, Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília, Doutor em Educação pela USP, é Livre Docente em Antropologia do Simbolismo pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, lecionou na UNB, UNICAMP, USP e Universidade Federal de Goiás, tem como base de seu trabalho a educação popular.

²⁸ Seminário sobre os Lanceiros Negros, realizado na Casa de Cultura Mário Quintana, Porto Alegre, em 20/04/04. Sobre o Massacre dos Porongos, ver : Flores, 2004, Hasse, 2005.

²⁹ Porongos, região do pampa gaúcho localizada no atual município de Pinheiro Machado, RS. Nela, durante a Guerra dos Farrapos, (1835-1845), ocorreu o episódio conhecido como **Massacre dos Porongos**, na noite de 14 de novembro de 1844, morreram entre 600 a 700 escravos negros pertencentes a fazendeiros interessados na independência da província que serviam como lanceiros na linha de frente das tropas farroupilhas. O massacre foi ocasionado a partir de uma ordem de desmobilização dada pelo General David Canabarro, que fez com que os lanceiros fossem desarmados e surpreendidos pelas tropas imperiais. A região foi tombada pelo governo federal, por iniciativa do Projeto Memorial dos Lanceiros Negros, para abrigar Sítio Histórico dos Lanceiros Negros. Lanceiros Negros, unidade militar criada em 1836 na cidade de Pelotas/RS, igualmente, atuou com destaque na Guerra do Paraguai ocorrida entre os anos de 1864 a 1870. Conforme LOPES: 2004, p. 313-539. O número de mortos é diferenciado segundo artigo na *Revista Tição*, 1979, encontramos a seguinte referência sobre os negros farroupilhas: “Na Revolução Farroupilha – 1835 a 45 – tomaram parte os famosos lanceiros negros, integrando o exército farrapo. Havia dois corpos de lanceiros, cada um deles totalizando 426 homens, divididos em oito companhias. O mais célebre é o Primeiro Corpo de Lanceiros Negros 'organizado e instruído pelo coronel Joaquim Soares' e depois pelo major Joaquim Teixeira Nunes ... Teve atuação decisiva na batalha do Seival em 1836 e parte dele estava na retirada de Laguna. Em 1844, na Surpresa de Porongos, os lanceiros negros 'salvaram a Revolução Farroupilha do desastre total'. Com o ataque inesperado dos imperiais, houve uma debandada geral, cabendo à negrada agüentar a barra no peito e na raça. Dos 100 mortos farroupilhas, 80 eram lanceiros negros... Escreve Moreira Bento: 'Dos lanceiros negros acreditamos que tenham restado mais de 120, que após a paz de Ponche Verde' (em que deveriam ser libertados todos os cativos que serviram aos farrapos) foram mandados pelo Barão de Caxias adir aos três regimentos da cavalaria de Linha da Província'. Dentre em breve iriam lutar no Uruguai e Argentina na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Quer dizer, saíram de uma para entrar em outra, até morrerem todos. E essa era a sua liberdade” (p. 13).

³⁰ O sociólogo Luiz Mendez é coordenador do Grupo Cândido Velho da cidade de Guaíba/RS, e integrante do Projeto Memorial dos Lanceiros Negros. A professora Carmen Amora, à época, era coordenadora da Educação Afro da Secretaria Estadual de Educação.

obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, respondeu que estavam planejando para o segundo semestre daquele ano ações de formação continuada com as Coordenadorias de Educação³¹. Segundo suas palavras, “*esta ação deve ser bem pensada para não criar algo segregador, não podemos esquecer dos alunos não-negros*”.

Relacionando essa fala com as idéias e os princípios para uma educação formadora de pessoas cidadãs, propostas por Brandão, destacamos a ausência e a inconstância no trato com a cultura, tanto indígena quanto negra, no sistema de ensino brasileiro. Mesmo com a Lei 10.639, sancionada no ano anterior ao referido evento, o que observamos, em nível governamental, naquele momento, foram intenções tímidas ligadas ao planejamento e elaboração de projetos.

Isto nos faz pensar como algumas coisas no país são efêmeras e decisões que deveriam ser de Estado tornam-se medidas de governos. No Estado do Rio Grande do Sul, há 20 anos foi instituído, por decreto, o projeto “*O Negro e a Educação*”. Esse trabalho teve algum desenvolvimento oficial no período em que foi criado, no ano de 1988, e retomado informalmente na gestão do governo da Frente Popular³². Ou seja, a cultura negra não é incorporada nas instâncias educacionais do Estado e nem absorvida pelas diferentes gestões; ela não se institucionaliza.

É necessária uma pequena mostra do quadro educacional no Brasil para comprovar e justificar a nossa posição de que há, na sociedade brasileira, uma via de mão dupla, pela qual se propaga, de um lado, a igualdade, a universalidade, mas de outro, esta não atinge a todos os grupos de maneira equânime. Surge, daí, a necessidade de os grupos alijados dos bens mínimos de direitos abrirem caminhos que rompam com o status imposto pelos grupos dominantes. A seguir, apresentamos as estratégias adotadas na trajetória de pessoas

³¹ Coordenadorias de Educação são trinta representantes da Secretaria de Educação nas diferentes regiões do Estado.

³² Gestão Governo Olívio Dutra, 1999-2002.

emblemáticas no caminho rumo à direção correta e única, a fim de observarmos como ocorreu o desenrolar de sua vida escolar, e quais razões as levaram a exercer algum tipo de militância.

1.1 ESTRATÉGIAS PESSOAIS

O item anterior descreve a exclusão histórica da população negra dos bancos escolares oficiais. Neste, transcrevemos os depoimentos de pessoas negras que confirmam esta exclusão. Dada a ausência da trajetória histórico-educacional da população negra nos meios oficiais de divulgação — estatísticas, historiografia tradicional ou publicações específicas, — incluímos, também, como objeto de análise, os relatos de pessoas de referência que nos permitem traçar um perfil de sua atuação quanto a suas trajetórias educacionais, construções e reivindicações históricas.

Ao continuarmos em busca da experiência escolar e extra-escolar de algumas pessoas, citamos o militante José Correia Leite, a escritora Carolina de Jesus, a ministra Benedita da Silva, José Domingos Alves da Silveira, historiador popular, ex-Diretor de Patrimônio do Clube Náutico Marcílio Dias; senhor Nilo Alberto Feijó presidente da Associação Satélite Prontidão; doutor José Luiz Pereira da Costa, ex-Secretário do Clube Náutico Marcílio Dias; professora Maria Conceição Lopes Fontoura, fundadora e ex-presidenta de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; bibliotecária Maria Noelci Teixeira Homero, Coordenadora Executiva de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras; Oliveira Silveira, poeta e militante do Movimento Social Negro Gaúcho; José Alves de Bitencourt-Mestre Lua, militante do Movimento Social Negro Gaúcho e Coordenador da Angola Janga; senhor Nelson Santana, integrante do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora; Vanda Maria Menezes da Rosa, Secretária da Secretaria Estadual da Mulher de

Alagoas, as quais julgamos serem emblemáticas para que possamos rever e valorizar o caminho e as ações por elas empreendidas.

Na incursão pelo tempo, nessa releitura dos aspectos da história brasileira e gaúcha, valemo-nos do pensamento da professora e militante Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva³³ que pesquisou a trajetória de operários negros no Rio Grande do Sul:

As lembranças, embora pessoais, não são limitadas à própria pessoa, abrangendo seu grupo social, estão situadas numa época, se deslocam num espaço preciso e, em se tratando de lembranças de trabalho, revelam e esclarecem estruturas econômicas, condições de trabalho, relações entre operários, entre estes e seus patrões, além de desvelar visão do mundo, compreensão da vida e dos homens (SILVA: 1987, apresentação)³⁴.

Justificamos a atenção de nossa análise nos aspectos educacionais porque, atualmente, conforme Célia Marinho de Azevedo, é nesta área que estes estudos têm sido base para um grande número de pesquisas,

no campo da história da educação, as razões para se dar atenção a esse tipo de escritos também são bastante evidentes ... esses estudos de história da educação estão se beneficiando de transformações mais amplas na área da história e, mais precisamente de uma estória de culturas também política e social que se tem dedicado a recortar o tema das práticas da leitura e da escrita, bem como dar atenção especial à questão de gênero ... (AZEVEDO, 2004, p. 9).

Nessa ótica, inserimos a história educacional da população negra que se diferencia do grupo hegemônico, em grande parte devido ao fato de os registros serem limitados, pois há um

³³ Gaúcha, integrante do Coletivo de Educadores Negros/APNs. Docente da Universidade Federal de São Carlos/SP. Participa da Coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros desta Universidade, foi Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, por indicação do Movimento Social Negro. Foi Relatora no Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF do Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Currículos da Educação. Projeto nº 23001.000215/2002-96; Conselho Nacional de Educação 3/2004, aprovado em 10/03/2004. Processo nº 23001000215/2002-96. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasília/DF: Outubro de 2004).

³⁴ Célia Marinho de AZEVEDO enfatiza, ainda, os paradoxos observados em muitas pesquisas sobre a cultura negra onde são menosprezados alguns aspectos: ... silencia-se sobre uma parcela da população afro-brasileira que viveu no mundo das elites ilustradas brancas em plena era da escravidão. Por que haveríamos de deixar de lado as vozes de intelectuais, artistas e políticos descendentes de africanos que conviveram com uma elite de homens de letras, orgulhosa de sua ascendência européia? (2004, 79).

vácuo, principalmente, no que se relaciona aos dados oficiais. Assim, a memória, através de alguns registros e depoimentos atuais, servirá para o desenvolvimento de nossa busca.

Ainda em relação ao século XIX, exemplificamos nossa descrição com Antonio Pereira Rebouças³⁵, pois a sua trajetória reflete muito a contradição do processo educacional e as relações raciais no Brasil.

Lembramos que a educação no período Colonial não era prioridade da Coroa, principalmente, naquilo que se referia à colônia. Mais tarde, no Império, a situação não era diferente, ainda que a Constituição de 1824 resguardasse em seu artigo 179, parágrafo 32, “*a todos os cidadãos a instrução primária gratuita*”. Sabemos que esta prerrogativa de cidadania estava limitada a poucas pessoas, pois não incluía os escravizados e os negros libertos, os quais constituíam a maior parte da população brasileira naquele período³⁶.

Em relação aos anos finais do Império e ao raiar da República, o autor Marcus Vinícius Fonseca sintetiza o panorama forjado para a educação dos negros ao longo desse período e nos dá pistas para o que viria a se constituir na educação voltada para a população negra:

A educação foi valorizada como um instrumento capaz de construir o perfil ideal para os negros em uma sociedade livre, garantindo que estes continuariam nos postos de trabalho mais baixos do processo produtivo e que não subverteriam a hierarquia racial construída ao longo da escravidão, pois essa hierarquia era fundamental para o país que, apesar da diversidade racial de sua população, objetivava manter vivas a suas origens européias e retratando a si mesmo como uma nação cujo destino era edificar um futuro que deveria se assemelhar às nações do chamado Velho Continente (FONSECA, 2002, p. 59).

A reflexão sobre o que era forjado em termos educacionais para a população negra nos impulsiona a buscar as formas pedagógicas e educacionais da comunidade negra que se assenta, também, na releitura de alguns depoimentos de militantes, nos quais destacamos as preocupações em relação à educação oficial escolarizada por entendermos que a educação

³⁵ MATTOS, Hebe Maria e GRINBERG, Keila. “*Lapidário de si: Antônio Pereira Rebouças e a escrita de si*”, In: GOMES, op cit, p. 32-33. Antônio Pereira Rebouças, aprendeu o ofício de advogar trabalhando em escritórios de advocacia, não frequentou a universidade, teve seu ofício reconhecido pelo Imperador, tornando-se mais tarde um dos juristas mais importantes do Império.

³⁶ Conforme Constituição de 1824.

“refere-se ao processo de construir a própria vida que se desenvolve em relações entre gerações, gêneros, grupos raciais, com a intenção de transmitir visão de mundo, repassar conhecimentos, comunicar experiências”³⁷. É importante ressaltarmos que a memória dos depoimentos apresentados tem uma dimensão na qual destacamos a

perspectiva africana, como construção da vida própria que tem sentido no seio da comunidade, e visa não apenas o avançar de cada um individualmente. O crescimento das pessoas tem sentido quando representa o fortalecimento para a comunidade a que pertencem (SILVA, 2003, p. 181).

Entendemos que as ações individuais apresentadas neste estudo ultrapassam o caráter individual, inserindo-se na idéia de que a subjetividade está a serviço da coletividade.

Entre os depoimentos revisitados, em relação às décadas de 1930 e 1940 do século XX, destacamos o de José Correia Leite³⁸, o qual nos permitiu levantar algumas questões presentes no interior do Movimento Social Negro: educação e escolaridade, as dificuldades econômicas, a conscientização e a escolha pela militância, os problemas enfrentados na organização de entidades representativas, a confecção de jornais, o empenho na construção de estratégias para a conscientização coletiva em relação aos problemas vivenciados pela comunidade negra brasileira.

José Correia Leite nasceu em 23 de agosto de 1900 e era natural de São Paulo. Foi fundador de vários jornais, entre eles *O Clarim da Alvorada*, publicado de 1924 a 1932, do qual foi diretor, redator, repórter e gráfico. Entre suas atividades militantes destaca-se a participação na fundação da Frente Negra Brasileira em 1931 (SILVA, (2),1992).

³⁷ SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre os afrodescendentes e africanos”. In: BARBOSA, 2003, p. 181-197.

³⁸ In.: SILVA, (2) Luiz Cuti (org.), 1992.

Em seu depoimento, Correia Leite faz a seguinte referência sobre a sua educação: *“Quando comecei a tomar consciência das coisas, percebi que era um menino sem poder entrar na escola porque não tinha quem se responsabilizasse por mim”* (SILVA, (2) 1992, p. 23). Outra dificuldade do narrador, em relação à escola, dizia à *“vontade de aprender e não ter quem me ajudasse a entrar na escola para ter um certo convívio”* (SILVA, 1992, p. 23).

Apesar das dificuldades que o impediam de freqüentar regularmente a escola, a educação escolarizada oficial o atraía.

Havia a escola de uma moça, uma escola particular mista, de repente, tive a idéia e disse comigo: Eu vou entrar nessa escola ... Fui falar com a moça ela disse que eu precisava levar meus pais ... – Eu não tenho ninguém ... Eu limpo o quintal ou faço qualquer serviço. Assim a senhora me ensina a ler (SILVA, 2003, p. 23).

O sentimento de indignação devido às dificuldades para freqüentar regularmente a escola acompanhou por muitos anos Correia Leite:

Fui crescendo e conheci um rapaz ... Era matriculado no Coração de Jesus, um colégio que não entrava qualquer um naquele tempo. Eu ficava às vezes despeitado com aquilo, porque ele interrompia as brincadeiras para se arrumar e ir para a escola ... Os que freqüentavam a escola tinham pai e mãe. Eu continuava naquela condição de não poder (SILVA, 2003, p. 26).

Em trabalho semelhante ao de Luiz Silva, o autor Márcio Barbosa³⁹ entrevistou militantes contemporâneos de Correia Leite, entre os quais Aristides Barbosa, nascido

em 25 de março de 1920, mas foi registrado em 25 de novembro de 1921. Sua cidade natal é Mococa, ele nasceu na fazenda de Limeira. Seus pais eram lavradores. Em Mococa, ... varreu cinema. Chegou a São Paulo em 1935, mais ou menos. Trabalhou em fundição, vidraçaria; foi mecânico e cozinheiro. Formou-se em Letras e Sociologia, aposentando-se como professor e jornalista. Entrou na Frente Negra ainda muito jovem (BARBOSA, 1998, p. 15).

Quanto à vida educacional, Aristides Barbosa relatou:

Em 1946, logo depois da guerra, quando eu estava trabalhando na Escola Técnica de Aviação, um dia juntamos um grupo. O intelectual era eu, que tinha o curso ginásial, tinha feito com sacrifício o curso de madureza. Os restantes eram faxineiros

³⁹ Nasceu em São Paulo em 1959, é militante do Movimento Social Negro, pesquisador e integrante da editora temática Quilomboje Literatura, especializada em divulgar obras de autores negros.

do meu ambiente de trabalho ... Apesar de ter ginásio, eu tinha entrado como faxineiro, lá dentro passei para o departamento de arquivo (BARBOSA, 1998, p. 26).

Em relação à escolarização dos componentes do jornal *Novo Horizonte*, criado em 1946, Aristides Barbosa declarou:

Eu tinha o curso ginasial, o mais intelectual era eu. O Arnaldo tinha o ginásio também. O Ovídio era um professor amador, ele não era nem formado. Naquela época faltava professor e ele fez um concurso na Secretaria da Educação pra ser professor primário ... a gente quebrava o galho ... (BARBOSA, 1998, p. 29).

Barbosa apresentou sua trajetória para chegar à profissão de jornalista e opinou sobre qual deveria ser a ação do trabalhador frente à história:

Eu fui do Sindicato dos Jornalistas, e para ser um jornalista trabalhei como servente de pedreiro, abri túnel na Nove de Julho, fui metalúrgico. Acho que é tempo de o trabalhador ser sujeito da História. Porque a História tem disso: podem nos mentir, mentir, mas assim que se descuidarem, a História volta a sua real acepção (BARBOSA, 1998, p. 34).

Sobre a importância da Frente Negra em sua vida, Aristides Barbosa destacou: “*Na Frente Negra eu fiz o curso de Admissão ao Ginásio, estudei música e inglês. Tudo isso ajudou nos meus objetivos de vida. Depois eu dei aulas, tive o curso supletivo Lux*” (BARBOSA, 1998, p. 33).

Nos anos 1950 do século XX, a situação da educação pouco se alterou. O depoimento da então deputada Benedita da Silva, publicado em sua biografia, se destaca a importância do trabalho⁴⁰:

Meus pais ... queriam que fosse professora e eu queria ser médica. Tive uma situação melhor que a maioria dos meus irmãos, pelo fato de ter nascido no Rio de Janeiro. Muitos dos meus irmãos foram criados na fazenda, onde não havia escola. Na minha família, eu e a Leda éramos as únicas que sabiam ler e escrever. Eu estudava na escola Francisco Alves, que existe até hoje e fica em Botafogo, na Rua da Passagem. Porém, quando terminei o primário, tive que parar, porque pobre não ia para o ginasial, ia trabalhar - e, depois, eu não tinha QI (Quem me indicasse)⁴¹.

⁴⁰ O senhor Nilo Alberto Feijó, Presidente da Associação Satélite Prontidão, nosso entrevistado, em seu depoimento refere-se também à questão do trabalho de forma semelhante, destacando que seus pais não eram contra o estudo, segundo suas palavras, “*não havia desestímulo*” (FEIJÓ: 2006), mas priorizavam o trabalho, isto tem relação com os filhos mais velhos de famílias numerosas que cedo eram colocados em postos de trabalho para contribuírem na renda familiar.

⁴¹ In.: MENDONÇA e BENJAMIN, 1997, p. 24.

Outro relato que ilustra nossa análise refere-se à escritora negra Carolina Maria de Jesus, recordista em venda de livros no Brasil na década de 1960, com a obra **Quarto de Despejo**. Carolina subiu aos píncaros da fama ao descrever a miséria que a rodeava, o que lhe possibilitou sair da favela seu maior desejo “*Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui*” (JESUS, 2001).

A trajetória de Carolina é ímpar: de moradora na favela e com “*apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter*” (JESUS, 2001). Segundo depoimento de Paulo Dantas, “*o livro vendeu terrivelmente e Carolina se tornou a escritora brasileira mais vendida, batendo Jorge Amado na tiragem*”⁴². Nos anos de 1960, as edições atingiram tiragens de cem mil exemplares, o livro foi traduzido para treze idiomas e vendido em mais de quarenta países⁴³.

A obra **O Quarto de Despejo** foi a ponte para Carolina Maria de Jesus sair da favela, entretanto, prevaleceu o *status* de mulher negra, pobre que adentrou num mundo que, segundo as regras estabelecidas na sociedade de então, não deveria ser o seu mundo. A ordem estabelecida a utilizou como estandarte, como canal de conexão entre o relato da adversidade e a ordem estabelecida. Assim, retomamos o esquecimento crônico que grassa na sociedade brasileira, e observamos o quase completo desconhecimento dessa figura sem igual na história da sociedade brasileira, porque mulher; porque mulher negra.

Por ora, concluimos os relatos de pessoas que de uma ou outra maneira foram importantes. Sua influência ultrapassou os limites do tempo e do espaço e essas pessoas se tornaram ícones da história brasileira. Evidentemente, muitas outras poderiam estar aqui presentes, mas temos que fazer escolhas; os limites temporais, espaciais se impõem.

⁴² Depoimento de Paulo Dantas repórter responsável pela edição do primeiro livro de Carolina Maria de Jesus. In: LEVINE, Robert M. e MEIHY, José Carlos Sebe Bom, 1994.

⁴³ MEIHY, J.C.S.B. (org.). 1994.

1.2 - OS CAMINHOS SE CRUZAM

Nesta parte deste estudo é relevante que façamos o relato das surpresas do nosso caminho das investigações. Entre os depoimentos relativos ao nosso foco de análise, verificamos algumas semelhanças nas trajetórias educacionais e profissionais, mas há um depoente que nos é muito especial. Por isso, vale o relato de nosso encontro, inesperado, com ele em um dia de apresentação da atividade, *Projeto Seminários e Debates: A Questão Negra em Evidência*, realizado no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 23 de abril de 2005. Para explicitarmos o porquê deste relato específico vale uma pequena digressão a fim de dar nexos à narrativa. Em outro estudo, apresentado no X Encontro da ASPHE, concluíamos a apresentação falando sobre as surpresas que surgiriam no decorrer dos caminhos a trilhar.

Para concluir este relato de pesquisa acrescentamos que os temas disponíveis para investigação além de variados abarcam um período de cerca de mais cinquenta anos. E, agradecemos ao senhor José e a senhora Celina (Sema) pela sua confiança e por nos possibilitarem o deleite de nos perdermos em meio a tantas informações ao nos depararmos com algo tão especial e significativo. O caminho a seguir é longo e promissor.⁴⁴

A preleção foi correta e o inusitado aconteceu. Visto que, neste caso, não fomos nós que escolhemos o objeto de pesquisa, ou seja, naquele momento, o universo estava conspirando a nosso favor, podemos dizer que o “objeto” nos escolheu, isto é, saltou à nossa frente⁴⁵.

Antes de narrarmos o fato, salientamos o que ocorreu com Leda Maria Martins, ao ser interpelada pelo capitão-mor da congregação para escrever sobre a história do Reinado do Jatobá em Minas Gerais: “*Naquele instante, dirigiu-me fixamente seu olhar, fez uma pausa e concluiu rindo: 'e quero que você escreva!'*” Em continuidade, a autora relata que “*naquela*

⁴⁴PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Educação Afro-Brasileira e Educação Popular: Resgate Histórico de Instituições Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1884-2002)*. In: **Anais do X Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - ASPHE**. Gramado/RS: 2 e 4 de junho de 2004, p. 204-214.

⁴⁵No ano seguinte apresentamos a comunicação intitulada “*Vidas em recortes*”: In: **Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - XI Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Foco Temático História da Educação na Formação do Educador e a Contribuição dos 10 anos da ASPHE - Universidade do Vale Rio dos Sinos – UNISINOS/RS**, 29 a 31 de agosto de 2005. PEREIRA, L. R.

noite dormi, encantada e inquieta” (MARTINS,1997,18). Não podemos negar que algo semelhante ocorreu conosco quando conhecemos o senhor José.

Em uma das atividades⁴⁶ do GT Negros: História, Cultura e Sociedade⁴⁷, entre os expectadores havia um senhor que se dizia interessado em entrar para o grupo, pois muito tinha a colaborar conosco. Terminada a explanação do dia, fomos conversar com ele - o senhor José -, visto que o grupo é aberto e toda nova adesão é sempre bem-vinda. “*Mas é isso, sabe? A minha trajetória é esta, agora, eu vou ceder este material para a organização, e eu vou à luta*”. Ele nos relatou, modestamente, que tinha um pequeno acervo o qual estava nos doando. Seu José continuou descrevendo a composição do acervo que estava nos disponibilizando e as técnicas utilizadas para guardar os recortes de jornal:

É eu tenho o meu material aqui é bom para pesquisa e pra enriquecer o acervo da organização... Então muitos estudiosos, quer ver, eu ia colar aqui, ia fazer uma colagem, Será que vai ficar bonito? Eu vou colocando, ... tem aquele poema do Horson Wels eu posso botar, mas primeiro do cientista, aquele, esse poema aqui ... em letras garrafais, não sei se este poema está completo ... eu estou admirado de encontrar, [conversa sobre a Revolta da Chibata}, ... André Rebouças ..., era advogado, naquela época se chamava rábula ... Naquele tempo chegava o Treze de Maio eles iam entrevistar os negros para ver como estavam as coisas... as nossas personagens todas morreram moços... [quer] Fazer uma consulta ..., xeroqueia, [copia] dá para arrancar, eu não colo total os papéis, esse eu vou dar lá para vocês ... e agora a Mãe de Santo, tira a cola ... eu tenho muitos papéis ai, faz a colagem, eu tenho muito material. Os espaços em branco [são] para colocar um recorte novo ou antigo que surge a respeito... (SILVEIRA, J., 2005).

⁴⁶ “*Projeto Seminários e Debates: A Questão Negra em Evidência*”, realizado no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 23/04/05.

⁴⁷ Grupo de Trabalho: GT Negros: História, Cultura e Sociedade, integrante da Associação Nacional de História/ ANPUH/RS, criado em 1999. A proposta do grupo é promover discussões e estudos referentes à população negra gaúcha e brasileira, além de constituir acervo que está assentado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Tal acervo está disponibilizado para pesquisas a todas e todos os interessados. O GT promove duas grandes ações durante o ano o *Seminários e Debates*, que acontece de março a dezembro, todo o primeiro sábado de cada mês e a Jornada de Estudos Afro-Brasileiros que acontece anualmente na última semana de setembro.

Figura 1 – Apresentação do Senhor José Domingos Alves da Silveira



Senhor José Domingos Alves da Silveira e Arilson dos Santos Gomes no Memorial do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – 2005, foto de autoria de Lúcia Regina Brito Pereira.

Surpreendemo-nos ao saber que o conteúdo do acervo reunia milhares de recortes de jornais e revistas com diferentes assuntos, entre os quais muita informação sobre negros. O material começou a ser coletado em meados da década de 1940 do século XX. Ficamos (todos) extremamente maravilhados e marcamos um encontro na casa de seu José para conhecer o precioso arquivo.

No desenvolvimento deste relato valemo-nos do pensamento de Artur Ramos⁴⁸, quando diz, na obra **O negro na civilização brasileira**, que: “*os estudos sobre o Negro, no Brasil,*

⁴⁸ Arthur Ramos de Araújo Pereira era alagoano e viveu entre os anos de 1903 e 1949. Entre os cargos que exerceu estão o de catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal. Foi um dos precursores no estudo histórico-sociológico do negro no Brasil, com posicionamento crítico diferenciado de posições anteriores, como as de Nina Rodrigues que eram parciais e preconceituosas.

apresentam vários aspectos, a exigir especialistas em domínios diversos...” (RAMOS, 1958, p. 200). Mais adiante, afirma o autor:

A bibliografia sobre o Negro é relativamente rica. Há, apenas, a necessidade de serem centralizados esses estudos num critério uniforme, com a criação, por exemplo, em nossas Universidades de Centros de Estudos ou Institutos de pesquisas Antropológicas e Sociológicas, com uma secção destinada aos estudos afro-brasileiros (RAMOS, 1958, p. 208).

Essas palavras continuam atuais. Embora tenhamos uma produção considerável de estudos, ainda é corrente a queixa de educadores e pesquisadores sobre a ausência de material para o desenvolvimento de atividades em diferentes áreas de atuação, principalmente no tocante à educação básica. Reconhecemos que essa produção há até pouco tempo era procurada por pesquisadoras e pesquisadores interessados na temática, não sendo compatível, na mesma proporção, “a *tangível contribuição da raça negra à civilização brasileira*” (RAMOS, 1958, p. 6).

A questão que destacamos é o sentido de preservação da memória que o senhor José amealhou ao longo de sua vida, reunindo informações, produzindo um arquivo particular ímpar. O conhecimento do arquivo nos permite fazer uma descrição de seu conteúdo, ainda que parcial.

A coleção do senhor José Domingos Alves da Silveira começou a partir de seu trabalho no correio da Aeronáutica. Ali, passou a recolher os jornais que sobravam e eram devolvidos para reciclagem. Nesse trabalho de “garimpagem”, como ele mesmo denomina, foi selecionando recortes e reportagens dos mais diferentes assuntos: história, personalidades, meio ambiente, política, etc. Alguns dos jornais que compõem o acervo são: Jornal do Brasil; Folha de São Paulo; Última Hora/RJ; Correio da Manhã/RJ; Correio do Povo/RS; A Hora/RS; Zero Hora/RS; Jornal do Comércio/RS; Diário do Sul/RS; El País, de Montevideu, e as revistas Manchete; Seleções; Realidade, entre outras, além de livros raros amealhados em sebos de Porto Alegre e na cidade de Alvorada, RS.

Depois da aposentadoria, e por conta da profissão de encadernador, o senhor José Domingos se aproximou dos donos de bancas e dos distribuidores de jornais e revistas, o que lhe permitiu prosseguir a “garimpagem”. Negociava com eles os jornais que iam ser reciclados. O transporte do material era levado pelo próprio senhor José Domingos de ônibus até a sua casa.

A esposa do senhor José Domingos, a senhora Maria Celina Cardoso Pereira⁴⁹ - Sema -, disse-nos que exigiu a construção de outra peça, na qual o senhor José pudesse trabalhar e guardar os seus recortes. Não tardou e a peça já não comportava tanto material. Assim, foram construídos mais dois anexos que também estão com sua capacidade esgotada. Esta situação fez com que o senhor José resolvesse fazer a doação de parte do material. No nosso caso, recebemos as reportagens relativas à comunidade negra, indígena e aos ciganos.

No acervo, existem reportagens sobre negros desde a década de 1940 do século XX e alguns jornais raríssimos, por exemplo, um exemplar do “União”, de 24 de dezembro de 1948, publicado pela União dos Homens de Cor de Porto Alegre.

Encontramos reportagens de organizações negras, por exemplo, a Sociedade Recreativa Beneficente Floresta Aurora da qual o pai do senhor José Domingos foi sócio e, segundo ele, também presidente, na década de 1940⁵⁰. Também encontramos reportagens de jornais e documentos da Sociedade Náutica Marcílio Dias, da qual o senhor José Domingos foi, por três anos, diretor de patrimônio; reportagens sobre personalidades como o deputado Carlos Santos; atrizes e atores nacionais e estrangeiros, escritores e escritoras anônimos e famosos, entre os quais Carolina de Jesus, e os intelectuais Abdias do Nascimento e Milton Santos.

⁴⁹ Agradecemos à Sema pela gentileza com que nos recebeu todas as vezes que fomos à sua casa, tanto individualmente, como quando íamos com o grupo do GT Negros.

⁵⁰ Através dos documentos disponíveis na Sociedade Floresta Aurora não conseguimos confirmar a presidência do senhor Dario Alves, pai do senhor José Domingos. Entretanto, não descartamos esta afirmação, visto que grande parte da documentação da Sociedade relativa ao período anterior a 1940, deve ter desaparecido na enchente ocorrida em 1941. Fica em aberto esta questão para ser confirmada, através de documentação, para novas pesquisas.

Figura número 2 – O Acervo acondicionado



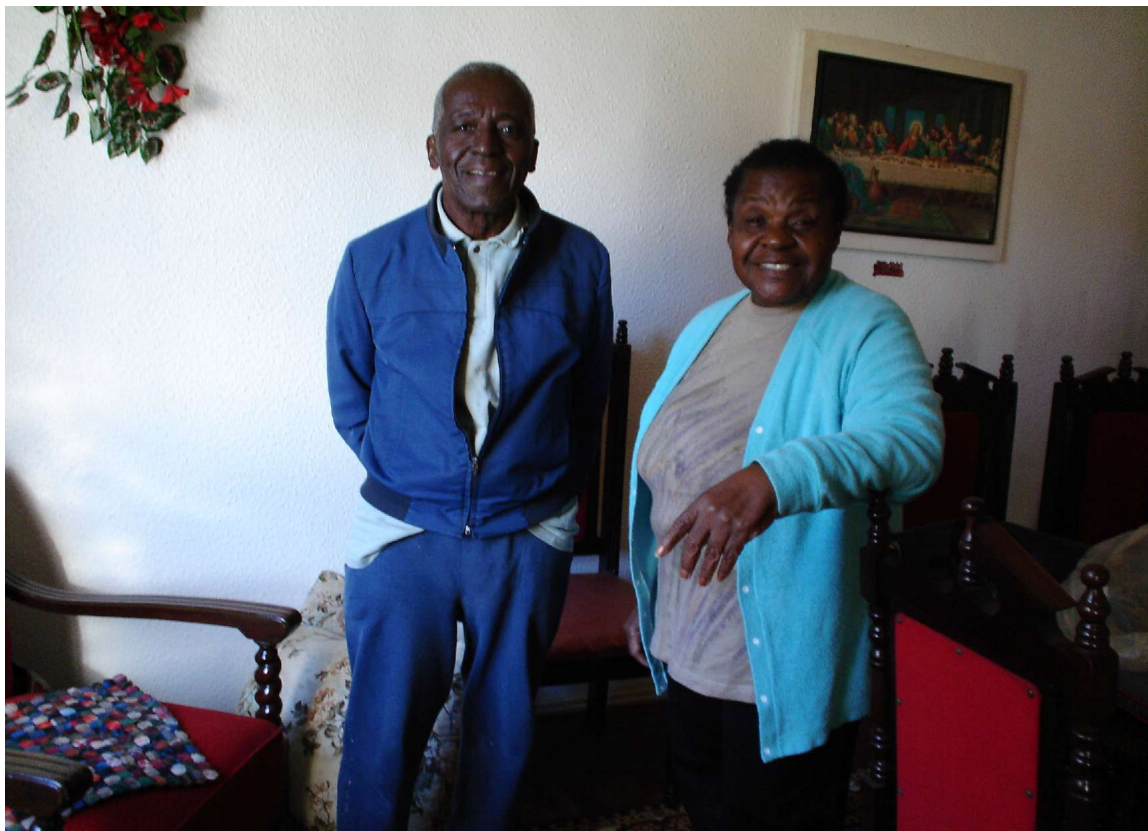
Parte do acervo do senhor José Domingos Alves da Silveira – Foto de autoria de Lúcia Regina Brito Pereira

O acervo está acondicionado em caixas de papelão. Algumas estão numeradas e nelas as reportagens, cuidadosamente, guardadas em folhas de papel almaço, com indicação do seu conteúdo. As reportagens estão recortadas e coladas em uma das extremidades. Se não há referência na sua indicação normal das bordas, esta é colocada no verso, a lápis ou a caneta, com a data e procedência. O senhor José Domingos adquiriu e desenvolveu um surpreendente conhecimento sobre técnicas de armazenamento de material, pois verificamos que os recortes e jornais antigos estão em perfeitas condições. Disse-nos ele que o papelão das caixas protege os documentos de fungos e da umidade. Existem, ainda, cadernos de jornais — Folha de São Paulo e Jornal do Brasil — que estão à espera de “reciclagem” ou seleção dos recortes.

Além do mérito pelo trabalho de armazenar esse fantástico acervo, com essa gama de informações, o senhor José Domingos tem uma memória prodigiosa e muitas histórias para contar. A pesquisa e as conversas com ele e com a senhora Maria Celina - Sema -, sua esposa,

ainda vão longe... Esta é só uma pequena digressão sobre os lances inusitados e surpreendentes que os caminhos trilhados por esta pesquisa tem nos proporcionado.

Figura 3 – Senhor José e Senhora Sema



Senhor José e Senhora Sema em sua Residência na Vila Elza em Viamão/RS, foto Lúcia Regina Brito Pereira – 2005.

Outra importante questão sobre acervo está diretamente ligada a estudantes, educadores e pesquisadores, pois ele surge em um momento que todos clamam por canais de acesso para pesquisas e informações. O senhor José se antecipou a esta necessidade. Certamente, é premente a adequação, o mais rápido possível, desse rico material, a fim de disponibilizá-lo à pesquisa para o público em geral. Diante do acontecimento, o senhor José Domingos passou a ser de extrema importância para o desenvolvimento desta tese, não só pelo material por ele disponibilizado, mas também pelas longas conversas que são verdadeiras aulas de história.

Passamos, agora, a detalhar os procedimentos com os quais foram realizadas as entrevistas que compõem o presente estudo. Já durante o seu planejamento tínhamos em

mente que ele seria construído também a partir de relatos, devido à precariedade das fontes escritas. A partir do encontro com o senhor José, esta metodologia se tornou mais presente e necessária.

Assim, elaboramos um roteiro de perguntas, determinamos os procedimentos de apresentação e de aceite do relato para que servisse de fonte para o estudo. As entrevistas semi-estruturadas fizeram com as pessoas ficassem à vontade e falassem com tranquilidade. O tempo utilizado nas entrevistas ficou em aberto, variando em torno de noventa a cento e vinte minutos, em média.

A princípio, a idéia era de entrevistar todas as pessoas ligadas às organizações e grupos que havíamos planejado para o desenvolvimento da pesquisa. Tínhamos em mente trabalhar com quatorze organizações, todavia, alguns percalços, entre os quais o tempo, interpostos no caminho, impediram-nos de realizar tal intento. Isto porque não seriam entrevistadas somente as pessoas responsáveis pelas organizações, o que nos fez refletir sobre a viabilidade de adotarmos esse número de entidades. Descobrimos que desenvolver uma investigação nesses moldes comportaria um período grande de pesquisa, tempo de que não dispúnhamos. Este procedimento também nos foi sugerido pela Banca⁵¹ por ocasião do Exame de Qualificação do projeto de tese – realizado no dia 12 de julho de 2006. Esta reorientação foi necessária visto que esta metodologia de trabalho, mesmo sendo emocionante e gratificante, exige um esforço de planejamento, de metodologia e de tempo e isso envolve várias etapas: o contato com a pessoa, a marcação de horários que, às vezes, colide, e a retomada de alguns pontos da entrevista que deveriam ser melhor explicitados pelo entrevistado ou entrevistada. E, mais ainda, a gravação das entrevistas que requer um tempo triplicado de trabalho e pessoas interessadas em realizar essa tarefa.

⁵¹ Fizeram parte da Banca, além da orientadora professora doutora Margaret Marchiori Backos; professora doutora Georgina Helena Lima Nunes/Universidade Federal de Pelotas; professora doutora Maria Helena Câmara Bastos/PUCRS.

A partir dessas limitações fizemos, então, o recorte necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Focamos o nosso estudo em quatro organizações: Associação Beneficente Floresta Aurora, Associação Satélite Prontidão, Clube Náutico Marcílio Dias e Maria Mulher-Organização de Mulheres Negras. E foram nove as pessoas entrevistadas⁵²: Senhor José Domingos Alves da Silveira; historiador popular; senhor Nelson Santana, membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Floresta Aurora, senhor Nilo Alberto Feijó, presidente da Associação Beneficente Satélite Prontidão, doutor José Luiz ex-integrante do Clube Náutico Marcílio Dias, professora Maria Conceição Lopes Fontoura, integrante de Maria Mulher-Organização de Mulheres Negras e a bibliotecária Maria Noelci Teixeira Homero, atual coordenadora de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; professor Oliveira Silveira, militante do Movimento Social Negro gaúcho, um dos idealizadores do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”; senhor José Alves de Bitencourt (Mestre Lua), coordenador do grupo Angola Janga e a secretária Vanda Maria Menezes da Rosa, da Secretaria da Mulher de Alagoas⁵³.

Em relação às entrevistas, os problemas limitaram-se às questões citadas no parágrafo antecedente⁵⁴. As pessoas contatadas⁵⁵ foram solícitas e atenciosas, e as entrevistas que

⁵² Registramos que as entrevistas com o poeta Oliveira Silveira, a professora Maria Conceição Lopes Fontoura, a coordenadora Maria Noelci Homero, senhor Nelson Santana e mestre Lua, José Alves de Bitencourt foram realizadas pela socióloga Sônia Ribeiro a qual deixamos o nosso sincero agradecimento pela disponibilidade em colaborar conosco no desenvolvimento desta pesquisa. Destacamos ainda, que este procedimento foi intencional, pois entendemos que a proximidade com estas pessoas poderia intervir nos procedimentos técnicos necessários para o desenvolvimento do trabalho.

⁵³ Ressaltamos que a inclusão da entrevista da secretária Vanda Menezes neste trabalho, se dá pela sua importância como militante histórica, no que se refere ao Movimento Social Negro e em especial no movimento de mulheres negras. E também por ela ser a primeira mulher negra a liderar uma secretaria de Estado no país. A entrevista foi realizada quando participávamos da Reunião Anual do Comitê Executivo da Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB na cidade de Brasília em junho de 2005.

⁵⁴ Número de organizações pensadas – 14 – para análise e entrevistas, desproporcional ao tempo de desenvolvimento desta tese.

⁵⁵ Registramos que, inicialmente, quando não tínhamos feito este recorte final, das pessoas contatadas somente duas, não se negaram diretamente, mas não responderam aos primeiros contatos realizados por e-mail e depois por telefone. Assim, percebemos que havia um impedimento e desistimos para não criar constrangimentos. Os consultados que disponibilizaram a dar entrevista para a realização deste trabalho são: José Domingos Alves da Silveira, historiador popular; ex-Diretor de Patrimônio do Clube Náutico Marcílio Dias; senhor Nilo Alberto Feijó presidente da Associação Satélite Prontidão; doutor José Luiz Pereira da Costa, ex-Secretário do Clube Náutico Marcílio Dias; Maria Conceição Lopes Fontoura, fundadora e ex-presidenta de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; Maria Noelci Teixeira Homero, Coordenadora Executiva de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; Oliveira Silveira, poeta e militante do Movimento Social Negro gaúcho; José

fizemos diretamente foram momentos de extrema alegria, emoção e deleite, tanto durante as entrevistas quanto depois, ao ouvirmos e lermos as transcrições. Aqui vale o registro, dentro do círculo das emoções propiciadas pela opção de trabalho com este rico material empírico, do encontro do senhor José Domingos Alves da Silveira com o colega do Clube Náutico Marcílio Dias, também depoente nesta tese, o doutor José Luiz Pereira da Costa. Ambos não se falavam há cinquenta anos.

O nosso propósito com as entrevistas foi o de investigar questões relacionadas às trajetórias educacionais das pessoas entrevistadas e a importância das organizações para a sua vida pessoal e social. Por conseguinte, este estudo apreende os aspectos necessários para contemplar os objetivos propostos para o seu desenvolvimento: a relação das organizações com o aspecto educacional e de identidade de grupo na vida dos entrevistados, partindo do princípio de que as falas pessoais, dentro do princípio da afrodescendência, podem representar a visão de mundo do grupo no qual estão inseridos. O presente estudo não visa investigar a história de vida dos entrevistados; além-se, sim, a enfatizar alguns aspectos dela.

Explicitados os procedimentos, as possibilidades e limites que se impuseram no decorrer do trabalho de pesquisa, passaremos ao relato das pessoas entrevistadas e, iniciamos com o senhor José Domingos Alves da Silveira, nosso grande mentor e colaborador.

Estávamos na casa do senhor José Domingos Alves da Silveira⁵⁶, na vila Elza, no município de Viamão⁵⁷, e após uma conversa preliminar, e a nosso pedido, o senhor José iniciou o relato de sua vida. Contou-nos que nasceu na vila da Ilhota⁵⁸, em Porto Alegre, no

Alves de Bitencourt-Mestre Lua, militante do Movimento Social Negro gaúcho e Coordenador da Angola Janga; senhor Nelson Santana, integrante do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora. Vanda Maria Menezes da Rosa, Secretária da Secretaria Estadual da Mulher de Alagoas.

⁵⁶ Entrevistas realizadas Por Lúcia Regina Brito Pereira em 21 e 27 de maio de 2005, na qual o Senhor José permitiu-nos gravar parte da conversa.

⁵⁷ Município da Grande Porto Alegre.

⁵⁸ Região da cidade de Porto Alegre que fazia parte dos arrabaldes da cidade e concentrou significativo contingente de população negra até meados da década de 1960 do século XX. Esta região é importante para a história da cidade também, porque foi o local de nascimento do maior expoente da música gaúcha que ultrapassou as fronteiras do estado, o cantor Lupicínio Rodrigues. Devido ao crescente processo de urbanização da cidade, conforme Sérgio da Costa FRANCO, “Ilhota área que desapareceu da geografia urbana em razão da canalização do Arroio Dilúvio, perdendo inteiramente suas características depois da execução do projeto Renascença, que

ano de 1931, filho de Dário Alves e Rufina da Silveira Alves, os quais faleceram quando ele ainda era adolescente.

Sobre a sua vida escolar, o senhor José nos relatou o seguinte:

Eu sou primário, eu me incluo quando o ministro da administração fala que quase oitenta por cento dos funcionários públicos são primários, eu me incluo... Agora não, agora é concursado. Eu estudei um bom primário no grupo escolar Uruguai, foi meu contemporâneo o doutor Flávio Obino, jogávamos bola na época, moleques, a professora era a dona Jovita, cantávamos o hino do Uruguai, a colônia uruguaia freqüentava o colégio dia vinte e cinco de agosto que era o dia da independência uruguaia... Então a professora dava todas as matérias, só não dava educação física, música e religião, nós tínhamos professora de música... religião era uma... catequese, naquele tempo era na Nossa Senhora da Piedade, o colégio era, na época, na rua Esperança, hoje Miguel Tostes. O prédio ainda existe lá, bem conservado, não sei se o Estado cedeu para uma entidade religiosa, eu sei que tem umas irmãs de caridade. E ele foi para o Parcão, ali era um grupo que tinha muito israelita que subiam lá da Felipe Camarão, Fernandes Vieira, subiam para estudar lá...[era] 1945 por aí, em plena época da Segunda Guerra Mundial... E tive uma base boa, naquele tempo o terceiro ano primário era forte, muito bom⁵⁹ (SILVEIRA, J., 2005).

A Região onde o senhor José morava, à época de sua escolarização, caracterizava-se como uma região que concentrou, desde o final do século dezenove até meados do século vinte, um significativo contingente de população negra, e era denominada Colônia Africana⁶⁰.

resultou na abertura da Av. Érico Veríssimo e áreas que a circundam. Quando o Riacho, ou Arroio Dilúvio ainda percorria o seu antigo leito, começava atingir a Rua Arlindo e ao receber a vazão de seu afluente Cascatinha, em terreno baixo e alagadiço, até alcançar a antiga Ponte do Menino Deus, que dava acesso à Av. Getúlio Vargas. Um destes meandros, imediato à Praça Garibaldi, dava uma volta de tal modo acentuada, que quase encerrava uma ilhota em seu interior. Em 1905, o Intendente José Montauray, no intento de aumentar a vazão do Riacho, determinou que os dois extremos do meandro fossem ligados por um canal, eliminando... a grande curva que ali descrevia o arroio. A abertura desse pequeno canal, efetuada, em parte, em terreno do município, e, no restante, em terrenos de Jerônimo Xavier de Azambuja, determinou a formação de uma ilhota. Área sujeita a inundações, e por isso mesmo ocupada por moradores muito pobres, deixou sua marca na memória da cidade, sobretudo nas crônicas de carnaval, samba e batuque. Quando o Decreto Municipal, nº 333, de 6/7/1946, de utilidade pública necessários à canalização do Riacho, bem como ao saneamento e urbanização da 'zona da ilhota'...' (1992, p. 212). Ainda sobre esta região da cidade que compreende a Ilhota o bairro Cidade Baixa e o Areal da Baronesa ver: ASSUNÇÃO, Kizzy da Silva. **Patrimônio Imaterial:** A representatividade de um território na memória da Cidade de Porto Alegre – Ilhota. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano/UFRGS, 2005, mimeo; BARBOSA, Zeli de Oliveira. *Ilhota: testemunho de uma vida*. Porto Alegre: Secretária Municipal da Cultura, 1993. CLARO, Ceciliano S. O Bairro Cidade Baixa e seu Desenvolvimento Histórico. Porto Alegre: EPAHC/PMPA, 1997. MATTOS, Jane R. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal** - O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

⁵⁹ Entrevista concedida à Lúcia Regina Brito Pereira em maio de 2005.

⁶⁰ Conforme FRANCO, Sérgio da Costa, “Área da cidade em que se estabeleceram, em torno da época da Abolição, numerosas famílias negras. ...Na legislação municipal, aparecem referências ao arrabalde da Colônia Africana pelo menos desde 1896... Na imprensa local, entretanto, desde o princípio da década de noventa, podem ser encontradas referências à 'Colônia Africana', e não raro airosas... Só em 1918, um relatório oficial da Intendência Municipal menciona expressivos melhoramentos nesse bairro: 'Grandes foram os melhoramentos executados no bairro Rio Branco (antiga Colônia Africana) e que vieram dar às ruas que as receberam um aspecto agradável com a retificação dos seus alinhamentos, modificação seus perfis, facilitando-lhes o trânsito, colocando cordões, construção de calhas e passeios'. A menção do Intendente José Montauray à 'ex-Colônia Africana' dá a entender que a primitiva denominação já estivesse sob censura social, tendente a melhorar sua antiga imagem.” Importante,

Era, também, considerada arrabalde da cidade. O Autor Eduardo Kersting, interessado no aspecto das construções do imaginário, conclui que esta região da cidade “*foi habitada essencialmente por negros a partir das últimas décadas do século XIX, que corresponde a parte atual do bairro Rio Branco*”, e as “*representações criadas pela modernidade urbana, que se esboçava na Porto Alegre da virada do século*”, contribuíram para “*a exclusão social da população negra*” dessa região (KERSTING, 1998, p.8-51).

Outra das nossas depoentes também tem uma ligação com a Colônia Africana. É a coordenadora de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, Maria Noelci Teixeira Homero⁶¹, que relata a escolaridade de seus pais.

Meu nome é Maria Noelci Teixeira Homero eu nasci em 10 de outubro de 1947 minha mãe Odi Teixeira Homero, ... não estudou, ou melhor, ela estudou até a terceira série. Meu pai Carlos Frederico Homero fez o curso técnico de enfermagem, depois fez o curso ... que na época era chamado curso de enfermeiro padrão ... tentou fazer o curso em São Paulo, de 2 anos ... para passar de enfermeiro para médico, mas nesse período ele adoeceu teve um câncer e não conseguiu fazer, morreu, não fez o curso, ... não passou para o curso de médico... (HOMERO, 2005)

Sua ligação com a Colônia Africana, diz nossa entrevistada, vem de longa data,

aqui em Porto Alegre moraram ... sempre na Colônia Africana participando de todas as atividades e tal ... tenho fotos da Colônia Africana meu pai também era da Colônia Africana só que da Santa Terezinha, da rua Santa Terezinha, chamada na época Dona Terezinha (HOMERO, 2005).

Em relação à sua trajetória escolar, a coordenadora Maria Noelci Teixeira Homero assim se expressa:

Eu tenho uma irmã ... estudei sempre em escola pública, desde do primário na época, o ginásio eu estudei em escola com bolsa ... escola Rui Barbosa ... depois

igualmente, é a referência que o autor faz à tradição religiosa presente na Colônia Africana, “A religião católica entrou tarde na Colônia Africana. A doação do terreno para a construção da Capela de Nossa senhora da Piedade, feita por Polidório José de Souza Mariante e sua mulher, é de 28/4/1888. Mas embora iniciada a construção no ano seguinte, a modesta capelinha só foi inaugurada em junho de 1913. Sendo elevada a curato em 1916, recebeu pároco, que logo iniciou a construção da atual igreja no mesmo local. Foi ela inaugurada em 21/4/1918, recebendo em 1941 e 1942 ampliações e reformas substanciais. Ary Veiga Sanhudo observa, com propriedade, que a Colônia Africana foi um dos poucos bairros de Porto Alegre, em que a denominação popular não correspondeu à da paróquia católica. **Terá concorrido para isso a força dos cultos afro-brasileiros.**” (1992, p. 118-119, destaque nosso). Sobre o processo de urbanização e desenvolvimento desta região da cidade de Porto Alegre, ver: KERSTING, Eduardo Henrique, 1998.

⁶¹ Entrevista concedida à Sônia Ribeiro em 28/12/2005.

também com bolsa de estudo [fiz] o curso normal ... na escola Vera Cruz. Faculdade eu fiz na UFRGS, me formei em biblioteconomia, depois fiz especialização em educação ... na Faculdade São Judas Tadeu, dois anos de especialização (HOMERO, 2005).

A escola primária que freqüentou ficava na atual Zona Leste de Porto Alegre, historicamente conhecida como Mato Sampaio, zona caracterizada por abrigar pessoas pobres, principalmente antes de se instalar o efetivo processo de modernização e saneamento da cidade. As impressões da coordenadora Maria Noelci Teixeira Homero sobre a sua passagem pela escola primária, por volta da segunda metade década de 1950, são as seguintes:

Eu estudei em grupo escolar em uma comunidade que atualmente é chamada de Mato Sampaio, então era muito pobre, muito pobre mesmo então, claro que tinha sim a discriminação racial verbalizada, né. E eu, claro que não identificava enquanto racismo, mas ah! ... sempre tinha negro tu... e negra ..., mas uma das coisas que fazia com que eram obrigados a me aceitar, era porque eu não pertencia àquela comunidade, eu pertencia a um outro bairro porque não tinha escola no bairro aonde eu morava e esse bairro era considerado, dos bairros que chamavam na época, bairro dos ricos. E, então na verdade, as pessoas desses outros bairros, meus colegas mesmo sendo brancos o poder aquisitivo deles era infinitamente menor que o meu, mas mesmo assim eles ainda ... achavam que eles eram melhores porque eles eram brancos (HOMERO, 2005).

Nesse relato podemos inferir que a escola⁶², embora pública, naquele período era um espaço pouco amistoso e receptivo às crianças negras. Mesmo sendo uma escola localizada em um bairro pobre da cidade, havia uma diferenciação. Quanto à discriminação propriamente dita, mais tarde é que a coordenadora Maria Noelci vai identificar como tal as ações sofridas. Também a questão socioeconômica pesou a favor, pois isto fazia com que ela fosse mais aceita na comunidade escolar: *“Mas tendo esta condição social melhor me garantia a auto-estima de revidar e naquele momento naquele, instante primário o que me fortalecia era isto era a condição social”* (HOMERO, 2005).

A mudança de escola para outro bairro em que a condição socioeconômica dos colegas era a mesma da coordenadora Maria Noelci, não alterou as discriminações sofridas por ela.

⁶² A escola era o Grupo Escolar Antão de Faria, na época o bairro era Nossa Senhora de Fátima, atual Bom Jesus. A vila Mato Sampaio pertencia e esse bairro.

Mas isso foi mudando ... eu fui percebendo, na medida que eu fui para outra escola que a situação social era mesma tanto de brancos, como negros mas continuava a discriminação. Até mesmo nessa outra que a condição social dos brancos era menor eles se julgavam melhores porque eram brancos e tinha também dos professores isso tinha, inclusive, tinham muitos ... dos professores que estavam sempre nos pedindo coisas pra trazer: 'já que tu é um pouquinho melhor, tu poderia trazer uma merendinha pro fulaninho, coitadinho ele é tão pobrezinho, tu podia ajudar, dá uma roupinha, um calçado dos teus. E nunca era pra um outro coleguinha negro, era sempre pra coleguinha branca, sempre era lourinha, porque é tão bonitinha a lourinha, e tal. E aí, é claro que depois que eu fui entender [o] que realmente era essa [questão] (HOMERO, 2005).

A situação muda quando a nossa entrevistada passa para o curso ginásial⁶³, em outra escola, no bairro que denomina “*bairro dos ricos*”⁶⁴.

No ginásio também aí a coisa cada vez mais, foi aumentando e se intensificando no ginásio, era bastante também, até porque no ginásio eu já era a única [negra] da aula, né? Depois no curso normal, como era o colégio Vera Cruz, que dava bolsa de estudo, aí tinha um número maior [de estudantes negros] na escola. Não, na minha aula. Eu também era a única, então tinha discriminação por parte de professores, tinha discriminação por parte de colegas e então ... sempre ... foi desde a primeira série teve os professores ... também dizer aquela negrinha, aquele negrinho e tal. ... (HOMERO, 2005).

Nesta etapa de seus estudos na educação básica, a coordenadora Maria Noelci aborda outra questão que a teria protegido, aqui a referência diz respeito ao mérito que, aliado à questão socioeconômica, fez com que os professores tivessem uma atitude de relevar, ou suportar, aquela estudante que passara a reclamar de comportamentos e atitudes discriminatórias.

Também diziam: 'a gente não pode fazer nada contra porque ela ... ela tira notas muito boas, então não [se] pode tá fazendo isso', eles chegavam e diziam para minha mãe, diziam para mim também ela respondia: 'porque as coisas eram assim'. Eu não admitia quando diziam a negrinha e tal, o negrinho ..., eu reclamava então eu era penalizada por causa disso (HOMERO, 2005).

⁶³ Colégio Vera Cruz.

⁶⁴ Atual bairro Carlos Gomes, considerado bairro de classe média alta.

O senhor Nelson Santana⁶⁵, integrante do Conselho deliberativo da Sociedade Floresta Aurora, igualmente tem uma ligação com um bairro onde é marcante a presença da população negra na cidade de Porto Alegre.

O meu pai Francisco Samuel Vieira e minha mãe Celina Telecínia Santana Vieira ...Eles eram oriundos de Livramento. Nós somos da fronteira de Santana do Livramento, nossos avós, bisavós, todos nós éramos de lá. Meu pai, minha mãe jovens vieram para Porto Alegre. Meu pai era mecânico e minha mãe lavava para fora, lavava para o Grande Hotel. Os dois trabalhavam, eles tiveram oito filhos ... (SANTANA, 2005).

Em relação à sua passagem pela escola, o senhor Nelson Santana faz a seguinte referência:

Olha, ... nós fizemos o primário no grupo escolar Paula Soares e eu e meus irmãos já no início participamos da parte esportiva e da parte de teatro. Então, eu tenho a impressão que nós não sentimos muito isso aí, porque a gente era integrado, e mesmo porque a escola era da Cidade Baixa, num bairro pobre de Porto Alegre. Então havia uma solidariedade, vou te confessar quando guri não (SANTANA, 2005).

Diferente do posicionamento da coordenadora Maria Noelci Teixeira Homero que sentia diferenciação de tratamento, mesmo sendo uma escola localizada em um bairro considerado pobre, esse entrevistado, por sua integração no esporte e no teatro não visualizava ações discriminatórias, e também devido à escola se localizar em um bairro pobre da cidade. O que se presume, a partir dessa posição, é que a situação socioeconômica se sobrepunha a qualquer ação discriminatória.

O senhor Nelson Santana faz um relato bastante significativo sobre a sua passagem pela escola e destaca as qualidades e serviços que esta oferecia:

Todos nós tivemos o aprendizado na escola primária, no ginásio e alguns alcançaram até a universidade, a faculdade. É interessante, ... que no tempo de Getúlio Vargas, acredita nós tínhamos assistência, tínhamos boas escolas, tínhamos assistência médica, a saúde era uma coisa importante, nós tínhamos psicólogos, nós tínhamos toda a assistência naquela época, nós todos nascemos na década de quarenta. E lá vão sessenta e cinco anos, não é? Então, nós tínhamos tudo isto. Meu pai e minha mãe sempre estavam junto conosco na escola, nas reuniões de pais e mestres, eles estavam sempre juntos (SANTANA, 2005).

⁶⁵ Entrevista concedida à Sônia Ribeiro em dezembro de 2005.

No Brasil, a partir dos anos da década de 1920, com o processo de centralização política com a subida de Getúlio Vargas ao poder, a educação pública passou a ser pensada de forma mais estrutural e sistematizada. O autor Jerry Dávila (2006) analisa as reformas educacionais no período que denomina “entreguerras”, destacando que,

durante a primeira metade do século XX, quando as instituições educacionais contemporâneas foram formadas, o pensamento racial ajudou a guiar as políticas públicas. Duas gerações de educadores, intelectuais, médicos e cientistas sociais acreditavam que a criação de uma escola universal poderia embranquecer a nação, libertando o Brasil do que eles imaginavam ser a degeneração de sua população. Durante a Velha República e a era Vargas, eles desenvolveram políticas públicas tanto inspiradas nas correntes intelectuais e científicas internacionais quanto em uma leitura das mazelas do povo brasileiro (DÁVILA, 2006, p.12).

Com o sentido de sanear a população brasileira e dar continuidade ao pensamento racialista do século XIX, segundo Dávila, “*na primeira metade do século XX, o pensamento racial ocupou papéis explícitos na elaboração da educação pública*”(2006, p. 14). Assim, a educação cumpriria um papel fundamental na construção de uma nacionalidade brasileira a partir de uma “eugenia leve”, que não impedia negros e pobres de freqüentarem a escola. Por sua vez, esse processo necessitava de uma intervenção que atendesse aos princípios básicos de higienização, saúde e disciplina, questões fundamentais nesse novo modelo educacional:

Grande parte da América Latina e algumas partes da Europa adotaram uma eugenia 'leve'⁶⁶, que sustentava que o cuidado pré e neonatal, a saúde e a higiene públicas, além de uma preocupação com a psicologia a cultura geral e a forma física melhorariam gradualmente a adequação eugênica de uma população (DÁVILA, 2006, p. 31).

⁶⁶Conforme DÁVILA, “A eugenia foi uma tentativa científica de 'aperfeiçoar' a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários... Os cientistas voltaram-se para a eugenia como uma ciência de ampla abrangência, que combinava diferentes teorias sobre raça, hereditariedade, cultura e influência do meio ambiente em práticas e receitas que visavam geralmente a 'melhorar' uma população nacional. Uma eugenia 'pesada' baseada na remoção do servo reprodutivo de indivíduos que possuíam traços indesejados por meio da esterilização ou do genocídio foi praticada em diversos graus em países como a Alemanha nazista, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos” (2006, p. 31).

Sob essas bases, em 3 de novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. O depoimento do senhor Nelson Santana confirma essa nova orientação, *“tínhamos assistência médica, a saúde era uma coisa importante, nós tínhamos psicólogos, nós tínhamos toda a assistência naquela época”*.

Outro dos nossos entrevistados, o presidente da Associação Satélite Prontidão, senhor Nilo Alberto Feijó⁶⁷, que estudou em uma escola de um bairro considerado popular, assim se apresenta: *“eu me chamo Nilo Alberto Feijó, nasci em 28 de junho de 1933, faz algum tempo, meu pai Camilo Feijó, natural de Jaguarão, nascido em 1907, minha mãe nascida em Caçapava do Sul, em dezembro de 1915”*.

As lembranças do seu período escolar são assim narradas: *“Nasci em Porto Alegre, sempre vivi em Porto Alegre. Fiz meu curso primário no Grupo Escolar Rio Branco, e fiz o meu curso ginásial no Colégio Rui Barbosa, que hoje não existe mais, ficava lá na Osvaldo Aranha”* (FEIJÓ, 2006).

Em relação à escolaridade dos pais, o senhor Nilo faz o seguinte relato:

Os meus pais, acho que não... no máximo completaram o curso primário da época, eu não me lembro do meu pai falar em alguma coisa além do curso primário, nem sei o quanto eles..., a minha mãe também não sei, mas eu creio que ela não foi muito longe, não. Embora fosse uma mulher, os dois eram muito esclarecidos, uma boa formação, enfim, não do ponto de vista da educação formal (FEIJÓ, 2006).

Sobre a escolaridade dos irmãos, o senhor Nilo Feijó relata: *“os meus irmãos também, nenhum deles, fizeram no máximo o ginásio, nenhum deles conseguiu concluir, atingir um curso superior, nenhum deles tem formação acadêmica”*. Às lembranças do seu período escolar são positivas:

Eu tenho boas lembranças da escola, e olha, eu acho também é uma outra questão que eu acho a gente até deve trazer para a discussão que era a qualidade do ensino. Eu acho pelo que eu vejo, até porque eu acompanhei muito o trabalho dos meus filhos no colégio, a gente sabe que as coisas modificaram, são mais dinâmicas, mas a gente sente que a base que eu tive com o meu curso primário de antigamente, os meus filhos não tem nada com o curso primário. O que eu tenho até hoje, o que eu aprendi até hoje, olha há uma diferença bem grande. Quem sabe eles aprenderão na universidade.

⁶⁷ Entrevista concedida à Lúcia Regina Brito Pereira em 03/03/2006.

Tanto que eu com o pouco que eu sabia, a minha filha, por exemplo, fez pedagogia, e tem algumas coisas em alguns momentos que eu ajudei muito ela no curso que ela fazia. Mesmo eu tendo esta limitação, tendo chegado só até a esse, essa condição de ginásio, apenas. Mas a gente sente que muita coisa que eu aprendi, vem cá tchê, eu posso te ajudar nisto aí. ...Não sabia com profundidade mas pelo menos sabia discutir, auxiliar, dar alguns caminhos, uma direção (FEIJÓ, 2006).

Em relação ao ensino recebido, o senhor Nilo, destaca que não chegou à universidade, como também relatou o senhor José Domingos Alves da Silveira, mas foi um bom aprendizado. E por não ter levado adiante seus estudos até a universidade, o senhor Nilo relata que na sua época a prioridade era o trabalho.

Não eu acho que na verdade, não havia assim, por parte dos nossos pais, isso não é uma, até porque isso aí é um tanto quanto natural, e isso existe até hoje, o que não havia, pelo menos, por parte dos nossos, era assim, um rigor maior com relação a essa questão da formação, sabe? Nunca nos foi cobrado isso. Não havia desestímulo. Como a gente sabe que existe ainda hoje em alguns setores da sociedade, mas também não havia aquela coisa... tem que ser, isso é prioritário, isso é primordial, não havia essa insistência, essa força de que os filhos realmente atingissem. Tanto que nós, se a gente pensar bem da minha época assim, ... era bem o contrário de hoje eu tenho três filhos, dois são formados, um ainda trancou a faculdade, trancou agora porque não teve condições, mas vai voltar e eu sei que ele vai se formar também. O meu sobrinho, também, a maioria deles está tendo um bom andamento nesta questão da educação, acho que as coisas mudaram (FEIJÓ, 2006).

Nossa outra entrevistada é a professora Maria Conceição Lopes Fontoura⁶⁸, fundadora e integrante da coordenação de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras: “*nasci em Cachoeira do Sul em 14 de fevereiro de 1950, morei em Cachoeira até o final do ano de 1969, em 1970 vim para Porto Alegre*”. Em relação à escolaridade dos seus pais e irmãos, ela relata:

O meu pai era pouco mais que alfabetizado e a minha mãe tinha estudo até a quinta série. Meu pai teria a escolaridade correspondente entre primeira e segunda série naquela época e a minha mãe tinha até a quinta série, meu irmão mais velho concluiu o ginásio, assim como meu irmão mais moço a minha irmã concluiu o segundo grau e começou a estudar na faculdade estava fazendo o curso de letras mas não conclui (FONTOURA, 2005).

⁶⁸ Entrevista concedida à Sônia Ribeiro em dezembro de 2005.

O relato de sua trajetória escolar é reflexivo e retrata as vivências e as suas experiências de estudante negra:

Eu sempre fui estudante de escola pública, quero dizer, o que eu lembro assim em relação ao ser negra em sala de aula é que, assim, como eu era uma boa aluna isto fazia com que houvesse, vamos dizer, uma tolerância em relação à minha pessoa. Eu era bem tratada porque eu tinha o mesmo desenvolvimento intelectual que minhas colegas mas eu sabia que era uma criança negra (FONTOURA, 2005).

Essa consciência de se reconhecer como uma criança negra fez com que cedo a nossa entrevistada fosse crítica em relação à sua condição no meio escolar

eu lembro assim que a professora da segunda série primária ela me via como aluna negra, e a maioria branca, e ela pôs uma expectativa muito grande em relação a mim, então ela sempre cobrava que eu acertasse todos os exercícios ... me marcou muito (FONTOURA, 2005).

Em relação aos colegas, mesmo com a convivência tranqüila, havia algo que deixava nossa depoente preocupada:

Os meus colegas me tratavam bem, a gente tinha uma convivência bastante tranqüila, mas tinha algumas coisas que me deixavam chateada e eu não sabia responder, por exemplo, quando falavam em negro sempre diziam que a gente era os negros, que os negros tinham sido escravos (FONTOURA, 2005).

Os relatos dos senhores José Domingos Alves da Silveira e Nilo Alberto Feijó destacam o forte ensino que ambos receberam. O que se difere do relato abaixo pois há uma crítica à questão do conteúdo:

Me lembro que na quinta série tinha um livro de religião que dizia que o importante era ter alma branca e tinha uma história de um menino branco e um menino negro, apesar de ser bem preto ele tinha a alma branca, e o menino branco, que era bem branco, tinha a alma preta porque agia mal. Então, passava para gente esta coisa, os negros tinham sido escravizados e para serem bons tinham que ter a alma branca (FONTOURA, 2005).

Outro de nossos entrevistados é José Alves de Bitencourt⁶⁹, é militante histórico do movimento negro gaúcho que assim faz a apresentação de seu grupo familiar:

⁶⁹ Entrevista concedida à Sônia Ribeiro em dezembro de 2005.

Minha mãe se chamava Maria Bittencourt e meu pai Acelino Alves eles muito pouco ou quase nada tiveram pra contribuir em função da minha militância até porque pessoa de mais idade não tem formação, não tem uma consciência crítica no nível como nós estamos discutindo hoje ... Nós éramos oito irmãos eu sou o mais moço desses oito. Eu teria uma dificuldade agora de [lembrar] ... talvez só o primeiro nome, né? Eu tenho a minha irmã mais velha que ainda é viva ela está com quase oitenta anos, nós a chamamos de Cici, depois tenho outro que é o Jaci se estiver vivo ainda, mora em Curitiba. Depois tem uma outra que mora aqui em Porto, na Restinga⁷⁰ que está com setenta e poucos anos e chama-se Neuza e que é Yá das religiões de Matriz Africana, depois eu tenho a Iraci que já faleceu e seguindo-se a ela o Gelso, mais o Nelsinho que já faleceu e esse que vos fala (BITENCOURT, 2005).

O senhor José Alves de Bitencourt não explicita o nível de escolarização de seus pais e seus irmãos, mas podemos depreender que, no mínimo, eles tinham o necessário conhecimento para as suas necessidades básicas no que se relaciona à educação formal. Quanto às suas lembranças de escolarização, critica também o tipo de abordagem sobre os negros nos conteúdos escolares:

Eu tenho uma compreensão de que todo o branco é racista o que varia é o sintoma e o grau. Quando não discrimina por ação, discrimina por omissão consciente ou inconscientemente. Na verdade um ato de discriminação mais ostensivo no sentido de ofender eu não me recordo, mas quando em sala de aula trabalham que o negro é só visualizado enquanto fugitivo, enquanto criminoso, enquanto pessoa ligada ao gueto, um quilombo, na verdade aqueles que têm uma certa compreensão se sentem humilhados, ... com este tipo de abordagem. Mas infelizmente as grandes massas negras às vezes, não conseguem detectar este tipo de preconceito, este tipo de racismo não é colocado às vezes de forma inconsciente por professores bem intencionados, mas que praticam a discriminação e o racismo por ação, ou por omissão. Portanto, não tenho assim um caso particular, mas a pessoa que tem uma certa compreensão consegue identificar os seus censores, não é a todo momento, volto a dizer por ação e por omissão não é? Dos educadores, [que] trabalham ... na sala de aula, principalmente, os educadores formais (BITENCOURT, 2005).

O senhor José Alves de Bitencourt não destaca, em suas lembranças, uma situação em particular, entretanto, tem uma percepção maior relacionada ao racismo e à discriminação no meio escolar, seja por ação concreta, objetiva, seja por omissão nas diferentes formas de corporificação do racismo na nossa sociedade.

⁷⁰ Segundo, Kizzy Assunção: A Restinga, região da zona Sul de Porto Alegre, estava dentro dos projetos de urbanização e saneamento da cidade, foi o local que recebeu grande parte dos antigos moradores da Ilhota. “Em um despacho assinado pelo prefeito Guilherme S. Vilella para o diretor do DEMHAB, [Departamento Municipal de Habitação], Reginaldo Pujol, no ano de 1976, foi determinado um levantamento socioeconômico da Ilhota para a execução do Projeto Renascença. Este levantamento acusou a existência de 246 habitações irregulares, das quais 100 já haviam sido removidas. Alguns moradores possuíam terrenos próprios, em outra localidade, exigindo do DEMHAB apenas o transporte da mudança para o outro local. Já, outros eram removidos para o bairro Restinga. Houve outros que deixaram a Ilhota sem qualquer comunicação de endereço” (2005, p. 14).

Outro entrevistado, o doutor José Luiz Pereira da Costa⁷¹, assim se apresenta:

Meu nome é José Luiz Pereira da Costa, tenho hoje setenta anos, nasci em 13 de novembro de 1935. Sou casado com a Marta, Marta Martins Costa, somos casados há exatos quarenta e sete anos. Nos conhecemos no clube Marcílio Dias (COSTA, 2006).

Em relação à escolaridade de seus pais o doutor José Luiz nos relata o seguinte:

[Eram] pessoas humildes, meu pai foi chefe da portaria, não teve formação ..., escrevia bem, era fanático por ler jornal, não lembro dele ter me dito mas eu imagino que ele tivesse o primário, não tinha mais do que isto, a minha mãe também (COSTA, 2006).

Quanto aos irmãos,

tiveram os mesmos percalços que eu, só que cada um encara a vida de uma maneira. De todo esse universo, seis irmãos, tem um outro que se formou advogado também, Carlos Alberto, vive disso (COSTA, 2006).

Sobre sua trajetória escolar, o doutor José Luiz diz ter sido um “*péssimo aluno*”, tendo passado por várias escolas,

ele [seu pai] tinha recursos normais de funcionário público. Para eu ter estudado primeiro num grupo escolar, onde eu fui até o quarto ano, aonde eu me revelei um péssimo aluno, relapso e tudo que tinha direito. Aí, o seu Mário [seu pai] ficou bravo, me botou numa escola de irmãos, num colégio pago, ele pagava, daí eu fui para o Santo Antônio, no Partenon⁷², lá eu fiz o quarto ano de novo, fiz o quinto ano. E naquele tempo como era da mesma ordem, não precisava fazer o tal exame de admissão, eu não sei como é hoje, era a passagem do primário para o secundário, então eu fui para as Dores ... comecei o primeiro ano do ginásio. Devia custar caro para o seu Mário (COSTA, 2006).

⁷¹ Entrevista concedida à Lúcia Regina Brito Pereira, em 24/03/2006.

⁷² Conforme FRANCO, Sérgio da Costa, sobre a origem do bairro Partenon: “a zona onde nasceu o Arraial do Partenon, que deu nome ao bairro, ficou dele excluída, pertencendo hoje, oficialmente ao bairro Santo Antônio. ... A origem do topônimo ... Vincula-se ao projeto lançado, em 1873, por uma atuante sociedade cultural e beneficente, a Sociedade Partenon Literário, de fundar sua sede no alto da colina onde hoje se encontra a igreja paroquial de Santo Antônio do Partenon. ... a Sociedade do Partenon Literário, em 1899, dissolveu-se sem ter executado o projeto, doando seu terreno à Santa Casa de Misericórdia. Assim, o que deveria ter sido um 'arraial grego' em torno de um templo do saber, não foi senão um topônimo original entre os bairros da cidade, consolidado pela implementação da linha de bonde 'Partenon'. Em realidade, o fator mais forte para o nascimento e desenvolvimento do bairro foi a implantação do Prado da Boa Vista, explorado pelo Jockey Club Porto-Alegrense, à Rua Vicente da Fontoura, no ano de 1880. Foi o prado que parece ter determinado a introdução da linha de bondes da Cia. Carris Porto-Alegrense, inaugurada a 28/3/1880, com a designação de 'Partenon' ... A inauguração do Hospício São Pedro, em 1884, seria outro fator relevante para o crescimento do bairro...” (1992, p. 114-115).

A vida escolar irregular do doutor José Luiz levou seu pai a tomar providências em relação ao filho, que assim relata esta passagem da sua vida:

Aí seu Mário ..., como funcionário público conhecia muita gente, falou com um amigo dele, eu tinha quinze anos. Ele ...conseguiu pra mim trabalhar numa repartição pública, para aprender. Eu ia ser estafeta, hoje é *office boy*. Então eu fui trabalhar e estudar à noite na ACM, Associação Cristã de Moços. Então eu fui para o colégio da ACM estudar comércio, naquele tempo se chamava curso de comércio e terminava com o curso de técnico em contabilidade que habilitava a fazer vestibular. Aí eu comecei a mudar, não sei porque razões, eu tinha quinze anos, foi em 1950, 51 eu entrei para a repartição pública, aí eu comecei a mudar, não rodei mais, tirei o terceiro lugar no vestibular etc. (COSTA, 2006).

Nosso outro entrevistado é o poeta e professor Oliveira Silveira⁷³ que nos relata a sua experiência vivida em uma escola do interior do estado:

Sempre estudei em escola pública começando pela escola rural que ficava no galpão da nossa casa, a professora era de um outro distrito lá no município de Rosário e era hospedada pelos meus pais se tornando amiga da família. Este posto depois foi exercido pelas minhas irmãs, mas então eu fiz todo o fundamental ou primário, como se dizia na época, nesta escola rural depois fui para a cidade de Rosário e fiz um ano de admissão ou ginásio porque meus pais acharam que eu precisava me preparar um pouco mais para poder entrar no ginásio e foi positivo. Entrei fiz o exame de admissão e tive quatro anos de ginásio em Rosário depois vim para Porto Alegre e fiz três anos do curso clássico. Lá em Rosário o ginásio foi numa escola pública colégio, o ginásio estadual de Rosário do Sul que hoje se chama Plácido de Castro. Vim para Porto Alegre e fiz o curso clássico no Julinho, colégio Estadual Júlio de Castilhos, escola pública estadual ... depois entrei para Universidade consegui entrar no primeiro vestibular, fiz quatro anos de curso de Letras, Português, Francês e respectivas literaturas, então eu não tive maiores transtornos não repeti ano felizmente consegui concluir o curso e ingressar no magistério (SILVEIRA, O., 2005).

Em relação à questão negra, esse entrevistado nos diz a que se resumiam às informações sobre a questão negra durante sua escolarização na educação básica:

As referências dependiam dos professores eram muitas coisas assim, haviam referências, alguns professores se detinham um pouco mais, davam algumas informações importantes, mas de um modo geral não, os professores não se detinham em passar informações deste tipo a gente ia recebendo aos poucos, Machado de Assis era descendente de negro, Cruz e Souza, era preto, coisa desse tipo na aula de história. Normalmente na questão da abolição alguma referência, às vezes na existência de quilombos e nada mais do que isto. Eu me mantive alienado durante todo o tempo a não ser quando já estava no final do curso clássico, ensino médio próximo da faculdade comecei a despertar pra questão negra então muito tardio mesmo, lá por vinte anos [já] licenciado em letras (SILVEIRA, O., 2005).

⁷³ Entrevista concedida a Sônia Ribeiro em 21/11/2005.

Temos, ainda, o relato de nossa entrevistada Vanda Menezes⁷⁴. Sua incorporação neste estudo é importante à medida que, militante histórica do movimento social de mulheres negras, destaca-se por ser a primeira mulher alagoana a liderar uma secretaria de Estado.

Sou Vanda Menezes, Vanda Maria Menezes da Rosa, conhecida como Vanda Menezes, sou do Nordeste, nasci em Maceió, capital Alagoas em 12/03/1960, filha de Maria Augusta Menezes Barbosa e Martiniano Barbosa dos Santos. Minha mãe era branca, filha de português e de uma mulher branca com índio e meu pai era filho de negros alforriados, meu pai nasceu em 1894, foi criado no interior chamado São Luiz de Quitugue, [sic] à beira do [rio] São Francisco, no engenho ainda com seus pais que eram negros da Lei do Ventre Livre (MENEZES, 2005).

Sobre a escola, nossa entrevistada tem uma lembrança que marcou a sua trajetória escolar.

Bom, estudei perto de casa, morava na Pajuçara, toda minha infância e adolescência foi no bairro da Pajuçara, em Maceió, estudei no Imaculada Conceição, no colégio das Virgens Poderosas primeiro, também colégio de freiras, onde me alfabetizei, e depois fui pro Imaculada Conceição, onde terminei o primário na época (MENEZES, 2005).

Aqui, lembramos uma questão que acompanha a educação ao longo da história do país, e que se estende ao longo do período republicano. A tradição de uma cultura aristocrática da escola pública brasileira começa a ser revisada a partir da década de 1930, quando esforços eram empreendidos para adequá-la aos padrões da universalização então pretendida. Todavia, a mudança foi lenta, pois, quando a secretária Vanda Menezes se refere à época em que freqüentava a escola elementar diz, “*nós éramos considerados na rua a família mais rica*”, isto revela que o nível socioeconômico do aluno permitia que freqüentasse uma escola particular. Entretanto, “*desde a década de 1960, a divisão mais visível na educação pública tem se baseado em classes sociais: as crianças pobres freqüentam escolas públicas; aquelas*

⁷⁴ Entrevista concedida à Lúcia Regina Brito Pereira, Brasília em 15/06/2005. “Em 2000 [Vanda Menezes} foi convidada para a coordenadoria do Comitê de Saúde da Mulher, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, onde desenvolveu vários projetos junto às comunidades carentes, profissionais do sexo e travestis. Conduzida, em 2002, à Presidência do Conselho Municipal da Condição Feminina, permaneceu no cargo por apenas seis meses, sendo convocada pelo governador para uma missão irrecusável – tornar-se a primeira secretária da Mulher do Estados de Alagoas.” (Conforme SCHUMAHER, Schuma, 2004, p. 148).

que podem pagar por isso geralmente freqüentam escolas particulares” (DÁVILA, 2006, p. 20).

A nossa entrevistada estudou em colégios de freiras, a condição social de sua família permitiu que ela estudasse em escolas particulares, mas a condição social não a eximiu de passar por discriminações, o que iria contribuir para mudar sua vida e conduta em relação à educação escolarizada.

E eu sofri minha primeira discriminação como mulher negra, menina negra, quando estava no terceiro ano primário, e eu jogava muito bem queimado, que é um jogo que você queima às pessoas, de um lado e de outro, você queima e o morto joga com o vivo para matar o adversário, e eu era uma das melhores do colégio. E minha professora de matemática, ... Teresa Lima, negra, mulata, pediu pra madre superiora ver o meu jogo, porque ela queria que eu fosse para a seleção principal. Eu me lembro que um dia a madre foi ver, era quase meio dia, meu cabelo, minha mãe alisava, estava lá em cima o cabelo, toda suada. A madre era branca, tinha os olhos parecia uma chibrinha [sic] azul. E ali, eu não percebi, na época, eu sofri a minha primeira discriminação, eu nunca fui convidada para participar da equipe principal da escola (MENEZES, 2005).

Dos relatos acima, podemos destacar algumas grandes questões. A primeira refere-se ao fato de que todos os entrevistados têm consciência da sua afrodescendência. Mesmo não tendo, à época, de sua infância, juventude e vivência escolar, a idéia de que algumas atitudes se tratassem de ações discriminatórias, a experiência e o amadurecimento nas questões raciais fizeram com que percebessem que os procedimentos eram discriminatórios. E quando havia a consciência e a respectiva reclamação, como podemos perceber no relato da coordenadora Maria Noelci Teixeira Homero, *“Eu não admitia quando diziam a negrinha e tal, o negrinho ..., eu reclamava então eu era penalizada por causa disso”*. Ainda que a condição socioeconômica dos entrevistados fosse igual a dos colegas de aula, não impedia que procedimentos discriminatórios acontecessem.

Nesse início de conversa ficou evidenciado como os entrevistados identificam-se entre si. Todos têm como pressuposto a sua ascendência negra, e constatamos quão forte é a sua memória da passagem pelas escolas. Passamos, nesse momento, a destacar o que eles dizem sobre os aspectos que mais contribuíram para a formação de suas personalidades, seus apegos e atitudes.

1.3 A FAMÍLIA

Iniciamos os relatos sobre a importância da família para o senhor José Domingos Alves da Silveira, embora ele não fale muito de seus pais porque eles morreram quando ainda era adolescente. Segundo o seu relato, o pai, o senhor Dário Alves, desempenhou um papel de grande importância em sua vida.

Figura 4 – Festa Gaúcha na Sociedade Floresta Aurora



Ao centro, senhora Rufina Silveira Alves, mãe do senhor José Domingos Alves da Silveira, à frente abaixada senhora Elizabeth Silveira Vieira e atrás de pé sua irmã. Acervo senhora Elizabeth Silveira Vieira⁷⁵, prima do senhor José Domingos – década de 1940.

E perdi, eles faleceram eu fiquei adolescente com dezesseis anos de idade. ... Aí, meu finado pai, vivo ainda na época, funcionário também da aeronáutica, me conseguiu o emprego, pediu para um colega para me ensinar a bater máquina, eu aprendi a bater com os dez dedos e me ensinou a protocolar a arquivar, a rotina de uma secretaria (SILVEIRA, J., 2005).

O pouco tempo de vivência com os pais não tirou a importância deles para a formação do senhor José Domingos Alves da Silveira que, a partir dali, trabalhou toda a sua vida no mesmo lugar. Assim transcorreu a vida profissional do senhor José e, segundo suas palavras, “teve muita sorte”. Se pensarmos que a educação escolarizada é um problema crônico e estrutural neste país, onde os retornos de ascensão social dela decorrentes não se estabelecem, podemos concluir que realmente o senhor José é um homem de “sorte”, pois apesar do pouco tempo de escolarização conseguiu ultrapassar a barreira do subemprego ou, quem sabe do desemprego,

⁷⁵ Agradeço à Senhora Alfabetizas Alves Vieira pela gentileza em nos ceder as fotos do seu acervo.

e garantiu o seu lugar no mundo do trabalho. E isto, para ele, foi um prêmio, pois dedicou toda a sua vida ao mesmo local de trabalho:

Morava ali na frente, prédio 31, na Praça Júlio de Castilhos e eu era guri estudava no Grupo Escolar Uruguai, na rua Esperança, hoje Miguel Tostes. Agora é colégio padrão no Parcão. Saí no terceiro ano primário, pra trabalhar, aí fui trabalhar de engraxate, ganhei uns trocos, engraxando burgilim, sapato, burgilim era a botina de combate ... do soldado. Onde eu pegava um dinheirinho, comprava roupa, sempre andei bem arrumado, numa zona que tinha-se que pegar o bonde, arrumadinho, passear na Redenção, ir ao cinema, aí eu comprava muita roupa com o dinheirinho da graxa. Aí um dia, faltou um colega que adoeceu, aí o tesoureiro, o seu finado Vicente, que eu rezo por ele até hoje, inclusive até o engenheiro, o doutor Mozar: [disse] 'O Dario arruma uma pessoa aí para fazer a limpeza aí no escritório de engenharia'. [seu pai disse] 'Tá, a partir de amanhã tu vai trabalhar', era quinze de março de 1947. Aí eu comecei, me deram um guarda-pó, o cafezinho ia buscar numa térmica lá, e servia para os funcionários, ali era topógrafo, engenheiro, desenhista, arquiteto. E aí, tinha um colega que era secretário, o finado meu pai ... [pediu] 'Ensina o Zé a bater máquina?' Ele me ensinou, foi escola de datilografia, naquela época datilógrafo, ele me ensinou a bater com os dez dedos, inclusive eu tenho uma máquina aí, ele me ensinou a arquivar, a protocolar, eu tinha uma caligrafia boa, eu sou daquela época que caligrafia dava nota, né. ... era taxado de bocha, para carregar água para os trabalhadores, e eu felizmente fiquei dentro de um escritório, primário trabalhando com limpeza e servindo cafezinho. E aí me dediquei inteiramente à Aeronáutica, saí com cinquenta anos. Dediquei-me, tive sorte... cheguei a agente administrativo, o concurso foi sem currículo escolar, foi a base de legislação. O concurso de agente administrativo na época do período do governo militar, ele nos deu essa colher... então passou muita gente, saímos bem graças a Deus. Me aposentei com cinquenta anos de idade e trinta e cinco de serviço ... Estou com setenta e quatro anos me aposentei antes dessa nova lei em 1978, ...lá em Canoas, no V Comar⁷⁶ (SILVEIRA, J., 2005).

Para o senhor José, a indicação do pai para o trabalho foi de extrema importância, pois este procedimento deu-lhe as bases de sustentação para a sua vida tanto pessoal quanto profissional. Outra entrevistada, a coordenadora Maria Noelci Teixeira Homero faz a seguinte referência quanto à importância da sua família em sua vida.

Bem, tanto o meu pai quanto a minha mãe não eram o que poderia ser chamado atualmente de militantes do movimento negro porque eles, tanto um quanto outro tinham uma participação muito grande na Colônia Africana de promoção dos negros ... e negras e ... mesmo sendo através de festas, eram festas também promocionais de ajuda social e também no que se referia à promoção mesmo... No que se refere à educação ajudavam as pessoas a estudarem porque eles entendiam que para os negros a melhor coisa que poderiam ter era [a promoção] através da educação ... uma das coisas que eles diziam que esse era um legado que tinham que deixar para os filhos e filhas sempre eram voltados pra educação, pra formação para ter um curso ... universitário, pra que chegassem à universidade, estudassem e tivessem uma profissão uma profissão liberal (HOMERO, 2005).

⁷⁶ V Comando Aéreo Nacional.

Também temos o relato significativo do presidente da Associação Satélite Prontidão, senhor Nilo Alberto Feijó:

Por razões que a gente até pode entender não consegui seguir adiante, embora fosse o meu propósito atingir um curso superior, mas a gente cedo né, nove anos, já cai na luta. Embora meu pai fosse funcionário da Caixa Econômica Federal, era uma família grande e os mais velhos sempre acabam tendo o ônus de ajudar, trabalhar enfim. Então, eu trabalhei primeiro ajudando um avô meu que tinha um estande no mercado do Bonfim (FEIJÓ, 2006).

Aqui se destaca o aspecto da solidariedade, em que os irmãos mais velhos são convocados a contribuírem com a renda familiar, e, quando possível, o início da vida profissional ocorria dentro do próprio núcleo familiar. E como já destacamos anteriormente, para esse grupo familiar o trabalho estava nos primeiros planos, “*não havia desestímulo*” para a educação formal, mas a prioridade era o trabalho.

O senhor Nelson Santana, por sua vez, destaca os aspectos da agregação familiar e a solidariedade entre seus membros.

O meu pai me ensinou, todo o preconceito racial que vocês sofrerem, são energias para que vocês continuem trabalhando, não baixar a cabeça, continuem trabalhando, continuem enfrentando estas dificuldades. Bom então, meu pai dava uma assistência, ele ia a [reunião de] pais e mestres, ...ele era operário mecânico. Então, nós tivemos uma base muito forte, meu pai minha mãe. Minha mãe era uma coisa fantástica, trabalhava em casa, lavava roupa pra fora, nós levávamos a roupa lá pro Grande Hotel. Era uma família estruturada, bem estruturada graças a Deus, nunca nos faltou nada, sabe. E depois os nossos familiares que moravam em Livramento, quando vinham pra cá estudar, sempre ficavam na nossa casa, a nossa casa não era grande, mas dava sempre para mais um. Houve sempre a solidariedade e a união entre nós. Graças a Deus não houve um sinal de briga, nem nada (SANTANA, 2005).

O doutor José Luiz Pereira da Costa, o “*eterno secretário*” do Clube Náutico Marcílio Dias, assim se refere à importância da família em sua vida.

Eu acho que o fundamental é o seguinte: eu tive sempre uma família estável, ou seja, o meu pai viveu com a minha mãe até os dois morrerem. Um morreu antes depois morreu o outro. Isso é um negócio que eu acho importante, a estabilidade familiar (COSTA, 2006).

A percepção do doutor José Luiz corrobora com a conscientização e o reconhecimento do empenho de seu pai na educação dos filhos.

Eu respeito muito e tenho uma admiração profunda pelo que meu pai fez por mim. Meu pai me deu formação moral, me oportunizou estudar, me deu a formação que eu sou...” O seu Mário era o eterno chefe da portaria, uma pessoa muito respeitada, uma pessoa séria, então o seu Mário teve condições de estimular até aonde ele podia a educação dos seus seis filhos. Então o que ocorreu, eu vou ficar no meu exemplo, eu sou o penúltimo, então vê o trabalho que ele teve até chegar a mim. O meu pai, minha família, a unidade, a responsabilidade do meu pai, a personalidade do meu pai, esse foi o universo, vamos dizer assim, que formou a estrutura ética da minha personalidade, a partir dessa base sólida que eu estruturei o resto (COSTA, 2006).

Além do núcleo familiar, o doutor José Luiz Pereira da Costa recebeu outra influência marcante para sua vida: *“Os velhos sempre gostaram de mim, é histórico assim, desde que eu me lembro, um exemplo é o próprio doutor Carlos Santos⁷⁷”*. O doutor José Luiz trabalhou como chefe de Gabinete do doutor Carlos Santos, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e relata as outras influências que marcaram a sua trajetória:

Duas pessoas, eu vou citar as duas porque elas são destaques na nossa sociedade. O primeiro, foi o Deputado Carlos Santos com o qual eu fui trabalhar na Assembléia Legislativa. Ele era deputado lá na Assembléia e se afeiçoou por mim, eu era bem jovem, ele tinha os filhos dele, eu era mais um filho dele, eu o considero, numa determinada fase da minha vida, como uma espécie de [conductor] ... A partir de determinado momento a gente precisa de um outro tipo de orientação, se vier melhor. E esse tipo de orientação caiu do céu na pessoa do doutor Carlos Santos ele gostava de mim, me protegia eu acho que correspondia a altura. ... esse foi o segundo personagem que eu vim encontrar na minha vida, que se tornou meu amigo, aliás, ele é meu amigo desde a época da faculdade, nós não fomos colegas de turma, mas nós fomos contemporâneos, Alceu Collares⁷⁸ (COSTA, 2006).

⁷⁷ Nascido em Rio Grande, Carlos Santos foi o primeiro negro a assumir, em 1967, a presidência da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul... exerceu por duas vezes, interinamente, o Governo do Estado ... fez carreira no local de trabalho ... em 1935, foi conduzido ao cargo de Deputado Classista na Assembléia Legislativa. Com a ditadura do Estado Novo em 1937, o Legislativo foi fechado. Retorna à sua cidade. Deixa de ser operário e passa a trabalhar no Ginásio Municipal Lemos Junior. Estudar era preciso ... para concluir o curso primário ... Fez o secundário e ingressou na Faculdade de Direito de Pelotas, onde recebeu o diploma em 1950. Mais do que a advocacia, a carreira política o fascinava. Nas eleições de 1958 seu nome foi consenso na convenção do PTB... e voltou a ser no ano seguinte deputado estadual... repetiu nos pleitos de 1963, 1967 e 1971 ... Exerceu o mandato de deputado federal de 1975 a 1982... Parou aos 78 anos... In.: SANTOS, Irene, ABREU, Sílvia, BARCELLOS, Vera Daisy. (orgs.), (2005, p. 82-83). Ver também TORRES, Luiz Henrique, 2004.

⁷⁸ “Alceu de Deus Collares foi o primeiro negro a chegar à prefeitura de Porto Alegre e ao governo do Rio Grande do Sul”, cronologia da carreira política de Alceu Collares “1964 – Vereador em Porto Alegre; 1970 – deputado Federal mais votado; 1974 – Deputado Federal mais votado do Estado; 1978 – Deputado Federal; 1986/1988 – Prefeito de Porto Alegre; 1991/1994 – Governador do Estado do Rio Grande do Sul; 1998 – Eleito pela 4ª vez Deputado Federal (1999/2003); 2002 – Eleito pela quinta vez Deputado Federal; 2004 – completou 40 anos de vida pública”. Conforme SANTOS, Irene, et. al, op. cit., p. 84.

Do mesmo modo, o poeta e professor Oliveira Silveira ressalta a importância da família para a sua formação pessoal e intelectual.

Isso aí pesou bastante, porque eu a gente tinha boa vida familiar tinha uma infância muito boa ... eu não tenho queixa nenhuma, muito pelo contrário, a minha infância é uma coisa que pesa muito na minha vida e a família também de modo que eu sempre tive apoio dos meus pais e dos meus irmãos também e através da família recebi muita informação ou formação. Formação positiva porque a gente vivia no meio rural onde as coisas são mais tranquilas apesar de algumas dificuldade, mas a gente estava em contato com a natureza isso tudo influi (SILVEIRA, O., 2005).

A então secretária da Secretaria da Mulher de Alagoas Vanda Menezes relata a importância dos ensinamentos passados por seu pai, principalmente para a sua vida futura.

Aprendi com meu pai o porque do meu cabelo encarapinhado ..., o porque da minha pele escura, preta. Ele tinha mania de sentar na mesa e reunir todos os filhos para conversar da nossa raça, nossa origem. Ele me ensinou coisas que até hoje eu aplico: tipo 'só se respeita quem te respeita', 'nunca sente na frente pra não ser convidado a sair do lugar que tá reservado', 'sente sempre atrás, que a melhor coisa do mundo é ser convidado para compor à mesa', 'não leve desaforo pra casa, onde encontrar, deixe, até hoje eu aplico (MENEZES, 2005).

Descritas as lembranças dos nossos entrevistados, que salientam a importância da família para a formação de suas vidas e personalidades, passamos às suas lembranças sobre o modo de como agiram para superar dificuldades no seu processo de aprendizagem escolar e na vida profissional.

1.4 EDUCAÇÃO E TRABALHO

Aqui nos interessa saber como os nossos entrevistados se posicionaram frente às diferentes situações surgidas na vida educacional e no trabalho, se houve apoio, se houve algum tipo de interferência que contribuísse ou não para o seu bom desempenho educacional ou para a garantia de trabalho. No que se relaciona à educação no período republicano, no Brasil, de acordo com Romanelli, ocorre um processo de expansão, no entanto, esta expansão fica limitada devido

à predominância dos interesses da facção conservadora, (que) por seu lado, tornou-se responsável por duas formas de controle da expansão do ensino: a - o controle quantitativo, feito através de dispositivos legais que criaram uma estrutura de ensino rígida, seletiva e discriminante, socialmente falando; b – o controle qualitativo, que se exerceu pelos dispositivos que favoreciam a expansão do ensino de tipo acadêmico e prejudicavam a expansão do ensino técnico (ROMANELLI, 1996, p.15).

Iniciamos os relatos com a exposição do senhor José Domingos Alves da Silveira que desde a adolescência, trabalhou na Aeronáutica como funcionário diarista no setor de obras. Sobre o início de sua vida profissional, ele diz:

Aí, meu finado pai, vivo ainda na época, funcionário também da Aeronáutica, o qual me conseguiu o emprego, pediu para um colega me ensinar a bater máquina, eu aprendi a bater com os dez dedos e me ensinou a protocolar, a arquivar, a rotina de uma secretaria. O meu chefe, ... que foi meu padrinho, o engenheiro Mozar Pinto Cordeiro que gostava muito de mim, porque eu trabalhava bastante. Aí os colegas foram pedindo demissão, não eram funcionários bem remunerados e eu cheguei a secretário ... esse colega que me ensinou, pediu demissão e eu, já sabia a rotina do escritório, da secretaria, batia bem a máquina fiquei com a secretaria do engenheiro, ele [tinha] um belíssimo texto e muito conceituado no ministério, era o setor da engenharia, era o serviço de obras da Quinta Zona Aérea e... a base aérea em Canoas estava com uma vasta construção de prédios onde a engenharia da Quinta Zona Aérea supervisionava o serviço ... Ali eu fui sendo promovido passei de funcionário extranumerário, depois mensalista e chegando a agente administrativo, onde me aposentei com trinta e cinco anos de serviço (SILVEIRA, J, 2005).

No entanto, a dedicação e o reconhecimento como bom funcionário não eram o bastante para que o senhor José obtivesse ganhos suficientes para manter a si e a sua família. Essa falta o levou por caminhos que lhe proporcionaram outro aprendizado:

Como funcionário da Aeronáutica, o salário era pouco, as dificuldades familiares, educando filho. Eu estava, na época com vinte oito ou vinte nove anos de atividade no serviço público federal. Aí eu disse vou me aposentar com cinquenta anos, o que é que vou fazer depois? Como eu trabalhava no arquivo e a gente encadernava diários oficiais e os boletins da diretoria, eu disse: vou tirar um curso de encadernação. Aí me inscrevi na Escola Arte do Livro na época era na rua da República. Durante o curso mudou-se para a Venâncio Aires e lá se encontra até hoje. Mais a dificuldade era grande, era à noite e eu morava em Cachoeirinha⁷⁹ (SILVEIRA J., 2005).

O senhor José Domingos não diz diretamente, mas podemos observar o seu empenho em realizar este curso que contribuiria para melhorar sua situação socioeconômica, pois trabalhava no município de Canoas, voltava para Porto Alegre para fazer o curso e, ao final, retornava para sua residência no município de Cachoeirinha.

Então o meu expediente terminava às cinco e meia. Chegava no centro e tinha que aguardar a abertura. Era quatro vezes por semana à noite, o curso. Largava às dez horas, chegava em casa quase meia-noite. Mas para jantar fazia o seguinte: de manhã chegava no quartel e pegava pãezinhos e ao meio-dia pegava, naquele tempo saía muita almôndega, aí eu pegava duas almôndegas, levava pra sessão juntava ao pãozinho... Eu ia para a praça Dom Feliciano em frente à Santa Casa, chegava mais ou menos seis horas e fazia tempo..., começava o curso às sete horas e ia até às nove e meia por aí...Saía da Praça Dom Feliciano, descia a João Pessoa, naquele tempo não existia a elevada Dona Leopoldina, e tinha um bar na Sarmento Leite, pedia uma média, um café com leite e era a minha janta, pegava aqueles pãezinhos com almôndegas e ia pro curso (SILVEIRA, J., 2005).

Esse esforço despendido pelo senhor José Domingos lhe trouxe ganhos. A experiência adquirida no trabalho fez com que ele realizasse o curso em menor tempo, segundo ele, “*consegui arrumar uns trocos*” para a educação dos filhos e melhorar a casa.

E lá aprendi a encadernação e felizmente tirei só um ano, que seriam três. Como a editora Abril estava lançando estes fascículos e dava encadernação de montão [foi] onde eu consegui arrumar um bom dinheiro e educar os meus filhos e melhorar a minha casa ... eu levava para casa, eu ia lá para a distribuidora do seu Otávio Sagebin e pegava as encadernações dos jornaleiros, naquele tempo era muito fascículo, era Mão de Ouro, Bom Apetite, era Conhecer, dava trabalho. Aí eu deixava os livros, até hoje eu agradeço o seu Júlio, ele tinha uma banca no interior do mercado público ... eu pegava o ônibus, naquela época a aeronáutica nos trazia até o mercado de ônibus e nos levava pela manhã ... E no retorno levava para casa. Isso já depois de formado, lá esse primeiro ano foi o curso básico que eu tirei. Aí quebrou o galho ... eles vendiam a capa pronta era só estruturar aparar e colocar na capa. E onde eu consegui arrumar uns trocos e melhorar o que é meu e educar os meus filhos. Mas foi uma briga e a gente luta muito principalmente a gente que é ... eu felizmente tive os meus padrinhos que impulsionaram lá o grupo os funcionários (SILVEIRA, 2006).

⁷⁹ Município da Grande Porto Alegre.

A supressão na frase acima “*principalmente a gente que é...*” nos remete para o subentendido. O senhor José Domingos não fala, mas sabe da dificuldade de sobrevivência e da outra (dificuldade) que é um limite para uma significativa parcela da população: o fato de ser negro. Daí, a importância de ter aliados — “padrinhos” — que o ajudaram na permanência e ascensão profissional.

Também temos experiência semelhante no relato do doutor José Luiz Pereira da Costa no que se refere à ajuda seja na escola, seja no trabalho,

seu Mário ... com toda a propriedade, como ele era funcionário público a vida toda, conhecia muita gente, falou com um amigo dele, eu tinha quinze anos. Ele ... conseguiu pra mim trabalhar numa repartição pública, para aprender eu ia ser estafeta, hoje é *office boy* (COSTA, 2006).

Inicialmente, o doutor José Luiz trabalhou como jornalista — autodidata — e nos conta um pouco do seu envolvimento nessa atividade.

Eu sempre tive uma carreira assim de jornal na minha vida. Eu tinha trabalhado na época que eu estava no ginásio, nos tínhamos um jornal na UGES, União Gaúcha de Estudantes Secundários, na minha fase eu é que fazia o jornal da UGES, depois na faculdade de Direito, tinha o jornalzinho da faculdade de Direito, da UFRGS, eu era também lá do jornalzinho, em suma, por onde eu andava, sempre estava envolvido ou criava um jornalzinho (COSTA, 2006).

Mais tarde, esse envolvimento no jornalismo proporcionou-lhe outros patamares na profissão. O doutor José Luiz fala com entusiasmo sobre sua profissão de jornalista que, sendo apenas um admirador, não um profissional graduado nesta área, alcançou relativo destaque.

Eu fui originariamente jornalista, trabalhei em jornais importantes aqui de Porto Alegre da época, Diário de Notícias, eu fui fundador da Última Hora, eu fui da equipe de jornalistas que fundou o Jornal Última Hora que hoje se chama Zero Hora. Originariamente era um jornal de um importante jornalista Samuel Weimer, ele montou o jornal aqui em Porto Alegre, formou uma equipe de jovens jornalistas, não éramos jornalistas, éramos admiradores, éramos focas como chamava-se naquele tempo. Alguns profissionais, então eu comecei como jornalista na Última Hora e depois trabalhei no Diário de Notícias, no Correio do Povo, mas no meio do caminho

desse negócio de jornalismo eu tinha que tomar uma decisão na época do tal do vestibular. Eu tinha o vestibular pra fazer, e optei acho que de forma madura e acertada, pelo vestibular de Direito. Eu sou formado pela UFRGS⁸⁰, sou da turma de 1965. E exercitei a profissão de advogado. Até que lá por 1970, bom essa minha condição de jornalista e advogado me ensinou outras coisas na vida, como por exemplo me aproximar de pessoas muito interessantes, muito importantes (COSTA, 2005).

O senhor Nilo Alberto Feijó nos conta sua experiência profissional bem-sucedida, em função de seu esforço pessoal.

Eu fui para a Caixa Econômica Federal, em 1958, entrei lá como escriturário, mas sempre fui uma pessoa que sempre procurou assim, evoluir, atender enfim, eu cheguei praticamente, dentro da minha carreira que eu era escriturário administrativo e cheguei assim, no auge dentro da minha classe, dentro da minha empresa, fui chefe de divisão, chefe de serviço e depois fui gerente administrativo da área de processamento de dados, que é praticamente onde eu quase sempre trabalhei, entrei na Caixa, dentro da área mecanizada, e acompanhei felizmente, toda aquela transformação mecanizada para a informática, quando a gente iniciou trabalhando máquinas, com computadores, depois a coisa foi evoluindo para os computadores, enfim, mas foi uma experiência muito boa, muito válida (FEIJÓ, 2005).

Entretanto, o esforço do senhor Nilo Alberto Feijó, mesmo tendo-lhe proporcionado um relativo sucesso na carreira, não impediu que ele deparasse com obstáculos intransponíveis para alcançar postos mais elevados no trabalho.

Conheci também, alguns aspectos difíceis da carreira de um homem negro dentro de uma área como essa. Nunca me esqueço que uma ocasião eu trabalhava na divisão de controle e todas, muitas pessoas que se tornavam gerentes de agências, passavam pela minha área, muitos aprendiam comigo. Nunca vou esquecer uma vez que o meu chefe, hoje já falecido disse: 'Nilo, tu já percebeu que muitos colegas teus passaram por aqui, tiveram um aprendizado ... 'tu já notaste que muitos colegas teus ascenderam, foram chamados para subgerente, e tal, eu vou te dizer porque tu tens uma grande dificuldade de ascensão, eu vou ser sincero, até porque sou teu amigo, é por causa da tua cor' (FEIJÓ, 2006).

⁸⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A ocorrência desse questionamento do colega – amigo - fez com que o senhor Nilo Alberto Feijó mudasse o seu comportamento. Passou a ser mais vigilante tanto no que se referia à questão pessoal, fazia todos os cursos de atualização que a empresa exigia, quanto a questionar o comportamento dos colegas ao perceber que havia um comportamento discriminatório em relação a colegas.

Aí, eu nunca tinha me dado conta daquilo, e aquilo me despertou, mas também me levou a algumas conclusões. Como a vida, realmente é para o homem negro, apesar da sociedade tentar desmistificar, tentar até quem sabe se convencer de que essas coisas não existem, mas a gente sabe que elas existem ... E, aí eu passei a observar melhor esta questão e comecei, exatamente, dentro do meu ambiente de trabalho... E aí passei a ter uma ação, uma atitude ... de vigilância e de notificação, como eu me dava muito com o chefe de divisão, eu era gerente e tinha um chefe superior que era chefe de divisão, eu fui conversar com ele e manifestei a ele o meu descontentamento, a minha desconfiança [quando via] que praticavam alguma coisa que não era legal (FEIJÓ, 2005).

Essa situação acabou por mudar a percepção do senhor Nilo Alberto Feijó, que passou a “advogar” e interferir, no seu ambiente de trabalho, ao perceber alguma atitude discriminatória.

Já, o poeta e professor Oliveira Silveira nos mostra outra forma de estratégia desenvolvida através de seus próprios méritos, mas ressalta o apoio e o incentivo das irmãs, que eram professoras, e dos pais para o sucesso na continuação dos seus estudos.

Eu fiz todo o fundamental ou primário como se dizia na época, nesta escola rural depois fui para a cidade de Rosário e fiz um ano de admissão ou ginásio porque meus pais acharam que eu precisava me preparar um pouco mais para poder entrar no ginásio e foi positivo entrei fiz o exame de admissão e tive quatro anos de ginásio em Rosário depois vim para Porto Alegre e fiz três anos do curso clássico lá em Rosário, o ginásio foi numa escola pública ... o Ginásio Estadual de Rosário do Sul que hoje se chama Plácido de Castro. Vim para Porto Alegre e fiz o curso clássico no Julinho, Colégio Estadual Júlio de Castilhos, escola pública estadual ... Depois entrei para Universidade consegui entrar no primeiro vestibular fiz quatro anos de curso de Letras, Português, Francês e respectivas literaturas então eu não tive maiores transtornos não repeti ano felizmente consegui concluir o curso e ingressar no magistério (OLIVEIRA, 2005).

Depreendemos do relato do nosso entrevistado, poeta Oliveira Silveira, que foram importantes para ele a convivência familiar e uma professora que se tornou “*amiga da família*”, e,

apesar de algumas dificuldades, a gente estava em contato com a natureza isso tudo influi era primário ... eu pouco mais de alfabetizado escrevia fazia conta e tal, mas com uma grande sensibilidade para o estudo a minha mãe estava sempre procurando aprender e lidando com a medicina popular, por exemplo, e aprendendo e... criando também, às vezes dentro daquele nosso universo (OLIVEIRA, 2005).

Esses fatores contribuíram para uma trajetória mais tranqüila do poeta Oliveira Silveira, que passou de primeira no vestibular e não repetiu nenhum ano na universidade. No período em que estudava, passou por diferentes atividades de trabalho:

Durante o tempo que eu estudava aqui em Porto Alegre trabalhei em empresas privadas e depois em serviço público na área justamente da Secretária da Educação, mas em serviço burocrático como auxiliar de administração, depois oficial escrevente e oficial administrativo. Quando consegui entrar no magistério então deixei estas situações (OLIVEIRA, 2005).

O senhor Nelson Santana, que não percebeu qualquer ação discriminatória por ter estudado em uma escola localizada “*em um bairro pobre de Porto Alegre*”, e estava integrado, através do esporte e do teatro, ao passar para outros níveis de ensino utilizou uma estratégia para escapar das ações discriminatórias.

Depois no CPOR, sim. Porque tu sabes que eu no CPOR, na faculdade e no Parobé eu fui distinguido como melhor aluno, e são três títulos que eu mais tenho comigo é que eu recebi dos meus colegas, a maioria brancos, todos eles a maioria brancos, eu recebi como melhor colega, além das notas, graças a Deus, eu sempre tive entre cinco no máximo ou dez alunos. Estudava, eu achava o seguinte que nós tínhamos que enfrentar o racismo, enfrentar o preconceito através da competência, da capacidade, do estudo (SANTANA, 2005).

A secretária Vanda Menezes utilizou a competência e o mérito para se igualar ao meio e superar as questões discriminatórias. A partir do episódio relatado anteriormente, sobre a

primeira discriminação sofrida na escola, a sua professora de matemática, Teresa Lima, tomou uma atitude que iria mudar os caminhos de sua educação.

E a minha professora mandou chamar a minha mãe e disse para ela que eu era muito inteligente, que o meu **QI, ultrapassava cento e dez**, eu tinha oito anos, e que ela me colocasse pra estudar, nas férias, para que eu fizesse o admissão, pular o quarto ano e o quinto ano, e assim minha mãe fez, eu estudei um mês com a minha vizinha, que era professora primária, a Ana, e passei direto, eu não fiz quarto ano, nem quinto ano primário. Fiz, fui pra escola pública, o Colégio Vinícios de Moraes, fiz todo o meu ginásio e meu segundo grau (MENEZES, 2005, grifo nosso).

Aqui, observa-se que as políticas das reformas, iniciadas no período entreguerras, ainda subsistiam na década de 1960, persistindo o modelo de higienização, dos testes de inteligência e das medidas nas escolas públicas.

Nessa maré crescente de reforma, como a **introdução do teste de inteligência nas escolas**, vemos como as novas práticas confrontaram inicialmente questões de raça, revelando com clareza notável as formas em que respostas brancas, de elite, a questões de raça orientavam as políticas que cercavam esses bancos de areia (DÁVILA, 2006 p. 4, grifo nosso).

Também é semelhante o relato da professora Maria Conceição Lopes Fontoura, quando descreve a estratégia por ela utilizada para ultrapassar as discriminações sofridas no sistema escolar.

Assim como eu era uma boa aluna isto fazia com que houvesse, vamos dizer, uma tolerância em relação a minha pessoa, eu era bem tratada porque eu tinha o mesmo desenvolvimento intelectual do que minhas colegas, mas eu sabia que era uma criança negra ... eu lembro assim que a professora da segunda série primária, ela me via como aluna negra e a maioria branca. E ela, tinha uma expectativa muito grande em relação a mim. Então ela sempre cobrava que eu acertasse todos os exercícios isto me marcou muito, então eu sempre busquei estar, ... com desempenho igual ou melhor que as pessoas brancas. Eu tenho a dizer, acredito, que isto me marcou muito, então eu sempre busquei estar no quartos superiores da sala de aula, estava entre aqueles alunos e aquelas alunas que sabiam e passavam sempre para as turmas adiantadas, [identificadas] por letras, por exemplo, a segunda série A, terceira A ... eram dos alunos mais estudiosos, então eu sempre fui aluna nestas classes, assim depois fui para o ginásio naquelas turmas identificadas com número um também, 11, 21, 31, 41, era das alunas mais adiantadas assim, então eu sempre estive nestas turmas e eu tinha aquela aceitação, eu sabia tinha o respeito dos professores e dos colegas porque eu era na questão intelectual igual a eles. Eu percebia que não haviam outros alunos assim como eu, negros. Eu me lembro que só na primeira série eu tinha uma colega negra e depois nas outras [séries] sempre eu era a única ... a mais estudiosa, quer dizer, a negra mais estudiosa, pra mostrar que apesar da cor, apesar assim [da forma] que a gente era vista, eu tinha

capacidade ... os meus colegas me tratavam bem a gente tinha uma convivência é, bastante tranqüila (FONTOURA, 2005).

Destacadas as estratégias utilizadas por nossos entrevistados para superar questões surgidas no ambiente escolar e no trabalho, antes da conclusão deste capítulo vale destacar algo que nos chamou a atenção nos relatos. Diz respeito à questão religiosa relatada por alguns entrevistados. Por termos presente a importância da religião na preservação da identidade étnica da população negra brasileira julgamos conveniente descrever as lembranças de nossos entrevistados sobre esta questão. Segundo o Mestre Borel, senhor Walter Calixto Ferreira, tradicional alabê⁸¹ da religião africana e filho de Shangô, que conheceu tradicionais babalorixás e ialorixás, respectivamente, pais e mães-de-santo da cidade, “*em Porto Alegre a religião africana foi muito perseguida e depois espalhou-se pelo interior, mas nunca perdeu a origem*”⁸². Sobre a importância da religião africana o advogado e pesquisador Osvaldo Ferreira dos Reis faz a descrição da união e de formas de manifestação religiosa através de nomes que fizeram história em Porto Alegre nesta profissão de fé.

A religiosidade africana está alicerçada nesta união, na junção de forças, na corrente da fé, que ilumina a nossa estrada na certeza de que os ensinamentos não foram esquecidos. A religiosidade do povo negro está associada à alegria, ao culto dos antepassados e o principal motivo da festa é o povo. Quem não ouviu falar do toque do tambor nas festas dos orixás nas casas de: Xangô Omi (uma liderança religiosa que ficou conhecida pelo nome de seu orixá), do Príncipe Custódio, do Antoninho da Oxum, da Mãe Andreza, do Manuelzinho do Xapanã, do Vô Idalino do Ogum, da Mãe Moça da Oxum, do Pai Jauri, da Mãe Apolinária e de tantos outros que reverenciavam os orixás com toque forte do tambor que se unia ao som da Banda de Música comandada pelo Maestro Medanha na festa da Capela do Senhor do Bomfim. A Banda do Maestro João Pena de Oliveira, que acompanhava os festejos de Nossa Senhora do Rosário e da Nossa Senhora dos Navegantes. A fé dos negros se renova e se expressa através do canto, da dança, das oferendas que são dedicadas aos orixás, mas a energia é distribuída na força divina dos Deuses Africanos. Axé! (REIS, apud SANTOS, 2005, p. 109)

⁸¹ Conforme LOPES, “Músico ritual da orquestra do candomblé... O nome designou, originalmente, e em especial na mina maranhense, o tocador de agbê ('alagbe', 'o dono da cabeça'), tendo daí ampliado o seu sentido”, (2004, p. 45).

⁸² FERREIRA, Walter Calixto. “*A religião africana no Rio Grande do Sul*”. Apud, FERREIRA, 2000, p. 45-51.

O nosso primeiro relato sobre a questão religiosa vem do nosso entrevistado José Alves de Bitencourt que, de acordo com sua concepção político-ideológica, diz ser agnóstico, mas reconhece a importância da religião na vida dos afro-brasileiros.

Na verdade eu acho que a questão da religião é uma questão da superestrutura ela é importante, mas não é vital eu, às vezes, me reivindico na condição de agnóstico, outras vezes me reivindico na condição de ateu, não é? Mas, se tivesse que optar, se algum dia optar por uma religião evidentemente que irei para a religião de matriz africana porque ela tem toda uma história, tem um ritmo, um rito e nós sabemos que na época da escravidão foi por ali que foi guardada nossa cultura inclusive, as religiões de matriz africana escondiam os capoeiristas, que naquela época era proibida por lei. Portanto tem toda uma história tem um simbolismo... as religiões de matriz africana no universo do Brasil sempre lutaram contra o preconceito contra o racismo contra a exclusão sempre tiveram ao lado dos oprimidos. Pelo fato de ser uma cultura diferenciada da cultura ocidental, sempre foi, rejeitada volto a dizer, por ação, ou por omissão, ou por uma relação utilitarista (BITENCOURT, 2005).

O poeta Oliveira Silveira também reconhece a importância histórico-cultural da religião afro-brasileira.

Ora, apesar dos meus pais serem católicos e eu ter sido criado nessa visão de cristianismo, mas naturalmente com uma maneira popular numa forma popular, eu depois me desliguei, ... e hoje me considero com uma religiosidade afro-brasileira, e ligado à corrente Angola Conguese⁸³ que seria a Umbanda⁸⁴ (SILVEIRA, 2005).

A professora Maria Conceição Lopes Fontoura, por sua vez, faz a seguinte referência:

Minha família era uma família católica, tanto meu pai quanto minha mãe eram católicos, eu e meus três irmãos somos de orientação espírita kardecista e, um irmão [embora] ele não manifeste, qualquer tipo de religiosidade (FONTOURA, 2005).

⁸³ O termo Angola pode ser definido como uma das nações do candomblé; Congo: “Nome genericamente atribuído, no Brasil, a cada um dos indivíduos pertencentes aos vários subgrupos étnicos dos Bacongos, falantes do quicongo e seus dialetos, localizados nos atuais territórios das atuais Repúblicas do Congo, ex-Zaire, e de Angola, na porção setentrional do país; ...”. Conforme LOPES, 2004, p. 202-203.

⁸⁴ Conforme LOPES, “Religião brasileira de base africana, resultante da assimilação de diversos elementos, a partir de cultos bantos aos ancestrais e da religião dos orixás jeje-iorubanos. ... O vocábulo 'umbanda' ocorre no umbundo e no quimbundo significando 'arte de curandeiro', 'ciência médica'. Em umbundo, o termo que designa o curandeiro, o médico tradicional, é 'umbanda'...” (2004, p. 662-3).

O senhor Nelson Santana tem uma relação mais orgânica com a religião. Destaca a importância que ela tem na sua vida como forma de conscientização de um referencial identitário, e que para a coletividade ela seria a base, um fator de união.

Na realidade meu papai era religioso, ele era africanista. A primeira vez que eu fui na terreira, lá no nosso antigo bairro, na Cidade Baixa, nós éramos da Cidade Baixa, [Rua] Baronesa do Gravataí⁸⁵. Então meu pai era africanista, minha mãe também.

Eu tenho impressão, eu vou dizer pra ti ... acho que o nosso ponto principal é a parte da religião, ela foi forte pra nós. Nós íamos, o papai nos levava na terreira e atendia lá, a nossa Preta Velha, nossa vovó. A vovó era fantástica, ela nos benzia, fazia as bençãos, dava a benção, e qualquer problema de saúde ela tinha lá um trabalhinho dela... Então, eu tenho a impressão, eu acho que foi isto, uma base forte espiritual nós tivemos. Depois nós fomos indo, e até hoje nós somos espiritualistas, trabalhamos, inclusive, meus irmãos todos são médiuns. Trabalhamos numa casa espírita, fizemos a nossa parte lá. Eu tenho a impressão que a parte principal, da nossa formação vem da religião (SANTANA, 2005).

Da mesma forma que o senhor Nelson Santana faz referência a uma região tradicional da cidade que concentrava um grande contingente de população negra, também a coordenadora Maria Noelci Teixeira Homero tem lembranças significativas relacionadas à religião na Colônia Africana⁸⁶.

Bom eles [seus pais] não tinham, tanto um quanto o outro nenhuma orientação religiosa a única coisa que eles tinham é que não gostavam da religião católica, mas por influência da escola ... nós [as filhas] freqüentávamos a igreja. Mas tanto meu pai quanto minha mãe não freqüentavam a igreja católica, o que eles freqüentavam era o batuque porque tinham amigos que eram mães-de-santo, pais-de-santo, então nós também freqüentávamos as festas, sempre desde de pequenas, nós ajudávamos a fazer a festa, e freqüentávamos as festas. Não tínhamos nenhuma participação religiosa nestas festas, mas a gente tinha essa participação de freqüentadores. Ah! Tenho lembrança da minha vó, a vizinha da minha avó, que a gente freqüentava era a dona Picurruca e o pai-de-santo dela era, eu acho que era Valentino. Tanto é que a

⁸⁵ Conforme FRANCO, “Barão de Gravataí, Rua que se originou do velho loteamento da chácara da Baronesa de Gravataí, entregue ao município em 1879, e correspondente ao popular Areal da Baronesa. Área da Cidade Baixa, que correspondia à Chácara da Baronesa do Gravataí, Dona Maria Emília da Silva Pereira, cuja mansão se situava onde hoje fica a Fundação Pão dos Pobres. Depois que o grande solar se incendiou, a Baronesa resolveu parcelar a sua chácara e vendê-la em lotes, o que foi oficialmente aprovado pela Câmara Municipal em 12/2/1879. Sem nenhum melhoramento urbano, e sujeita, ademais, a eventuais alagamentos, essa zona se conservou por longos anos como local de moradia de famílias pobres... O cronista Aquiles Porto Alegre, ... informa que era “um matagal cerradíssimo onde os negros fugidos iam esconder-se (...) Ainda conforme Aquiles, a população porto-alegrense também chamava esse arrabalde de 'Banda Oriental', ... A retificação do Riacho, que a livrou das enchentes, e o subsequente melhoramento da pavimentação das ruas e dos esgotos pluviais, determinaram uma expressiva transformação a partir dos anos cinquenta deste século [XX] (1992, p. 61-62). “A Baronesa do Gravataí negociou com o Município o loteamento de suas terras para quitar dívidas”. Conforme, ASSUNÇÃO, 2005, op. cit., p. 7.

⁸⁶ Sobre a historiografia desta localidade de Porto Alegre, ver FRANCO, 1992; KERSTING, 1998; *REVISTA TIÇÃO*, 1979, p. 14.

Picurrucha foi uma pessoa que me marcou muito, até pouco tempo tinha os jornais da época, o Correio do Povo de quando ela morreu ...eu tenho que fazer a conta porque eu tinha cinco ou sete anos, ... quando ela morreu nós acompanhamos [o enterro]. Ela morava em Petrópolis, na Rua Alegrete, o velório foi em casa, como era de costume na época, e dali levaram ela pro cemitério a pé todos levando, e em todas as encruzilhadas paravam, dançavam em volta e eu achei aquilo lindíssimo, então eu acompanhei fui até a lomba, como na época a gente chamava ... saiu no jornal eu tinha essa reportagem... Tem um outro que era nosso vizinho, vizinho da minha casa, era o seu Dorival, que chamavam de cabeça, tinha uma na [rua] Barão de Ubá que também eram vizinhos da Colônia Africana, depois cada um foi para um lado, nós fomos pro lado da Chácara das Pedras, outros continuaram ali. A minha vó foi para Petrópolis.... A dona Eva era mãe-de-santo na Barão de Ubá .. são estas três pessoas que eram muito próximas e era em suas casas quando por ocasião das festas nós íamos pra ajudar a preparar as coisas, e fazer o serviço braçal mesmo participar (HOMERO, 2005)⁸⁷.

Sobre a existência e características da Colônia Africana, a *Revista Tição* (1979), em artigo do mesmo nome, demonstra a particularidade desta área da cidade.

A Colônia Africana foi a continuação da senzala, desde a Abolição Até a Segunda Guerra. Descia os fundos das chácaras das famílias ricas da parte alta da Independência e 24 de Outubro.

Os negros do Bom Fim e Rio Branco brincavam o carnaval, enquanto o relho da polícia não batia. Tudo existiu até a valorização imobiliária do local. Então veio o confinamento para outras vilas em troca de terrenos baratos. A Colônia não passou de uma grande festa⁸⁸ (REVISTA TIÇÃO, 1979, p. 14).

Em pesquisa sobre a Colônia Africana, Eduardo Henrique Kersting (1998) descreve esta região da cidade a partir da construção imaginada pela elite da época, que via o local como um lugar a ser saneado, não somente em sua estrutura física, mas a população que lá habitava merecia um cuidado especial das forças policiais, o que é possível de verificar em diferentes

⁸⁷ “Um lugar social – Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos que de delinea uma tipografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam”. (CERTÉAU, 1982, p. 66-67). “Nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de uma ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa. Desta maneira, uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica. A instauração literária deste espaço reúne, então, o trabalho que a prática histórica efetuou” (CERTÉAU, 1982, p. 108).

⁸⁸ Segundo a reportagem da Revista Tição esta referência, “A Colônia não passou de uma grande festa”, é atribuída a Elizeu Mendes do qual não encontramos maior identificação, “*embora Elizeu Mendes negue a existência de um posicionamento político ou significado de força. Para ele a 'Colônia não passou de uma grande festa'* (REVISTA TIÇÃO, 1979, p. 14).

relatos, seja em relação ao culto da religião africana ou às festas. Essa situação perdurou até os anos finais da Colônia Africana,

Antonieta Teixeira mora hoje na Vasco da Gama e pegou a Colônia já no final, mas lembra da ação repressiva da polícia no bairro: - a polícia batia de relho. Tinha um policial branco muito temido que era o Pascoal Parula, que quando via os negros na rua depois do toque de recolher, dado sempre às 10 horas, não hesitava em dizer 'O negro é bom para este relho' e batia forte. O calçamento das ruas da Colônia foi feito pelos negros presidiários. E eles não podiam parar, porque os soldados davam pauladas. Isto era o que a gente via, eu era pequena, mas ainda me lembro. Muita coisa deveria acontecer, mas a gente pouco sabia (REVISTA TIÇÃO, 1979, p. 14).

No mesmo artigo há a descrição detalhada da localização da Colônia Africana na cidade.

Do final da escravidão até o início da Segunda Guerra Mundial a comunidade negra de Porto Alegre se concentrou nas ruas que hoje compreendem o Bairro Rio Branco. Era a Colônia Africana, hoje tão pouco lembrada, mas que até a década de 40 se expandia pelas ruas Fernandes Vieira, Ramiro Barcelos, Cabral, Vasco da Gama, Livramento, Giordano Bruno, Miguel Tostes e seguia até atingir a Lucas de Oliveira (REVISTA TIÇÃO, 1979, p. 14)⁸⁹.

Uma questão que se insere no círculo vicioso: o progressivo esquecimento de uma região de grande significação para a história da cidade, em particular para a população negra.

A Colônia Africana, na lembrança dos antigos moradores, hoje espalhados pelas vilas e bairros distantes – resultado crescimento do comércio imobiliário – foi bastante rica em detalhes, que faziam com que ela tivesse uma vida muito própria. Altílio Ramos, o popular *Botinha* que jogou no Internacional⁹⁰ lembrou da Colônia como um lugar em que cada um possuía 'a sua casa própria e onde os aluguéis eram muito baratos'⁹¹:

⁸⁹ Em sua dissertação de mestrado Eduardo Henrique Kersting (1998), descreve a Colônia Africana a partir da representação relacionada à modernização da cidade, ou seja, a visão das elites as quais viam o lugar como um problema a ser resolvido. Desta forma descreve um outro mapa da Colônia Africana: “A Colônia Africana aparece ‘disforme’ nas fontes: a sua denominação abrange, em certos momentos, algumas áreas vizinha a ela, como o Bonfim e o Mont Serrat. (...) centrarei a atenção na conformação dada pela maioria das fontes levantadas, **que parecem delimitar a Colônia Africana a uma pequena área entre as atuais ruas Cabral e Castro Alves, no bairro Rio Branco, costuradas pela avenida Mariante no seu centro, constituindo uma região baixa com ramificações morro acima, na direção leste, e não ultrapassando a atual Ramiro Barcelos, na direção oeste**. Entretanto, interessado em representações sobre o imaginário social, este estudo considerará a Colônia Africana espacialmente onde os construtores das representações sobre ela assim o desejaram. Isso mostra, ou visa explicitar, uma Colônia Africana mais como construção mental do que como existindo concretamente, mesmo porque estamos aqui percebendo-a como eco das fontes, estando sua materialidade, de certa forma, perdida no passado. Do mesmo modo, procuro também, explicitar, sinceramente, o fato de que este presente trabalho é uma construção intelectual, uma representação sobre representações, (p. 10, grifo nosso).

⁹⁰ Tradicional clube de futebol da cidade de Porto Alegre.

⁹¹ A periodização do estudo realizado por Kersting – 1889 – 1940-60 – “demonstra o processo de surgimento da Colônia e a sua progressiva descaracterização como uma região negra da cidade e a sua associação com processos de marginalidade relacionados à valorização e ao desenvolvimento urbano: 1 - desde o seu estabelecimento, por volta dos anos [próximos] da abolição, até... o início da década de 1920, quando ocorreram algumas modificações na área. Esse período abrange desde o aparecimento da Colônia Africana, passando pela época em que foram criadas as representações sobre o local, identificando a área com a

- As casas eram baixas, muitas de alvenaria, outras de madeira, mas nada lembrando os barracos que hoje vemos nas vilas. A maioria saiu de lá forçada, afinal os judeus ofereciam em troca de suas casas um terreno na Vila Jardim, que era um mato e não tinha nenhuma condição. Mas enquanto, a Colônia existiu se vivia bem lá. As mulheres eram donas de casa e os homens trabalhavam no porto, nos bancos, na rede ferroviária e nos Correios. Estes eram os lugares onde o negro tinha maior acesso (REVISTA TIÇÃO, 1979, p. 14).

O objetivo deste capítulo foi apresentar nossos entrevistados e saber deles aspectos relacionados à família, à educação escolarizada, ao trabalho e à religião. Percebemos que a família foi de grande importância, seja na sua função básica de proteção, seja na orientação sobre questões raciais ou, ainda, na condução para o trabalho. Observamos, igualmente, que houve um cuidado em descrever a profissão dos pais, *“meu pai fez o curso de enfermeiro..., minha mãe foi costureira”* (HOMERO, 2005); *“ele era operário mecânico... minha mãe trabalhava em casa, lavava roupa para fora...”* (SANTANA, 2005); *“ meu pai... ele era filho do liberto ... ele não tem herança, ele entra na sociedade já como prestador de serviços, ele foi preliminarmente motorneiro ... e depois consegue um serviço público ... ele era o eterno chefe da portaria”* (COSTA:2006). A maioria dos progenitores dos nossos entrevistados tinham a escolarização básica, mas todos tinham uma profissão. Também, por diferentes motivos, e de acordo com o número de irmãos, os mais velhos tinham que iniciar cedo no mundo do trabalho para contribuir na renda familiar. Em diferentes situações e épocas de suas vidas, nossos entrevistados tomaram consciência do seu pertencimento étnico-racial, passando, assim, a ter um posicionamento mais crítico frente à questão, seja na auto defesa, *“eu era bem tratada porque tinha o mesmo desenvolvimento intelectual de minhas colegas”* (FONTOURA, 2005), seja na defesa de outros *“eu advoguei, embora não seja advogado, algumas questões, ... [sobre]o preconceito racial na área do serviço”* (FEIJÓ, 2006). De uma ou outra forma, nossos entrevistados, excetuada a secretária Vanda Menezes que é de outro

criminalidade, até as primeiras ações no sentido de urbanizar o local, juntamente com a penetração da igreja católica na região e o surgimento da denominação ‘Rio Branco’, visando apagar a antiga imagem negativa do bairro, já bem mais heterogêneo etnicamente; 2 - a década de 1920 até um período incerto, entre as décadas de 1940 e 1960: é quando se completa a descaracterização da área como território essencialmente negro, com a valorização imobiliária, a urbanização acelerada e a progressiva e acentuada expulsão da maioria dos antigos moradores negros” (1998, p. 11).

Estado, têm uma ligação com tradicionais áreas de concentração de população negra na cidade: Cidade Baixa, Areal da Baronesa e Colônia Africana.

O próximo capítulo apresenta as quatro organizações negras pesquisadas, seus períodos de criação, localização em Porto Alegre, seus objetivos e finalidades, e os processos das trajetórias pedagógico-educacionais edificados ao longo de suas existências.

2. AS ORGANIZAÇÕES

Nesta tese, entendemos que as ações empreendidas pelas organizações e movimentos negros, independente da conjuntura em que foram criadas, são caracterizadas como Ações Afirmativas. Para tanto, utilizamos um conceito que nos serve como elemento embaçador, e entre os objetivos dessas ações, destacamos aquele que sintetiza os seus procedimentos: *“introduzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a idéia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero”* (GOMES, 2001, p. 6-7).

Ainda buscando um caminho analítico, nos valem do pensamento de Hélio Santos, no qual é justificada a interdisciplinaridade no estudo da questão negra, pois, *“a sucessão de partes que explica a vida do negro brasileiro tem uma circularidade que torna difícil a sua interrupção”* (SANTOS, 1996, p.113). Ao mesmo tempo, o autor sugere pistas para ultrapassarmos o círculo vicioso dos estudos e pesquisas a partir de um único vetor, porque *“os estudiosos da questão racial se ativeram, preferencialmente, a aspectos isolados, não fazendo a necessária conexão entre os diversos vetores do problema”* (SANTOS, 1996, p, 113).

O autor chama a atenção para o que nos parece de fundamental importância nos estudos e pesquisas sobre a população negra: a crise de identidade racial brasileira.

A não identidade impede a aglutinação da população não-branca, o que impossibilita a reversão dos impedimentos de que é vítima, bem como a sua afirmação como segmento importante da nacionalidade brasileira (SANTOS, 1996, p. 113).

As concepções de organização sejam elas religiosas, de ajuda mútua, de caráter cultural ou de perspectiva não-governamental, encerram em si uma particularidade comum que se

traduz na preservação de identidade e em reivindicações para o estabelecimento de condições dignas de sobrevivência.

No elenco da caracterização das organizações negras no que diz respeito ao perfil assumido ao longo da formação da sociedade brasileira, alguns autores refutam a idéia de movimento popular, ou quando assim a entendem deixam esse conceito pouco preciso, principalmente, quando associado à questão da classe social. Para explicitar a questão do novo e do permanente lançamos mão da caracterização utilizada por Frank e Fuentes: “*os movimentos sociais que hoje em dia são chamados ‘novos’, constituem, com raras exceções, novas formas de movimentos sociais que existiram através dos tempos*”⁹² (grifo nosso). Desta forma, entendemos que a ação e organização dos movimentos negros da diáspora no Brasil são anteriores e contemporâneas às questões clássicas de análise da classe social em virtude das suas especificidades e, de acordo com a conjuntura, estarão mais distantes ou mais inseridas nesse modelo de análise. Embora entendamos que a questão urbana esteja diretamente ligada ao desenvolvimento da sociedade brasileira nos moldes capitalistas, ainda que um capitalismo dependente e periférico.

É importante ressaltar que não é nosso objetivo adentrar em uma análise profunda dos conceitos de capitalismo, dependente, periférico ou modernidade. Entretanto, são pertinentes as reflexões de Martins, quando fala sobre “*a sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*”, e diz que muitos na América Latina confundem o conceito de modernidade, “*que é sobretudo um conceito europeu*” em oposição ao tradicional. Segundo o autor,

essa interpretação de fundo positivista reinstaura o escalonamento do processo histórico, relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como o tradicionalismo dos pobres migrados, do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza. Seriam manifestações anômalas

⁹² Além da discussão da base de classe dos chamados novos movimentos sociais, há também controvérsias quanto a sua novidade. Segundo Frank e Fuentes: Movimentos camponeses, étnico/nacionalistas, de mulheres/feministas, de comunidades locais existiram durante séculos em muitos lugares do mundo. Já os movimentos ‘clássicos’, como o da classe trabalhadora, os movimentos sindicais, são considerados por esses autores como fenômenos transitórios relacionados ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Apud PINTO, 1993, p. 8, nota 5.

e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização (MARTINS, 2000, p. 18).

Com base nesses pressupostos, o autor desenvolve a questão do não-reconhecimento nos países latino-americanos daquilo que denomina de “anomalia e inconclusividade”, ou seja, “*mais se fala em modernidade do que ela realmente é*” (MARTINS, 2000, p.18). Neste sentido, entendemos o desenvolvimento social e econômico no Brasil, em que alguns signos de modernidade são contrapostos ao que vem perdurando através dos tempos na sociedade brasileira, nos quais o possível é veiculado: processos democráticos, acesso aos bens de consumo, educação, trabalho, habitação, saúde, etc., ainda que nunca se realizem. Igualmente nessa perspectiva é imposto ao indivíduo, ou “à *coletividade das vítimas*”, ou, ainda, aos “*includos de modo excludente*”, a responsabilidade das suas condições na sociedade, pois lhes é posta à disposição uma gama quase indeterminada de opções que a modernidade globalizada lhes oferece. Isto se contrapõe à realidade, em que as condições econômico-sociais são engendradas de tal forma que o círculo vicioso da exclusão é alimentado e realimentado e se configurando de acordo com as necessidades do contexto.

Assim, as organizações negras, nas suas diferentes configurações, fazem parte do jogo de forças sociais, e propugnam o estabelecimento pleno daquilo que a “*modernidade*” apresenta e propõe.

Em seu estudo, Paludo (2001) oferece duas linhas de análise em relação aos movimentos sociais: uma metodológico-pedagógica e a outra que considera os sujeitos constituintes atuantes do processo histórico, isto é, eles são a história. Destacamos a análise que a autora faz das relações micro/macro, o hegemônico e as práticas alternativas ao projeto de modernidade. Quanto aos sujeitos, a autora caracteriza a sua atuação emancipatória no sentido de propor, intervir e construir outra sociedade. Entretanto, esta atuação alternativa não ocorre sem limitações e contradições dentro do próprio campo progressista.

Ao partirmos da perspectiva histórica de que se, de um lado, no Brasil temos um processo histórico no qual foram queimadas etapas na constituição da modernidade, por outro, encontramos um processo análogo a essa modernidade inconclusa que se coaduna com o conceito de “*modernidade tardia*” explicitado por Hall (2003). Portanto, o foco estabelecido pela modernidade instalada no Brasil, com o fim do período escravista, visa somente as questões econômicas e políticas. Essa modernidade reservou-se a um mínimo, apenas para sustentar os apelos da instauração do trabalho livre e para embasar juridicamente o sistema republicano. Assim, aos olhos do mundo, o país não estaria “*fora de lugar*”.

Institucionalmente, as questões básicas de educação, saúde e trabalho foram reservadas aos grupos que, em tese, seriam os responsáveis por fazer ir adiante o processo de desenvolvimento econômico. No tocante aos ex-escravizados e seus descendentes não houve um projeto social que os inserisse, de fato, nos novos apelos demandados pelo novo quadro que se delineava. Situações-limite foram criadas e os grupos alijados dos bens mínimos, dos seus direitos criaram formas de sobrevivência e manutenção paralelas ao oficialmente instalado. Isso se instaurou em todas as instâncias necessárias ao estabelecimento de preservação das necessidades básicas — educação, trabalho, saúde, moradia e lazer.

Assim, temos dois Brasis: um inserido na globalidade, moderno, excludente e com todas as conseqüências daí advindas; e o outro, onde os movimentos sociais fazem a diferença na apresentação de alternativas daquele projeto que se diz “vencedor”⁹³.

A partir dessa análise, vemos, na sociedade brasileira, principalmente nos centros urbanos, perspectivas efêmeras, ou seja, tudo é muito inconstante. Ao mesmo tempo, observamos o crescimento dos movimentos sociais com ações mais constantes, mais permanentes. Paludo (2001) destaca que as atuações das organizações vão na direção de preservar suas identidades de grupo e de garantir em nível macro os direitos mínimos de sobrevivência de toda a população, e o efêmero se contrapõe às suas reivindicações. Assim,

⁹³ MARTINS, 2000; SANTOS, 200; BHABHA, 2003; HALL, 2003.

observamos a luta para a instituição de um projeto alternativo de sociedade, na qual se resgate a historicidade e se propugne a transformação de um Estado mínimo para um Estado efetivamente amplo e que cumpra seu papel na construção dos direitos e garantias mínimas para uma convivência digna de todas as pessoas nele inseridas.

Essa construção histórica não tem sido linear. No caso brasileiro, observamos os avanços e os recuos no desenvolvimento das ações dos diversos movimentos sociais⁹⁴. A cada conquista temos uma contra-reação dos poderes hegemônicos que acaba por neutralizar o processo reivindicatório desses movimentos; neutraliza-os, mas não os extingue. E quando a conjuntura é propícia, os movimentos tornam-se mais maduros, não apenas com denúncias, mas com propostas de intervenção que os setores dominantes não podem se furtar de atendê-las ou incorporá-las. Caso contrário, correm o risco de ver a sociedade ingovernável e incontrolável.

O paradoxo da modernidade brasileira inconclusa (MARTINS, 2000), faz pensar que estamos vivenciando um tempo em que tudo está perdido. Os movimentos sociais, nas suas diferentes características, têm um papel fundamental na implementação e na garantia dos direitos históricos e sociais dos sujeitos que foram, até agora, alijados do processo de modernização e globalização.

Retomando o aspecto histórico, destacamos as permanências entre as estratégias dos movimentos negros: “*são as mesmas: educativa e pedagógica, cultural, moralizadora, legal ou jurídica, científica e político-eleitoral*” (PALUDO, 2001, p. 86).

A caracterização sob outra forma de conceituação dessas organizações é expressa por Hamilton Cardoso, jornalista paulista, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado de São Paulo:

As instituições do movimento negro, denominadas de entidades são conseqüências diretas de uma confluência entre o movimento abolicionista, as sociedades de ajuda e da alforria e dos agrupamentos culturais negros. Seu papel é o de legitimar a existência do negro dentro da sociedade, diante da legislação. Elas

⁹⁴ GOHN, 2001; PALUDO, 2001.

unem os negros oficialmente, de forma independente, para praticar o lazer e suas culturas específicas. Escondem no seu interior pequenas organizações familiares de ajuda e solidariedade, para o desenvolvimento social⁹⁵.

Quanto ao corpo conceitual dos grupos e organizações buscamos a definição de Lapassade (1989, p.287-288): é “*um sistema de normas que estruturam um grupo social, regulam sua vida e o seu funcionamento*”, o qual “*toma consciência das necessidades da regulamentação social e dá a si mesmo instituições adequadas*”. Entendemos que esta definição abarca a dimensão epistemológica das organizações aqui investigadas.

As linhas que nos levam a desvendar os procedimentos e ações das organizações em questão são embasadas na indicação do professor Milton Santos (2000, p.15): “*Haveria três dados de base, que me parece podem permitir trabalhar a questão [dos grupos] ... a corporeidade, a individualidade e a cidadania*” .

A corporeidade reveste-se de dados objetivos. No caso do desenvolvimento deste projeto, seriam os levantamentos realizados a partir de uma, certa, realidade, a existência física das organizações compostas por pessoas que vivenciaram e vivenciam experiências em determinados tempo e espaço. A individualidade comporta dados subjetivos, indicando de qual lugar estamos falando, nossa intencionalidade e/ou convicção no desenvolvimento de determinado objetivo ou trabalho.

A cidadania encerra dados político-pedagógicos, aqui entendidos, conforme SANTOS (2000), como forma de intervir em determinada realidade para resgatar processos históricos, individuais ou coletivos que se estruturaram e se estruturam à margem e, também, na oficialidade, mas estão carregados de significados e se constituem como formas de resistência, de preservação de identidades e/ou de exclusão de determinados grupos humanos da sociedade.

⁹⁵ Apud SILVA, Ana Célia. “*Movimento Negro Brasileiro: e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial*”. In: **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador. V.11, n.17, p. 139-151, jan./jun., 2002, p. 140.

Para caracterizar cidadania, buscamos o conceito na análise de Gohn:

O conceito é amplo e abrange várias dimensões: a cidadania individual que regula os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade e remete aos direitos civis e políticos num sistema de mercado, de competição, em que todos sejam respeitados e tenham garantias mínimas para a livre manifestação de suas opiniões, pressupõe o estado como ente mediador que atue como árbitro na sociedade e reponha, o lugar dos indivíduos na sociedade (GOHN, 2001, p.195).

Já, a cidadania coletiva estabelece dois marcos referenciais: o clássico - que nos remete à polis Grega; o outro que nos

remete à contemporaneidade e diz respeito à busca de leis e direitos para categorias sociais até então excluídas da sociedade, ela privilegia a dimensão sociocultural, reivindica direitos sob a forma de concessão de bens e serviços, e não apenas a inscrição desses direitos em lei; reivindica espaços sociopolíticos e manutenção de sua identidade cultural (GOHN, 2001, p. 195).

A cidadania vai, desse modo, além “*da cidadania formal*”, distingue-se, na atualidade, por uma pessoa integrante de um estado-nação que identifica um agente humano investido de características sociais específicas e de significados políticos legalmente codificados, ou seja, a prática de direitos e deveres. A característica da cidadania que propugnamos se constitui na “*cidadania substantiva*” que implica participação efetiva, na qual todas as pessoas sejam parte integrante de “*um corpo sociopolítico, e que os direitos e deveres que as pessoas tenham sejam dispostos tanto concretamente quanto em virtude de elas fazerem parte desse corpo*” (EDGAR e SEDGWICK, 2003, p. 55).

Compreendemos que esta segunda definição abarca a dimensão de atuação das organizações negras em busca do reconhecimento de direitos e inclusão social nas suas diferentes formatações. Em termos históricos, podemos assim caracterizar a atuação das organizações negras no decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira.

No que diz respeito às relações raciais na sociedade brasileira encontramos uma produção significativa⁹⁶. Munanga nos chama a atenção para as permanências do racismo:

⁹⁶ Ver: AZEVEDO (1987); BENTO (2001); CONRAD (1977); CARNEIRO (1948); CARDOSO (1991); CHAGAS (1997); CUNHA JR. (2001); BASTIDES (1969); CHALOUB (1990); FERNANDES (1964, 1972);

A estereotipia negativa contra o negro e o aprofundamento das desigualdades entre grupos étnicos ... ganharam novas dimensões, pois foram ideologicamente evocadas para assegurar as vantagens políticas, econômicas e psicológicas nas mãos dos antigos dominadores e de seus descendentes ... a sociedade reproduz novas formas que nada têm a ver com o passado escravista (MUNANGA, 1996, p. 81).

Utilizamos o conceito de raça no sentido de construção histórico-sociológica; não no sentido biológico. Guimarães (1999) discorre sobre a construção histórica do termo “*raça*” e as suas utilizações no Brasil, destacando a posição de diferentes correntes e áreas de estudos e a posição de intelectuais sobre o tema.

Quanto à ação dos movimentos negros recentes, o autor ressalta a diferença em relação às manifestações anteriores “*cuja salvação estava na negação de sua identidade, eles investem no resgate e na construção de sua personalidade coletiva*”, e destaca, igualmente, a busca que inclui a construção de sua identidade étnico-racial e de sua história, o que “*se configura uma estratégia cultural. Os efeitos psicológicos resultados da estratégia cultural são inegáveis*” (GUIMARÃES, 1999, p. 85).

Movimentos negros são entendidos, aqui, como toda a ação, organização e resistência que os africanos e seus descendentes desenvolveram desde a sua chegada nas Américas.

O processo do círculo vicioso, ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira, tem agido de forma eficiente na omissão relativa às várias instâncias de atuação do povo negro. Do mesmo modo, a produção intelectual não difere deste quadro.

É consenso entre os estudiosos das relações raciais o papel fundamental da educação⁹⁷. Salientamos, também, a questão interdisciplinar que vai de encontro à idéia de circularidade a qual está presente em todas as esferas da vida dos afro-brasileiros e deve ser apontada e

FREITAS (1977); GUIMARÃES (1999); GORENDER (1986); HASENBALG (1996); IANNI (1966, 1978); MAESTRI (1979, 1982, 1988); MOURA (1972, 1983, 1988); MUNANGA (1996, 1988); NASCIMENTO (1980); NOGUEIRA (1985); RAMOS (1956); SCHWARCKZ (1987); SKIDMORE (1976).

⁹⁷ Abdias do NASCIMENTO; Ana Célia SILVA; Ana Lúcia VALENTE; Carlos HASENBALG; Henrique CUNHA JR; Eliane CAVALLEIRO; Fúlvia ROSEMBERG; Jeruse ROMÃO; Iolanda OLIVEIRA; Joel Rufino dos SANTOS; Hélio SANTOS; Luiz Alberto de O. GONÇALVES; Maria de Lourdes SIQUEIRA; Kabengele MUNANGA; Maria de Lourdes TEODORO; Petronilha B. G. e SILVA; Raquel de OLIVEIRA; Regina Paim PINTO; entre outros.

registrada, pois esta forma identifica as estratégias de preservação de identidade, de sobrevivência e de luta para criar e recriar a vida em conjunto.

Nesse contexto, inserimos o processo de afirmação de identidades, o qual, segundo Munanga, assim se caracteriza:

A identidade objetiva, apresentada através das características culturais e lingüísticas analisadas pelo cientista social, muitas vezes, confunde-se com a subjetividade, que seria a maneira pela qual o próprio grupo define-se e é definido por outros. Os fatores históricos, lingüísticos e psicológicos fazem parte dos componentes essenciais de uma identidade ou personalidade coletiva (1988, p. 83-84).

Buscar as formas de atuação das organizações negras requer uma análise pedagógica, pois ela nos permitirá apreender como se constitui e se estabelece a luta pela preservação de valores culturais:

É o caso de pensarmos as fronteiras entre atitudes e sentimentos... porque se trata de estabelecer ou consolidar relações entre identidades culturais diferentes – e às vezes divergentes..., desse processo resultará a consolidação de valores culturais preexistentes, ou a assimilação de novos (FISCHIMANN, 1996, p. 183).

Maria de Lourdes Siqueira, ao elaborar processos identitários na tessitura social, ao retoma o pensamento de Lélia Gonzáles⁹⁸ que diz:

... que contribui com agudeza feminina à compreensão das dimensões políticas mais contundentes, que constituem essa situação ímpar no mundo, que corresponde à realidade do dia-a-dia de ser e estar no mundo, na família, na escola, na universidade, na fábrica com os olhos voltados para essa tessitura de desigualdades (SIQUEIRA, 1996, p. 432).

Saber como se constituíram e se estabeleceram as relações entre o individual e o coletivo no processo pedagógico de ampliação da consciência das organizações negras é tarefa essencial para a identidade latente, em especial da sociedade gaúcha, em que a sua

⁹⁸ “Lélia de Almeida Gonzálesz (1934-94). Antropóloga e escritora brasileira nascida em Minas Gerais e falecida no Rio de Janeiro. Professora de antropologia, graduada em filosofia e história e mestra em comunicação social, foi destacada militante dos movimentos negro e de mulheres, participando de conferências e seminários no Brasil e no exterior, tendo integrado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado pela Presidência da República em 1985. Foi suplente de deputado federal e de deputado estadual; ajudou a fundar o grupo Olodum e participou ativamente do Grêmio de Arte Negra Quilombo, fundado pelo sambista Candeia. Publicou entre outros textos *A mulher negra na sociedade brasileira* (1982); *Lugar de negro* (com Hasenbalg, 1982); *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983); *La femme noire dans la société brésilienne* (Paris, 1983); *The unified Black movement: a new stage* (Los Angeles, 1985); *Festas populares no Brasil* (1987); *A categoria político-colonial da africanidade* (1988); e *Nany* (1988)”. Conforme LOPES, 2004, p. 305.

representatividade oficial e histórica foi relegada a um papel de menor importância. Esse procedimento pode contribuir (e muito!) para se observar a manifestação concreta dessa identidade ainda não manifesta em todas as instâncias da sociedade brasileira.

Nesse âmbito, destacamos a estratégia⁹⁹ como uma forma de se sobrepor ao que, aparentemente, está posto e estabelecido:

É o ‘cálculo da relação de força que se torna possível a partir de um momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. [Ela requer um lugar próprio capaz de] servir de base a uma gestão de suas relações com a exterioridade distinta (CERTEAU, 1994, p. 46).

A elaboração e criação de estratégias de ação utilizadas pelas organizações negras, de acordo com as suas inúmeras formatações, podem ser traduzidas de acordo com a perspectiva da psicologia cognitiva da seguinte forma:

Agir estrategicamente implica, também, que o comportamento produzido não seja o único possível na situação, que nenhum determinismo natural, social, psíquico ou lógico, interno ou externo ao produtor o conduza somente a se comportar linguisticamente, de certa maneira¹⁰⁰ (CHARAUDEAU, 2006, p. 218).

Outra perspectiva para definir o termo estratégia nos é dada por Charaudeau:

O que parece delinear-se, ..., é que: (1) as estratégias dizem respeito ao modo como um sujeito (individual ou coletivo) é conduzido a escolher (de maneira consciente ou não) um certo número de operações linguageiras; (2) falar de estratégias só tem sentido se elas forem relacionadas a um quadro de coerções, quer se trate de regras, de normas ou de convenções; (3) há interesse em recuperar as condições emitidas pela psicologia social, a saber, que é preciso um ‘objetivo’, uma ‘situação de incerteza e um ‘cálculo’. ... não se pode utilizar essa noção de estratégia senão em relação à existência de ‘um quadro contratual que assegura a [instabilidade] estabilidade e a [im]previsibilidade dos comportamentos’, de maneira que possa intervir um sujeito que joga ‘seja com os dados do contrato’, seja no interior desses dados’ (CHARAUDEAU, 2006, p. 219, destaque nosso).

Outra explicação de estratégia, que caracteriza as ações e as atuações das organizações negras, nos diz que há uma constante criação, uma atividade incessante em oposição ao

⁹⁹Conforme também citado na introdução da presente tese.

¹⁰⁰CHARBOL (1990, 216), apud CHARAUDEAU, 2006, p.219.

dominante, à situação de subordinação, explicitada naquilo que Hall descreve como “*uma definição 'ampliada' de ruptura social*”, que se traduz em

negociação, resistência, luta: as relações entre uma formação cultural subordinada e uma dominante, onde quer que se localizem nesse espectro, são sempre intensamente ativas, sempre opostas num sentido estrutural (mesmo quando essa ‘oposição’ for latente, ou experimentada simplesmente como o estado normal das coisas...). Seu resultado não é dado, mas construído. A classe subordinada traz para esse ‘teatro de luta’ um repertório de estratégias e respostas – formas de lidar com situações e resistilas. Cada ‘estratégia’ no repertório mobiliza certos elementos materiais, sociais [e simbólicos]: os constrói como suportes para as diversas formas de vida das classes, [negocia] e resiste à contínua subordinação das mesmas. Nem todas as estratégias têm o mesmo peso; nem todas são potencialmente contra-hegemônicas. (Destques no original)¹⁰¹.

Essas formas de luta, de atuação que vão ter diferentes estilos, alcance político e social, têm importância crucial no processo histórico, pois, “*as estratégias culturais capazes de fazer diferença são ... aquelas capazes de efetuar diferenças e deslocar as disposições do poder...*” (HALL, 2003, p. 339). De acordo com a sua localização no espaço e no tempo, as organizações negras atuam através das brechas do sistema social, usando os mecanismos possíveis para suas reivindicações e, principalmente, sendo agentes de aglutinação dos grupos. Esse entendimento nos direciona para a compreensão daquilo que, a primeira vista, seria um limitador no comportamento ou atuação pouco adequada.

Não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por traz delas. Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas inflexões vernaculares e locais; em sua rica produção de contranarrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular 'mainstream', elementos de um discurso que é diferente – outras formas de vida, outras tradições de representação (HALL, 2003, p. 341).

Em relação à circularidade¹⁰², temos dois entendimentos: o primeiro é aquele indicado por Hélio Santos (2001) que explicita a “*trilha do círculo vicioso*”, como uma “*noção composta*

¹⁰¹HALL, S. e JEFFERSON, T. (orgs.). **Resistance through Rituals**. Londres: Hutchinson, 1976, p. 44. Apud HALL, 2003, p. 229, nota 17.

¹⁰² Hélio SANTOS, 2001; Joana Elbein dos SANTOS, 1986; Nei LOPES, 1988.

de seis eixos que se articulam e se retroalimentam numa circularidade perversa que redundam na asfixia social dos negros". Os eixos que compõem tal círculo são: 1) a escravidão e; 2) a sua legitimação; 3) a abolição, pois foi realizada sem um planejamento social efetivo; 4) as suas conseqüências: baixa renda versus baixa escolaridade; 5) o discurso da democracia racial que legitima a invisibilidade da questão negra no país; 6) a introjeção na população negra de idéias de inferioridade, o preconceito engendrado e explicitado pela sociedade abrangente, resultando numa identidade racial fragmentada que envolve a nossa identidade como nação.

Quanto à invisibilidade da questão negra é pertinente a analogia feita por Santos, relativa a um bombardeiro não detectado por radar:

O negro brasileiro enfrenta em seu cotidiano um oponente desse porte. Poucos têm um radar que consiga captar de maneira precisa de onde partem as dificuldades que bombardeiam continuamente os negros (SANTOS (2), (2001, p. 26).

Ou, dito de uma outra forma, há uma camuflagem inconsciente, ou como se diz na Geografia, uma espécie de projeção da realidade. Logo,

é como se quiséssemos todos – negros e brancos – fugir do assunto. 'Elimina-se' o problema não o enfrentando. Tal política de avestruz foi e continua sendo eficaz no sentido de manter a maioria negra onde sempre esteve: à margem da cidadania (SANTOS (2), 2001, p 26).

A invisibilidade da questão racial deve ser interpretada como um fato que não se percebe, não se discute nem se deseja notá-lo ou discuti-lo. É como se não existisse.

A imagem engendrada pela sociedade hegemônica, relativa às históricas dimensões de inferioridade do povo negro — na cultura, no trabalho, na educação — acaba por contaminar também os indivíduos desse grupo que incorporam estereótipos e preconceitos vindos do meio mais abrangente. As conseqüências disso traduzem-se na constituição de uma auto-estima rebaixada que afeta as diferentes etapas do desenvolvimento da vida, especialmente no que

diz respeito à sua inserção na sociedade, através da educação, do trabalho e de outros tantos fatores.

Quanto ao preconceito e à discriminação, o senso comum da invisibilidade faz com que discriminados e discriminadores usem o velho jargão “não tem nada a ver”, e utilizem inúmeros subterfúgios para escapar de situações constrangedoras tanto para um quanto para outro. Esse procedimento vai além dos relacionamentos interpessoais, acabando por se espalhar nas instâncias e serviços da sociedade, e também dificultar um diagnóstico preciso da real causa dos problemas sofridos pela maioria da população negra brasileira.

Já, sobre a identidade fragmentada, Hélio Santos denomina “*arco-íris brasileiro*”¹⁰³ os tipos raciais criados no Brasil. A partir das cores básicas oficiais — pretos, pardos, brancos — temos uma quantidade quase inumerável de cores. Oficialmente, está registrada a degradação do arco-íris brasileiro no primeiro censo realizado em 1872: os pardos constituíam a maior parcela da população. Juntando esses aos pretos tínhamos, então, dois terços dos brasileiros em relação ao grupo não-negro. Com o fim do tráfico de escravizados e o fluxo da imigração européia, o “*arco-íris*” tendeu a ficar mais esmaecido. No censo de 1890 houve significativa queda do grupo negro que perfazia, então, 15% do total da população. Essa queda foi progressiva: atualmente, pelos dados “*oficiais*” do Instituto Brasileiro de Estatística - IBGE, a população negra brasileira está em torno de 6%.

O sobe e desce dos dados oficiais em relação à cor dos brasileiros faz com que uma pergunta não se cale: Quem é negro no Brasil? Quem quer ser negro no Brasil? Isso se traduz em uma indefinição étnico-racial, evidenciando que a admissão da negro-descendência, por parte da maioria das pessoas brasileiras, ainda é uma grande dificuldade. “*Essa multiplicidade denota o terreno movediço sobre o qual andamos quando trabalhamos com a identidade racial dos brasileiros*” (SANTOS (2):2001, p. 58).

¹⁰³ SANTOS, 2001, op. cit. p. 40-59. O autor faz uma análise dos vários censos realizados no Brasil onde constata o progressivo “embranquecimento” e o “empardecimento” oficial da população brasileira. Para o Rio Grande do Sul ver: BAKOS, 1982, 1991; CONRAD, 1975; CARDOSO, 1991; PESAVENTO, 1989.

Outra visão de circularidade, mas diferente do círculo vicioso da exclusão acima apresentado, se expressa no sentido de preservação da vida, de movimento contínuo, de identidade, na qual nos baseamos e tomamos emprestado de Lopes o conceito de *visão negro-africana* que

constitui a essência de uma visão que os teóricos das culturas africanas chamam de visão negra-africana do mundo. Tal força faz com que os vivos, os mortos, o natural e o sobrenatural, os elementos cósmicos e os sociais interajam, formando os elos de uma mesma e indissolúvel cadeia significativa [...] Eles estão, assim, ao mesmo tempo, próximos dos homens, dos deuses e do ser supremo, cujas linguagens dominam (LOPES, 2002, p. 299).

Nessa ótica, a população da diáspora africana, no Brasil, semelhante à de outras regiões, cria e recria formas de sobrevivência, independente daquelas impostas pelos sistemas opressivos a que foram submetidas. E, a partir dessa recriação, modos de vida são forjados paralelamente àqueles engendrados pela sociedade abrangente.

Nesta pesquisa, a definição de cultura nos é dada por Munanga, ao dizer que a

... herança coletiva de uma sociedade, é o conjunto de objetos materiais que permitem ao grupo assegurar a sua vida cotidiana, de instituições que coordenam as atividades dos membros do grupo, de representações coletivas que constituem uma concepção de mundo ... e esse conjunto é transmitido de geração em geração, para cada membro da sociedade, através do processo educativo (MUNANGA, 1988, p. 81-82).

Na definição da cultura como uma dimensão de preservação de identidade e fator de luta para ultrapassar obstáculos, recorreremos a Hall (2001, p.7). Segundo o autor, há “*uma centralidade da cultura*”, e significa “*a forma como a cultura penetra em cada canto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo*”. Sendo a cultura uma dimensão que penetra e circunda a vida social, entendemos que ela faz parte e se articula ao desenvolvimento do processo histórico.

A questão subjacente de sobredeterminação – repertórios culturais negros constituídos simultaneamente a partir de duas direções – é talvez mais subversivo do que se pensa. Significa insistir que na cultura popular negra, ...em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre produto de sincronizações

parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de redecodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes. ... não há volta para o antigo de um modo simples, mas como o que elas são – adaptações conformadas aos espaços mistos, contraditórios e híbridos da cultura popular ... (HALL, 2003, p. 343).

Em relação à autonomia das ações das diferentes instâncias de organização do povo negro, no que tange à educação e suas estratégias de inclusão, concordamos com a definição de Gohn, (2001, p.174): a *“educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação”*.

Essa definição pressupõe uma dimensão ampla do processo educacional à medida que envolve a

aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a conscientização por meio da participação em atividades grupais, em relação aos seus interesses, do meio social e da natureza que os cerca, capacitação para o trabalho por meio de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades, aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a organizarem-se com os objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos. Os espaços onde se desenvolvem são múltiplos (GOHN, 2001, p.174, nota nº 2).

No decorrer do período republicano, principalmente na sua fase inicial, a inexistência de políticas sociais de inclusão propiciou a reconfiguração de organizações. Assim, surgem aquelas criadas por negros e para negros; aquelas criadas por brancos, visando ao amparo dos negros; e aquelas criadas por negros, mas sem restrição ao acolhimento da população branca (SILVA JR, 2004).

Esse processo esteve presente em todo o decorrer do século XX. No final dos anos 1970 desencadeou-se um processo com características bem particulares, em relação às organizações negras, pois elas passaram a interagir com a sociedade abrangente a partir de uma perspectiva de denúncia, da exigência de inclusão e da pressão política.

As organizações negras aqui estudadas são caracterizadas como festivas, bailantes e recreativas. Entendemos que esta forma de organização dá uma dimensão das formas possíveis de agrupamento, em que os princípios básicos da preservação de uma cultura e de uma identidade de grupo mantém as heranças históricas dessa população. O caráter, como dito em outro lugar neste estudo, “*apenas cultural*”¹⁰⁴, aqui assume outra forma, uma forma lúdica, nem por isso de menor importância, porque, como afirma Henrique Cunha Jr., após realizar estudos no Haiti, onde lhe foi possível constatar o estudo da cultura negra naquele país “*sem culpa*”,

a reflexão pode ser dançada e cantada na voz de minha vó. As avós e avôs africanos existem no cotidiano do pensamento e são reconhecidos no cotidiano da vida. Lembramos que no pensamento africano mesmo o racionalismo matemático é representado nas formas simbólicas da dança e da arte (CUNHA Jr., 2001, p. 8).

A intelectualidade tradicional brasileira tem considerado a cultura negra sob a ótica de uma visão ocidental racionalista, desqualificando-a e vendo-a a partir de indicadores racistas e sexistas, muito utilizados nos séculos passados para caracterizar as culturas, tanto do ponto de vista sociológico quanto do antropológico. Nessa visão, a atuação dos grupos é recuperada, mas, ao mesmo tempo, hierarquiza esses grupos em culturas primárias e secundárias. O que não é incorporado pela cultura dominante é folclorizado, e a participação do negro é apenas acessória da tal cultura dominante:

Ao pensamento nacional tornou-se sistemática a idéia do ‘escravo’ como fator de produção. Não temos os escravizados como fonte do pensamento e produção intelectual, isto fica relegado ao branco, o europeu magnífico. Na cultura brasileira o escravizado não pensa, não cria, não tem noção política (...) Não têm consciência de se ver como ser humano, como produtor de idéias. As referências feitas a africanos, descendentes de africanos ficam no patamar das ações reativas, aos impulsos do imediato. Somos produtores de uma cultura ‘Naíve’, simplória e linda. Percebida como rica em artefatos de simplicidade e improviso. Não de elaboração pensada e alicerce centrado pelo uso da razão. Desconhecendo também as múltiplas facetas da razão (CUNHA JR, 2001, p.9).

¹⁰⁴Culturais aqui se refere a um termo, hierarquizado, folclorizado, representação de uma manifestação grupal, apenas. Diferente daquele em que a Cultura é vista e tida como o conjunto de ações que constituem as diferentes dimensões do fazer humano, o conjunto daquilo que caracteriza a identidade, o sentido de pertencimento de construção da vida em todos os seus aspectos. Ver CHARADEAU, 2006; MUNANGA, 1988, 2000; LOPES, 1988; Petronilha B.G. e SILVA, 1987; 2003.

Temos presente que essa perspectiva nos permite ampliar o foco de análise não para nos sobrepor a qualquer outra cultura, mas para realocar as coisas em um lugar onde as ações são vistas sob outro olhar que não o hermético, o fechado, que hierarquiza e exclui. Quanto à cultura, aqui ela tem um lugar de base, na qual podemos observar múltiplas dimensões que fogem ao dualismo binário relacionado a questões meramente econômicas ou políticas ou, ainda, nas relações dominantes/dominados. Como nos alerta Homi Bhabha,

nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro. Não é devido a alguma panacéia humanista que, acima das culturas individuais, todos pertencemos à cultura da humanidade; tampouco é devido a um relativismo ético que sugere que, em nossa capacidade cultural de falar sobre outros e de julgá-los, nós necessariamente nos colocamos na posição 'deles' (BHABHA, 2003, p. 65).

Como já referimos anteriormente, o período escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, 1872-2002, está relacionado à fundação da Sociedade Recreativa Beneficente Floresta Aurora em Porto Alegre. Observamos, ao longo do contexto em estudo, que os registros históricos sobre a população negra ficaram ausentes da historiografia oficial, e a releitura dessas ações faz parte da construção de outro olhar sobre a sua real participação na construção da sociedade brasileira, pois,

embora o negro represente (Censo de 1950) pouco mais de um terço da população brasileira, se incluirmos no total os seus descendentes, os mulatos, a sua bagagem cultural, que veio prodigalizando durante estes quatro séculos, ainda não se esgotou – e não podemos prever com que novos sortilégios nos surpreenderá no futuro (CARNEIRO, 1964, p.5).

Sob essa ótica, a revisão dessas ações terão o papel de redimensionar o quadro atual da educação, da pesquisa em busca de novos temas, a fim de inseri-los nas diferentes áreas que compõem o currículo escolar, contribuindo, assim, para diminuir, em níveis residuais, os altos

índices de evasão e repetência, especialmente no que se refere a educandas e educandos negros.

Sobre o desenvolvimento das organizações negras, ao longo do período em estudo, entendemos que elas assumem uma caracterização específica e diversa de acordo com as conjunturas política e social implementadas no país, forjando formas de ação que se ampliam, passando da ajuda mútua — nas Irmandades do Rosário — ainda no período escravista, às organizações não-governamentais da atualidade.

No decorrer da República Velha, a falta de ações institucionais que atendessem às necessidades da população descendente dos escravizados fez surgir outras organizações com características específicas visando à inclusão social da população negra. Essa particularidade esteve presente em todo o país, e em Porto Alegre ocorreu semelhante fenômeno, principalmente nos anos 1930, com a criação da Sociedade dos Homens de Cor, organização complexa e estruturada, com ramificações em vários estados do Brasil.

Os clubes e sociedades bailantes, existentes nos primeiros anos da República, tinham a finalidade de agrupar os negros e proporcionar espaços de lazer. Do mesmo modo, a Frente Negra Brasileira, nos inícios dos anos 1930, ampliou a sua ação para uma inserção mais efetiva e concreta em relação ao acesso da população negra aos bens de direito na sociedade, promovendo a formação política, educacional, profissional e a defesa jurídica de seus membros¹⁰⁵. Na década de 1940 do século XX, surgiu o Teatro Experimental do Negro - TEN, e as reivindicações assumiram outro caráter, pois exigiam, além da educação, condições dignas de sobrevivência para a população negra.

¹⁰⁵ Sobre a Frente Negra Brasileira ver: BARBOSA, 1998; FERNANDES, 1978; NASCIMENTO, 1948-1950; PINTO, 1993; ROMÃO, 1999; SILVA, 1992, SILVA, 2002, entre outros.

No final dos anos 1940 e no decorrer dos anos 1950, surgiram as organizações Satélite Prontidão e a Sociedade Náutica Marcílio Dias, com características específicas de acolher a população negra que não tinha acesso aos espaços de lazer nem à prática de esportes em outros locais e clubes da cidade.

Mesmo tendo suas ações criticadas por alguns autores como **integracionistas e revisionistas** não se pode negar, como citado em outra parte deste estudo, o importante papel histórico desenvolvido por esses movimentos na luta pela educação e inclusão cidadã da população negra na sociedade brasileira. É pertinente, portanto, ilustrar essa postura na perspectiva a seguir:

Há, assim, uma ‘proliferação de referências’, contrapondo-se à idéia de que as condições para a ocorrência de situações específicas... provenham de ‘um centro fundante da diversidade social’, de uma ‘totalidade onicompreensiva capaz de abranger essa diversidade’. Nessa perspectiva, o ‘político’ vai sendo detectado em outras dimensões sociais, antes vistas como ‘neutras’ e ‘novos saberes vão surgindo – sexualidade, família, cultura, juventude, etc’... Com a emergência desses novos saberes, novas práticas e o caráter ativo que certos agentes sociais passam a adquirir, configuram-se processos de politização do social que não podem ser explicados exclusivamente pelo econômico. Ao mesmo tempo, na medida em que, paralelamente, surgem novas necessidades e distintas formas de conflito na sociedade, ‘tampouco é possível fazer todas as formas de dominação e opressão derivarem da dominação e da opressão de classe’ (PINTO, 1993, p. 20).

Essas formas de desenvolvimento das ações das organizações negras inserem-se na análise acima descrita à medida que se estabeleceram em função da necessidade de afirmação na sociedade brasileira, em consequência de um sistema constituído a partir da supressão de grupos dela integrantes. Desse modo, estes grupos são impelidos a fazer e refazer estratégias de ação que direcionem para a superação das subcondições de sobrevivência¹⁰⁶. Nessa

¹⁰⁶ Em sua análise Pinto remete-se a Emir Sader, destacando o que esse autor reconhece como “mediações simbólicas” que singularizam os movimentos sociais os quais, através destas mediações, elaboram as suas necessidades e seu esquema teórico. Logo: ... a questão que... se apresenta não é a explicação dos fatos concretos, em função das estruturas, pois sempre é possível relacionar os processos sociais concretos às características ‘estruturais’, mas sim o avanço em termos de conhecimento obtido, por meio desse procedimento (Apud, PINTO, op. cit., p.28).

perspectiva de análise, é possível detectarmos as ações particulares e seu avanço na medida das possibilidades e limites encontrados na sociedade.

Essas ações podem ser observadas nas Irmandades, num primeiro momento, que foram espaço de agregação de negros em suas nações de origem. Alguns autores destacam que essa era a forma de a Igreja e a sociedade colonial manterem o controle e garantirem a desagregação da população negra e impedir uma potencial revolta de grandes proporções. Todavia, essas organizações não serviram somente para garantir maior controle da população negra: foram, também, o espaço de socialização, de inclusão, primeiro dos africanos e, mais tarde, dos negros “crioulos” que as adaptaram de acordo com as suas necessidades.

As Irmandades davam segurança – conforto e ajuda nas necessidades, sepultura gratuita. E, elegendo ou confirmando a escolha de reis do Congo, de juizes e juizes de Angola, de governadores de ‘nação’, de capatazes de ‘companhias’ de trabalho, etc., projetavam os seus membros na sociedade colonial (CARNEIRO, 1964, p.90).

Sobre as ações das irmandades na segunda metade do século XIX, assim se refere Edson Carneiro:

Algumas delas haviam acolhido as juntas de alforria, mas agora, na segunda metade do século, a evolução urbana apontava aos crioulos múltiplos caminhos para a liberdade e para a ascensão social – não mantendo organizações tribais, mas, ao contrário, destribalizando-se, misturando-se às camadas pobres das cidades e participando, ombro a ombro, do seu incerto destino (CARNEIRO, 1964, p. 90).

Para Lopes (2004, p. 455-6) existem diferenças entre as organizações nascidas a partir dos anos de 1970, em relação às anteriores, entre as quais a continuidade e a participação em uma agenda internacional. Tais organizações, segundo LOPES, poderiam ser periodizadas em: “*Das confrarias à era Getuliana*”. Desta forma, o marco inicial das organizações negras são as confrarias, ou Irmandades do Rosário, seguidas das Sociedades de Auxílio Mútuo¹⁰⁷ que se constituíram no período escravista, tendo por finalidade a alforria, o auxílio funeral, o auxílio saúde e o pecúlio aos seus integrantes.

¹⁰⁷ Ver Ademir da SILVA JR. 2004.

Um dado importante a ser destacado aqui diz respeito a outro tipo de instituição criada na transição entre a mão-de-obra escravizada e à assalariada no Brasil: as associações negras que Silva Jr. (2004) afirma não serem mutuais, mas propiciavam uma série de benefícios aos seus associados. Segundo o autor, tal tipo de associação proliferou devido à secularização que obrigou os integrantes das irmandades a procurarem outras formas de organização para a defesa de seus interesses.¹⁰⁸ Não somente os setores médios, diz o autor, mas também um número significativo de trabalhadores braçais criaram e se associaram a essas corporações no Estado.

Após a abolição, a mais importante, segundo Silva Jr, foi a Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo em 1931¹⁰⁹.

O período que vai do início da República até o final da Frente Negra Brasileira, em 1937, é a fase que Pinto¹¹⁰ reconhece como a de maior efervescência do movimento negro e sofre a partir daí um recrudescimento. O movimento se rearticulou — na década de 70 — até a consolidação do Movimento Negro Unificado, em meados dos anos 1980.

Cunha Jr. discorda dessa afirmação, pois havia um movimento anterior, contínuo e atuante das organizações negras, com diferentes configurações, nas conjunturas políticas e econômicas do país, principalmente no que se refere aos processos educacionais, culturais e identitários.

¹⁰⁸ Conforme SILVA JR. “...no Rio Grande do Sul foi possível constatar vínculos: tomando-se fundadores e participantes de associações negras (não exclusivamente mutuais) entre 1870 e 1905 em Porto Alegre, 77% destes eram também irmãos do Rosário, ao passo que ampliando o período até 1920, esse número decresce para 22,3%, fenômeno provavelmente resultante não só da secularização, como também da diversificação de espaços de interação social nas entidades já fundadas” (2004, p. 93).

Devo,...ainda demonstrar que os trabalhadores manuais no Rio Grande do Sul também tinham capacidade de poupança, pelo menos maior do que a existente em São Paulo... (p. 98).

¹⁰⁹ Outras organizações criadas depois da Frente Negra entre 1935 e 1950: Movimento Brasileiro contra o Preconceito Racial, Rio/RJ, 1935; Associação dos Brasileiros de Cor, Santos/SP, 1938; Congresso Brasileiro do Negro, Rio/RJ, 1940; Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro, São Paulo/SP, 1948; Teatro Experimental do Negro, Rio/RJ, 1944; União dos Homens de Cor, Rio/RJ, 1948; Justiça Social Cristã, Rio/RJ, 1950. Cf. LOPES: op. cit., p. 455-456. Em Porto Alegre, criadas neste período temos: O Clube Náutico Marcílio Dias, 1949 e mais tarde, em 1956, a Sociedade Beneficente Satélite Prontidão.

¹¹⁰ A autora analisa o movimento negro na cidade de São Paulo, a partir da implementação, pelo governo Franco Montoro, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em SP nos anos 80. O que permitiu o seu contato com o movimento através de pesquisa realizada na Comissão de Educação. (PINTO, op. cit., 1993).

Em relação ao processo e eclosão dos movimentos sociais na década de 1970, o autor reconhece sua importância e ressalta em que medida esses movimentos se diferenciavam daqueles de décadas anteriores:

Os movimentos negros da década de 1970 foram fomentadores de uma preocupação particular sobre problemática da educação e das relações interétnicas. A partir destes movimentos surge uma geração de educadores e pesquisadores trabalhando as temáticas dos afrodescendentes nos sistemas de transmissão e produção de cultura (CUNHA JR., 2001, p.7).

Entretanto, foi em Nei Lopes que encontramos uma definição mais específica de tais organizações negras:

Nome genérico dado, no Brasil, ao conjunto de entidades privadas integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pelos seus direitos de cidadania. Numa visão mais restrita, a expressão diz respeito às organizações nascidas a partir do final da década de 1960 e que se incluem dentro dessa denominação (LOPES: 2004, p.455).

Destacamos outra caracterização, denominada por Lopes de “*Reestruturação*”, que se estabeleceu no período da Ditadura no país, instaurada no ano de 1964. Nessa época, surgiram, em algumas cidades brasileiras, organizações¹¹¹ inspiradas pelos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos e também pelo processo de independência dos países africanos. Em período posterior, ainda de acordo com a caracterização de Lopes (2002, p. 456), surgiu a fase denominada “*Movimento Negro e pesquisa acadêmica*”¹¹².

¹¹¹ Para o Sudeste: Grupo Evolução, Campinas/SP, 1971; Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, SIMBA; Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN, ambos em 1975, RJ; Centro de Cultura da Arte Negra, CECAN, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, ACAB, 1977, SP. E, no ano seguinte, em que a cidade paulista de Araraquara sediou o Feconezu - Festival Comunitário Negro Zumbi, nasce o MNU, Movimento Negro Unificado. Cf. LOPES: op. cit., p. 456. No Rio Grande do Sul, para este período temos: “O **Ébano** de 1962. Da mesma época, surgindo em 1964 ou 65 é o **GTM, Grupo de Teatro Marciliense**, liderado por Luiz Gonzaga Lucena integrante do Clube Náutico Marcílio Dias. ... o **Grupo Teatro Novo Floresta Aurora** ...O **Grupo Cultural Razão Negra** iniciou com o **Nosso Teatro** em meados dos anos 1970 ... Marco inequívoco é **Tiçã**, de Porto Alegre (grupo Tiçã, 1977-1989) **Revista Tiçã** 1978 e 1979... e a publicação única do **Jornal Tiçã** em 1980. Conforme SILVEIRA, Oliveira. “*Palavra de negro*”. Apud.: SANTOS, 2005, p. 114-121.

¹¹² Denominação citada por Carlos Alberto Medeiros e Ivanir dos Santos, os quais destacavam, ... que as denúncias do Movimento Negro já se respaldavam numa nova vertente de pesquisa acadêmica sobre relações raciais no Brasil e que, por meio de indivíduos qualificados do ponto de vista acadêmico, os negros já se assumiam como a gentes do discurso anti-racista, não necessitando mais de intérpretes ou intermediários. Cf. LOPES, p. 456.

A eclosão dos movimentos nesse período tinha uma característica peculiar, no sentido de dar forma e identidade às diferentes identidades grupais que passaram a reivindicar a sua inserção, a questionar sistemas políticos, econômicos e culturais nos diferentes âmbitos da sociedade. O período citado tinha, entre outras características, o que Hall denomina “*descentramentos do sujeito pós-moderno*”, exemplificado, aqui, a partir da perspectiva do movimento feminista.

É o impacto do feminismo tanto como uma crítica teórica como um movimento social. O feminismo faz parte daquele grupo dos ‘novos movimentos sociais’, que emergiram durante os anos sessenta (...) juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos contraculturais, antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com ‘1968’ (HALL, 2003 p. 44)¹¹³.

No contexto dos anos 1970, surgiu o Movimento Negro Unificado que congregou várias organizações negras em nível nacional¹¹⁴, as quais passaram a denunciar a omissão dos poderes instituídos e reivindicar condições dignas de vida para a população brasileira como um todo, em especial para a comunidade negra.

Em todo o Brasil, a produção de intelectuais engajados teve um papel muito importante para a ocorrência dessas ações. A partir das denúncias feitas pelo Movimento Social Negro brasileiro, surgiram pesquisas e estudos, em diversas áreas do conhecimento, sobre o

¹¹³ HALL destaca a importância deste período que vai marcar aquilo que ele denomina de “desconstrução do sujeito moderno, cartesiano”. Quanto à desconstrução ele enumera cinco dimensões que dão as características para uma nova concepção de sujeitos, de identidades subjetivas e coletivas protagonizadas por diversos atores sociais. Em síntese, são estes os descentramentos: 1) O surgimento de um sujeito coletivo, deslocando o sujeito individual e o surgimento de uma essência de sujeito universal, autônoma, histórica atribuída a ‘cada indivíduo singular’; 2) A inclusão na análise social da vertente psicanalítica, mais especificamente, “da descoberta do inconsciente” por Freud, alterando ou possibilitando outra análise social diferente daquela preconizada pela análise de uma identidade fixa e unificada de sujeito; 3) Inclusão dos significados da lingüística (Ferdinand Saussure) reconhecendo a língua como um sistema social, não como um sistema individual. Ou seja, “os significados da língua estão embutidos em nossa língua e sistemas culturais”; 4) O surgimento da “genealogia de poder” do sujeito moderno onde é destacado “o poder disciplinar”, poder este, exercido nos mais diferentes locais e diferentes formas. São importantes suas ações neste momento histórico, pois: “Esses movimentos se opunham tanto à política liberal capitalista do Ocidente quanto à política ‘estalinista’ do Oriente. Eles afirmavam tanto às dimensões ‘subjetivas’ quanto as dimensões ‘objetivas’ da política’... todos esses movimentos tinham uma ênfase e uma forma ‘cultural’ fortes. Eles abraçaram o ‘teatro’ da revolução” (HALL, 2003, p. 34-44).

“Cada movimento apelava para a ‘identidade’ social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais dos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas,... Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a ‘política de identidade’ – uma identidade para cada movimento” (HALL, 2003, p. 45).

¹¹⁴ Em 1978, surge em São Paulo o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial-MNUCDR, mais tarde Movimento Negro Unificado-MNU.

importante papel histórico da população negra na formação sociocultural, econômica e política do país.

As estatísticas atuais demonstram que o mito da democracia racial¹¹⁵ serviu apenas para cristalizar estigmas no imaginário da população brasileira, e a expropriação econômica e social acompanha a vida dos afro-brasileiros até os dias atuais. Esse imaginário¹¹⁶ que perpassa todo o tecido social produz a carência de conhecimento e a invisibilidade nos indivíduos, cristalizando nas instituições a discriminação racial. Entretanto, o senso comum da invisibilidade racial não relaciona a expropriação da população negra à escolaridade. Como ressalta Henriques,

a heterogeneidade na escolaridade da população brasileira explica grande parte da desigualdade de renda no Brasil ... Portanto, os indicadores referentes aos níveis e à qualidade da escolaridade da população brasileira são estratégicos para a compreensão dos horizontes potenciais de redução das desigualdades social e racial e definição das bases para o desenvolvimento sustentado no país (HENRIQUES, 2001, p. 26).

Fora da África, o Brasil tem a maior população negra, superada somente pela Nigéria¹¹⁷. Entretanto, é sintomática a ausência de negras e negros ou seus descendentes em posições de prestígio ou com boa remuneração. Isso ocorre tanto no setor de serviços públicos quanto no setor privado, na educação e nas demais instâncias da sociedade.

¹¹⁵ Conforme LOPES, “Expressão sobre a qual se aninha a falsa idéia da inexistência de racismo na sociedade brasileira. Construída a partir da ideologia do luso-tropicalismo, procura fazer crer que, graças a um escravismo brando que teria sido praticado pelos portugueses, as relações entre brancos e negros no Brasil, seriam, em regra, cordiais. Essa falsa idéia tem se revelado o grande obstáculo à conscientização do povo negro e ao enfrentamento do preconceito etnoracial no país” (2004, p. 232). A idéia de um Brasil mestiço, moreno onde todas as raças convivem em harmonia, surge a partir da década de 1920 e ganha força nos anos de 1930. É imputada a autoria deste termo ao escritor Gilberto Freyre, embora não houvesse explicitado o termo, nas obras: **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933, e **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1936. Nestas obras o autor ressalta a beleza e as atribuições da mulher brasileira, as relações amigáveis entre os diferentes grupos sociais. Para uma análise mais aprofundada ver MOURA, 1988, principalmente capítulo III, *Miscigenação e democracia racial: mito e realidade*, (MUNANGA, 1988, 1996; GUIMARÃES, 1999).

¹¹⁶ Conforme BACZKO, neste caso o imaginário coletivo pode ser definido como: “uma das forças reguladoras da vida colectiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais... O imaginário social é, pois, uma peça efectiva dos dispositivos de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o 'lugar' e o 'objecto' dos conflitos sociais”. (1985, p. 309-10).

¹¹⁷ Ver MUNANGA, 1988, 1996, 2004; SANTOS, 2001; CUNHA JR., 2001.

No Brasil, em consonância com a conjuntura mundial, os anos 70 do século XX assistiram ao chamado renascer dos movimentos sociais. Houve, então, outra configuração dessas organizações. O Movimento Social Negro abarcou em suas pautas a denúncia, a reivindicação e a busca pela inserção política mediante a implementação de ações efetivas nas áreas econômica e social.

A história oficial, conforme já dissemos, ainda omite parcelas importantes da população como a gentes construtores do Brasil. Ao contrário do que a historiografia tradicional registra, negras e negros participaram ativamente na formação histórico-cultural-social do Brasil em contextos variados de lutas para a preservação da memória, da identidade e da cidadania para todos. As estratégias de atuação se fizeram presentes desde a chegada forçada de africanos ao Brasil durante o período colonial e imperial.

Na Colônia, no Império, durante o processo abolicionista e pós-abolicionista, e no decorrer da República as organizações negras no Brasil, e, também no Rio Grande do Sul, tiveram papel fundamental na construção e implementação de estratégias e ações educacionais em defesa da identidade e da integração social e econômica da comunidade negra.

Caracterizando-se de diferentes formas, ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, as organizações negras vão desde as Irmandades do Rosário, presentes em todas as regiões do país, passando pelas sociedades recreativas, musicais e teatrais, organizações operárias, uniões regionais e nacionais, clubes esportivos, com caráter de intervenção política e, mais recentemente, as não-governamentais.

A partir dos anos 60 do século XX, com o fenômeno mundial de eclosão dos mais variados grupos de protesto e reivindicações, também no Brasil surgiram vários movimentos, entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; o Movimento Feminista, o Movimento Negro, cuja temática girou em torno de melhores condições sociais, econômicas, participação política e respeito às diferenças.

No Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Porto Alegre, a partir da década de 1970 organizaram-se o Grupo Razão Negra; o Grupo Palmares (1971); o Grupo Tição (1977); o Movimento Negro Unificado/RS, MNU (1978); o grupo A gentes de Pastoral Negros, APNs (1983); o Grupo Maria Mulher (1987); o Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE) (1987), entre outros.

Na década seguinte, os grupos de protesto no Brasil passaram a se organizar em associações nacionais, e surgiu o Movimento Negro Unificado, ao qual várias organizações se agregaram, denunciando a exclusão dos negros e reivindicando condições dignas de vida para a população como um todo, em especial para o povo negro. A partir daí, projetos, estudos e pesquisas foram desenvolvidos, enfocando o papel e as condições da população negra na formação histórico-social, cultural, econômica e política do país.

A partir da década de 1970, começam a surgir produções e pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico que, lentamente, passaram a rever o papel histórico-social da população negra na sociedade brasileira. No que tange ao processo educacional dessa população no Rio Grande do Sul, as produções são quase inexistentes, pois são privilegiados os processos da escravidão, da violência do sistema, da resistência dos escravizados, do trabalho, das construções ideológicas, da criação de leis para a lenta desagregação do sistema escravista. Portanto, a dimensão educacional é pouco tratada e quando é citada diz respeito às medidas oficiais de interdição, não sendo foco de análise as construções de estratégias educacionais produzidas a partir da população e organizações negras. A tese que defendemos é a de provar que no Rio Grande do Sul, especificamente em Porto Alegre, as organizações negras, desde o século XIX, realizaram e realizam Ações Afirmativas, sendo a educação um dos campos de maior atuação.

A Sociedade Recreativa Beneficente Floresta Aurora, a Sociedade Satélite Prontidão, o Clube Náutico Marcílio Dias e a organização Maria Mulher atingiram o ápice de sua atuação

em diferentes conjunturas da história da cidade, sendo a Marcílio Dias a que teve uma duração mais efêmera. Ao longo da República, principalmente, nos períodos ditatoriais vividos no país, muitas das instituições democráticas sofreram as conseqüências desses regimes políticos e muitos autores¹¹⁸ consideram que nesses períodos houve um recesso dos movimentos sociais.

A seguir, descrevemos a metodologia que embasa a discussão sobre as organizações negras e suas estratégias educacionais.

2.1 IRMANDADE DO ROSÁRIO

A conjuntura da sociedade brasileira se transformou, pouco a pouco, e as organizações acompanharam esse processo, adquirindo novas formas de disposição. Surgiram as organizações autônomas não mais subordinadas ao poder religioso oficial, criadas por e para pessoas negras. À medida que o processo de transição para o trabalho livre se agudizou, surgiram instituições que não foram criadas por negros, mas para atender aos “pobres e desvalidos” que o sistema escravista em processo de finalização instituiu. E tanto as organizações criadas de negros para negros, quanto às criadas para a sua proteção tinham em comum o aspecto educacional. Essas últimas tinham, ainda, a incumbência de preparar a população atendida para o mundo do trabalho livre¹¹⁹.

A Irmandade do Rosário também é incluída aqui pela sua importância como uma das formas institucionalizadas de organização criada pela população negra. Essa forma de organização aceita ou permitida pela sociedade abrangente, possibilitou à população negra criar estratégias de construção de sistemas para a proteção do grupo.

Ao longo da sua existência, a Irmandade promoveu, através de sorteios, a libertação de pretos cativos, cursos de alfabetização para os filhos dos Irmãos, diárias

¹¹⁸ Ver PINTO, 1993; NASCIMENTO, 2004; CAMPOS, 2006.

¹¹⁹ Ver Marcus Vinícius FONSECA, 2002.

para Irmão doente, pensão para Irmão inválido e assistência social e educacional para filhos dos Irmãos, até a idade de 14 anos' (CASTRO, 1994, p.75).

Segundo Dom José Barea, a Irmandade do Rosário de Porto Alegre deu entrada do pedido de oficialização do compromisso em 12 de março de 1786. Entretanto, “a aprovação do Compromisso pela autoridade civil só foi obtida em 1828, e a autoridade eclesiástica em 1830” (BAREA, 2004, p. 27). Poderíamos nos perguntar: por qual motivo ou motivos essa oficialização demorou tanto tempo, quarenta e dois anos no caso da autoridade civil e quarenta e quatro anos pela autoridade eclesiástica? Como afirmam alguns autores, as irmandades foram instrumento de controle no período de sua existência?¹²⁰. A Irmandade do Rosário de Porto Alegre tinha uma organização integradora, pois dela participavam pessoas sem distinção de cor, escravizados e mulheres, conforme consta nos diversos Compromissos analisados pelo padre Barea.

Nesta Irmandade, nunca houve distinção de cores ou raças, exigindo apenas o Compromisso que, para o cargo de Tesoureiro, fosse eleito um irmão branco, e para os de Rei e da Rainha um irmão e uma irmã de cor preta. A única condição para ser admitido na Irmandade era ser católico romano e isento da menor suspeita de heresia, ou segundo o Compromisso de 1883, ter boa conduta moral e religiosa, abonada por três Irmãos de Mesa (BAREA, 2004, p 33).

Outro aspecto que pode ser caracterizado como uma estratégia de identidade de grupo refere-se aos atos religiosos realizados com grande pompa e rigor. Há, também, outra variante

¹²⁰ Clovis Moura em sua análise entende que: “A religião dominante, do escravizador, ... o catolicismo, fazia parte desse mecanismo de dominação não apenas no nível ideológico, mas também em nível de participação estrutural no processo de escravização dessas populações” (1988, p. 44). Carmem Castro (1994) faz o seguinte destaque em relação ao controle das irmandades: “As confrarias foram usadas, pela Igreja, em Portugal, para integrar o negro escravo, recém-chegado, numa sociedade católica e branca, atraiu-o para as entidades mais capazes de interessá-los”. A partir delas, os cativos criaram suas próprias confraternidades. E acabaram por reproduzir o que Marilene Rosa Nogueira da Silva (1988) chama de 'forma consciente ou inconsciente de apoio ao grupo dominante'. O caráter dessas entidades era de acomodação do elemento servil”, (p. 73). Em relação à repressão às Irmandades Arthur Ramos relatando sobre as impressões de viajantes no Brasil, afirma: “De nada valerem essas reprimendas, porque as confrarias e devoção de N. S. do Rosário, de forma direta ou disfarçada, continuaram até nossos dias” (1954, p. 81). Discorrendo sobre as modificações do catolicismo, Antonia Aparecida Quintão destaca: “Com o avanço do catolicismo ultramontano, passam a predominar na Igreja Católica do Brasil, os princípios de romanização, intensificada a partir do século XIX. Este período é caracterizado, portanto, pela preocupação da Igreja em substituir as irmandades e os costumes do catolicismo tradicional por novas associações leigas, que, segundo a orientação tradicional do catolicismo ultramontano, divulgarão uma nova mentalidade católica, na qual o poder religioso será concentrado pelo clero e os leigos passarão a ocupar uma posição subalterna e passiva” (2002, pp. 57-59).

desse mesmo processo como nos mostra, de maneira parcimoniosa e comedida, o padre Barea: *“parece também que as festas eram acrescidas de algum ato extralitúrgico, reproduzindo uma ou outra cerimônia, talvez mesmo supersticiosa de festas africanas, coisa que o Vigário ... não via com bons olhos”* (BAREA, 2004, p. 38).

Outro ponto que podemos destacar relaciona-se às formas de preservação dos costumes do grupo negro desenvolvidas com a permissão da Igreja, pois, segundo um depoimento da época,

o coronel Gaston Hasslocher Lazeron: '....Era costume da gente que aqui vivia naquela época, procedente de várias nações africanas e na maioria escravos, realizar, ... nos dias de Natal e de Nossa Senhora do Rosário, diversos bailados da sua terra de origem, os quais **eram acompanhados pelo ruído ensurdecedor de tambores, marimbas, orocungos e canzás** (BAREA, 2004, p.79, grifo nosso).

Aqui, explicita-se o que, segundo Edmilson de Almeida Pereira, se caracteriza como a preservação da identidade e de costumes reelaborados de outro lugar, na festa, na festa sagrada.

No que tange à vivência do sagrado, a realização da festa institui um momento forte de socialização e de exercício das relações ensino-aprendizagem_ ... a festa organizada por estes segmentos populares é escrita como um livro de muitos contraditórios capítulos, através dos quais é possível apreender os conflitos de classes que se exprimem de modo específico na linguagem da festa. ... Os grupos devotos se encontram na festa, vivenciando-a como herança recebida dos ancestrais e como tradição veiculadora de uma certa ordem social. A festa ocupa lugar central nas colaborações discursivas. Sendo o evento durante o qual de desenvolvem inúmeras práticas de ensino-aprendizagem (PEREIRA, 2007, p. 85, grifo nosso).

Opor-se a certo tipo de costume não era bem visto pelos padres no período em questão. A Irmandade do Rosário funcionava na igreja matriz, e quando houve a proibição pelo padre Vigário José Inácio de realizar os festejos dentro da igreja, foi decidido,

por iniciativa do tesoureiro..., Francisco José Furtado, ou Chico Cambuta, foi resolvido a ereção de um templo consagrado a Nossa Senhora do Rosário, onde pudessem continuar essa usança. Quando o templo ficou concluído, em dezembro de 1827, esses costumes já haviam sido abolidos em Porto Alegre (BAREA, 2004, p.79).

É possível, também, observarmos os laços de solidariedade criados pelos irmãos a fim de contribuírem para a finalização da construção do templo.

Contam que, no tempo da construção, era freqüente verem-se pelas ruas da cidade pretos e pretas, carregando pedras, tijolos e madeiras, encontradas ou esmoladas... é certo que muitos iam trabalhar gratuitamente nas obras, talvez mesmo fazendo uma 'puxadinha' nos domingos, como se fazia mais tarde na igreja das Dores, em que a gente devota carregava materiais da praia à obra (BAREA, 2004, p. 96).

Figura 5 – Primeira Igreja do Rosário



“Velha Igreja do Rosário, construída por negros e derrubada pela caneta de Getúlio Vargas”. In: **História Ilustrada de Porto Alegre**, 1996, p. 58.

Nessa empreitada, como mostra a análise do padre Barea, “*diferentes nações do candombe*”¹²¹ contribuíram com esmolas para a construção do templo. Ainda segundo o mesmo autor pedir esmolas, ou “*peditório*”¹²², era uma das fontes de renda da Irmandade, mas a maior renda eram os aluguéis das casas que lhe pertenciam. A nova Igreja do Rosário começou efetivamente a ser utilizada em 1846, e permaneceu assim até inícios do século vinte, quando o então Vigário José Inácio decidiu pela destruição da igreja construída pela população negra, construindo, em 1942, a atual igreja do Rosário (CASTRO, 1994, p. 83).

Como parte da construção de uma identidade de grupo, a Irmandade do Rosário nos dá mostras da permanência até hoje observada em algumas igrejas e festas religiosas na cidade, de grande parte da população negra gaúcha, por exemplo, a Festa dos Navegantes, de Nossa Senhora da Conceição e de Santo Antônio. Sob essa ótica, entendemos que esse ato de fé faz parte da tradição construída pela população negra gaúcha, perdurando até os dias atuais¹²³.

É pertinente destacarmos a importância da constituição da Irmandade do Rosário, visto que, na configuração de seu estabelecimento na cidade de Porto Alegre, a Freguesia do Rosário teve relevância, tanto em número de habitantes quanto em bens e arrecadação, pois, de acordo com os dados apresentados por Barea,

segundo o censo de 1872, a paróquia de N. Sra. Madre de Deus possuía 1.489 casas, com 9.023 habitantes; a N. Sra. do Rosário, 2.075 casas e 14.104 habitantes; a de N. Sra. das Dores, 788 casas e 4.632 habitantes e a de N. Sra. de Belém, 372 casas e 2.824 habitantes (BAREA, p. 183, nota 20).

¹²¹ Conforme Moacyr Flores, organizador da obra do padre Barea, Candombe diz respeito à “Religião afro-brasileira que deu origem ao Batuque e que tem em sua cosmogonia os orixás, barás, quiumbas e oguns, diferenciando-se em alguns rituais e fundamentos do Candomblé baiano. O terreiro de Candombe mais antigo em Porto Alegre era o da Mãe Rita, que ficava no antigo beco do Firmo que desapareceu com a abertura da av. Perimetral. Segundo a tradição, os negros do Candombe da Mãe Rita construíram a igreja de N. Sra. do Rosário trabalhando de graça e doando materiais (2004, nota 60, p. 96).

¹²² Conforme Barea: “O costume de tirar esmolas com as 'bolsas' pelas portas dos fiéis continuou até o advento da República. Para esses peditórios, era necessária a licença do Sr. Bispo e da Chefatura de Polícia. A primeira licença do Sr. Bispo, ... data de 4 de maio de 1866, sendo concedida pelo tempo de um ano. A última licença da Chefatura de Polícia é do ano de 1883. Em 1884 a autoridade eclesiástica proibiu os peditórios” (2004, p. 117).

¹²³ Conforme Barea: “Por provisão episcopal de 27 de janeiro de 1875, foi criada a capela de Nossa Senhora dos Navegantes, no fim do Caminho Novo, sendo também permitido, naquela data, à respectiva Devoção (...) A capela ficou concluída em 1876 ou 1877, sendo mais tarde destruída por incêndio e reedificada. Era filial do Rosário até a criação da paróquia da Conceição” (2004, p. 170).

A morte do Padre Vigário José Inácio foi noticiada pelos jornais da época, reverenciando o vigário cuja gestão na administração da freguesia fora a maior: “o *padre José Inácio paroquiou durante 27 anos a freguesia mais rendosa da cidade (contava, em 1877, 14.000 habitantes)*” (BAREA, p. 250).

A presente tese tem como destaque as estratégias voltadas para a educação produzidas e implementadas pela população negra, portanto, convém o relato sobre a fundação da escola que nasceu ainda sob a égide da Irmandade do Rosário, sob o “paroquiato” do padre Costábile Hipólito, mostrando que a instrução ou educação faziam parte das obrigações dessa Irmandade. Destacamos que a Irmandade do Rosário era uma organização que se compunha majoritariamente de pessoas negras, mesmo em seu período de menor efervescência e atividade.

O Pe. Hipólito fundou um colégio paroquial que funcionava na parte superior da sacristia e era dirigido por professores leigos. Num ofício por ele dirigido, em 4-11-1903, à Mesa do Rosário, participava haver inaugurado a escola paroquial nesta matriz, **destinada especialmente ao amparo e educação gratuita de pobres e infelizes meninos expostos ao ócio, ao vício e, às vezes, até ao crime**. A fim de poder dar maior desenvolvimento a esta instituição, para o bem dos que sofriam as privações da pobreza e orfandade, pedia à irmandade um auxílio mensal, destinado também, se possível, à formação de um pequeno patrimônio para o sustento e continuação da obra de que era tesoureiro João batista de Sampaio, professor Ernesto Novaes de Vasconcelos e como diretor o próprio vigário (BAREA, 2004, p. 324, grifo nosso).

Essa ação foi importante porque precursora de uma das escolas mais tradicionais da cidade de Porto Alegre, como mostra a seguinte passagem:

O colégio continuou também sob o paroquiato de Mons. Mariano, mas a sua direção foi confiada, já em 1904, aos irmãos Maristas. É assim que teve início o atual Ginásio do Rosário. Os Irmãos transferiram o colégio para um prédio mais amplo e em seguida para o antigo Seminário, donde, em 1926, se trasladaram para a propriedade que adquiriram à rua da Independência, próximo à Igreja da Conceição (BAREA, 2004, p. 324).

Já vai longe esse relato, mas nos parece importante, à medida que nos revela ações protagonizadas pela população negra, ações que ultrapassaram a mera questão da ajuda mútua.

De fato, essa população esteve (está) fora, no sentido clássico, das ações políticas de intervenção direta, ou seja, grupos semelhantes disputando espaços de poder. Entretanto, na medida das condições que se apresentavam, as ações foram construídas de forma prática, rompendo, assim, o estado de anomia imposto pelos setores dominantes.

Para dirimir dúvidas quanto à participação dos negros quando a Irmandade estava com suas ações em declínio, em relação ao período anterior, vale o testemunho melancólico de padre Barea:

De 1913 a 1930, houve apenas 11 admissões. Nas atas das sessões, transparece o desespero do Prior por não encontrar elementos para formar nova mesa. O número legal para a constituição da Mesa era de 35 confrades, mas a que então presidia os destinos da Arquiconfraria não atingia o número de 15.
...em fins de 1926, havia 190 irmãos e irmãs com direito ao carro fúnebre, e dessas 190, apenas 15 ou 20 ainda compareciam aos atos promovidos pela arquiconfraria. Em 1930, nada mais restava à secular corporação do que a recordação da sua passada grandeza (BAREA, 2004, p. 336-7).

Quanto às atividades e participação dos irmãos, a caracterização de Barea é significativa ao indicar duas dimensões:

A decadência refletia-se também nas festividades promovidas pela arquiconfraria. Foram suprimidos primeiro os novenários e depois também os tríduos preparatórios, ficando a festa reduzida à missa solene, com sermão e procissão, que procissão! **Um aglomerado de pretos e pretas acompanhando ou antes perseguindo o andor, sem nenhuma ordem e recolhimento. Excetuados talvez um ou dois, não havia entre os mesários nenhum católico praticante. Alguns deles eram dados à prática do espiritismo e do batuque** (BAREA, 2004, p. 366, grifo nosso).

O padre não escondeu a sua tristeza ao reconhecer o momento de “decadência” se comparado à “grandeza secular” do período anterior. Isso nos mostra que a participação na Irmandade cumpria o papel ambíguo característico das sociedades em que prevalecem as relações de sobreposição e subjugação sociais de um grupo sobre os demais. Todavia, as estratégias dos grupos e populações submetidas para extrapolar as condições impostas são as dimensões que movem, o que poderíamos denominar movimento de preservação da identidade do grupo. Em certa medida, a participação na Irmandade do Rosário proporcionou

a esse segmento da população gaúcha, os descendentes dos africanos, guardar a sua tradição religiosa herdada através dos preceitos impostos pela religião do segmento dominante.

2.2 FLORESTA AURORA

No subitem anterior descrevemos a Irmandade do Rosário, ressaltando os aspectos em que se destacaram as ações referentes à identidade de grupo, e também a preocupação dessa organização com a questão educacional. Passamos, agora, à Sociedade Beneficente Recreativa Floresta Aurora que, devido à sua longevidade, guarda em sua história muitos aspectos da vida e forma de organização da população negra gaúcha¹²⁴.

A Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora¹²⁵ foi criada em 1872, com o objetivo de gerar pecúlio para custear as despesas de enterros de escravizados e libertos. Sobre essa iniciativa meritória, o senhor Nilo Alberto Feijó faz a seguinte referência:

Mas, o que eu sei do Floresta Aurora, dos motivos da razão da fundação do Floresta Aurora era extremamente nobre, os negros procurando buscar alguns espaços para enterrar os seus irmãos. E o que eu mais admiro nessa história toda é que pessoas eram estas, que pretensões teriam estas pessoas lá em 1872, antes da abolição da escravatura, quem eram estes seres (FEIJÓ, 2006).

A Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora foi fundada por negros forros em Porto Alegre, em 31 de dezembro de 1872. Suas primeiras atuações foram realizadas nas esquinas das ruas Aurora (atual Dr. Barros Cassal) e Floresta (atual Cristóvão Colombo).

¹²⁴No período Republicano, outras organizações surgiram com o mesmo objetivo, algumas delas como o Santo Antônio do Pão dos Pobres, o Asilo São Benedito, o Amigo Germano, existentes até os dias atuais. Tais organizações tinham um papel fundamental na proteção e na formação profissional de seus internos. De acordo com as características deste período elas foram criadas sob a ideologia de regramento e direcionamento de crianças e jovens órfãos ou filhos de pais muito pobres que estavam à mercê da própria sorte. Assim, elas tinham um papel importante naquilo que diz respeito à educação voltada para o trabalho, pois a conjuntura exigia ações que, minimamente, se coadunassem com as perspectivas do mundo do trabalho livre.

¹²⁵PEREIRA, 1986, CASTRO, 1994; MARQUES & OLIVEIRA, 2003.

Seus primeiros associados eram negros libertos que deram um caráter beneficente à sociedade, porque objetivava arrecadar fundos para o auxílio e assistência às famílias negras nos casos de óbito.

A Sociedade Floresta Aurora, inicialmente, localizava-se em uma região vizinha à Colônia Africana, também considerada, à época, arrabalde da cidade de Porto Alegre. A rua Dr. Barros Cassal já aparecia nas posturas municipais por volta de 1829, cuja primeira denominação, segundo Franco (1992, p. 62), era Beco do Barbosa. Em 1857, através de uma resolução municipal, passou a denominar-se Rua da Aurora, em 1916 tornou-se a atual Dr. Barros Cassal. Quanto aos antecedentes da atual Rua Cristóvão Colombo, era

uma das principais vias radiais da cidade, junto à qual se desenvolveu o populoso bairro Floresta e muitas vezes referido na documentação do município, e que mais tarde, continuado pela chamada 'estrada do Freitas', se converteria na Rua da Floresta (FRANCO: 1992, p.130)¹²⁶.

Eliane Pereira Duarte, em sua monografia sobre a fundação e função da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, confirma a sua localização nessa região e ao cruzar os depoimentos com a documentação oficial da cidade, “a *chácara da escrava forra, ... coincide com a comprada por um político do século XIX de uma negra alforriada, que localiza-se no Arraial da Floresta e incluía a rua Aurora e a parte da rua Floresta, além de outras ali localizadas*” (DUARTE, 1986, p. 1).

Em relação à fundação da Sociedade Floresta Aurora, a autora faz a seguinte observação: “os *sócios contam que a sociedade Floresta Aurora foi fundada no ano 1872, por negros cativos de senzala ...Contam que tudo começou com uma negra forra que vivia no arraial da Floresta ... que chamava-se Mariquinha*”. E às escondidas, “*lá na casa da*

¹²⁶ “Na década de noventa, [1890] recebeu os trilhos da Cia. Carris Urbanos, que efetivamente incrementaram sua urbanização. Também na mesma década, ou, mais precisamente, em 12 de outubro de 1892, ... a Intendência lhe deu o nome de Cristóvão Colombo. Mas a informação é do cronista Augusto Meyer em seus *Segredos da Infância* – muito tempo decorreu e ainda o nome de 'Floresta' continuava sendo mais popular. 'Ninguém então falava em Cristóvão Colombo, rua da Floresta diziam todos, e que nome sugestivo, acenando à imaginação com uma espessura verde e fresca, incompatível com as casas e as calçada, mas por isso mesmo, ainda mais impregnada de misterioso encanto'.” (FRANCO, 1992, P. 131).

Mariquinha, eles tocavam instrumentos, dançavam entre si, conversavam sobre suas vidas, ... divertiam-se, procurando esquecer as angústias do cativo e as úmidas senzalas” (DUARTE, 1986, p. 6-7).

O senhor Nilo Alberto Feijó (2006) reafirma a iniciativa da senhora Mariquinha, ou Maria Chiquinha, na fundação da Floresta Aurora:

O que mais me deixa alegre, embora, eu até condene um pouco, porque essa é uma coisa que nunca foi explorada, que é o fato desta idéia ter nascido de uma mulher, que dizem, se chamava Maria Chiquinha. Essa mulher é que teria convocado os seus companheiros, o seu grupo de amigos para criar alguma coisa em relação a isto, aquilo que era o Floresta Aurora (FEIJÓ, 2006).

Há alguma divergência sobre o nome da fundadora se compararmos os relatos de Duarte (1986) com a fala do senhor Nilo Alberto Feijó. Isso se deve, muito provavelmente, ao que o senhor Nilo Alberto Feijó diz em relação à documentação:

O Floresta Aurora foi fundado em 1872, no dia 30 de setembro de 1872, claro que eu não tenho as informações de lá, mesmo porque a gente sabe que com o tempo, nessa trajetória histórica ai do Floresta Aurora e até mesmo do Satélite Prontidão muita coisa se perdeu, nós não tínhamos, o hábito de guardar, ... era difícil, ... (FEIJÓ, 2006).

Do mesmo modo que há mais de uma versão sobre o nome da fundadora, para a Sociedade, por sua vez, há duas versões:

Quanto à questão do nome, alguns dizem que o nome foi escolhido devido a esquina em que sentaram ser a da rua Floresta (atual Avenida Cristóvão Colombo) com a rua da Aurora (atual Barros Cassal), ...Há, ainda, os que acreditam na existência de duas sociedades do mesmo tipo, formada por escravos, uma de nome Floresta e outra de nome Aurora (DUARTE, 1986, p. 7).

Julgamos mais plausível a associação do nome à sua localização, pois, era costume, à época, dar o nome a ruas e bairros relacionado a alguma característica do lugar. Conforme Franco (1992, p. 119), em relação à região da Colônia Africana, após a fundação da igreja Nossa Senhora da Piedade, esse foi um dos poucos bairros da cidade que recebeu uma

denominação diferente daquela correspondente à paróquia, devido à “*força dos cultos afro-brasileiros*”.

No tocante à sua composição, Eliane Pereira¹²⁷ questiona a participação de escravizados nessas sociedades, visto que a sua estrutura exigia certa liberdade de ação. Consta como primeiro associado da Sociedade Floresta Aurora o senhor Luiz F. Pereira que era operário. Entre os associados havia funcionários públicos, jornaleiros, motoristas e um “proprietário”. Eles residiam nas imediações da sociedade, nos bairros que correspondem, atualmente, à Cidade Baixa, ao Bom Fim, ao Rio Branco e ao Menino Deus, locais de grande concentração de população negra, à época.

Em relação ao funcionamento, Eliane Pereira Duarte faz a seguinte referência:

A sociedade Floresta Aurora desde a sua fundação organiza-se muito bem, com diretores, secretários, tesoureiros e até procuradores. Todos os sócios tinham que pagar uma taxa mensal e davam outra taxa ao entrar na sociedade que era em dinheiro ou jóias (DUARTE, 1986, 17).

Também com base em jornais da época¹²⁸, a mesma autora destaca que a sociedade ter-se-ia originado a partir de duas composições: uma voltada à música e outra voltada à dança. Cada uma delas comemorava separadamente o seu aniversário, respectivamente, 24 de dezembro de 1871 e 26 de julho de 1877.

Essa sociedade de dança funciona até 1877¹²⁹ mantendo só essa atividade, e neste ano funda uma sociedade musical e a partir dessa sociedade musical a Sociedade Floresta Aurora começa a aparecer na vida social de Porto Alegre com mais significação (DUARTE, 1986, p. 12).

¹²⁷ Uma das razões questionada pela autora refere-se ao perfil dos integrantes, segundo ela, “pelas características dos sócios da Floresta Aurora no séc. XIX eram em sua maioria escravos alforriados pelo exército. Em função da paz entre Brasil e Paraguai em 1872. ...fato que vem ao encontro ao que penso sobre a origem dos sócios, onde mais, ... além do exército um ex-escravo poderia aprender música. Isso era bastante difícil de se conseguir a não ser no exército” (DUARTE: 1986, p.16).

¹²⁸“O Mercantil é o jornal que mais anúncios traz sobre a sociedade, concorrendo com a Gazeta Mercantil. O jornal 'O Século' daqui de Porto Alegre... também apresenta notas sobre a sociedade e ... a Gazeta de Porto Alegre anuncia sobre a Floresta Aurora ... Os dados mais significativos... nos jornais... foram: a) a data de fundação da sociedade; b) a sua primeira atividade;” (DUARTE: 1986, p. 9).

¹²⁹Ver os documentos comprobatórios da existência das duas sociedades no anexo 2 desta tese.

A partir de 1883, por conta do sucesso da sociedade musical que se apresentava em vários locais da cidade, incluindo o teatro São Pedro¹³⁰, ocorreu a união com a sociedade de dança.

Essa grande arrancada da parte de música da sociedade frente a parte de dança dura poucos anos, pois a partir de 1883 com o carnaval a sociedade vai unir-se ... juntando a sociedade musical com a sociedade de carnaval nas mesmas atividades formar-se-á a Sociedade Carnavalesca Floresta Aurora, que começa a aparecer a partir de 1883 como bloco (DUARTE, 1986, p. 13-14).

As mulheres participavam inclusive da diretoria, e desde que estivessem em dia com as obrigações financeiras qualquer sócio poderia fazer parte da diretoria. Quanto ao tipo de atividade, inicialmente,

as primeiras 'notícias' que se tem da sociedade musical, chamada de banda de música pelos sócios, são manifestações de agradecimento à banda por ter-se apresentado espontaneamente em missas das irmandades do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição ... Sempre apresentando-se em caráter beneficente a banda da Floresta Aurora... aparece quase que semanalmente nos jornais. No início quase que exclusivamente em missas e comemorações religiosas ... a partir de 1880 a sociedade musical Floresta Aurora já toca em intervalos de peças teatrais no teatro São Pedro (DUARTE, 1986, p. 12-13).

No decorrer de sua existência, a Sociedade Floresta Aurora passou por diversos endereços na cidade. A sede própria localizada à Rua Concórdia (atual José do Patrocínio), mais tarde instalou-se na atual Rua Lima e Silva, passando pela Rua Curupaiti no bairro Cristal. Desde 1998, a Sociedade se localiza na Rua Coronel Marcos, zona Sul da cidade.

¹³⁰ O mais antigo teatro da cidade, inaugurado em 27/6/1858, FRANCO, 1992, p. 382.

Figura 6– Floresta aAurora



Atual sede da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, Av. Cel. Marcos, Porto Alegre/RS – Foto Lúcia Regina Brito Pereira, 2005.

Tendo como primeira denominação Sociedade de Dança e Beneficência Floresta Aurora¹³¹, em 25 de setembro de 1961 o nome mudou para Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora e, dado ao seu caráter beneficente, foi declarada de utilidade pública pelo Estado através do Decreto Lei nº 1.130/46, em 24 de julho de 1984¹³².

Atualmente, a Sociedade Beneficente Floresta Floresta Aurora mantém um quadro social de, aproximadamente, dois mil sócios em todo o Estado. A diretoria é composta por presidente, conselho fiscal e deliberativo, funções exercidas graciosamente pelo período de dois anos¹³³. A estrutura de organização e gestão comporta os departamentos: beneficente, cultural, de esporte, social, feminino e departamento jovem. O departamento beneficente objetiva

¹³¹ Conforme o jornal *A Federação* 13/02/1918.

¹³² Informativo da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, s/d.

¹³³ **O Povo Negro no Sul**. Associação Rio-Grandense de Imprensa/Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora. Porto Alegre: 2002.

a promoção humana e a construção da cidadania, através de ações que envolvam sociedades carentes, que não estejam recebendo auxílio do poder público, que tratem de crianças, adolescentes, idosos e mulheres. Dentre as ações planejadas... está o trabalho de geração de renda, através de cursos profissionalizantes, campanhas do agasalho e de gêneros alimentícios, e ainda palestras de cunho educativo (ARI/FA: 2002, p. 10).

O departamento cultural volta suas atividades para a

preservação da cultura negra, desenvolve oficinas culturais de dança, teatro, música e literatura. A sociedade está desenvolvendo projeto de formação de biblioteca, com seção especializada em cultura negra. Também tem como finalidade resgatar a memória da Floresta Aurora através do trabalho de pesquisa, entrevistas, depoimentos, fotos e material para pesquisa (ARI/FA, 2002, p. 10).

O departamento de esporte desenvolve atividades com

grupo de crianças, adolescentes, adultos... nas modalidades de voleibol, futebol e basquete. As competições envolvem sócios e grupos organizados de comunidades próximas, além de outros clubes de Porto Alegre. Um projeto deverá atender crianças carentes de regiões já cadastradas, na temporada de funcionamento das piscinas. Para atender os idosos, já estão sendo planejados a construção de cancha de bocha e mesas de concreto com tabuleiro de jogos de dama (ARI/FA: 2002, p. 10).

O departamento social *“oportuniza a divulgação de talentos internos ... integrar o corpo de associados e outros participantes em promoção de eventos especiais”*; o departamento feminino reúne *“mulheres sócias e não-sócias em torno de discussão e reflexão sobre gênero, raça e etnia”* (ARI/FA, 2002, p.10). Em síntese, essas são as diretrizes atuais que regem o funcionamento da Sociedade Floresta Aurora.

Descritos o período de fundação, a localização e os iniciadores e diretrizes da Sociedade Beneficente Cultural Floresta, passamos a discorrer sobre a Sociedade Satélite Prontidão.

2.3 “PRON, PRON, PRONTIDÃO, PRON, PRON, PRONTIDÃO”¹³⁴

A Sociedade Cultural Beneficente Satélite Prontidão provém da fusão das sociedades Satélite Porto-Alegrense, fundada em 1902, com a sociedade Cultural Carnavalesca Prontidão, fundada em 1925. No ano de 1956, com a fusão das duas organizações, tornou-se a atual Sociedade Cultural Beneficente Satélite Prontidão.

O atual presidente dessa sociedade, senhor Nilo Alberto Feijó¹³⁵, relata que, em relação à documentação escrita dessa organização, boa parte dela se perdeu em acidentes, por exemplo, a enchente “*em 1940, 42, ... nós tínhamos muitas coisas, se guardava muitas coisas, que acabaram indo embora na grande enchente*”. Em virtude disso, na atualidade, nosso depoente nos impele a percorrer os caminhos da história oral:

em 1902 é difícil ter muitas das coisas que aconteceram nesta época então o que a gente sabe é através da oralidade, pessoas bem antigas que ajudaram nessa pesquisa e a tentar construir um pouco essa trajetória do Satélite Prontidão (FEIJÓ, 2006).

Na sua formação inicial, a Sociedade Satélite Porto-Alegrense tinha o seguinte perfil: “*em 1902, ele [Satélite] se organizava e ele compreendia até uma certa elite da comunidade negra ...era uma sociedade um tanto elitista ... tanto que as festas eram elegantes, de gala, os bailes de carnaval e outros bailes eram feitos no Teatro São Pedro* (FEIJÓ, 2006).

Diferente das duas organizações precedentes, Irmandade do Rosário e Floresta Aurora que tinham a composição bem diversificada de integrantes, os integrantes da Satélite Porto-Alegrense, segundo o senhor Nilo Feijó,

o que eu sei mais é que muitas pessoas que participavam da naquela época do Satélite, da Sociedade Bailante Satélite Porto-Alegrense, muitas das pessoas que participavam

¹³⁴ Conforme depoimento do senhor Nilo Alberto Feijó, música cantada por integrantes da futura Sociedade Prontidão ao entrarem em um baile promovido pela Sociedade Satélite Porto-Alegrense na década de 1950.

¹³⁵ Entrevista concedida a Lúcia Regina Brito Pereira em 30/03/2006 na Sociedade Satélite Prontidão em Porto Alegre.

da sociedade, muitos eram oriundos do Exército, quem sabe até a razão ... de tanta elite ... (FEIJÓ, 2006)

Essa posição de trabalhadores do Exército conferia a posição de “*elite*”, se levarmos em conta que, nos primeiros anos da República, a população negra, no que tange à ocupação no mercado de trabalho, estava, em sua maioria, nos estratos mais simples das ocupações, podemos considerar estas pessoas bem-posicionadas, uma elite frente à legião de desempregados e subempregados.

Alguns anos mais tarde, a Sociedade Satélite Porto-Alegrense passou por uma fase de decadência em virtude da sua *pomposidade*. Os tempos eram outros, os interesses também, e é possível que esses fatos tenham contribuído para o afastamento dos seus integrantes.

Os caminhos que levaram à fusão da sociedade, segundo o senhor Nilo Alberto Feijó, foi a forma um tanto *pomposa* da sociedade que, em 1925, era composta por muitos jovens e esse grupo, nas suas palavras, foi o responsável pelas mudanças que viriam a seguir.

O que eu sei também que a gente foi buscar através de relatos, enfim, que essa sociedade de 1902 a 1925, ela já começava a sofrer assim um certo desgaste. Em função de... 1902 e 1925, tu já tem aí uma juventude, que eram crianças lá no início, mas que já eram jovens em 1925, que é quando surge a Sociedade Carnavalesca Prontidão. A Sociedade Carnavalesca Prontidão surgiu de dentro do Satélite Porto-Alegrense, que era, a juventude, quer dizer, sempre os movimentos partem dos jovens, ... com outros objetivos já, quem sabe, voltados para outras coisas que eram mais interessantes, não estavam mais interessados naqueles, bailes da pelúcia, bailes de gala, bailes de pompa (FEIJÓ, 2006).

O possível descontentamento da juventude da Sociedade Porto-Alegrense viria, assim, a encaminhar-se para uma forma descontraída de uma nova sociedade em Porto Alegre. O seu nascimento, nas palavras do senhor Nilo Feijó, foi assim:

Então, num carnaval neste ano [1925] as Satelitas, que eram jovens do Satélite Prontidão, promoviam um baile de carnaval num salão “A Ilhota”... que ficava na Ilhota, aqui na Cidade Baixa, e alguns jovens foram para este baile, mas não tinham dinheiro suficiente para pagar o ingresso para todos, alguns jovens que faziam parte do Satélite, mas não tinham dinheiro para todos, ... segundo a dona Estela Costa que me fez este relato, mas o máximo que conseguiram juntar era quarenta réis, mas era mais, o valor era maior ... eles eram cinco ou seis. Eles tinham feito uma fantasia daquele tecido com os quais a gente fazia os colchões antigos, um tecido cruzadinho, eu nunca

soube o nome daquele tecido, e aquilo já agradou ... tiveram gosto ... e eles malandramente ficaram um tempo na porta, ali, conversando com as gurias, e de repente entraram salão a dentro cantando um refrão 'pron, pron, prontidão, pron, pron, prontidão', mas na verdade não era porque eles estivessem em prontidão, é porque eles estavam prontos, pra nada, na época, quando a gente não tinha dinheiro, a gente dizia: 'tô pronto, não tenho dinheiro', então pronto não era da prontidão, era pronto, da prontidão da falta de dinheiro (FEIJÓ, 2006).

Essa atitude impetuosa e alegre acabou por contagiar a todos, e os “rapazes sem dinheiro”, além de se divertirem na festa, lançaram a semente para a criação de uma nova sociedade em moldes menos pomposos. A partir daí, as duas sociedades seguiram seus destinos.

Enfim, nascia a idéia de construir uma outra sociedade. E algumas famílias se associaram a idéia, então no dia 23 ou 25 de março, eu não me recordo bem da data, ... isso foi em fevereiro, já no mês de março se reuniram as pessoas e fundaram o bloco carnavalesco, Sociedade Carnavalesca Prontidão que não dava pra dar o nome de 'Pronto', vamos deixar o nome de Prontidão que o pessoal fica achando que estavam de prontidão, estavam alerta, não é? E criaram a Sociedade Carnavalesca Prontidão em 1925. Seguiram suas vidas a Satélite Porto-Alegrense, de 1902 e a Sociedade Carnavalesca Prontidão, 1925 (FEIJÓ, 2006).

Ocorreu, então, o nascimento de outra sociedade que atravessaria o tempo na história da cidade de Porto Alegre. De acordo, com as memórias do senhor Nilo Feijó, o nome da agremiação foi escolhido por consenso:

Mas em 1956, então, foi formalizado a fusão das duas sociedades. É por isso que hoje se chama Associação Satélite Prontidão, que é a fusão da Sociedade Bailante Satélite Porto-Alegrense e Sociedade Carnavalesca Prontidão, e no fim já não era mais carnavalesca era Sociedade Beneficente Cultural Prontidão, isso aconteceu me 1956, e até hoje está aí (FEIJÓ, 2006).

A notícia da fusão das duas sociedades foi publicada no jornal *Em Dia*, informativo do Clube Náutico Marcílio Dias.

No dia 21 de abril 1954, dia em que a sociedade Satélite completava o seu cinquentenário, foi resolvido dar uma nova alvorada as atividades daquela sociedade que, diga-se de passagem, muitos de nossos pais pertenceram, fazendo reviver assim os gloriosos dias do Satélite¹³⁶ (EM DIA: (14), 1º de junho de 1954, p. 3).

¹³⁶ : COSTA, José Luiz Pereira. “*Satélite & Prontidão*”: *Em Dia*. (14), 1º junho, 1956, p. 3.

O mesmo jornal fez o seguinte comentário em relação ao nome da nascente sociedade:

Disse-nos o Ten. José Luiz, que possivelmente receberá esta nova sociedade o nome de **Prontistas Satelistas**, que em nossa opinião particular, é um tanto esquisito” e “Com o fim de resolverem em definitivo êste caso, está marcado para o dia 29 de maio a realização de uma assembléia conjunta (**Satélite & Prontidão**) a fim de resolver em definitivo **êste caso**”. (EM DIA: (14), 1º de junho de 1954, p. 3, grifos no original).

O autor da matéria acreditava que a fusão das duas sociedades se concretizaria a bom termo, mas julgava impossível chegar-se a uma conclusão quanto ao *caso* do nome - *um tanto esquisito*.

Desde o início da fusão das duas sociedades, as suas metas e os objetivos envolviam questões educacionais, segundo o senhor Nilo Alberto Feijó.

Lembro também que em 1902 quando nascia o Satélite Prontidão, quatorze ou quinze anos após a abolição dos escravos, ...e quando se fez a fusão das duas sociedades, os estatutos se baseavam muito naquele primeiro lá de 1902, e havia algumas exigências nestes estatutos, que eu acho extremamente interessante, por exemplo, a obrigatoriedade de manutenção de uma biblioteca. Já, dizem que este último, este de 1956, foi embasado neste primeiro lá de 1902, então aí isto é sintomático, a idéia é muito interessante, havia também outra questão que era a questão dos pecúlios, que era uma forma de arrecadação de dinheiro para poder pagar o departamento médico de associados. Outra questão é das senhoras que organizavam, aquelas senhoras que eram alfabetizadas, para criar uma espécie de curso para alfabetização dos que eram analfabetos, evidentemente. São coisas que dão a evidência bem grande de que o negro não era tão desorganizado como tentam nos colocar hoje (FEIJÓ, 2006).

A Sociedade Satélite Prontidão, depois da venda de um terreno na rua Lima e Silva, adquiriu um terreno na avenida Aparício Borges, onde atualmente está localizada a sua sede. Inferimos que a atual localização tenha uma ligação com a antiga formação militar, visto que nesta avenida encontramos diversos agrupamentos militares.

Figura 7 – Sede da Associação Satélite Prontidão



Atual sede da Sociedade Beneficente Cultural Satélite Prontidão – Porto Alegre, 2006 – Foto Lúcia Regina Brito Pereira.

Neste espaço descrevemos a formação da Associação Satélite Prontidão que, originalmente, surgiu em uma região onde se concentrava a população negra, mas por motivos que desconhecemos passou a localizar-se em uma zona que, à época de sua instalação, em finais da década de 1950, era uma zona afastada do centro da cidade, o que tornaria de baixo valor os terrenos nesta área. Se partirmos do princípio de que, por aquela época, a cidade de Porto Alegre passava por acelerado processo de urbanização, com o saneamento de diversas áreas, como ocorreu com o bairro Cidade Baixa, e mais tarde com a Ilhota, talvez seja essa uma das explicações para a instalação dessa Associação naquele local. Findo o relato da Associação Satélite Prontidão, passamos a descrever a origem do Clube Náutico Marcílio Dias.

2.4 O CLUBE NÁUTICO MARCÍLIO DIAS¹³⁷

Em 2 de julho de 1949, o jornal *Folha da Tarde* publicou um convite que era assinado pelo senhor João Nunes Oliveira, convocando “*todos os homens de cor residentes em Porto Alegre*” para estudarem a possibilidade de abertura do “*Clube Náutico José do Patrocínio*”.

Semelhante convocação era matéria no dia seguinte no *Diário de Notícias*:

Convocados pelo Sr. João Nunes de oliveira, deverão reunir-se amanhã à noite no Teatro Anchieta, à Avenida Brasil nº 483, todos os homens de cor que tenham interesse em cooperar na fundação de uma entidade para o cultivo dos esportes náuticos. É pensamento do organizador do movimento fundador erguer em breve o Clube Náutico José do Patrocínio, esperando poder contar para isso com o apoio de todos os homens moços de cor que tenham interesse em praticar os salutareos desportos náuticos.

Interessante seria que todos os homens de cor [atendessem] ao apelo que lhes foi feito pelo Sr. João Nunes de Oliveira, pois temos certeza de que conseguiriam fazer uma agremiação pujante e que, estariam em condições de competir, de igual para igual, com os remadores e nadadores dos demais grêmios da cidade.

Já que os homens de cor até hoje não conseguiram ingressar nos grêmios existentes na cidade, evidentemente inibidos de fazê-lo por imposições estatutárias destes mesmos grêmios, nada mais lógico organizarmos nosso próprio clube.

Necessário, pois, que todos compareçam, para que a semente em tão boa hora lançada pelo Sr. Nunes Oliveira frutifique em futuro não remoto (03/0749, s/p).

Sobre o episódio do chamamento para a fundação do clube, o doutor José Luiz Pereira da Costa tem a seguinte lembrança:

A informação que eu tenho, porque eu sou posterior à fundação, então já é de ouvir dizer. Baseado, bom, o fato número um, o cara que fez o primeiro convite é branco, João Nunes de Oliveira. O cara que botou o primeiro anúncio no jornal era para fundar um tal clube náutico José do Patrocínio, depois mudou de nome, mas na origem o convite original era clube náutico José do Patrocínio. ... A versão que eu tenho é a seguinte, que esse cidadão era candidato a vereador e que achou uma forma, na comunidade negra, um segmento eleitoral para ele. Tanto que segundo essa informação ... ele não teve sucesso eleitoral e nunca mais apareceu no clube (COSTA, 2006).

Mas a iniciativa deu certo. Várias pessoas se mobilizaram para a efetivação de um clube que atendesse às necessidades de uma parcela da comunidade negra porto-alegrense que buscava um local para desenvolverem suas atividades sociais.

¹³⁷ A documentação utilizada aqui sobre esta organização faz parte do acervo do senhor José Domingos Alves da Silveira.

A semente estava plantada, o solo era bom, ... Essas pessoas que atenderam ao convite dele na sua esmagadora maioria eram negros, branco era só o Barata ...era sarará também, então na sua esmagadora maioria eram negros os que seguiram daí em diante (COSTA, 2006).

Dias após a convocação feita pelo jornal *Folha da Tarde* foi concretizada a idéia de fundação do novo clube. O Clube Náutico Marcílio Dias¹³⁸ foi fundado em 4 de julho de 1949¹³⁹, na cidade de Porto Alegre. O evento foi assim registrado no jornal *Folha da Tarde*:

... foi fundada nesta capital uma nova entidade náutica, que deverá ser integrada por elementos de cor, que tomou o nome de 'Marcílio Dias', como uma justa homenagem ao bravo marinheiro brasileiro. Após a reunião preliminar da fundação, foi eleita uma comissão organizadora, que deveria nortear as primeiras providências para que a referida iniciativa se tornasse uma realização, 'após a eleição da nova Diretoria', foram tratados da confecção dos Estatutos, para cujo início foi apresentado um projeto de autoria do membro da comissão, sr. Marcelino Caldeira da Silva. A nova reunião será feita na sede da veterana Sociedade Floresta Aurora, à rua Gal. Lima e Silva 316, gentilmente cedida. Foi aberta uma campanha financeira que será como ponto de partida, entre os senhores da Comissão Organizadora, a contribuição com uma cota de Cr\$ 50,00. (“COMPAREÇAM NÃO SÓ OS HOMENS DE COR COMO OS DE COR BRANCA”) (11/07/49, s/p., grifos no original).

^{138c}Marcílio Dias, Imperial Marinheiro de primeira classe, Artilheiro, nasceu no Rio Grande do Sul em 1836, Ingressou na Marinha como Grumete aos 17 anos de idade, tendo sentado praça no Corpo de Imperiais Marinheiros em 1855. Destacou-se no assalto à Praça forte de Paysandú e foi considerado por isso. Sagrou-se herói na Batalha Naval do Riachuelo em 11 de junho de 1865...”, COSTA, 2006, p. 5.

Em discurso pronunciado por ocasião da inauguração de clube homônimo em 11 de junho de 1936, na cidade de Rio Grande o então, deputado Carlos Santos fazia referência à vida de Marcílio Dias: “...eu não vos falarei, por isso, desta jornada soberba, que exigiu do Brasil o sacrifício de 80.000 vidas de bravos compatriotas nossos, que se ofereceram em holocausto à honra, à integridade e à moral da Pátria brasileira majestosa, que iniciada em 1864 prolongou-se até 1870...Para falar dessa maravilha negra de nossa Marinha não são precisos vastos conhecimentos históricos, porque o simples pronunciar deste nome, só por si, exprime toda a grandeza, todo o valor do herói brônzeo de Paisandu e Riachuelo.... Marcílio Dias, surgiu no mundo como estas humildes criaturas do povo, para quem o destino se apresentou como um enorme ponto de interrogação. Garoto ele veio para as ruas e se confundiu e se misturou com a gurizada endiabrada que, improvisando batalhões e simulando guerras, transformava as ruas da nossa cidade em campos de operações e as pedras soltas do calçamento em munição, oferecendo perigo iminente às vidraças das cercanias e às cabeças dos guris-soldados... Que problemas deve mais interessar aqueles que têm sobre si a responsabilidade dos destinos do povo do que o problema máximo, o problema da instrução, mas não dessa instrução que se caracteriza apenas pelo conhecimento do jogo mecânico das letras e das sílabas, mas dessa instrução que se completa na formação do caráter, na educação moral, cívica e física, no preparo de homens que dignifiquem a pátria, a sociedade e a família, dignificando a si próprios. Dessa instrução que é o apanágio dos povos fortes e a muralha que se antepõe a sua escravidão, porque a história está cheia de exemplos de povos que perderam sua liberdade e a sua independência pela ausência completa de instrução. Dessa instrução que iguala os homens pelo conhecimento de si mesmos, que eleva o indivíduo pelo civismo e pelas virtudes de que se reveste”. In: TORRES: 2004, p. 123-4.

¹³⁹ Estatutos do Clube Náutico Marcílio Dias. Porto Alegre: S/E, 1949.

Figura 8 – Marcílio Dias



Marcílio Dias – Acervo Senhor José Domingos Alves da Silveira

A nova agremiação localizou-se à beira do rio Guaíba, na Avenida Praia de Belas, *em um belo terreno, ... emprestado de início. Mais tarde seria doado*” (COSTA, 2006, p. 6).

A aprovação dos estatutos, com 56 artigos, ocorreu em sessão de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro do mesmo ano. No artigo primeiro, estava expresso que o Clube seria constituído de *“cidadãos pertencentes a todos os ramos de atividade honesta, sem distinção de raça, côr ou religião”*.

O artigo segundo estabelecia como finalidades do Clube, *“a prática do remo, natação e outros esportes aquáticos e terrestres que forem instituídos”*. O artigo terceiro estipulava que, *“Além da prática de exercícios esportivos, poderá o Clube Náutico Marcílio Dias promover reuniões de ordem cultural, íntimas e festivas”*. Como distintivos, o clube adotava as cores *“verde, amarela e encarnada, como homenagem ao seu patrono e à sua terra natal”*.

Figura 9 – Flâmula e Estatutos



Acervo Senhor José Domingos Alves da Silveira

O segundo capítulo foi reservado aos direitos e deveres dos sócios que estavam classificados na seguinte ordem: fundadores — todos aqueles cujos nomes constassem na matrícula do clube na data de sua instalação; ativos — os que contribuíssem com a quantia mensal de vinte cruzeiros; auxiliares — não tinham direito a voto, fazendo parte dessa categoria as senhoras e os menores de 18 anos de ambos os sexos que contribuíssem com a quantia de quinze cruzeiros por trimestre; correspondentes — pessoas residentes fora da sede e que deveriam contribuir com a quantia de quinze cruzeiros trimestralmente; honorários — beneméritos, remidos e jubilados cuja indicação ficava a cargo da diretoria e demais órgãos. Com exceção dos auxiliares, todos os sócios poderiam votar e ser votados.

A administração social do clube dividia-se em: Diretoria, Conselho Deliberativo e Comissão de Contas. O mandato desses setores era de dois anos, findando sempre na data de 11 de junho. A diretoria compunha-se de quinze membros: presidente; vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário, tesoureiro-geral; 1º tesoureiro; 2º tesoureiro; diretor de regata;

adjunto do diretor de regatas; diretor de natação; diretor de patrimônio; diretor de esportes terrestres; adjunto do diretor de esportes terrestres; bibliotecário; diretor-geral de esportes. Para fazer parte da diretoria, os candidatos deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados.

Em ofício expedido pela secretaria¹⁴⁰, em novembro de 1952, os sócios e suas excelentíssimas famílias foram convidados, aproveitando a Proclamação da República, data comemorativa do mês, para a entrega oficial dos melhoramentos introduzidos na sede oficial. Parte do programa esportivo incluía o torneio de voleibol para praticantes veteranos versus estreantes femininas; inauguração simbólica dos melhoramentos efetuados na sede; jogos de salão, torneio de ping-pong e xadrez; e quermesse, à noitinha, proporcionada pelo Departamento Feminino. No domingo, continuaram as comemorações com esportes náuticos e provas atléticas; inauguração da cancha de bocha e torneio para veteranos; churrasco; torneio masculino de basquetebol para praticantes. Ficou a cargo do *“Departamento Feminino, durante as disputas esportivas, uma grande ‘Quermesse’ prolongando-se até a noite com uma pequena vespéral dançante”*.

A Diretoria, com o intuito de oferecer sempre o melhor para os associados, congratulava-se e convidava-os para partilhar de mais uma grande aquisição do Clube:

Queremos comunicar-lhe que o nosso Clube acaba de ser contemplado pelo atual governo do Estado, com a cessão de um próprio na Ilha Grande dos Marinheiros, aprasível local fronteiro a essa Capital e que se adapta admiravelmente à prática de esportes bem como piqueniques etc., disposto vantajosamente de prédios de alvenaria, em ótimas condições para alojamentos, reuniões sociais, etc¹⁴¹.

Foi programado para a data de 4 de janeiro de 1953 uma excursão para a Ilha Grande dos Marinheiros, com transporte à disposição dos sócios no armazém C-4 do Cais do Porto, a partir das 8 horas, sendo que os sócios deveriam levar a sua alimentação para passar o dia, e o recibo correspondente à contribuição mensal ao clube do mês de dezembro. Em caso de não-pagamento, estaria à disposição no local do embarque o cobrador do Clube.

¹⁴⁰ Ofício-Circular, nº 8 de 1952, da Diretoria aos Associados. P. Diretoria do C. N. Marcílio Dias, José Fonseca, 2º Secretário em Exº.

¹⁴¹ Ofício-Circular, nº 9 de dezembro de 1952, da Diretoria aos Associados. José Fonseca, Secretário.

Figura 10 – Sede na Ilha Grande dos Marinheiros



Acervo Senhor José Domingos Alves da Silveira

Tendo por objetivo a ampla campanha de atrair novos sócios¹⁴², os departamentos incrementavam a prática de diversos esportes: remo; natação, cestobol, atletismo, voleibol, bocha e jogos de salão, entre os quais dama, xadrez, paciência, ping-pong e outros. A Diretoria promoveu outro evento na Praia de Belas, um “Multiple Esportivo”, sob a coordenação dos atletas Adão Nunes Fraga, Ariovaldo Sales, José de Carvalho e Aires Alves dos Santos, permitindo a presença de familiares e amigos dos sócios mediante apresentação de convite especial cedido com antecedência. Esse evento foi uma preparação para um Piquenique no dia 25 de janeiro de 1953, na sede da Ilha Grande dos Marinheiros.

¹⁴² | Ofício-Circular, nº 1 de 13 de janeiro de 1953. A Diretoria.

Sempre com a intenção de divertir e unir, um ofício-circular foi enviado aos sócios convidando-os a participar das “*grandes festas burlescas*” nos dias 21 e 22 de fevereiro de 1953¹⁴³, com o seguinte programa: encerramento do concurso para Rainha do Carnaval Marciliense; proclamação do vencedor do concurso masculino de fantasia; proclamação da 1ª Rainha do carnaval Marciliense; proclamação da vencedora do concurso feminino de fantasia; proclamação da melhor foliona e do melhor folião. A festividade contava, ainda, com um concurso de fantasia infantil, à tarde. Para tais proclamações, a comissão julgadora estaria atenta às “*hostilidades, observando os que fizerem jus aos títulos*”.

Além dos avisos de praxe, a diretoria incluiu um comunicado que deveria ser seguido com o maior rigor:

aos distintos associados que só será permitida a presença de grupos ou cordões carnavalescos, aqueles que forem compostos **exclusivamente** por associados, e só serão admitidos cordões estranhos com o prévio conhecimento desta diretoria”. As danças serão abrilhantadas pela “cadência do Jazz União”.

Devido à demissão do presidente, foi instituída pelo Conselho Deliberativo, em abril de 1953, uma nova diretoria para o complemento da gestão que findaria em junho de 1954. A nova diretoria empossada constituía-se de: Presidente: José Fonseca; Vice-Presidente: Manoel Fellinto Machado; 1º Secretário: Adão Waldemar Nunes Fraga; 2º Secretário: Edy Nunes Silva; Tesoureiro-Geral: Dr. Jorge Gomes Figueiredo; 1º Tesoureiro: Vago; 2º Tesoureiro: Antônio Soares Martins; Diretor-Geral de Esportes: Heitor Nunes Fraga; Dir. Dep. Ilha Grande dos Marinheiros: João Batista da Silva Fº; Diretor de Regatas: Jaime Alves; Adj. Diretor de Regatas: Olímpio Alves da Silva; Diretor de Natação: Vago; Diretor de Patrimônio: José Domingos Alves da Silveira¹⁴⁴; Adj. Diretor de Patrimônio: Jorge Ferreira de

¹⁴³ Ofício-Circular, nº 3 de fevereiro de 1953. A Diretoria.

¹⁴⁴ O senhor José Domingos Alves da Silveira, gentilmente cedeu de seu arquivo particular ofícios e jornais com informações e reportagens sobre o Clube.

Andrade; Diretor de Esportes Terrestres: Pedro Fonseca; Adj. Dir. Esp. Terrestres: José de Carvalho; Bibliotecário: vago¹⁴⁵.

Além da apresentação da composição da nova Diretoria, o informativo citava ainda, algumas deliberações tomadas em sessão realizada em 19 de março de 1953: de acordo com o Capítulo XII, art. 51, § único¹⁴⁶, ficava estipulada a jóia de CR\$ 100,00 cruzeiros, para os candidatos a sócio. Os associados que estivessem em débito com o Clube não poderiam fazer uso do material esportivo ou recreativo. Aos sócios era necessária a apresentação da carteira social para adentrar as sedes do Clube, caso ainda não a possuíssem deveriam fazê-lo com brevidade, munidos de duas fotos $\frac{3}{4}$ e a importância de CR\$ 10,00, em dias e horários estipulados com o segundo secretário senhor Edy Nunes da Silva.

A partir daquele ano, o Clube iniciou os esportes de base — o atletismo. Foi feito um chamamento aos jovens sócios que quisessem participar, devendo “*se entenderem com o Sr. Érico Gonçalves*”, responsável pela organização e treinamento dos atletas nessa modalidade de esportes.

Encerrando o informativo, a Diretoria destacava alguns acontecimentos que deveriam ser mantidos e problemas que requeriam imediata resolução:

O Náutico Marcílio Dias, novel agremiação de que temos a felicidade de pertencer, não delinhou ainda, quais as tradições que no futuro serão o orgulho de seus componentes e admiradores. Nota-se, porém, leves esboços de suas aproximações. Quando se fala em acontecimentos que marcaram época no seio da família 'Marciliense', vê-se logo uma certa vibração e o desejo ardente de que tal fato venha a se repetir. Citamos como exemplo a eleição da 'mais Bela Marciliense'.

É de se convir entretanto, serem esses fatos, fruto da abnegação dos que estão labutando por horizontes mais claros para o nosso querido Marcílio. Devemos, porém, ir formando com a repetição constante dessas realizações, um patrimônio moral; algo que fique morando em nossos subconscientes, e que na época oportuna, voluntariamente, avivemos esta chama semi-apagada. É interessante esclarecer para todos nós que este mito não nos vem às mãos do Céu. Já é tempo de sairmos desta letargia, não vivendo indiferente aos destinos do nosso Clube. Precisamos nos

¹⁴⁵ A partir desta gestão o informativo continha em seu cabeçalho as seguintes informações: à esquerda antes do nome do clube: Remo, natação, cestobol, voleibol, atletismo, bocha, ping-pong e demais esportes de salão. Clube Náutico Marcílio Dias – Fundado em 4-7-1949, Filiado a Federação Atlética e Gaúcha de Basketball. Registrado no C. R. D. Sede Social e Praça de Esportes – Avenida Praia de Belas, próximo à Rua José de Alencar. Sede Náutica - Ilha Grande dos Marinheiros. Informativo de abril de 1953.

¹⁴⁶ Capítulo XII – Disposições Gerais – Artigo 51º – A diretoria deverá organizar, a seu juízo, um regimento interno, datado aos Departamentos do Clube. § Único – Esse regulamento será considerado parte integrante desse Estatuto e terá força legal, uma vez aprovado em sessão regular da diretoria e não contrarie disposições estatutárias e nem as leis e portarias que regulamentam os esportes nacionais.

congregar para bem desempenhar as funções a nós reservada no cenário esportivo da nossa terra. São os sócios quem representam os alicerces de uma organização e, si êsses periclitam, ter-se-á a ruína, a debaclé total.

Estamos com vários problemas a clamar por solução no setor administrativo. Estamos carecendo de locais amplos para a instalação eficiente da Secretaria e Tesouraria, pois a atual em face da grande afluência de novos sócios, já se faz acanhada. No setor esportivo a lacuna a preencher é das maiores. Não podemos ainda ampliar nossa garage para barcos. Á Séde da Ilha Grande repousa a espera de nossas mãos. Carecemos de uma iluminação eficiente para a realização de treinos e jogos noturnos. Vários associados já solicitaram a instalação de uma cancha para a prática do Bolão. Necessitamos ainda, de locais para a recreação de nossos associados, e nada disso poderemos realizar se a Diretoria, não ver em cada associado um colaborador eficiente de acôrdo com suas possibilidades individuais¹⁴⁷.

O ofício-circular número 2, de junho de 1953, convocou os associados para as festividades entre 11 de junho e 4 de julho, em comemoração ao aniversário do Clube. Na programação, além das atividades esportivas, das premiações, das reuniões sociais e da escolha da mais Simpática Marciliense. Esse ofício também informava sobre a palestra com o tema os “*aspectos sociais do Marcílio Dias em nossa Capital*”, ministrada pelo senhor Berndardino Caetano Fraga; palestra sobre a vida do Clube, desde a sua fundação e a importância dos jogos de salão numa entidade, ministrada pelo diretor-geral de Esportes senhor Heitor Nunes Fraga. Palestra sobre Atletismo e suas vantagens, proferida pelo senhor Érico Gonçalves. Esportes náuticos, proferida pelo Campeão Brasileiro de *skiff*, Sr. João Batista Silva Fº (Barata).

No ofício-circular nº 2 há a inclusão de uma estratégia pedagógica e conscientizadora sobre a importância do Clube na capital, através da inclusão das palestras, as quais não eram citadas nas circulares anteriores.

Em pouco tempo, o Clube Náutico Marcílio Dias ganhou a credibilidade dos gaúchos, através das campanhas vitoriosas em diferentes esportes, como o de “*bola ao cesto*”, alcançando o vice-campeonato da segunda divisão, já no ano de 1953, com grande repercussão na imprensa da capital. No artigo primeiro de seus estatutos estava prescrito que o Clube Náutico Marcílio Dias, era “*constituído de cidadãos pertencentes a todos os ramos de*

¹⁴⁷ Informativo Diretoria, abril de 1953. José Fonseca – Presidente, Adão W. Nunes Fraga – Secretário.

atividade honesta, sem distinção de raça, côr ou religião”¹⁴⁸. Entretanto, a característica marcante do Clube era dar abrigo aos atletas negros que eram barrados em clubes tradicionais da cidade. Igualmente, a população negra, com certo poder aquisitivo, tinha no Clube Marcílio Dias um lugar social próprio de recreação e divertimento.

Nessa época, apareceram, na imprensa, vários artigos criticando a Federação Gaúcha de Basquete, pois o Clube Marcílio Dias havia pedido sua inclusão nessa Federação e, segundo os críticos, houve exigências descabidas para a acolhida do “*Clube Colored*”.

Em reportagem de Alberto Mattis no jornal “*Folha da Tarde Esportiva*”, encontramos a matéria intitulada “*Fibra e Disciplina deram ao Marcílio o título de vice-campeão*”. O repórter destaca a bela atuação do Clube dizendo que: “*O Marcílio Dias marcha aceleradamente para uma posição de destaque no esporte gaúcho...*”¹⁴⁹. Além do destaque ao vice-campeonato conquistado a matéria inclui fotos com outras atividades do Clube: o time feminino de basquete e suas dependências. A reportagem informa que o Clube, desde a sua fundação, contou com 12 fundadores, entre eles o atleta João Batista da Silva Filho, na ocasião, campeão brasileiro de *skiff*. O cronista descreve os esportes praticados no Clube e o número de sócios que naquele ano eram 461, “que em sua totalidade são contribuintes”. A reportagem fora atendida pelo senhor Heitor Nunes Fraga que reiterou que “*a freqüência à sede, aos sábados e domingos, é deveras intensa, e num futuro bem próximo tornar-se-á necessário aumentá-la para oferecer maior conforto a todos os associados que lá procuram distrair-se e passar algumas horas de lazer*”. Além da acolhida do senhor Heitor “*tivemos o grato prazer de conhecer a 'Rainha da Simpatia', na pessoa da gentil senhorita Gislaine Soares*”.

¹⁴⁸ Clube Marcílio Dias. Estatutos. Capítulo I, Artigo 1º, p. 1.

¹⁴⁹ **Folha da Tarde Esportiva**. Porto Alegre: Terça-feira 18 de agosto de 1953.

Figura 11 – Reportagem Clube de 1ª Grandeza



O ENTUSIASMO é a nota marcante entre os associados e diretores do Clube Náutico Marcílio Dias. Acima vemos alguns diretores da dinâmica agremiação: dr. Jorge G. Figueiredo, presidente; Ubirajara dos Santos, diretor dos esportes terrestres, Pedro Fonseca, José Luiz Pereira e José Fonseca

Projeta-se o Marcílio Dias Como Clube de 1.ª Grandeza

Texto de Alberto MATTIS

O CLUBE Náutico Marcílio Dias é, sem dúvida alguma, um dos muitos "grandes" pequenos clubes da Capital, que pouco ou nada conseguiram dos cofres públicos para equipar suas praças desportivas para que seus associados pudessem praticar o esporte em canchas e quadras satisfatórias.

Assim mesmo, constituída que é de verdadeiros desportistas, que enfrentam os obstáculos com espírito forte, a atual diretoria do C. N. Marcílio Dias, à cuja testa encontra-se o dedicado e culto dr. Jorge G. Figueiredo, resolveu construir uma Sede Social-Esportiva. Segundo o plano já aprovado, a referida obra será uma construção de madeira de 32x10,30 ms. A parte térrea, com frente para a Av. Praia de Belas, contará com uma quadra de volleyball (oficial), vestiário e bar. No 1.º andar serão instalados a secretaria, secretaria, biblioteca, sala da presidência e um estúdio.

Esta obra, segundo informamos a diretoria de Marcílio, há muito tempo se fez necessária.

Uma vez que as instalações existentes já não mais satisfazem ao grande número de associados. O clube conta atualmente com uma matrícula de 730 sócios, e é um dos alvos da atual diretoria alcançar a cifra de . . . 1.000. Para tanto, organizou uma campanha, cujos resultados, foram, até o presente, os mais promissores, pois mais de 200 sócios novos pediram inscrição.

Como frisamos inicialmente, o simpático clube da Praia de Belas, para a obra que está prestes a iniciar, não conta com o auxílio do governo. Mas, felizmente, conta com a boa vontade de muitos associados e acima de tudo com a valiosa compreensão do proprietário do terreno onde se encontra instalada a sede atual e onde também deverá ser erguida a obra acima mencionada. O dr. Adolfo Pastor, proprietário do terreno, cedeu-o pelo espaço de 10 anos, gratuitamente. Fato que vem comprovar o espírito altruístico do referido desportista.

A atual diretoria do clube náutico da Praia de Belas já organizou as diversas comissões que deverão angariar fundos para a execução da importante obra, e elas já deram início aos trabalhos. Serão organizados diversos sorteios, rifas e festividades sociais, e serão feitos apelos ao comércio e indústria, no sentido de se obter doações de materiais diversos. Também será criado o título de sócio proprietário. Os dirigentes do C. N. Marcílio Dias esperam contar com o apoio de pessoas de boa vontade para concretizar a obra que é o sonho de 730 associados.

O entusiasmo que se faz sentir, segundo informos à reportagem o dr. Jorge G. Figueiredo, é realmente notável. Muitos sócios que haviam se afastado das fileiras do clube, depois de informados do empreendimento, estão voltando e já se propuseram a trabalhar pelo engrandecimento da agremiação. O fato de que o quadro de basketball teve atuação meritoria no último certame, levantando o sítio máximo da segunda divisão e assegurando o privilégio de disputar na Divisão de Honra, é motivo de grande orgulho aos associados e simpatizantes do clube.

Uma vez que o quadro intervirá no Campeonato da Divisão de Honra, é pensamento do departamento técnico reforçar o mais possível a equipe, tanto assim que já convidou diversos atletas de renome de outros clubes.

te, no entanto, nem um nem outro decidiu-se. Assim mesmo, ambos são sócios do Marcílio. Musso ocupa lugar de destaque na diretoria: diretor dos esportes terrestres.

Além do basketball, o clube pretende recrutar todos os desportamentos, como atletismo, bocha e mesmo box. Este setor ficará a cargo do já popular lutador Fernando Soares.



Acervo Senhor José Domingos Alves da Silveira

Essas são as informações preliminares do Clube Náutico Marcílio Dias, de breve, mas intensa existência na capital gaúcha. A década de 1980 assistiria ao ocaso de um clube que apostou em uma sociedade agregasse aquelas e aqueles que almejavam algo além do simples

lazer, que buscavam também um espaço, que tinha o esporte como pólo agregador, mas, acima de tudo, transmitisse formação intelectual e moral.

Figura 12 – Reportagem na Sede

Folha Esportiva
TERÇA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1953

FIBRA E DISCIPLINA
Deram ao Marcílio o título de vice-campeão

Reportagem de ALBERTO MATTIS

Ao chegarmos ao Clube Náutico Marcílio Dias fomos gentilmente recebidos pelo Diretor Geral dos Esportes, sr. Heitor Nunes Fraga, que nos recebeu com a amabilidade que lhe é peculiar. Mostrou-nos este dedicado esportista todas as dependências da sede social e interessantes particularidades daquela praça de esportes. Sem dúvida alguma, o Clube Náutico da Avenida Praia de Belas é um clube esportivo que, durante poucos anos de existência, progrediu aceleradamente em diversos setores.

Relatou-nos o desportista Heitor Nunes Fraga o histórico do clube a que dedica seus melhores esforços. Esta simpática agremiação esportiva foi fundada no dia 4 de julho de 1949. Foram 12 os fundadores, sendo um dos idealizadores o atual campeão brasileiro de skiff, João Nunes de Oliveira; Secretário: Paulo Tocioli Santos; Tesoureiro: Dr. Armando Hipólito dos Santos.

A diretoria, que atualmente está dirigindo de maneira brilhante o jovem clube, é a seguinte: Presidente: José Fonseca; Vice-presidente: Manoel Peixinho Machado; 1.º Secretário: Adão Nunes Fraga; 2.º Secretário: Edíl Nunes da Silva; Tesoureiro Geral: Dr. Jorge Figueiredo; Tesoureiro: Antônio Souza Martins; Diretor Geral dos Esportes: Heitor Nunes Fraga; Diretor de Remo: Jaime Alves; Adjunto: Diretor de remo: Olímpio Silva; Diretor dos esportes terrestres: Pedro (Continua na 3.ª página)

DIAS mar-
nente para
e destaque
cho. Acima
grantes dos
Marcílio: a
ley-ball fe-
egranças do
sentino de

2.5 MARIA MULHER – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

SAIBAM SENHORES QUE AS MULHERES DA
MINHA RAÇA NÃO DEVEM SER DISCRIMINADAS
OU SUBJUGADAS, DEVIDO A COR NEGRA DE SUA
PIGMENTAÇÃO, POIS CADA UMA DELAS POSSUI
A NATURAL ESSÊNCIA HUMANA, E TODAS
DEVERÃO SER RESPEITADAS COM A
INTENSIDADE DO BRILHO DO SEU VALOR
(Oubi Inaê Kibuko)¹⁵⁰

A Organização Maria Mulher nasceu como um pequeno grupo de mulheres negras, em 8 de março de 1987. Os objetivos do grupo eram os de discutir os problemas relacionados à mulher negra que não eram tratados nem pelo Movimento Social Negro e nem pelo Movimento Feminista. As reuniões eram realizadas à Rua Múcio Teixeira, 221, garagem 1, no bairro Menino Deus. Os temas em pauta eram questões relativas ao trabalho, educação, saúde, habitação, violência, machismo, sexismo e o relacionamento com as outras entidades do movimento social¹⁵¹. No Estado do Rio Grande do Sul foi a primeira organização de mulheres negras a ser criada. Reconhecida nacionalmente, é uma das primeiras organizações de

¹⁵⁰ In: *Marçã Mulher Boletim*. Ano 1 POA Novembro 87, nº 1.

¹⁵¹ A primeira composição do Grupo Maria Mulher, como consta de um livro caixa com início em maio de 1987, era: Maria Conceição Lopes Fontoura; Cleusa; Carminha; Iraci; Juraci; Márcia; Tereza; Shirlei; Sandra Silveira, atualmente, assessora da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura; Sayonara (falecida); Iara, Débora, assessora do Ministério da Educação; Cláudia Pons Cardoso, a primeira presidenta após a mudança de configuração do grupo, hoje morando em Salvador/BA e Chicão, funcionário da FASE em Porto Alegre. As anotações referem-se ao pagamento de mensalidades, venda de artigos para arrecadação de verba para cobrir eventuais despesas com reuniões, material de expediente, reprodução de convites e material informativo, etc. As informações neste livro constam até dezembro de 1989.

mulheres negras no Brasil¹⁵². Em sua primeira publicação *Mar♀a Mulher – Boletim*, o editorial citava os objetivos do grupo e fazia uma convocação,

Reuniram-se em 15 de março deste ano, algumas mulheres negras com o objetivo de refletir, discutir e até formar um grupo que desse continuidade a uma ação política voltada à Mulher Negra. Sendo esta ação elaborada por homens e mulheres, dispostos a por fim às relações de discriminação de machismo, racismo e classismo existentes em nossa sociedade.

Somos frutos do maior genocídio da história brasileira, pois se nossos antepassados viviam em senzalas, hoje, nós continuamos vivendo nas vilas e favelas, ocupando o mais baixo estrato social, imposto pelo sistema capitalista dependente.

Face a essa realidade social, econômica e cultural da população negra, o grupo compreende que deva desenvolver uma ação, um trabalho visando socializar o conhecimento, resgatando e valorizando nossa cultura e assim contribuirmos para a construção de uma sociedade justa e igualitária, garantindo o respeito às especificidades raciais e sexuais do conjunto da população.

Diante do estágio embrionário do grupo, algumas propostas de trabalho estão sendo implementadas, por exemplo, estamos lançando o primeiro Boletim, que é um veículo aberto aos demais grupos e entidades do movimento negro, que partilham de nossas idéias, somando-se aos demais movimentos sociais que buscam garantir de forma organizada seus direitos (*Mar♀a Mulher – Boletim*, Ano 1 POA, Novembro 87 nº 1).

Figura 13 – Boletim Maria Mulher



Acervo Lúcia Regina Brito Pereira

¹⁵² Dentre as organizações de mulheres negras surgidas a partir da década de 1980, no Brasil temos: N'Zinga, de Belo Horizonte, criada em 1986 e formalizada em 1994; Geledés,- Instituto da Mulher Negra de São Paulo, criada em 1988; Criola, do Rio de Janeiro, criada em 1992. Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos/SP, criada em 1986.

Em outro artigo do mesmo Boletim, intitulado *Sexualidade*¹⁵³, a conclusão *faz* uma chamada a uma questão que o movimento feminista, de então, não conseguia captar.

.....
 No tocante ao movimento feminista, cabe-nos frisar que enquanto as mulheres brancas lutam para conquistar o direito ao prazer, nós negras ainda estamos batalhando pela sobrevivência, responsáveis que somos, muitas vezes, pela manutenção da família. Desta maneira, fica prejudicada a organização das mulheres negras em torno de suas questões específicas, entre elas a valorização do corpo, o direito ao prazer e à sexualidade (Mar♀a Mulher – Boletim, Ano 1 POA, Novembro 87 n° 1).

Vale ressaltar que o “*feminismo*”, desde o seu surgimento, passou por diferentes vertentes: radical, liberal e socialista. Segundo Luiza Bairros,

num determinado momento os conceitos foram úteis para definir uma coletividade e seus respectivos interesses, assim justificando o estabelecimento de uma organização política independente. Mas, por outro lado, mostraram-se inconsistentes quando usados para definir o que nos une a **todas** enquanto mulheres (BAIRROS, 1995, p. 459, destaque no original).

A autora destaca a importância dessa convergência conceitual, pois os “*feminismos*”, até então descaracterizavam as “*categorizações de raça, de classes sociais e de orientação sexual, favorecendo assim discursos e práticas voltados para as percepções e necessidades de mulheres brancas, heterossexuais, de classe média*”. Assim, a bandeira de luta das integrantes de Maria Mulher, desde sua fundação, foi ir além de uma concepção unificadora

¹⁵³ “Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída. Se, diferentemente das mulheres de certas tribos indígenas brasileiras, a mulher moderna tem seus filhos geralmente em hospitais, e observa determinadas proibições, é porque a sociedade brasileira de hoje construiu desta forma a maternidade. Assim, esta função *natural* sofreu uma elaboração *social*, como aliás, ocorre com todos os fenômenos naturais. Até mesmo o metabolismo das pessoas é socialmente condicionado...” (SAFFIOTI, 1987, p. 10).
 Ou ainda, “O conceito analítico de ‘gênero’ se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que ‘a biologia é o destino’. Ela transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais. Em conseqüência, tornou-se necessário distinguir entre ‘gênero’ como criação simbólica, ‘sexo’, que se refere ao fato biológico de a pessoa ser fêmea ou macho, e ‘sexualidade’, que tem a ver com preferências e comportamentos sexuais... Para explicar essas variações transculturais nas relações entre mulheres e homens, era preciso buscar as raízes históricas e sociais dessas variações. ... ‘Gênero’ se tornou uma espécie de taquígrafia acadêmica que representa relações socialmente definidas entre mulheres e homens, mas seu significado e implicações do ponto de vista político nem sempre tão claros” (STOLCKE: 1995, p. 103).

que desconsiderava as especificidades, ultrapassando a questão do significado natural do termo mulher e trabalhando com a constituição social de gênero¹⁵⁴ (BAIRROS: 1995, p. 495).

A organização assim define o processo de desenvolvimento de sua atuação:

María Mulher - Organização de Mulheres Negras, fundada em 8 de março de 1987, na sua fase inicial alertou de forma pioneira os Movimentos Negro e Feminista de Porto Alegre para a necessidade de serem abordadas questões específicas das mulheres negras

A organização realizou intervenções incisivas naqueles movimentos sociais fazendo com que assumissem a discussão sobre a mulher negra. Apontou alternativas e soluções para os problemas em que se debatiam as negras brasileiras, alvo de discriminação de gênero, classe e raça.

Nos encontros com os Movimentos Sociais de Negras e Negros, a organização propôs fossem identificadas e trabalhadas as especificidades relativas ao gênero, já que até aquele momento via-se, de forma una, as reivindicações de negros (homens e mulheres).

A luta dos negros cingia-se até então, às questões raça e classe. Nos encontros feministas María Mulher introduziu a necessidade de ser discutida a questão de gênero.

A organização desempenhou com eficácia o papel a que se propôs como fomentadora, disseminadora e orientadora para as discussões sobre os assuntos relativos as mulheres negras. Nas discussões específicas a entidade participou da criação de um Coletivo de Mulheres Negras, buscando agregar negras que faziam parte de outros movimentos sociais que não contemplavam a discussão das especificidades das mulheres negras. Aliaram-se a este Coletivo, negras de outros grupos dos Movimentos Sociais, de Sindicatos, de Partidos Políticos e outros.¹⁵⁵

As reivindicações expostas acima se enquadram naquilo em que ocorre o “*descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico*” (HALL, 2003, p. 45). Isto é, o feminismo “*abriu, ... para a contestação política, arenas ...novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.*” (HALL, 2003, p. 45). Percebemos, desta forma, que as reivindicações, as ações das mulheres negras, no Brasil, e aqui em específico, a Organização María Mulher, estão inseridas no processo em que “*o pessoal é político*”¹⁵⁶, bandeira de luta levantada pelos

¹⁵⁴ Conforme, STOLCKE: “O termo ‘gênero’ como categoria de análise foi introduzido nos estudos feministas na década de oitenta. Antes, nos anos setenta, a pesquisa feminista havia demonstrado que aquilo que então se chamava papéis sexuais variava amplamente em termos transculturais ... Desse modo, eles não podiam ser simplesmente reduzidos ao inevitável fato natural e universal das diferenças de sexo” (1995, p. 103).

¹⁵⁵ Apresentação sítio www.mariamulher.org.br.

¹⁵⁶ Ver: HALL, 2003; BAIRROS, 1995; STOLCKE, 1991.

movimentos surgidos a partir da década de 1968, na Europa, e o responsável pela subjetivação dos grupos que enfatizavam as questões de gênero, raça, sexo.

A ênfase na experiência levou à afirmação do que **o pessoal é político**, o terceiro conceito básico do feminismo. A idéia de que o problema de mulher são meramente pessoais foi descartado quando o movimento feminista propôs-se a agir no sentido de estabelecer soluções comuns. Política, então, seria qualquer relação de poder mesmo fora da esfera pública, da ação direta do Estado ou da organização capitalista da sociedade. Daí a importância da noção de dominação masculina, de acordo com a qual poder-se-ia definir como instituição política qualquer atividade estruturada para perpetuá-la, como no caso do casamento e da família¹⁵⁷.

Luiza Bairros acrescenta uma dimensão mais recente, que caracteriza a especificidade das reivindicações e ações das mulheres, em especial das mulheres negras, pois abrangem um amplo espectro de dimensões, incluindo as categorias “mulher”, “experiência” e “política pessoal”.

A outra tentativa mais recente, de transformar as categorias mulher, experiência e política pessoal é o **ponto de vista feminista** (*feminist standpoint*). Segundo esta teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. Raça, gênero e classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant¹⁵⁸ chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas (BAIRROS, 1995, p. 461).

Entendemos que o “ponto de vista feminino” caracteriza a atuação das mulheres negras que passaram a reivindicar, a partir de “seu lugar”, outro posicionamento junto aos

¹⁵⁷ Os outros dois conceitos básicos do feminismo segundo Luiza BAIRROS são: maternidade e sexualidade: “A primeira coloca a **maternidade** como a experiência central na identidade das mulheres. Ao responder porque constituímos um grupo diferente, coloca em destaque valores ligados à prática das mães: altruísmo, carinho, cuidado com os interesses do outro. A ênfase num aspecto compartilhado e penas em caráter biológico como parte integral da identidade feminina, reforça noções patriarcais do que é tradicional ou naturalmente feminino, apenas atribuindo a estas características um valor superior àquelas geralmente associadas do homem. A segunda toma a **sexualidade**, entendida como forma de poder que transforma a mulher em objeto sexual do homem, como a experiência capaz de unificar todas as mulheres. Dessa perspectiva, a mulher tende a ser interpretada como vítima de um poder definido como intrinsecamente masculino.” (:2003, p. 460). Estas questões acabaram por se esgotarem em si mesmas, a primeira por não resolver o problema latente como o aborto, ou direitos reprodutivos, por exemplo; a segunda, igualmente, ainda não deu conta de questões como as diferentes dimensões de submissão, violência, pornografia, assédio sexual, etc.

¹⁵⁸ GRANT, Judith. *Fundamental Feminism. Contesting the Core Concepts of Feminist Theory*. Nova York. NY: Routledge, 1991. Apud: BAIRROS, 1995, p. 459).

Movimentos Social Negro e Feminista. Diferentes enfoques passaram a ser questionados a partir desse ponto de vista feminista das mulheres negras, e a pauta de exigências se amplia. As questões sobre gênero, raça, saúde, sexismo, trabalho, violência, moradia, justiça não tinham apenas o objetivo de mostrar o lugar ocupado por essas mulheres, mas o de exigir a inclusão de uma política pública direcionada a esse segmento, visto que temas universalistas não contemplavam as especificidades desse grupo.

Um exemplo dessa crítica referia-se às mulheres brancas que, nas suas reivindicações, brigavam por igualdade, inclusão, salários justos e esqueciam das trabalhadoras¹⁵⁹ que cuidavam de suas casas e filhos sem tempo para participar de qualquer tipo de reivindicação e, muito menos, quem se dispusesse a representá-las. Essa atitude também se repetia no Movimento Social Negro, quando os homens negros menosprezavam o papel das mulheres negras, principalmente nas reuniões, nas quais cabia às mulheres somente o papel de secretariar as reuniões, cuidar das crianças e da alimentação, sendo-lhes negado, na maioria das vezes, o poder da palavra¹⁶⁰.

O grupo Maria Mulher assim se constituiu até 1998, quando se transformou na atual organização não-governamental¹⁶¹, com atribuições ampliadas e focalizadas. Passou a

¹⁵⁹ “Na 'ordem das bicadas' neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual...” SAFFIOTI: 1987, p. 42.

¹⁶⁰ Segundo relato de Rosália Lemos Titular da Coordenadoria de Direitos da Mulher da Prefeitura de Niterói/RJ, quando integrava o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras/IPCN, em reportagem sobre Lélia Gonzáles, na Revista **Eparrei**, da Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos: “O que incomodava as mulheres que participavam do IPCN era a postura dos homens negros que as discriminavam na sua condição de gênero feminino. Era comum a tarefa de secretariarmos reuniões, arrumar as cadeiras e fazer os ‘comes e bebes’. No entanto na hora do uso da palavra poucas exerciam o direito de exporem suas opiniões”. In: **Eparrei**, 1º Semestre de 2003 – Ano II, Nº 4, p. 9.

¹⁶¹ Segundo a Associação Nacional de Organizações Não-governamentais/ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, em carta de março de 2000, a ABONG e suas associadas têm como princípios: “- aplicar à sua prática os princípios da ética, impessoalidade, moralidade, publicidade e solidariedade;

- buscar e defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações;
- lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocarem contra políticas que contribuam para reproduzir desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais;
- lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da Humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los;
- afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual;
- afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais,

caracterizar-se como uma organização feminista, Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, com sede na Travessa Francisco Leonardo Truda, no centro da cidade de Porto Alegre. Essa Organização tem por “*missão institucional a defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas e o combate à discriminação sexual e étnico-racial*”.¹⁶² Faz parte dessa Organização, a sede na Vila Cruzeiro do Sul.

A Organização desenvolve seu trabalho na região da Grande Cruzeiro do Sul formada por 24 vilas populares, totalizando 59.231 pessoas, o que representa 4.7% do total da população de Porto Alegre. A Grande Cruzeiro do Sul caracteriza-se por ser uma área que concentra os maiores índices de exclusão social do Município, e onde a população é predominantemente composta por afro-brasileiros, possui baixa escolaridade e baixo poder econômico (EXPERIÊNCIAS EM *ADVOCACY* EM SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS, 2002, p. 101).

condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas;

- defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência;
- contribuir para o fortalecimento de um "pacto de cooperação" baseado nos valores explicitados nesta Carta de Princípios, bem como na solidariedade Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul;
- reafirmar e vivenciar o seu compromisso com a transparência, o primado do interesse público e a participação democrática interna, reconhecendo-os como componentes essenciais da gestão das organizações a ela filiadas;
- estimular a parceria entre suas associadas e com outras organizações da sociedade civil, de modo a racionalizar recursos e fortalecer ações conjuntas, defendendo e lutando pela harmonia e respeito entre elas, de modo a fazer dessa prática, referência exemplar na sociedade”. (ABONG, Carta de Princípios: São Paulo, 29 de março de 2000).

¹⁶² **Experiências em *Advocacy* em Saúde e Direitos sexuais e Reprodutivos.** Brasília: Agende, 2002.

Figura 14 – Publicação Experiências em *Advocacy* Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos

Acervo Lúcia Regina Brito Pereira

Nesta etapa atual as diretrizes compõem-se em cinco linhas básicas de ação: o SOS Racismo com atendimento jurídico e psicossocial a vítimas de discriminação étnico-racial; meninas e adolescentes: atendimento a meninas e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; mulheres: atendimento psicossocial a vítimas de violência doméstica; intervenção política: capacitação de educadores/as e professores/as em direitos humanos, articulação com organizações feministas, de mulheres e com o Movimento Social Negro; documentação e informação: cartilha virtual de informação sobre formas de combate à violência doméstica e ao abuso sexual; Palavras de Mulher, boletim informativo; Passaporte para a Cidadania, série de cartilhas sobre gênero e raça-etnia.

Essa composição exigiu uma organização estruturada em setores específicos, constituindo-se por uma diretoria composta pela coordenadora técnica, uma coordenadora adjunta e uma coordenadora financeira; uma equipe de projetos, uma equipe de colaboradores

que atuam em diferentes áreas do conhecimento, prestando assessoria quando solicitados; e um conselho consultivo. Esse conselho e a coordenação são eleitos pelo prazo de dois anos¹⁶³.

Sabemos da importância e do papel das mulheres à frente de muitas bandeiras de luta. Entretanto, a organização dos grupos oferece uma limitação em relação ao poder de intervenção ou a uma ação política mais incisiva.

A grande participação política das mulheres brasileiras tem-se dado nos movimentos sociais: associações de mães, movimento contra a carestia, luta por creches, movimento feminino pela anistia etc. Convém lembrar que o espaço de luta destes movimentos ocorre fora do espaço parlamentar, fora do espaço dos partidos políticos. Trata-se de lutas travadas em torno de certas reivindicações que seus militantes esperam ver atendidas pelo poder municipal, estadual ou federal: ou ainda pelo empresário privado. Faz parte da natureza destes movimentos a fluidez, isto é, o baixo grau de estruturação (SAFFIOTI, 1987, p. 48).

A partir dos anos de 1980 cuja conjuntura propiciou o advento de organizações não-governamentais, através da parceria com organismos nacionais e internacionais, houve um incremento e certo direcionamento nas ações dessas organizações no que diz respeito aos direitos humanos, o que alterou, em parte, o quadro exposto por Saffioti, na citação acima. Ou seja, a

trajetória de um segmento pioneiro de organizações não-governamentais que têm seu perfil político caracterizado por: tradição de resistência ao autoritarismo; contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos,

¹⁶³ Composição atual, coordenação: Maria Noelci “Noho” Teixeira Homero, Coordenadora Técnica; Maria Cristina Ferreira dos Santos Coordenadora Adjunta; Vilma Terezinha Silva e Silva Coordenadora Financeira. Equipe de projetos: Adriana C. de M. Nunes, Ariane Celestino Meireles, Denise Nunes, Diane de Jesus Barros, Elenir Marques, Eliana Costa Xavier, Eva Atáides Rodrigues, Gilciane Beatriz Aguiar da Neves, Gláucia Maria Dias Fontoura, Geovana Teixeira, Joana Nascimento do Amaral, Juliano Barcellos Costa, Lesly Pedrozo Maciel, Leticia Lemos da Silva, Lisiane Vieira dos Santos, Lúcia Regina Pereira Brito, Maria Conceição Lopes Fontoura, Maria Dolores Santos Cardozo, Maria Luiza Pereira de Oliveira, Rita Helena Soares, Rosélia Lopes, Rosélia Pereira de Araújo, Rosiane Maiato de Oliveira, Silvia Regina Ramão, Vera Daisy Barcellos. Conselho consultivo: Alaerte Leandro Martins, Amália Ficher, Arilson dos Santos Gomes, Assuncion Costa Caputti Filha, Camila Lopes de Moraes, Cleusa Chaves, Dircenara dos Santos Sanger, Edilson Nabarro, Eliane Maria Severo Gonçalves, Eunice Terezinha Vieira, Everton (Tom) Júnior da Silva Costa, Fernanda de Souza Bairros, Iara da Rosa, Irene Santos, Jeanice Dias Ramos, João Carlos Almeida, Jovita Peña Sommer, Júlio Orviedo, Leticia Santos Chaves, Luana Marques Garcia, Mãe Maria da Oxum, Malvina Beatriz de Souza, Maria Angélica dos Santos Maria Aparecida Cidinha da Silva, Maria Leonice de Deus, Maria de Lourdes Oliveira, Maria Luiza Rodrigues – Malú, Marieta da Silva, Oliveira Silveira, Paulo Dionísio, Patrícia Kriger Grossi, Patrícia Lima da Silva, Reginete Souza Bispo, Renata Matias de Moura, Roberto da Cruz Barbosa, Rosiane Maiato, Sabrina Clave Eufrazio, Sandra Lopes, Silvana Brazeiro Conti, Sônia Sarai de Lima Soares, Stela Nazareth Meneghel, Thais Machado Couto, Tia Laura, Vera Regina dos Santos Triumpho, Vera Rosani Rodrigues de Oliveira, Virginia Feix.

construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia (ABONG, 2000).

Muitos grupos que atuavam na informalidade, se institucionalizaram, por exemplo, o Maria Mulher, no intuito de ampliar e consolidar o seu foco de ação e intervenção no combate às injustiças presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras – voltou-se para ações de intervenção político-social.

A área de atuação do atendimento psicossocial às mulheres, meninas e adolescentes localiza-se na região Cruzeiro do Sul¹⁶⁴, a qual é composta por 24 vilas populares e situa-se ao sul da zona central de Porto Alegre. Sua população, cerca de 60 mil pessoas, representa 4,7% do total da cidade. Em relação aos indicadores socioeconômicos, os dados de 1998 da prefeitura indicavam que dos 16.146 domicílios da região, 6.290 (39%) eram considerados favelas ou similares. O abastecimento de água não atingia cerca de 10% dos domicílios e 5.537 domicílios (34,5%) tinham instalação sanitária inadequada, visto as médias correspondentes de saneamento para a cidade serem de 1% e 18%, respectivamente.

Na região, a época do levantamento, 9,5% da população com 10 anos ou mais era analfabeta, índice igual ao da cidade. Dos 15.677 chefes de domicílio da região, quase metade (14%) delas tinham renda de até dois salários mínimos e cerca de 1/4 tinham até três anos de estudo.

A situação da maioria das 4.276 mulheres chefes de domicílio, (mais de um quarto do total), é de extrema exclusão social. Destas, 771 (18%) são analfabetas; há 1.384 mulheres de 15 a 49 anos analfabetas, 7,2% do total de 19.259 nesta faixa etária. A média de mulheres analfabetas de 15 a 49 anos em Porto Alegre era de 3,3%. A maioria da população residente na região da Cruzeiro do Sul é de afrodescendentes¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Os dados aqui apresentados são da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. In.: **Experiências em Advocacy em Saúde e Direitos sexuais e Reprodutivos**. Brasília: Agende, 2002.

¹⁶⁵ **Experiências em Advocacy em Saúde e Direitos sexuais e Reprodutivos**. Brasília: Agende, 2002, p.101.

Destacamos que o objetivo do breve histórico do surgimento de Maria Mulher aqui apresentado foi o de demonstrar o processo de surgimento dessa e das outras organizações negras em Porto Alegre, analisadas neste estudo, em diferentes conjunturas. Isto acabou por dar um perfil, ou uma característica específica a cada uma das organizações aqui pesquisadas: Floresta Aurora; Satélite Prontidão; Marcílio Dias e Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras.

Em síntese, verificamos que a Sociedade Beneficente Floresta Aurora surgiu com o objetivo específico de auxiliar os seus integrantes nos momentos difíceis, pois, à época, o trabalho assistencial se justificava pelo processo de desagregação da economia servil, e na falta de uma política social que atendesse às necessidades básicas desta população esta organização se fazia necessária. Fruto da fusão de uma Sociedade de Música e outra Bailante, a Sociedade Floresta Aurora chegou até nossos dias, sendo uma das sociedades negras mais antigas do país.

A Sociedade Satélite Prontidão nasceu no início do século vinte, em 1902. Das Sociedades Satélite Porto-Alegrense, fundada em 1902, e da Prontidão, em 1925, ambas voltadas para a diversão da população negra, sendo a Satélite, segundo os entrevistados, muito pomposa, o que fragilizou a sua atuação e provocou o seu esvaziamento, daí surgiu a Sociedade Beneficente Satélite Prontidão, em 1956, que perdura até os dias atuais.

A partir de um chamado da população negra para que as pessoas se integrassem a um clube cujo nome, a princípio seria José do Patrocínio, consolidou-se, em 1949, o Clube Náutico Marcílio Dias, que objetivava a agregação da população negra porto-alegrense através do esporte. Sua atuação no início foi intensa, angariando a simpatia das outras sociedades e alcançando um grande conceito na cidade. No período de sua existência brilhou, mas devido à conjuntura da época, a década de oitenta do século XX assistiria ao ocaso dessa organização que se propunha a ideais tão específicos a elevação social da população negra através do esporte.

As falas dos nossos entrevistados revelam a importância dessas organizações em algum momento de suas vidas.

Outro ponto que destacamos diz respeito à localização dessas sociedades. Acompanhando a trajetória de seu surgimento, podemos mapear o processo de urbanização da cidade, visto que essas sociedades nascem em lugares, inicialmente desvalorizados, onde havia uma concentração significativa de população negra. E, à medida que o local se desenvolvia, ao ser implantado o processo de saneamento básico e melhorias, observamos o deslocamento gradual da população negra para áreas mais afastadas do centro da cidade e menos valorizadas.

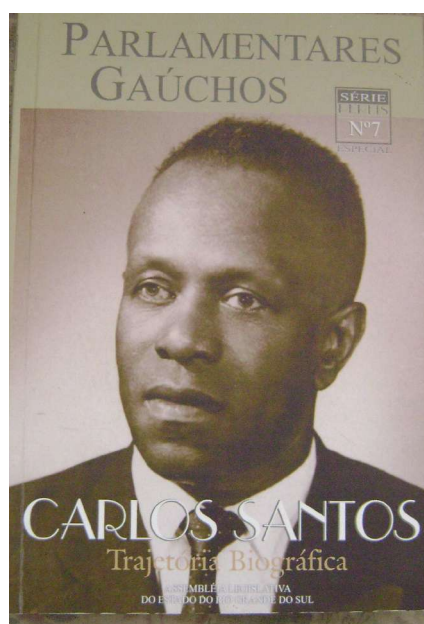
No capítulo três analisamos as estratégias de ação dessas organizações no que tange à educação, foco de análise desta tese.

3. ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS

Eu fui crescendo, e fui pensando, e fui me 'exercitando'. Transporte a tribuna para as ruas. Ensaiei os primeiros discursos 'de verdade', enfrentando autênticas multidões, como orador destes movimentos carnavalescos que alguém chamou, na minha terra, 'alma das ruas' – o cordão'. Eu não sei explicar como isto acontecia. A princípio um pouco tímido e depois perfeitamente identificado com o povo me era um bem lhe dirigir a palavra, e nos bailes e nas sessões solenes e na entrega de troféus conquistados nas pugnas carnavalescas era sempre a mim que se dava a incumbência de discursar. Nos salões, nos teatros e nas praças públicas eu me sentia envolto nas explosões de simpatia e admiração da gente boa do meu Rio Grande. Mas eu não estudava a princípio. A minha instrução continuava sendo aquela rudimentar, adquirida nas escolas primárias por que eu passara. E como, apesar da pobreza dos meus dotes intelectuais, eu tantas vezes ocupava a tribuna que me era oferecida, cumpria a contento, a missão que me confiavam (Doutor Carlos Santos)¹⁶⁶.

A epígrafe do doutor e deputado Carlos Santos insere o espírito do que defendemos nesta tese: a circularidade das estratégias educacionais das organizações negras — “*movimentos carnavalescos*”, consideradas locais de troca e transmissão de uma cultura educacional de afrodescendentes, para além do senso comum, compartilhada entre os negros destituídos da educação institucionalizada.

Figura 15 – Doutor Carlos Santos



Autoria - Sid Monza apud Torres, 2004.

¹⁶⁶ Dr. Carlos Santos, Introdução ao Livro **Sucata**. Porto Alegre: 1937. In: TORRES, 2004, p.61-63.

Neste capítulo, revelamos as estratégias educacionais das organizações aqui pesquisadas, nos diferentes contextos da história da cidade. Também usamos as falas dos entrevistados para demonstrar a importância dessas organizações na sua formação, seja na descoberta da identidade, seja em um processo educacional, ou, ainda, como um lugar de reunião e de lazer. Conforme diz Edmilson de Almeida Pereira (2007), o processo de desterritorialização da população africana, motivada pelo tráfico escravagista, fez com que a população da diáspora africana recriasse os seus espaços simbólicos numa contínua reformulação, de acordo com as imposições do contexto em que estavam inseridas, e “*é interessante analisar o modo como as culturas populares utilizam a festa para elaborar e reelaborar sentidos para os fatos, alimentando os caminhos de uma outra história.*” (PEREIRA, 2007, p. 81).

O mesmo autor, ao analisar as comunidades dos Arturos, dos Siqueira e dos Bianos, em Minas Gerais, descreve a casa como um espaço ampliado que serve a vários propósitos, materiais e simbólicos:

A casa de famílias afro-brasileiras (levando em conta a divisão dos cômodos, os objetos de adorno, os móveis, as cores, as plantas decorativas e medicinais, etc.), podemos tomá-la como metonímia de *um certo modo de habitar* formulado por essas famílias. A casa, sob esse aspecto, além de ser o *lugar de moradia*, se converte também na *escola* (pois a análise de sua constituição doméstica, às regras do trabalho etc.), no *clube* (já que a família e os visitantes a vêem como espaço de encontros e lazer) e o *templo* (uma vez que comunidades devotas, como a dos Arturos, dos Siqueiras e dos Bianos, transformam-na em espaço de rezas rituais) (PEREIRA, 2007, p.40).

Esse entendimento das sociedades negras como uma extensão da família é explicitado pelo nosso entrevistado, senhor Nilo Alberto Feijó, presidente da Associação Satélite Prontidão.

Pois é, eu acho que isto aí, outro dia destes nós festejamos o aniversário de alguns companheiros nossos aqui no Satélite Prontidão. E a gente estava tocando nesta questão da família ... No momento eu dizia para os companheiros que isto está muito associado à família. Porque a sociedade, que a gente curtia era um prolongamento da família. Uma família num estado maior, pelo menos pretendia que fosse assim. Isto no início quando a gente pensava mais no lazer ... Então a gente sempre viu esta questão da sociedade como uma extensão da família, alguma coisa familiar, amiga, assim. Só que com o passar dos tempos, a gente foi começando a, eu pelo menos comecei a ter uma noção do que era a sociedade na verdade. Eu achava, e tenho defendido sempre esta idéia, de que a sociedade ela pode cuidar de tudo isso, ela pode manter este

conceito, este modelo de uma organização extremamente familiar, mas ela pode se transformar também, seguir num outro caminho que seria o caminho da cultura num pólo cultural, na verdade, em defesa do desenvolvimento da própria comunidade (FEIJÓ, 2006).

A percepção do senhor Nilo Alberto Feijó vai mais longe: sugere que as organizações ampliem o seu campo de atuação e ofereçam mais do que somente o lazer. Na sua opinião, elas são um espaço privilegiado de ação.

Eu acho que esta organização só de lazer ela pode e deve se transformar. Acho que viver nesta condição só de família, já é uma dádiva do céu e a gente pode transformar isto aí numa coisa muito maior. Tu veja só, porque eu tenho que fazer só baile, só festa? Porque eu não posso ter dentro da minha ... é aquele negócio, no meu passado, a partir de um determinado momento eu passei achar que o meu filho tinha que seguir outros rumos, tinha que avançar, tinha que se defender, tinha que se evoluir. E a sociedade é a mesma coisa (FEIJÓ, 2006).

O senhor Nilo Alberto Feijó tem uma visão consciente do papel das organizações, com a qual fazemos coro. Nesse sentido ampliado entendemos que grande parte das organizações ultrapassou a ação de proporcionar apenas o lazer para a comunidade negra que precisava de um espaço para ressignificar o seu imaginário simbólico através do grupo extensivo que elas representam. Percebemos, portanto, que a educação, historicamente, fez parte das ações das organizações negras em todas as suas especificidades.

O processo de aquisição do conhecimento se desenvolve através de múltiplos canais e em variadas situações. O ser humano, nos diversos ambientes em que se estabeleceu, organizou formas de comunicação que são, em síntese, métodos contextualmente considerados como pertinentes para as relações de ensino-aprendizagem. Ensinamos e aprendemos na convivência familiar e nos locais de trabalho, nas horas de recreação, no trânsito pelas ruas, em ambientes apropriados para a descoberta e o exercício do conhecimento (PEREIRA, 2007, p. 82).

Esse processo de ensino-aprendizagem traduz-se na “escola da vida”:

Numa sociedade diferenciada, os grupos tendem a desenvolver seus próprios mecanismos de transmissão do conhecimento, conflitando muitas vezes, com outros segmentos. Um recorte no quadro social brasileiro mostra que nem sempre as camadas mais pobres tiveram acesso aos setores da educação institucionalizada, Mas, nem por isso, deixaram de realizar suas interpretações da história do país renegociando dignificados e instaurando óticas alternativas para a compreensão dos fatos (PEREIRA, 2007, p. 84).

Outro depoimento traduz ou mostra esse processo ampliado de educação - educação para a vida, educação para reforçar e manter os laços do grupo: o Clube Náutico Marcílio Dias, na vida do doutor José Luiz Pereira da Costa,

surgiu ... por problemas de hormônios biológicos. ... Nessa fase a gente está querendo ter namorada, não é isso, então, eu tinha um primo, que freqüentava o Marcílio, o Jorge, aí ele me convidou: “Zequinha vamos lá pro Marcílio e tal”, eu fui lá, ele me levou de arrasto e eu gostei, porque eu não tinha sociedade até então, eu tinha vida social nenhuma, eu estudava, eu tinha mudado o meu perfil, ... pra estudioso, antes eu era, vamos dizer, desleixado. Então, aí, fui parar no Marcílio, aí gostei, um monte de guria bonita, lá. Foi assim que eu fui parar no Marcílio. Não vou mentir... (COSTA, 2006).

Figura 16 – Grupo de Jovens do Clube Marcílio Dias



Acervo Doutor José Luiz Pereira da Costa – Década de 1950.

Mesmo tendo sido levado por motivos de lazer e “*por problemas biológicos*”, o doutor José Luiz Pereira da Costa demonstrou que outras questões, também importantes, o fizeram continuar no clube e contribuíram para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Aí, depois surgiu toda uma série..., vamos dizer, aí teve um ambiente que eu pude expandir a minha personalidade, as coisas que eu gostaria de fazer, ou as coisas que eu sabia fazer, relacionamentos, eu sempre tive um bom relacionamento com pessoas mais velhas que eu, os velhos sempre gostaram de mim, não sei se é porque eu ouvia. Os velhos sempre gostaram de mim, é histórico assim, desde que eu me lembro, um exemplo é o próprio doutor Carlos Santos. E muitos, então lá no Marcílio Dias, tinha um que vai ser presidente da associação mais adiante, o seu José Fonseca. José devia

ter uns quatro anos mais do que eu, aí o seu José Fonseca gostou de mim, e passou a me proteger e eu passei a ser secretário do Marcílio, e fiquei o eterno secretário, mudava a diretoria e o secretário era o José Luiz (COSTA, 2006).

No clube houve a possibilidade de o doutor José Luiz Pereira da Costa ampliar seus horizontes e realizar várias tarefas. O fato de não praticar qualquer atividade esportiva não o impediu de usufruir do convívio social.

Então, repetindo o que eu disse, eu fui por um motivo, motivo da idade, convívio social, e encontrei oportunidade no convívio social que a gente quer amizade, possibilidade de mostrar as tuas coisas, eu não era de esportes, eu nunca fui de esporte então, fui fazer jornalzinho, outras coisas que eu sabia fazer, então, houve assim uma complementação. O Marcílio representou pra mim, um momento importante da minha vida e, ele permitiu que naquele momento eu chegasse aonde eu queria, onde é natural que um jovem chegue. E eu pude fazer o que eu sabia fazer, o que eu gostava (COSTA, 2006).

E entre as atividades possíveis de serem realizadas, destaca a possibilidade de aprender, participar da reunião, o estar junto.

De qualquer forma, tem este lado, a gente queria aprender, queria se encontrar e quando tu és jovem quer ter o teu grupo, quer estar junto. Então, lá era o lugar da gente se encontrar. Pegava o bonde ali na Praça Garibaldi¹⁶⁷, descia lá no fim da linha, e a gente ia se encontrar, o bonde era baratinho (COSTA, 2006).

Após termos demonstrado o que levou nossos entrevistados a procurarem uma organização e a importância delas em suas trajetórias. Destacamos, a seguir autores que realizaram estudos direcionados à análise das organizações negras ou grupos em Porto Alegre ou no Rio Grande do Sul. Inicialmente, temos a dissertação de Liane Susan Müller (1999) que escreve sobre a Irmandade do Rosário, a fundação da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e a Sociedade Laços de Ouro. Entre os objetivos da pesquisadora está a questão educacional destas organizações para

um exame das ações específicas impetradas pelas sociedades dramáticas e instrutivas. Encarando o teatro como uma escola da vida, ministrando cursos temáticos e palestras, fundando escolas alternativas para atender a população negra [logo], estas entidades contribuíram substancialmente para a formação de uma 'elite' negra porto-alegrense (MÜLLER, 1999, p. 22).

¹⁶⁷ Localizada entre as avenidas José do Patrocínio e Venâncio Aires no Bairro Cidade Baixa.

A autora destaca a educação como uma estratégia, como se observa no Compromisso da Irmandade, Capítulo I, parágrafo 3º:

Cuidar da educação dos filhos legítimos dos irmãos que morrerem na indigência com tanto que estes tenham pelo menos um ano de recebidos na Irmandade, promovendo a entrada daqueles nas escolas de ler, escrever e contar, ministrando os socorros para isso necessários, a proporção das rendas da Irmandade (MÜLLER, 1999, p.75).

Essa ação passava por todo o Compromisso da Irmandade, imputando ao Irmão Juiz de Nossa Senhora a tarefa de atentar para o acompanhamento das crianças na escola e auxílio, caso fosse necessário, para que isso se realizasse a contento. Essa obrigação estava expressa no Capítulo IV, parágrafo vinte e sete:

Mandar dar extraordinariamente ao Procurador da Irmandade e ao Procurador da Caridade a quantia de quatro a dez mil réis, quer para algum pleito, quer para socorros dos filhos legítimos dos Irmãos falecidos, cuja educação estiver a cargo da Irmandade, com a obrigação de declarar à mesa (MÜLLER, 1999, p.75).

É possível observarmos que o eventual auxílio “*aos filhos legítimos*” estava vinculado à atenção à educação dos filhos de Irmãos falecidos e constata-se que havia, igualmente, uma preocupação com o acompanhamento escolar dessas crianças. Essa atribuição ficava a cargo das Irmãs Juízas e Zeladoras de Nossa Senhora e São Benedito que deveriam “... *zelar pelo asseio e a decência dos meninos órfãos para que os mesmos se apresentassem limpos e sempre bem alinhados*” (MÜLLER, 1999, p. 75).

A atenção com o acompanhamento educacional dos filhos dos Irmãos falecidos aparece em outros pontos do Compromisso, por exemplo, como no Capítulo IX, referente ao Irmão Procurador da Caridade, em que está expresso o procedimento desse Irmão em relação ao acompanhamento:

Oitenta e oito – Compete-lhe logo depois de sua posse, conjuntamente com o Irmão Procurador que tiver acabado de ir examinar os filhos dos Irmãos que estiverem a cargo da Irmandade e se tem o preciso para continuarem a sua educação.

Oitenta e nove – Ter para isso um Livro rubricado pelo Irmão Juiz, no qual declara o nome do menino, sua idade, seus pais, e a casa que mora.

Noventa – Saber das escolas em que aprendem, falar aos professores e muito rogar-lhes o esmero de seu adiantamento.

Noventa e um – Requisitar à mesa todos os socorros necessários para o fim determinado.

Noventa e dois – Passar recibo no Livro competente de todo o dinheiro que por ordem da Mesa tiver recebido ao Irmão Tesoureiro.

Noventa e quatro - Paresentar [sic] e assistir com os Órfãos as festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, dando-lhe o cômodo necessário. (...)

Noventa e seis – Indagar logo que falecer qualquer Irmão pobre se tem filhos menores e estando em termos do parágrafo 13 do Capítulo 3º representar à Mesa para esta deliberar (In: MÜLLER, 1999, p. 76).

Em outra parte de sua dissertação, Liane Susan Müller destaca que no período de 1828 até 1885 houve várias modificações no Compromisso da Irmandade do Rosário, entretanto, a autora não encontrou indícios do estabelecimento de alguma escola administrada pela Irmandade:

É estranho o fato de que a Irmandade do Rosário de Porto Alegre não tenha montado uma escola própria. Sendo o seu primeiro Compromisso cópia idêntica do estatuto da Irmandade N. Sra. do Rosário e São Bento dos Homens Pretos do Rio de Janeiro, poderia esperar-se que ela procedesse da mesma forma, o que não tenha ocorrido por questões financeiras (MÜLLER, 1999, p. 78, nota 41).

Entretanto, essa situação se modifica no raiar dos primeiros anos da República. Liane Müller cita a criação do Colégio Nossa Senhora do Rosário¹⁶⁸, e demonstra que esta escola foi criação dos Irmãos negros que eram maioria na Irmandade do Rosário: *“há um consenso nas pesquisas sobre a Irmandade do Rosário que aponta, entre seus participantes, uma imensa*

¹⁶⁸ Aqui há uma diferença entre a descrição do Padre Barea (citado capítulo 2 desta tese, p. 122) sobre a criação da escola, aqui, há a ênfase no envolvimento dos negros na criação da escola, enquanto naquela a ênfase é dada na criação da escola pelo padre Costabile Hipólito, cuja “Mesa do Rosário, participava haver inaugurado a escola paroquial nesta matriz, destinada especialmente ao amparo e educação gratuita de pobres e infelizes meninos expostos ao ócio, ao vício e, às vezes, até ao crime” (BAREA, 2004, p. 324, grifo nosso). A autora descreve assim o processo de criação da escola, “Foi no dia 07 de fevereiro de 1904, na sacristia da Igreja N. S. Do Rosário, que o Colégio de mesmo nome nasceu. Nesta época se chamava Escola Paroquial N. S. do Rosário. Iniciou com 45 alunos e um mês depois contava com 110, números estes que continuaram crescendo. Em 1908, a procura de espaço maior, os irmãos trasladaram-no para a Rua da Ponte, hoje Riachuelo. Em 1913 o Rosário foi transferido para o antigo Seminário Diocesano (localizado atrás da Catedral), com 600 alunos e, no ano seguinte, passou a denominar-se Ginásio N. Sr^a do Rosário. Foi com este nome, nesse local e a partir de então que o Rosário firmou seu renome na Capital, no Estado e no Brasil. Em 1914 a Escola Nossa Senhora do Rosário passou a chamar-se Ginásio Nossa Senhora do Rosário. Em 1919 compreendia a Escola D. Sebastião, oferecendo cinco anos de instrução primária gratuita para mais de uma centena de alunos pobres. Cf. Informações cedidas pelo setor de informação do Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário”(MÜLLER, 1999, p. 80, nota 47).

maioria negra” (MÜLLER, 1999, p.81), destacando, como mostramos acima, a preocupação daqueles com a educação dos filhos dos Irmãos falecidos.

Sobre a criação do Colégio do Rosário é interessante a citação a seguir sobre os grandes feitos da escola e seu fundador.

Filhos a educar, ao lado do rezar, é a proposta do Pe Hipólito, em 1903, para passar da Igreja e do campanário a um aberto e gratuito educandário. Mas, em 1904, se ampliam os pontos de vista, e passa às mãos dos Irmãos Maristas, que o Colégio do Rosário vão iniciar, onde, hoje ainda, levas e levas de alunos em seus cursos continuam a estudar. Parabéns aos Irmãos Maristas do Rosário, neste primeiro centenário! As raízes populares e hospitaleiras de nossas multiformes culturas de portugueses, alemães, italianos... e até um tal Pe. Jorge Cheadi, em 1903, com outra origem, cultura e liturgia, com batizados e missa maronitas ecumeniza os católicos ritos, aos africanos e aos demais, esquisitos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário nos fez de raças e fé cristã o relicário! Porto Alegre, 26 de março de 2004. 44º aniversário de Ordenação Sacerdotal. Frei Rovilio Costa (BAREA, 2004, orelha).

Ressaltamos, na citação, a importância do colégio e seu trabalho em ecumenizar os ritos católicos aos portugueses, alemães, italianos, africanos e *“demais esquisitos”*. Obviamente, os *“demais esquisitos”* tenham a direta ligação com as crianças pobres, os negros integrantes da Irmandade e atendidos, inicialmente, pela escola.

Reconhecemos a importância do trabalho de Liane Susan Müller na análise e releitura das ações das organizações, de dar vida e voz aos sujeitos integrantes dessas organizações, embora, questionemos o conceito de *“elite negra”* utilizado pela autora, pois conhecemos a complexidade de tal termo. É evidente que nos idos do século XIX e inícios do século XX, alguns dos integrantes de organizações se destacavam por serem alfabetizados e alguns por trabalharem por sua conta, na cidade, em muitos casos diferenciados de parte da população negra que ainda mantinha vínculos com os escravizadores. Ter um trabalho, naquele período, era uma conquista, mas, de acordo com dados colhidos, a maioria da população negra, à época, ocupava posições de trabalho simples, pouco valorizadas, e é a própria autora que nos apresenta algumas profissões de integrantes da Irmandade do Rosário:

Os homens que freqüentaram a Irmandade do Rosário de Porto Alegre, em seus primeiros anos, trabalharam em **profissões modestas** marceneiros, pedreiros, lavradores, barbeiros, alfaiates, porteiros, cozinheiras, quitandeiras, e escravas de

ganho para serviços domésticos. Muitos conseguiram formar um pecúlio que lhes garantiu a vida e possibilitou, inclusive, por ocasião de suas mortes, deixar algo para a Irmandade (MÜLLER, 1999, p. 83, grifo nosso).

Entendemos o valor do trabalho e dessas profissões, e o relevante papel desempenhado por essas pessoas que podem ser caracterizadas pelo clássico termo gramsciano de “intelectuais orgânicos”¹⁶⁹: aqueles que se destacam no seu grupo e produzem ações e se articulam com seus pares para assumir o papel dos diretos sociais que a sociedade de então lhes negava.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, simultaneamente, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, Cadernos do Cárcere, v. III, p. 1513)¹⁷⁰.

Também entendemos ser viável relativizar “a formação de uma elite negra”. Destacamos, sim, o papel de alguns sujeitos como interlocutores de seus grupos frente a sociedade hegemônica, ante as suas reivindicações e as situações de opressão impostas. Todavia, parece temeroso imputar-lhes a denominação de “elite”, mesmo que esses sujeitos tenham sido baluartes de seus grupos de origem. Se observarmos os dados econômico-sociais da população negra brasileira, eles por si só colocam em xeque esse posicionamento. Apesar de não estarem desagregados por cor os dados a seguir ilustram as condições do ensino na cidade na segunda metade do século XIX, lembrando que neste período havia, então, significativo percentual de pessoas escravizadas e até 1850 ainda existiam leis impeditivas de ingresso das crianças negras às escolas. A interdição ao acesso ocorria, igualmente, pela cultura dos professores que

¹⁶⁹Analizamos suas trajetórias dialogando com o conceito gramsciano de ‘intelectual orgânico’, entendido... como relacionado aos indivíduos que, originários de uma classe ou fração desta, tomam para si, a tarefa, ... de organizar as idéias, anseios, questionamentos e problemas do grupo ao qual pertencem. Desta forma, os ‘intelectuais orgânicos’ seriam intérpretes da vontade coletiva da comunidade a qual pertencem, teriam o papel de dirigir e encaminhar práticas objetivas e mobilizatórias que visassem a resolver problemas ou mudar uma realidade que lhes é desfavorável (SANTOS, 2000, p. 22).

¹⁷⁰In: STACCONE: 1991, p. 84.

dificultava às crianças negras de freqüentarem as escolas, fossem públicas ou particulares, em relatório o diretor Geral da Instrução Pública de 1876, apresenta o quadro da freqüência de alunos nas escolas de Porto Alegre:

Paróquias: N. S. Madre de Deus alunos que freqüentam as escolas, 350, ...que não freqüentam 1.289; N. S. Do Rosário: ... que freqüentam, 1.208; que não freqüentam, 2.014; N. S. Das Dores: que freqüentam 222; que não freqüentam, 661; Conceição de Viamão, que freqüentam, 198; que não freqüentam, 1.185; Belém: que freqüentam, 60; que não freqüentam, 403; Pedras Brancas: que freqüentam, 143; que não freqüentam, 514'. 'Essa estatística é o ato de corpo de delito de nosso atraso, a prova patente de nossa vergonha: de 50 mil indivíduos aptos para freqüentar as escolas só 9. 462 recebem instrução!' (SCHENEIDER, 1993, p. 321-323).¹⁷¹

Dados mais atuais na tabela 1 mostra os seguintes números desagregados por cor de indivíduos alfabetizados:

Tabela 1 - Percentuais de indivíduos alfabetizados com 15 anos ou mais em 1991

<i>Alfabetização</i>	<i>Total</i>	<i>Branco</i>	<i>Pretos e Pardos</i>	<i>Amarelos</i>
Alfabetizados	81	88	78	95
Não alfabetizados	19	12	22	5
Soma	100	100	100	100

Fonte: IBGE/CENSO, 1991, In: SANTOS: 2001, p. 103.

A tabela 2 mostra os anos de estudo por grupos raciais, em 1991:

Tabela 2 - Percentual para o nível de instrução, em anos de estudo, por grupo racial, em 1991

<i>Anos de estudo</i>	<i>Branco</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos</i>	<i>Amarelos</i>
Menos de 1	19	36	35	12
1 a 3	20	24	25	11
4 a 7	32	27	26	25

¹⁷¹ O Rio Grande do Sul “apresentava uma população de aproximadamente 367 mil habitantes e uma população escolar de 52 mil, da qual só procurava a escola menos de um terço. 'Dois terços da mocidade rio-grandense era de analfabetos. ... Este cálculo, porém, é reconhecidamente falível não mostrando toda a verdade de nossas misérias, já pela maneira irregular por que são recolhidos os dados estatísticos, já por não serem fiéis os dados fornecidos pelos professores, não havendo nenhum deles, já se sabe porquê, que ateste freqüência inferior a vinte alunos'. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, dr. Fausto Freitas e Castro, Porto Alegre, 2 jan, 1874. AHRS, p. 9-10. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, sobre o ano de 1876” (Conforme SCHENEIDER, 1993, p. 321-323).

<i>Anos de estudo</i>	<i>Branços</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos</i>	<i>Amarelos</i>
8 a 10	12	7	7	14
11 a 14	12	5	6	23
15 ou +	5	1	1	15
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Censo, 1991 (In: SANTOS, 2001, p. 105).

Para o ensino superior, mestrado e doutorado, por grupos raciais, neste mesmo período os dados eram os que seguem na tabela 3:

Tabela 3 - Ensino superior

<i>Grupos raciais</i>	<i>Superior</i>	<i>%</i>	<i>Pós-graduação (mestrado e doutorado)</i>	<i>%</i>
Branços	1074327	78	44715	86
Pretos	25775	2	1065	2
Pardos	248415	18	10522	10
Amarelos	24167	2	1080	2
Indígenas	388	-	8	-
Sem declaração	2650	-	125	-
Total	1375752	100	52214	100

Fonte: IBGE/Censo, 1991 (In: SANTOS, 2001, p. 106).

O percentual de negros no ensino superior no Rio Grande do Sul, segundo o professor José Jorge de Carvalho, estimando-se que a população negra no estado era de 17%, estava abaixo de 5%¹⁷². Portanto, julgamos pertinente a construção do intelectual negro feita pelo pesquisador Sales Augusto dos Santos, em sua tese de doutoramento, “*Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*” (2007), que compilou dados sobre intelectuais negros que entrevistou, para conhecer a trajetória escolar-acadêmica que os levou a fazerem parte do diminuto círculo de mestres e doutores no país. Destacando, a partir dos dados qualitativos

¹⁷²José Jorge de Carvalho, texto da conferência proferida na II Semana da Consciência Negra da FEEVALE, em 17 de novembro de 2004, sobre a necessidade de ações afirmativas para os negros e índios no ensino superior em todas as universidades brasileira, sejam públicas, privadas ou comunitárias. Sob o título “*Inclusão étnica e racial no Ensino Superior: um desafio para as universidades brasileiras*”. In: NUNES, 2005, p. 21-40.

coligidos, o perfil e as condições do grupo negro que tem acesso aos níveis da educação superior¹⁷³:

53, 33% se autodeclarou ser de origem social de baixa renda, 33,33% de classe média baixa e apenas 13,34% de classe média. Alguns deles até começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade um deles começou a estudar à noite, com 12 anos de idade, para poder trabalhar durante o dia inteiro, e outra começou a trabalhar aos treze anos de idade.¹⁷⁴

Se atentarmos para esses dados atuais é possível deduzirmos as diferenças econômico-sociais daqueles sujeitos nos finais do século XIX e meados do século XX. Mas, de qualquer forma, para nos redirmos de uma comparação que possa parecer anacrônica, citamos dados da época que ilustram nossa idéia de se ter cautela em caracterizar àqueles intelectuais negros de “elite”¹⁷⁵.

É novamente o deputado Carlos Santos que ilustra a ação de uma organização negra oficializada na cidade de Pelotas, na década de 1936:

Entre aqueles a quem dedico este livro está, o Centro Cultural Marcílio Dias. É uma entidade que eu fundei no meu Rio Grande, com um grupo de dedicados amigos, e que tem como finalidade única o combate ao analfabetismo. Mais de uma centena de crianças pobres e algumas dezenas de adultos se banham ali nos esplendores da Instrução. É o tributo mais sincero da minha amizade e do meu entusiasmo, do meu idealismo e da minha lealdade, procurando amor de quem, em função da grandeza do Brasil, audaciosamente me tornei orador'. Porto Alegre, Março de 1937 (SANTOS, Carlos: 'Sucata'. Porto Alegre, 1937. In., TORRES, 2004, p. 66).

¹⁷³Após as denúncias dos movimentos negros sobre a falta de dados por cor na análise das pesquisas dos institutos oficiais, nos últimos dez ou quinze anos alguns estudiosos debruçaram-se na desagregação e análise de dados por cor nas diferentes instâncias da sociedade brasileira, entre eles temos: CARVALHO, 2005; FERNANDES, 1972, 1976, 1978, GUMARÃES, 1997, 1998, 1999, 2002; HENRIQUES, 2001, 2002; HASENBALG, 1988, 1999, PAIXÃO, 2002, 2006; ROSEMBERG, 1991, 2000; SILVA e HASENBALG, 1992, Entre outros. Temos, agora dados disponíveis nos institutos estatísticos oficiais: DIEESE 1999; INSPIR; IBGE; INEP, no Rio Grande do Sul: FEE.

¹⁷⁴O doutor Sales Augusto entrevistou quinze diretores e ex-diretores da Associação Nacional de Pesquisadores Negros-ABPN e a partir dos dados fornecidos padronizou-os para fins de análise.

¹⁷⁵População de Porto Alegre em 1870, brancos: 871; índios: 96; negros: 545; total 1.512, (LAYTANO, Dante. de **O negro no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1957, p. 35. In: MONTI: 1985, p. 80); População livre e população escravizada no Rio Grande do Sul em 1872: população total: 434.813; população escravizada, 67.791, participação relativa, 15%; Em 1887: 944.616 habitantes; escravizados: 8.430; participação relativa: 0,8%, (BAKOS:1982, p. 18); Mello, utilizando dados de Arnizaut Furtado, a população de escravizados na “*província de São Pedro ... em 1882 era de 68.703 escravos, sendo 36.645 do sexo masculino e 32.058 do sexo feminino*” (MELLO:1994, p. 107).

Aqui observamos que o objetivo principal da criação do Centro Cultural Marcílio Dias era o combate ao analfabetismo. Essa ação era necessária quando observamos dois aspectos: o alto índice de analfabetismo registrado no país naquele período, e o empenho na cruzada contra o analfabetismo, medida esta implementada no governo de Getúlio Vargas. O deputado Carlos Santos, em 1937, fazia a seguinte referência, com o cuidado de criticar veladamente, às ações governamentais relacionadas à educação:

Não vai nas citações que acabo de fazer uma crítica aos poderes públicos do nosso país em face do importante problema educacional. Manda a justiça que se reconheça e se proclame o que se tem feito nas esferas governamentais federal, estadual e municipal, em torno do assunto. O quanto se tem procurado difundir e aumentar entre nós os serviços de instrução! Em 1929, o dr. Osvaldo Aranha, então secretário do Interior, cuidou de organizar uma cruzada grandiosa de alfabetização, a fim de que o Rio Grande do Sul comemorasse o centenário farroupilha sem nenhum analfabeto. Ano da educação, da instrução, foi a denominação dada pelo presidente Getúlio Vargas ao ano de 1935... (SANTOS, Carlos: 'Sucata'. Porto Alegre, 1937. In: TORRES, 2004, p. 127).

O quadro da precária situação educacional no país foi expresso pelo deputado Carlos Santos ao relatar os dados compilados pelo professor Belizário Pena, em discurso pronunciado na Assembléia Constituinte, em maio de 1935.

O Brasil, ... é ainda um país de analfabetos e doentes, onde 75% dos seus habitantes não distinguem as letras nem garatujam os nomes, E para gravar na memória do leitor, conforme declara o autor, esta situação dolorosa, esta dolorosa declaração, ele organiza assim o quadro da ignorância: habitantes – 30.000.000; analfabetos – 22.500.000. desses, lêem mal escrevem ainda pior ou não escrevem ... 5.600.000. Lêem e escreve corretamente 1.900.000, ou seja cerca de 500.000 mil homens (In: TORRES, 2004, p. 127).

Diante de dados tão preocupantes, nos quais a população negra era a mais atingida, o deputado Carlos Santos justificava a necessária intervenção do Centro Cultural Marcílio Dias:

Instrução – confirmam solenemente os milhões de negros espalhados pelo Brasil afora e que justificam com a sua própria psicologia... Instrução – terminam em coro todas as forças vitais da nacionalidade brasileira. E assim pensaram, compreenderam, sentiram e fizeram na terra que foi berço de Marcílio Dias um grupo de patriotas, fundando um centro cultural, com o fim único de levar o facho inflamante da instrução lá onde as trevas do analfabetismo estivessem empenhadas na triste missão de incapacitar e de anular as criaturas no imenso tablado da vida (In: TORRES, 2004, p. 128).

Justificando a necessidade de instalar “*um sistema de alfabetização*”, o deputado Carlos Santos, fazia a seguinte declaração, na qual não eximia a ação direcionada a outros grupos, mas salientava o porquê da preferência pela população negra:

Quantas vezes eu já declarei, e agora diante de vós não é demais repetir: - Bandeirantes da alfabetização dos brasileiros de Cor, principalmente, mas não unicamente, porque então nós pecaríamos contra os mais rudimentares princípios do ideal que nos conjuga, e seríamos insinceros quando proclamássemos a brasilidade do nosso movimento. Bandeirantes da Alfabetização dos Brasileiros de Cor principalmente, porque no meio destes e pela errônea concepção de inferioridade, produto na maioria das vezes da ignorância, da falta de instrução, do analfabetismo foi que nós sentimos melhor, mais forte a necessidade de despertá-los, para a luta nobilitante que dele estava a exigir não o espírito da raça negra, mas o próprio espírito da raça brasileira altiva e viripotente, e que não pode permitir que entre aqueles que se misturam e se cruzam para a sua formação persista uma idéia de desigualdade, de inferioridade, que ao invés de humilhar uma raça diminui a avilta um povo¹⁷⁶ (In: TORRES, 2004, p. 128-129).

Na década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, houve a tentativa de centralizar a educação. No entanto, persistiu a descentralização, e os dados da tabela 4 nos dão a idéia da exclusão educacional da população brasileira naquele período.

Tabela 4 - Percentual de crianças matriculadas na educação elementar no Brasil e no Rio Grande do Sul em 1935.

<i>Estado</i>	<i>População total</i>	<i>População 7-12 anos</i>	<i>7-12 anos na escola</i>	<i>Percentagem de crianças entre 7-12 anos na escola</i>
Rio Grande do Sul	3.007864	502740	269102	53,5
Brasil Total	40736970	6807552	2413594	35,5

Fontes: 'População geral em idade escolar, em 1935'. Seção de Documentação e Intercâmbio, Inep, 1939, Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, 35.12.14g., Inep, 'Ensino primário geral, organização escolar e movimento nas unidades federativas em 1944'. Coleção Freitas, AN, AP 48, Caixa 19, Pasta 36. (In: DÁVILA: 2006, p. 119).

É possível observarmos que, mesmo distante do percentual brasileiro, o percentual rio-grandense de crianças nas escolas revela que a pretendida universalização da escola primária

¹⁷⁶Discurso pronunciado no Teatro 7 de Setembro, em Rio-Grande, na sessão solene do dia 11 de junho de 1936, em que foi instalado oficialmente o Centro Cultural 'Macílio Dias'. Sucata, p. 99 e ss.

estava longe de ser alcançada¹⁷⁷. Assim, indo contra a maré do círculo vicioso, quanto à organização e construção de estratégias de enfrentamento, através de suas organizações, as ações denunciam a falta de inserção educacional no sistema oficial de ensino da população negra, o que pode ser constatado no relato do senhor Nilo Alberto Feijó:

Aí professora eu lembro muito bem da sua palestra na última entrega do Troféu Zumbi¹⁷⁸, quando a senhora dizia que sempre alegam que o negro não era organizado, e não tinha, até por não ter grande cultura era desorganizado, não tinha assim, um embasamento ... de organização, na realidade, não é bem assim, a gente vai buscar no passado algumas coisas que são bem sintomáticas, algumas coisas que são bem expressivas que nos dão uma idéia totalmente ao contrário. Bom, ..., já que estamos falando nisto, falando de destacar ... assim de fazer registro... do Floresta Aurora, lembro também que em 1902 quando nascia o Satélite Prontidão, quatorze ou quinze anos após a abolição dos escravos, ... eu entendo que quando se fez a fusão das duas sociedades, os estatutos, se baseavam muito naquele primeiro lá de 1902, e havia algumas exigências nestes estatutos, que eu acho extremamente interessante, por exemplo, a obrigatoriedade de manutenção de uma biblioteca¹⁷⁹. ... Outra questão é das senhoras que organizavam, aquelas senhoras que eram alfabetizadas, para criar uma espécie de curso para alfabetização dos que eram analfabetos, evidentemente. São coisas que dão a evidência bem grande de que o negro não era tão desorganizado como tentam nos colocar hoje (FEIJÓ, 2005).

¹⁷⁷As estatísticas do Ministério da Educação e do IBGE mostraram que, em 1939, o número de alunos ativos por mil brasileiros subira para 89, mais do que o dobro da cifra de 41 em 1920 e o triplo de 20 em 1907. Só em 1932 e 1939, 13 mil novas escolas foram acrescentadas às 27 mil já em existência; o número de professores subiu de 56 mil para 78 mil, e o número de estudantes no país se expandiu de 2 milhões para 2,5 milhões. Noventa por cento desses estudantes e 75% dos professores estavam envolvidos na educação elementar. Em 1940, o sistema escolar tornara-se grande fonte de emprego principalmente para mulheres e, embora o ensino público não atingisse, de modo algum a todas as famílias, tornara-se de modo irrevogável um principal ponto de contato entre a população e o Estado (Conforme DÁVILA: 2006, p. 112).

¹⁷⁸“O Troféu Zumbi dos Palmares” foi criado em 1988, com o objetivo de homenagear uma pessoa negra com trabalhos relevantes na e para a comunidade negra. Na edição de novembro de 2005, participamos como palestrante, o evento ocorreu nas dependências da Sociedade Satélite Prontidão, em Porto Alegre. A pessoa homenageada, nesse ano, foi a Professora Marilene Leal Paré. O tema versou sobre “Negros e Educação, Histórias e Perspectivas”.

¹⁷⁹É interessante destacar os dados sobre educação e o número de bibliotecas no Brasil e Rio Grande do Sul. Isto nos remete à preocupação com a escolarização, no caso do Estado. Inferimos que tal preocupação esteja relacionada com o crescente processo imigração: “As despesas orçamentárias com educação ao longo da República Velha no estado foram vultuosas... e desde 1872, a região se manteve... com altas taxas de alfabetização. Isso significa que as taxas de alfabetização no Rio Grande do Sul encobririam um analfabetismo funcional, quando a capacidade de leitura não é exercitada? Embora essa interpretação também seja possível, há números que indicariam o contrário, e me refiro agora à existência de bibliotecas ...Existiam bibliotecas em 24,44% dos municípios do Brasil em 1938, ao passo que esse índice no Rio Grande do Sul é de 51,21%. Esses números se aproximam de uma medida do acesso à palavra escrita ...mas ganham maior relevância para o estudo das associações voluntárias, quando indicam que 16,88% das bibliotecas recenseadas no Brasil eram públicas, ao passo que no Rio Grande do Sul as bibliotecas são de iniciativa particular em 93,75 dos casos. Essa tendência de uma disseminação da palavra escrita na região também se confirma na comparação de outros índices, como os de municípios com tipografias (40,93% no Brasil e 77,38% no Rio Grande do Sul) e o de municípios com livrarias (24,71% no Brasil e 63,09% no Rio Grande do Sul). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Conselho Nacional de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Ano V – 1939-1940” (Conforme, SILVA JR: 2004. p. 62-63).

Nesse período houve mudanças no processo educacional, segundo Dávila (2006). Embora houvesse, ainda, certa descentralização no sistema, ocorreu algo irreversível, a aproximação entre o Estado e a população. Contudo, para o ensino secundário, à época, as estatísticas eram um tanto pessimistas, mostrando os limites do avanço descrito anteriormente, “*segundo estatísticas do IBGE, em 1946 apenas 4% dos indivíduos de 24 anos de idade no Brasil havia completado o secundária*” (DÁVILA: 2006, p. 159).

Demonstramos agora um outro trabalho que evidencia, igualmente, formas de estratégias pedagógico-educacionais utilizadas por negros gaúchos através da edição de jornais. Em sua dissertação de mestrado, José Antonio dos Santos, analisa as ações de intelectuais negros integrantes do jornal *A Alvorada*, de Pelotas, RS. Em sua principal hipótese, o autor defende que,

o jornal ‘A Alvorada’ foi, ao longo de cinquenta anos, o principal instrumento de afirmação e defesa de uma identidade negra na cidade de Pelotas ... que, ... na década de trinta, buscou ser formada e sustentada sobre o discurso da valorização do trabalho e da educação (SANTOS: 2000, p.14).

Destaca, ainda, o autor, a importância da educação para os integrantes do jornal *A Alvorada*,

no caso dos negros (ex-escravo e seus descendentes), ... Alguns deles obtiveram por meio da educação, independência intelectual e relativo reconhecimento pessoal, o que lhes possibilitou não só melhores condições materiais, como alguma circulação na sociedade pelotense (SANTOS: 2000, p. 11).

O autor defende a atuação de grupos negros e faz referência ao que chama de maior expressão de organização do movimento em duas ocasiões:

Talvez a expressão maior de organização política e social tenha sido a ‘Frente Negra Brasileira’ na década de trinta e o Movimento Negro Unificado na década de setenta. Criara seus símbolos de resistência... foram às ruas do país e da capital ... pedir reparações, ‘exigindo indenização e políticas compensatórias para os descendentes de africanos escravizados no país’. Mas, mesmo assim ... pouco obtiveram de retorno no que se refere a um melhor posicionamento no campo de forças das relações raciais entre ‘negros e brancos’ no Brasil. (SANTOS, 2000, p. 11)

É importante a retomada histórica que José Antônio dos Santos faz, dando vida a pessoas que construíram trajetórias na tentativa de afirmarem-se como sujeitos produtores de cultura e da sua história. Entretanto, ele critica o limite dessas organizações, pois destaca que “*pouco obtiveram no que se refere a um melhor posicionamento das relações raciais entre 'negros e brancos' no Brasil*”. Também faz uma crítica às organizações reivindicatórias e destaca a criação da identidade negativa dos negros, todavia, ele não percebe as diferentes e possíveis formas de luta que se estabeleceram de acordo com as conjunturas econômica e política, ao desvalorizar essa possibilidade: a identidade cultural que se recria a cada momento. O autor também desconsidera o processo de luta da população negra que, através de suas diferentes formas de organização, denunciou, reivindicou e interveio por mais de um século para ver implementada uma lei que modificasse o sistema educacional brasileiro, pois, citando, aqui, o pensamento de Henrique Cunha Jr.,

os movimentos negros insistiram por mais de um século para que se realizasse a devida incorporação das histórias e das culturas de africanos e dos afrodescendentes ao ensino da história geral da humanidade e à História do Brasil, sem, contudo, logramos sucesso até o ano de 2003. Os movimentos negros persistem na necessidade e no direito de pelo menos as populações afrodescendentes terem estes conhecimentos históricos e culturais expressos na educação nacional. Como consequência da Conferência de Durban, em 2001, e das negociações políticas nacionais, eis que em 2003 é decretada a lei da inclusão da História da Cultura de Africanos e Afro-brasileiros na educação nacional. Esta lei é uma conquista importante dos movimentos sociais negros (CUNHA JR., 2005, p. 251).

A reivindicação por instrução e educação estava explicitada no editorial da primeira edição do *Jornal O Exemplo*, em 1892:

Diante d'essa espécie torpor, d'essa lathargia, d'esse marasmo intelectual em que, no nosso meio social, tem vivido espíritos aliás aproveitáveis, tivemos a justa aspiração de arrancar-os a essa indolência moral, para que juntamente conosco consagrassem uma parte de seus labores, posto que diminuta, á grandiosa empreitada do porvir e apreciação do presente.

Nós moços que somos, temos sede de luz, de luz que espanque altivamente as trevas de nosso horizonte e que, qual estrela guiar o caminheiro errante, nos conduza illesos aos portos da Sciencia.

O nosso programa é simples podemos exaral-os em duas palavras: a defesa se nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos mediocres conhecimentos.

Na desempenho desse encargo não estacaremos ante qualquer eventualidade que porventura advenha, deante de qualquer obstaculo que surja a embargar-nos o passo, procurando banir de nosso espirito a idéa de enaltecer a nossa classe.

Devemos mostrar á sociedade que tambem temos um cerebro que se desenvolve segundo o gráo de estudo a que o sujeitamos e, por consecuencia, que tambem nos podemos alistar nas cruzadas emprehendidas pela intelligencia, muito embora algum estulto nos queira acuiamar, ou seja porque desconheça as nossas legitimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinarios que julgam o homem pela côr da epiderme.

.....
 alentados, pois pela esperança, de que não nos falhará tal concurso, atiramo-nos, decididos, á lucta e veremos que com o poderossissimo gladio que faz tremer o despota em seu throno, que abroga as leis iniquas, que leva ás mais remotas paragens o echo de suas vibrações e que ora empunhamos vacillantes. - Si não conseguirmos o alevantamento da nossa classe, ao menos não a deixaremos jazer no pó do olvido, immersa em sua mediocridade – A Redacção (*O Exemplo*: nº 1. Porto Alegre: 11/12/1982).

Mas, se por um lado, analisarmos a questão a partir do círculo vicioso, como nos lembra Hélio Santos (2003), podemos cair em interpretações parciais, binárias, herméticas do ponto de vista do opressor e do oprimido, dos grupos superiores e dos grupos inferiores socialmente, que desconsideram o processo de luta histórica da comunidade negra sempre presente na sociedade brasileira. Por outro lado, se analisarmos as várias formas de construção da comunidade negra e atentarmos para a perversidade das relações raciais no Brasil, é possível colocar a questão em outro patamar, ou seja, o processo de luta, de construção de identidade e de espaços engendrados pela população negra, desde os tempos coloniais, se vistos a partir de uma circularidade característica da cosmovisão afro-brasileira, percebemos que as conquistas são lentas, mas intensas, contínuas. E se lembrarmos da perversidade do círculo vicioso produzido para a população negra, limitando seus espaços e formas de inserção nas diferentes dimensões da sociedade brasileira, percebemos a criatividade das produções, ações e estratégias construídas e reconstruídas naquilo que Bhabha caracteriza por “entre lugares”, que se estabelecem em formas criativas de luta que o grupo hegemônico não pode conter. Subestimar a existência e a continuidade deste processo inventivo é imputar a responsabilidade das desigualdades e a lentidão das ações positivas aos desprivilegiados socialmente.

É bom lembrar que faz parte do círculo vicioso da exclusão na sociedade brasileira a discussão, por longo tempo, de leis que beneficiem a população, ou o povo. A lei de libertação

dos escravizados foi discutida por mais de cinquenta anos. Quanto às mudanças na educação, o processo foi mais lento ainda, conforme se constata na citação, do professor Henrique Cunha Jr., por envolver uma complexa gama de interesses conservadores, dos setores que decidem a vida política do país.

Retomando a pesquisa realizada por José Antônio dos Santos, outro aspecto destacado pelo autor refere-se ao jornal *A Alvorada*, veículo utilizado pelos intelectuais negros no incentivo às ações educativas das várias associações negras pelotenses.

Através das páginas do jornal os intelectuais negros buscavam intervir nos problemas da comunidade negra '... concitando-os para que instalassem em suas sedes escolas e bibliotecas, organizassem conferências em datas nacionais ou promovessem palestras instrutivas' (SANTOS, 2000, p. 76).

Com base nessas observações, o autor destaca a função educativa do jornal:

Portanto, caracterizamos o *A Alvorada* como um órgão de informação, educação e protesto da comunidade negra contra a discriminação racial que atingiu os negros e a condição social precária em que se encontravam os operários pelotenses. Mesmo tendo como certo que significativa parcela da população, por onde circulava o hebdomadário, não devia saber ler. O analfabetismo era verificado principalmente no início do século (SANTOS, 2000, p. 76).

Os integrantes do jornal *A Alvorada* alfabetizaram-se na Biblioteca Pública Pelotense e, portanto, entendiam que a educação tinha um papel primordial na melhoria das condições de vida da população negra pelotense¹⁸⁰.

Lembramos que o objeto de pesquisa desta tese tem como foco as estratégias educacionais das organizações negras na cidade de Porto Alegre, todavia, algumas ações ocorridas em outras cidades do Rio Grande do Sul são de grande importância para desnudarmos os processos educacionais e instrutivos articulados por organizações e pessoas negras no intuito de forjarem e ou transformarem os espaços até então a elas reservados. Portanto, a experiência desses sujeitos corrobora com a nossa idéia de que as organizações, ao longo da

¹⁸⁰Se considerarmos que neste período percentual significativo da população brasileira era analfabeta, o jornal tinha um papel fundamental e havia uma especificidade na transmissão das informações pois, "... o operário é antes de mais nada um autodidata: ele aprende ouvindo seu companheiro discursar ou escutando-o ler", CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979. p. 12. Apud SANTOS, op. cit, nota 129, p. 77.

história e do estabelecimento da sociedade gaúcha, criaram estratégias que possibilitaram a esses sujeitos ultrapassar a barreira do lugar que a sociedade de então lhes impunha. A citação abaixo, sobre um dos fundadores do jornal *A Alvorada*, ilustra uma das muitas estratégias utilizadas por pessoas negras no sentido de quebrar estigmas.

Antônio, que nasceu escravo, comprou sua liberdade no início de 1880 e trocou o seu segundo nome de Oliveira para Baobab no início da década de noventa....

A troca de nome deu-se com o amadurecimento intelectual de Baobab, que se alfabetizou logo após ter assumido a condição de 'livre', pagando professores particulares e estudando à noite no curso de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense. Aos vinte e cinco anos, ...com seu irmão Rodolfo Xavier, que tinha dez anos, foram considerados, em 1883, dois dos seis alunos mais assíduos e adiantados daquela instituição de ensino, onde receberam menção honrosa.

Xavier, foi colega de aula de Juvenal e Durval Morena Penny na Biblioteca Pública Pelotense... que, fundada em 1875, abrigou nas suas dependências os cursos noturnos de alfabetização, a partir de 1877 até a década de cinquenta deste século [XX] (SANTOS, 2000, p. 98).

O que ressaltamos nessa citação é o empenho pessoal de Baobab em quebrar as barreiras impostas pela então conservadora sociedade pelotense, e sublinhar que, havendo o “*entre lugar*”, as estratégias se materializam para objetivar ações e possibilitar a ultrapassagem de um sublugar para outro mais próximo daquilo que entendemos por cidadania, ou por um lugar de direitos instituídos na sociedade.

Baobab, o mais velho de todos eles, com trajetória peculiar, de escravo a líder trabalhista, se tornaria nome respeitado na cidade, onde em 1887 associou-se ao 'Clube Republicano'. Participou da diretoria de várias associações de trabalhadores, juntamente com seu irmão Rodolfo Xavier, como S. B. Feliz Esperança (1880-1917) e 'Fraternidade Artística (1881-1911). Além disto forma membros da 'Liga Operária' no início desta entidade formada por operários e patrões em 1890, da qual saem para fundarem a 'União Operária Internacional' em 1895', composta de chapeleiros, costureiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, calceteiros e outras classes'. 'A União Operária Internacional', da qual Baobab foi presidente e Xavier secretário foi fundada para 'combater a 'Liga Operária', que era uma 'Liga de patrões'. Fundam o 'Centro Operário 1º de Maio em 1889, formado só por chapeleiros, ...Em 1893, Baobab participou da equipe de redação do jornal operário 'Democracia Social (SANTOS, 2000, p. 100).

Quando destacamos, no capítulo anterior, que a ação de uma pessoa negra revela a ação de uma comunidade, queremos dizer que essas ações representam, em grande parte, atos que transcendem da e para essa mesma comunidade. Isso, portanto, pode ser caracterizado como

uma pedagogia de ensino-aprendizagem que engloba o processo de uma educação ampliada que tem lugar em diferentes espaços e assume formas específicas de se enunciar. As maneiras que levaram os sujeitos a se auto-educarem são estratégias a serem perseguidas, pois, através delas é possível observarmos um universo de ações culturais e solidárias que o sistema oficial de ensino tem desprezado até o presente momento¹⁸¹.

O nosso objetivo em descrever o trabalho de José Antônio dos Santos foi destacar o empenho dos integrantes do jornal *A Alvorada*, que desde a sua fundação em 1908, tinha a instrução do elemento negro como um dos principais objetivos de sua ação,

Entre os negros pelotenses [o tema educação] não era novo nas suas colunas. Este tema vinha sendo repisado regularmente pelo menos desde 1908, quando o jornal começa a ter relativa periodicidade nas edições. **A instrução era entendida, então, como a principal arma dos negros na defesa dos seus direitos à cidadania plena, pois que a cidadania estaria incompleta sem a 'instrução'** principal meio de se informarem sobre seus direitos e defendê-los (SANTOS, 2000, p. 111, grifo nosso).

E ao chegar os anos de 1930, a reivindicação no jornal *A Alvorada* ainda era repetida com a mesma intensidade do início e havia uma crítica aberta à República brasileira que negligenciava o papel de atender a população em todas as esferas.

A 'instrução' era tida como fundamental para a integração e ascensão social dos negros na sociedade brasileira, experiência que alguns deles, ... haviam passado. **Já a falta de 'instrução' entre o segmento negro passou a ser entendida, na década de trinta, como um problema a ser resolvido por eles mesmos, uma vez que o Estado brasileiro não tomava a iniciativa** (SANTOS, 2000, p. 112, grifo nosso).

Aqui demonstramos o envolvimento de um grupo de negros que estava empenhado e se esmerava em diferentes frentes para a elevação da população negra aos níveis da cidadania plena propugnada pela democracia brasileira de então.

¹⁸¹Outro exemplo de um dos fundadores do jornal *A Alvorada* demonstra o empenho em buscar o conhecimento e usá-lo em prol de sua comunidade em um período em que o acesso à educação formal era crítico: “*Durval Morena Penny fez parte, desde muito jovem de inúmeras associações da comunidade negra pelotense. Aplicado nos estudos, formou-se por correspondência em Medicina no Instituto Nacional de Ciências do Rio de Janeiro em 1914. Possuía farmácia e consultório médico no centro da cidade de Pelotas, onde era considerado 'médico da pobreza'...*” (SANTOS, 2000, p. 102, grifo nosso).

Em outra pesquisa realizada no jornal *A Alvorada*, da cidade de Pelotas, por Jacira Reis Silva¹⁸², intitulada “*Memórias que fazem história: escritos de mulheres negras na luta por Educação através do Jornal*”¹⁸³, a autora evidencia o papel das mulheres negras como incentivadoras dos jovens e da comunidade negra em busca de instrução e educação, “*Dentre os 575 artigos referentes ao tema educação, 304 foram identificados como escritos por mulheres, o que demonstra a preocupação da comunidade negra com a situação educacional e, principalmente a participação das mulheres nesta luta*” (SILVA: 2004, p. 192)¹⁸⁴.

Esse fato confirma a atuação daquelas mulheres como construtoras de seu fazer histórico, empenhadas na inclusão e na conquista de espaço social para a sua comunidade. Também evidencia as restrições, de longa data, impostas ao acesso dessa população à educação institucionalizada. Em outra passagem, a autora relata que o trabalho assistencial direcionado às meninas incluía a instrução em suas ações:

Em Pelotas, também foram criadas escolas que tinham por objetivo atender meninas negras pobres. Entre elas, ainda em funcionamento, existe o Instituto São Benedito. Este Instituto foi fundado em 06 de fevereiro de 1901¹⁸⁵, por Luciana de Araújo, mais conhecida como 'Mãe Preta'. A Manutenção da casa era feita por donativos angariados pela própria Luciana, recolhidos em peregrinação pelas ruas da cidade. De 1901 até 1912, as aulas eram ministradas por mulheres negras, voluntárias que ensinavam às meninas carentes (SILVA, 2004, p. 191).

Percebemos nessa citação o envolvimento e a representatividade de Mãe Preta em causa tão importante, e o trabalho de voluntárias negras como ministrantes de aulas. Isto nos remete

¹⁸² Comunicação apresentada no X Encontro Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação-ASPHE, “*História da Cultura Escolar: escritas e memórias ordinárias*”. Gramado/RS de 2 a 4 de julho de 2004.

¹⁸³ Igualmente faziam parte da pesquisa: Karine de Freitas MATTES e Luciane Kmentt da SILVA.

¹⁸⁴ A Câmara Municipal de Pelotas registrou, em 11 de setembro de 1886, na ata nº 127, uma Portaria da Presidência da Província, reclamando providências sobre o procedimento de alguns professores dessa cidade, que se recusam matricular, em suas aulas, menino de cor preta. A preocupação do governo da Província em recomendar que não sejam recusadas matrículas de “meninos” de cor preta evidencia a exclusão das mulheres das salas de aulas, naquela época. (Conforme SILVA, et all. 2004, p. 189-190).

¹⁸⁵ Em Porto Alegre houve a criação do “Asilo São Benedito em 12 de maio de 1912, destinado a atender crianças negras, especialmente meninas, órfãs e desvalidas, com o objetivo de serem amparadas e educadas. Funcionou no centro de Porto Alegre, na Rua da Praia, depois na Rua Avaí e, mais tarde na Rua Ramiro Barcelos. Era mantido por donativos da comunidade e dirigido pela Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (Conforme: SILVA, P. B. G. “*Educação dos Negros e das Negras - Com as Benções e a Guarda de São Benedito*”. (In: SANTOS, Irene, 2005, p. 75). Na obra, **Histórias de operários negros: contribuição para o estudo do operário negro no Rio Grande do Sul**, realizada pela professora Petronilha, uma das entrevistadas para a composição do estudo senhora Nalva era egressa do Asilo São Benedito.

a um campo a ser investigado que é o do envolvimento das mulheres negras nos diferentes espaços e épocas da história rio-grandense com a educação, visto que elas tinham uma grande participação no processo educativo daqueles que as rodeavam, principalmente em uma sociedade em que a educação da população negra, mesmo saindo do espaço doméstico, apresentava-se, em sua maioria, fora dos espaços públicos oficiais de ensino.

A autora demonstra, ainda, em sua pesquisa, que a maior incidência de artigos femininos no jornal *A Alvorada*, ocorreu entre os anos de 1933-1934 e 1945-1950, consignada a fatores: de um lado, estava em evidência o processo de modernização, instalado no país, a partir dos anos de 1930, e conseqüentemente, uma ampla campanha oficial de alfabetização, e a influência da Frente Negra Brasileira (1931) que objetivava tomar para si e incentivar a instrução da população negra; de outro, “*nas décadas de 40 e 50 pelos primeiros movimentos socioculturais e econômicos que foram gradativamente modificando as concepções sobre a participação da mulher na sociedade e no mundo do trabalho*” (SILVA: 2004, p. 192).

Em artigo que recupera as ações educativas da Frente Negra Brasileira¹⁸⁶ e do Teatro Experimental do Negro¹⁸⁷, publicado no jornal do TEN, nos anos de 1949 a 1950, a pesquisadora e professora Jeruse Romão faz semelhante levantamento sobre as ações educativas dessas duas organizações negras criadas, respectivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. No Teatro Experimental do Negro, a autora ressalta a participação das mulheres negras, pois, “*segundo Nascimento (2003), duas organizações de mulheres negras foram constituídas a partir dos anos 1950, no âmbito do Teatro Experimental do Negro: A*

¹⁸⁶Para a pesquisa das ações educacionais da Frente Negra Brasileira, ROMÃO, utiliza depoimentos e falas do professor Ironildes Rodrigues, nascido em sete de setembro de 1923, em Minas Gerais, um dos responsáveis pelo curso de alfabetização da FNB. Ironildes Rodrigues chegou ao Rio de Janeiro por volta dos anos de 1940 para realizar os exames de ingresso na Faculdade Nacional de Direito, tendo prestado o exames na Faculdade Nacional de Direito em 1943, o qual conclui depois de trinta anos, mais especificamente em 1974. Inicia suas atividades de professor quando na pensão onde morava e trabalhava ajudou a filha da dona da pensão em dificuldades que estava enfrentado em traduzir algumas palavras do idioma francês, o Professor Ironildes, então resolveu a dúvida da moça, a mãe muito surpresa, mudou-o então de posto. Qualificando-o de “muito competente” para “serviços de gente inculta”, a partir daquele momento ele passaria a dar aulas particulares para a filha da patroa e outros estudantes que viessem a se hospedar na pensão, o que garantiu o seu sustento e a possibilidade de ir adiante com seus estudos (Conforme ROMÃO: 2005, p. 120-123).

¹⁸⁷Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo, no ano de 1930, e do Teatro Experimental do Negro (TEN), criado no Rio de Janeiro em outubro de 1944 (ROMÃO: 2005, p. 117).

Associação Nacional das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negra” (ROMÃO, 2005, p. 130).

As mulheres que se destacaram nessas duas atividades foram Arlinda Serafim e Maria Nascimento¹⁸⁸. A primeira atuava na mobilização das empregadas domésticas para freqüentarem os cursos de alfabetização e de teatro oferecidos pelo Teatro Experimental do Negro; a segunda atuava na mobilização para o mundo do trabalho (ROMÃO: 2005, p. 231).

Ao ser instalado o Conselho das Mulheres Negras, no TEN, fica evidente a preocupação com várias dimensões que atingiam às mulheres negras, à época: a questão da instrução, o ensino profissional, a regulamentação do trabalho, a instituição de creches.

O departamento feminino do TEN (...) deverá funcionar com o nome de Conselho das Mulheres Negras (...) [com] Ensino profissional: criação de Escolas de Arte domésticas (...) proteção à infância, com a criação de abrigos para crianças negras (...) Educação da infância (...) jardim de infância, teatro infantil, teatro de bonecos (...) Irá funcionar imediatamente os seguintes setores (...) Educação e Instrução – Vários cursos, desde alfabetização até o ginásio, sob orientação pedagógica de Guiomar Ferreira de Matos, coadjuvada pelos snrs Ironildes Rodrigues, Wilson Silva e Milka Cruz. (...) Quanto aos demais cursos (...) entrarão em funcionamento de acordo com o número de voluntários. Quero deixar bem claro não se tratar de uma escola de governo ou autarquia, que tem meios para custear os professores. Será pois, uma campanha voluntária, para o elevado nível educacional da mulher negra. Esperamos que no futuro possam surgir pessoas capazes de compreender o nosso esforço e que cooperem financeiramente para o custeamento de professores e alunos (NASCIMENTO, 1950a. Apud: ROMÃO, 2005, p. 132).

É evidente que existe uma rede de relações e experiências que deve ter ocorrido em muitos estados e cidades brasileiras, semelhante ao que observamos na cidade de Pelotas, na qual destacamos a criação de um órgão específico que justifica a participação das mulheres negras como articulistas no jornal *A Frente Negrina*¹⁸⁹, organização de mulheres em defesa da educação para toda a população negra.

¹⁸⁸Outras mulheres tiveram participação ativa na FNB e no TEN, respectivamente: professora Eunice de Paula Cunha, mãe do professor Henrique Cunha Jr; as atrizes Ruth de Souza, Léa Garcia; entre outras (Conforme, ROMÃO: 2005).

¹⁸⁹“... destaca-se a atuação da Frente Negra Pelotense, especialmente na década de 30, reivindicando instrução através do ingresso e permanência na escola. Neste sentido ela foi a grande incentivadora de campanhas pró-alfabetização, instrução e educação dos negros. É durante este período que se pode observar a presença de um maior número de artigos sobre a educação, no jornal *A Alvorada*, bem como dos artigos femininos” (SILVA: 2004, p. 194).

A preocupação das mulheres pelotenses com a condição social das mulheres negras daquela cidade estava presente em seus chamamentos que podem ser traduzidos, também, como uma denúncia sobre as condições em que se encontravam as mulheres negras e no lugar a elas reservado na sociedade,

Doloroso é falarmos na questão da educação feminina em nosso meio, tal o descaso de tantos pais e tantas mães, para com esta máxima necessidade. Doloroso porque nossas irmãs de raça desde que nascem, começam a aprender ou lavar vidros e panelas ou a usar pó de arroz e ruge. Aquelas se criam no serviço de coperagem e ficam eternamente crentes que negrinhas como elas nasceram para ser 'tias velhas da cria do douto fulano.' Raríssimas são as nossas irmãs de raça que saiba ler e escrever corretamente, lavar, costurar, bordar, recitar, cantar (ou tocar por música), fazer contas, falar sobre raça, política ou assunto nacional. Não devemos cultuar o nosso estado de servilismo. Progredir é um dever. (SUCETANIA, A ALVORADA, 1943, p. 5. In: SILVA, 2004, p. 197).

Portanto, o apelo era presente e se mostrava necessário quando visualizamos o espírito que embasava a campanha de educação das mulheres pelotenses. A citação a seguir demonstra o envolvimento e o empenho daquelas mulheres na condução e incentivo à educação da população negra.

Avante.

Estudar é elevar-se, é glorificar-se. Por meio do estudo é que alcança nomes importantes e personalidades heróicas. Devemos nos divertir mas para isto devemos também estudar afim de alegrar nosso pais e engrandecer a nossa amada e gloriosa raça. Aí está porque devemos nos esforçar, para que unidos sejamos fortes e possamos fazer o que até hoje depois de 45 anos de emancipação ninguém fez: a campanha Pró-Educação. A autora (A ALVORADA, 14/01/1934, p.6).

.....
Mas o sacrificio dos sacrificios se exige: trabalha pela educação do vosso filho, porque sem saber nada podeis conseguir dele. Fazei-o estudar porque sem saber a instrução um não poderá orgulhar se de dizer: o meu filho é bem educado. Só educando e instruindo podereis proferir aquelas palavras com orgulho. A educação é parte integrante de nossa felicidade, assim como o alimento mantém o corpo com a vida, assim nos educando, introduzimo-nos na vida social seguro do papel perante os que nos rodeiam. Para a salvação de nosso problema que e problema da nossa raça duas cousas se exige: união e cultura. A Autora (A ALVORADA, 07/01/1934, p. 5, in: SILVA, 2004, p. 198-199).

Podemos, aqui, observar dois pontos importantes: o primeiro, além do forte incentivo à educação, caracteriza-se por uma forma pedagógica de ação recorrente nas proposições educacionais, nos procedimentos individuais e coletivos, através das organizações negras. O segundo diz respeito ao resgate de heróis e seus feitos como forma de reconhecimento do

valor da raça, “*devemos nos divertir...*”, mas o alimento intelectual era tido como necessário para a garantia de um lugar na sociedade, para servirem de exemplo, motivo de orgulho, e preservação da cultura.

A cidade de Porto Alegre mantinha estreita ligação com Pelotas por serem ambas pólos de desenvolvimento socioeconômico no Estado¹⁹⁰. Assim, entendemos que, em termos de processo, e sendo Pelotas uma cidade de concentração significativa de negros, as ações por eles empreendidas nos revelam uma sincronia de atitudes constitutivas nos modos de organização e lutas desenvolvidas pela comunidade negra, onde estivesse estabelecida. A ação das mulheres negras também nos revela a importância do papel que desempenhavam, desde remotos tempos, na sociedade rio-grandense e brasileira, principalmente se atentarmos para o fato de sua atuação diferenciada em relação à mulher branca no final do século XIX e início do século XX, como destaca Beatriz Loner:

Cimentando todos esses clubes e associações, haviam as mulheres negras, as quais mantiveram associações próprias, diferenciando-se das mulheres brancas, as quais, praticamente, nenhum papel desempenhavam na estrutura associativa de seus clubes. Os clubes negros mais organizados tinham o hábito de manter duas diretorias, uma de homens e uma de mulheres, sem contar que a única entidade beneficente de mulheres que apareceu na pesquisa, aparentava ser formada por mulheres negras. Elas formavam grupos carnavalescos só de mulheres, vinculados ou não a clubes carnavalescos e/ou grupos de torcedoras de times de futebol. Andrews (1998) ressalta o papel econômico fundamental, desempenhado pelas mulheres negras, responsáveis pela sobrevivência do grupo familiar, em trabalho sobre São Paulo: 'a capacidade das mulheres negras para conseguir emprego era quase literalmente um salva-vidas para uma comunidade a qual era negada a maioria dos outros meios de sustento' (Andrews, 1998, p. 116). **Na região em estudo, [Pelotas e Rio Grande], a situação não era equivalente, no sentido que haviam maiores chances de empregos para os homens negros.** Contudo, mesmo que a assertiva acima fosse aplicada para um grupo de mulheres, na ausência, temporária ou permanente, de um marido ou companheiro, ou quando seu salário era insuficiente, ainda marca uma diferenciação entre mulher negra e a branca. Essa diferenciação pode estar na origem de uma posição de maior importância da mulher no grupo negro, do que no branco (LONER, 1999, p. 243-244).

¹⁹⁰Sobre o processo de industrialização no Estado, “O início da industrialização gaúcha data aproximadamente de 1870 e teve como dois pólos principais: Rio Grande – Pelotas e Porto Alegre... o Estado gaúcho contou com duas zonas, social e economicamente diferenciadas que, ...não mantinham relações econômicas entre si, ligando-se diretamente à zonas consumidoras do restante do país... A integração entre ambas aconteceu durante a República Velha, especialmente com o desenvolvimento do sistema de transportes” Conforme, LONER, 199, p. 53).

A explicitação das posições acima nos encaminha para o nosso objeto de pesquisa que são as estratégias educacionais de organizações negras em Porto Alegre, e uma questão se destaca para a compreensão do processo na luta de inserção da população negra na sociedade. Em seu estudo, Liane Susan Müller pesquisou as organizações negras e mistas da cidade de Porto Alegre existentes no período de 1886 a 1920. A autora (1999, p.136-138), com dados colhidos no *Jornal O Exemplo*¹⁹¹; *Jornal do Commercio*; *Petit Journal* e *Petições do Fundo do Conselho Municipal* encontrou setenta e duas associações com as mais variadas características, entre as quais havia: quinze de mulheres ou de moças; doze que continham em seu nome “*beneficente*” ou de “*amparo*”; onze identificadas como bailantes, musical ou dançantes; quatro que se autodenominavam instrutivas; seis de arte dramática de artistas ou pintores; três autodenominadas instrutivas. As restantes tinham em seus nomes “*club*”, recreio ou simplesmente associação, impossibilitando que se lhes inferisse uma atuação específica¹⁹².

O que se destaca é o grande número de organizações de mulheres o que corrobora com o exposto acima referente à mobilidade da mulher negra na sociedade diferenciando-a do grupo das mulheres brancas, que ainda, sofria grande controle e limitação de suas ações por parte da sociedade patriarcal. Em outra contabilização sobre a criação exclusiva de organizações negras entre 1870 e 1920, a autora encontrou quarenta e seis clubes dançantes; nove beneficentes e sete como sociedades instrutivas e uma como instrutiva e beneficente. Essas últimas demonstram a preocupação com a educação, mas também aquelas tidas como dançantes e bailantes realizavam atividades de instrução¹⁹³.

¹⁹¹Fundado a 11 de dezembro de 1892, com uma interrupção em 1902, volta a circular até a década de 1930, em Porto Alegre. Estava sediado na atual Rua dos Andradas, 247, fizeram parte de sua fundação e direção Arthur da Rocha; Marcílio Freitas; Aurélio de Bitencourt Júnior; Sérgio de Bitencourt; Alfredo de Souza; Esperidião Calisto; Florêncio Calisto; Camilo Laurindo; e João Thimotheo... Cf. MÜLLER, 1999, p. 170.

¹⁹²MÜLLER, atenta para a relativização destas associações, pois algumas delas não eram compostas somente por negros, mas sendo esses a maioria, sendo então, caracterizadas como mistas. Algumas já aproximadas da associação de classe como a “União dos Trabalhadores em Madeira”; União dos Estivadores; e a Sociedade Beneficente Porto-Alegrense, sendo essa, inicialmente, relutante em aceitar sócios negros em seus quadros (:1999, p. 138).

¹⁹³A aqui um vazio se impõe, o que pressupõe campo amplo de investigação, que me foi impossível de desenvolver nesta tese em função do limite de tempo, saber em que medida atuaram estas organizações em termos de instrução e ensino para a população negra, qual a população que atendiam, crianças, adultos, mulheres, trabalhadores, quem ministrava as aulas, se professores formados, voluntários, homens ou mulheres?

A denúncia da ausência institucional pública, em relação ao processo educacional e à atenção às necessidades da população negra, estampava-se nas páginas do jornal *O Exemplo*, o que mostra o empenho desse jornal em alertar as autoridades sobre esses fatos.

Já que, após a promulgação da lei de 13 de Maio, nada foi feito para libertar o Espírito dos recém livres das travas da ignorância, a fim de saberem valorizar a liberdade individual; para espantar da consciência o terror implantado pela escravidão, a fim de cultuarem os sentimentos altruísticos que povoam, os corações, tornando-se os elos da fraternidade; já que nada disso foi feito, as sociedades que atestam, pela sua organização, a superioridade moral de nossa índole, a altivez perseverante do nosso caráter, devem constituir-se na relíquia de nossos carinhos; e na roda social que a fortuna faça girar na nossa inteligência e atividade” (MÜLLER, 1999, p. 162-3).¹⁹⁴

A autora destaca a atuação das mulheres porto-alegrenses em suas várias organizações¹⁹⁵, e a ação relacionada à educação destacada no jornal *O Exemplo*, que fazia um apelo para que mais pessoas se incorporassem a tal iniciativa.

ÚTIL INICIATIVA

Sabemos que um grupo de senhoritas e senhoras constituídas numa grande comissão, dirigirão um apelo à todas as nossas associações, no sentido de cada uma delas estabelecer aulas noturnas e a criação de bibliotecas instrutivas, para associadas e seus filhos. Da aludida comissão que se baterá pelo levantamento intelectual e moral dos nossos homens, será presidente a distinta jovem Dulcina S. das Dores.

Sabemos ainda que iniciados os trabalhos preliminares serão convidados nossos amigos, Christiano Fettermann, Arnaldo Dutra, Henrique Martins, Leopoldino Avars, Aristides da Silva, Esperidião Calisto, Luciano Prestes, Armando Barros Cassal, Anarolino Silva e Vital Baptista, para constituírem uma junta de propaganda auxiliadora da aludida comissão

Consta-nos também que a primeira conferencia realizar-se-á no salão da <<Instrução Familiar>> para onde a comissão destacará os srs. Arnaldo Dutra e Armando Cassal.

Aplaudindo sem reservas tão útil tentamen (sic), pomos nossas colunas ao dispor de tão dignas senhoritas. (MÜLLER, 1999, p. 156)¹⁹⁶

Como mostramos atrás com a pesquisa no jornal *A Alvorada*, de Pelotas, na Frente Negra Brasileira e no Teatro Experimental do Negro.

¹⁹⁴ Cf. NPH-UFRGS. Microfilmes, rolo 4, *O Exemplo*. Porto Alegre: Ano X, nº 204, 27 de mar. De 1910, p. 1. In: MÜLLER, (1999, p. 162-3).

¹⁹⁵“Desde os tempos de Laço de Ouro, em 1880; passando pela ativa participação na Sociedade Reunião Operária, em 1892; e pelo Bouquet Clube, em 1894; até chegar na Grande Associação Beneficente das Senhoras do Clube Central; em 1905; no Grupo das Margaridas, no mesmo ano; e nos Recreio da Floresta Aurora e Central 7 de Dezembro, em 1908, as mulheres fizeram-se presentes de forma intensa e constante. Em 1909, fundaram ainda o Centro das Cavadoras e a Flor de Jambo. No ano seguinte, foi a vez de se reunirem em torno das Filhas do Mar; Recreio Lyra Oriental; e da Sociedade das Sempre-Vivas. E lá pelos idos de 1917 continuavam na ativa no seu Centro Lyra Florestina. Isso tudo sem contar com a colaboração que muitas delas prestavam, junto aos maridos, nas demais sociedades recreativas beneficentes.” (Conforme, MÜLLER, 1999, p. 155).

¹⁹⁶ Cf. NPH-UFRGS. Microfilmes, rolo 4. *O Exemplo*. Porto Alegre: Ano X, nº 197, 06 de fev. de 1910, p. 2. (Idem, ibdem, p. 156).

Para tanto, é possível verificarmos que se impunha a necessidade de atuação em várias frentes, seja para o reconhecimento de direitos como trabalhadores, seja para preservar os princípios culturais de identidade.

Essa dupla representação era uma necessidade para os elementos mais conscientes da comunidade negra, pois sua luta era também dupla. Assim, ao mesmo tempo, eles tinham que participar de sindicatos ou associações de classe e de associações representativas da raça, recreativas e esportivas... essa ligação entre militância operária e a militância negra estará presente em várias ocasiões e em numerosas associações, contribuindo para manter um tom mais proletário mesmo nesses clubes recreativos e, provavelmente, pode estar na base de várias tentativas de reorganização de entidades sindicais, nos duros anos da República Velha (LONER, 1999, p. 156).

Essa “dupla representação” demonstra que para a população negra afirmar-se na sociedade precisava despender ações redobradas, daí a participação em várias frentes e espaços cujos objetivos guardavam em si os princípios de luta de uma sociedade que construira uma cultura de desvalorização e submissão aos grupos não-hegemônicos que, por sua vez, criavam uma via original de contraposição ao sistema imposto, o que muito bem percebeu Beatriz Loner:

A análise das associações negras mereceu um estudo à parte. Isso porque, em razão do forte preconceito e discriminação que enfrentavam na sociedade, os negros foram obrigados a desenvolver uma rede associativa completa e diferenciada das demais. Eles formaram, desde entidades recreativas, até entidades de classe, para organizarem-se na luta pelos seus direitos como trabalhadores e de resistência contra o preconceito e a dominação, que a simples enunciação de suas entidades deixa entrever (LONER, 1999, p. 232).

Isso reforça o nosso entendimento de que as organizações negras guardavam em si e forjavam espaços de sociabilidade e cultura necessários à preservação do grupo e, conseqüentemente, da identidade, atuando nas dimensões em que havia ausência do poder institucionalizado. A especificidade das organizações tinha um ponto em comum: o empenho na instrução e na educação da população negra. *O Exemplo*, jornal fundado e administrado por homens negros e outros comprometidos, em 12 de outubro de 1902, criou a *Escola o Exemplo*¹⁹⁷ e tinha, na função de administrador, Felipe Eustáquio, também secretário da

¹⁹⁷Arthur Rocha, foi um dos mais entusiásticos colaboradores do projeto da escola noturna e, durante sua existência, promoveu um incontável número de cursos e palestras temáticas versando especialmente sobre o papel do negro na história do país e sobre a importância das mulheres na construção da sociedade” (Conforme, MÜLLER: 1999, p. 168).

Irmandade do Rosário; o gerente era Vital Batista e Esperidião Calisto e Tácito Pires, os redatores. Essa escola funcionava no período noturno e estava destinada a atender o ensino primário¹⁹⁸ (MÜLLER,1999, p.164). É possível compararmos os programas e, embora tenhamos apenas essas informações da *Escola O Exemplo*, podemos observar que o seu currículo era pouco “ilustrado”, adequando-o ao grupo a ser atendido, e suprimia qualquer tipo de ensino religioso, garantindo, assim, a liberdade de culto aos estudantes¹⁹⁹. Já, o currículo oficial mantinha em sua estrutura tal ilustração, o que foi motivo de muita crítica nas discussões sobre reforma da educação.

Através da pesquisa realizada no Jornal *Exemplo*, por Liana Susan Müller, a Sociedade Floresta Aurora, no seu primeiro triênio de existência, tinha a seguinte performance:

Dona de uma vitalidade impressionante, construída ao longo de muitas décadas, a Sociedade Musical Floresta Aurora, logo desdobrada em Sociedade Dançante e

¹⁹⁸A autora reproduz o programa que deveria ser desenvolvido na escola, para a Primeira série: LEITURA – leitura de vogais sucessivas e suas combinações com as invogais; leitura de pequenas palavras e frases. ESCRITA – primeiras noções de caligrafia, exercícios progressivos desta disciplinas; cópia de palavras e frases; ditados das palavras e frases copiadas. ARITMÉTICA – escrita de números e quatro operações; números inteiros. Segunda série: LEITURA – exercícios graduais de leitura corrente em prosa. ESCRITA – exercícios de caligrafia; cópias e ditados. ARITMÉTICA – quatro operações de números inteiros e frações decimais; problemas sobre números inteiros e frações. Terceira série: LEITURA– leitura corrente em prosa e verso; ESCRITA – cópia e ditado. ARITMÉTICA -princípios de visibilidade dos números, frações decimais e ordinárias e suas aplicações. GRAMÁTICA – noções gerais. O ensino médio seria dividido em duas seções: PRIMEIRA SEÇÃO: PORTUGUÊS – primeiras noções de redação; análise lexicológica. GRAMÁTICA: divisão etimologia, taxonomia, morfologia. ARITMÉTICA – regra de três simples e composta; juros; sociedades, etc. GEOMETRIA PRÁTICA – linhas ângulos, polígonos, círculos, avaliações de áreas. GEOGRAFIA FÍSICA – noções de geografia física. SEGUNDA SEÇÃO: PORTUGUÊS – composição livre, primeiros exercícios. GRAMÁTICA – sintaxe; análise sintática. ARITMÉTICA – recapitulação da matéria dada.. GEOMETRIA PRÁTICA – paralelogramos, cilindros, pirâmides, cones e esferas; avaliação de volumes. GEOGRAFIA – noções de geografia política. CIÊNCIAS – breves noções sobre física e química (Cf. MÜLLER: 1999, p, 164-165).

Este programa segue a estrutura dos programas educacionais então vigentes. Como até este período (1910), não houvera mudanças significativas na educação, a título de ilustração, mostramos o “Regulamento de Escola Noturna Provincial instituída pelo Ato se 21 de Agosto de 1876: Artigo 11 - O curso dos estudos será ministrado em dois graus;

Artigo 12 – O 1º Grau se dividirá em três classes.

§ 1º – A 1ª classe compreenderá: 1- Caligrafia; 2 - Exercícios de leitura; 3 - Cálculo sobre as quatro operações; 4 - Doutrina cristã e noções de história sagrada. § 2º a 2ª classe: 1 – Caligrafia; 2 – Aritmética compreendendo o sistema legal de pesos e medidas e sua aplicação; 3 – Teoria geral da gramática nacional; 4 – desenho linear. § 3º - 3ª classe: 1 – Aritmética; 2 – Noções de geografia geral e história pátria; 3 – corografia da província; 4 – Desenho linear e figurado. Artigo 13 – O 2º grau se dividirá em duas classes: § 1º – A 1ª classe compreenderá: 1 – Elementos de álgebra e geometria plana; 2 – Escrituração Mercantil; 3 – Língua francesa. § 2º – A 2ª classe: 1 – Noções elementares de física e geometria plana; 2 – Noções de História Universal; 3 – Análise e explicação da constituição política do Império” (Conforme, SCHENEIDER:1993, p. 352-3).

¹⁹⁹MÜLLER, em sua pesquisa não encontrou maiores informações sobre a *Escola O Exemplo*, período de funcionamento ou número de estudantes atendidos. Isto sugere mais uma vertente de investigação, de qualquer forma é importante o registro de tal intento, para confirmar a histórica preocupação com o ensino e a educação por parte das organizações negras.

Sociedade Beneficente, após o ano de 1909 apresentaria ainda uma quarta partição, conhecida pelo nome de Recreio da Floresta Aurora. O aparente fracionamento facilitava a distribuição das tarefas: a sociedade musical se responsabilizava por manter ativa sua apreciada orquestra; a dançante propiciava o encontro de jovens e casais em concorridos saraus e bailes; a beneficente se encarregava de velar pela saúde dos sócios, providenciando as exéquias sempre que necessário; e a recreativa promovia mensalmente os tradicionais “pic-nics” e “convescotes” (MÜLLER, 1999, p. 126-127).

Dentro do princípio do processo educativo ampliado, percebemos, desde o início, que palestras e encenações teatrais faziam parte das ações da Sociedade Floresta Aurora: “*Várias foram as palestras educativas e os espetáculos dramáticos encenados pelo Grêmio José do Patrocínio²⁰⁰ em suas dependências*” (MÜLLER, 1999, p. 127).

No início do século XX, é visível o desenvolvimento de encenações teatrais utilizadas pelas organizações negras, o que demonstra a preocupação com um processo cultural e educacional e, também percebemos certo prestígio da Sociedade Beneficente Floresta Aurora quando utilizava as dependências do Teatro São Pedro, o mais importante da cidade²⁰¹.

O Grêmio José do Patrocínio, além da instrução à crianças negras e pobres, mantinha desde 1908, uma biblioteca cuja responsabilidade estava a cargo de uma de suas atrizes amadoras, Maria José de Oliveira. Possuía também um corpo cênico que

²⁰⁰ José Carlos do Patrocínio (1854-1905). Jornalista, escritor e orador abolicionista brasileiro nascido em Campos dos Goitacazes-RJ, e falecido na capital do mesmo estado. Filho de um padre com uma quitandeira e ex-escrava Justina Maria do Espírito Santo aos quinze anos mudou-se para a capital do Império, empregando-se como aprendiz de farmácia, ao mesmo tempo que fazia seus estudos de Humanidades. Em 1871, publica no jornal *A República* o poema “À Memória de Tiradentes”, sua primeira colaboração na imprensa. No ano seguinte ingressa na Faculdade de Medicina, diplomando-se como farmacêutico no final de 1874. Publica versos abolicionistas no jornal *O Lábaro Acadêmico* e, no último ano de curso, emprega-se no jornal *A Reforma*, como conferente de revisão. Três anos depois de formado, já é redator da *Gazeta de Notícias*, aonde publica em folhetim, seu romance *Mota Coqueiro ou a pena de morte*, baseado num fato policial verídico. Em 1878 vai ao Ceará realizar a cobertura jornalística das consequências da grande seca que assola a província e circunvizinhanças. Nessa viagem colhe material para seu segundo romance, *Os Retirantes*, publicado em 1879. Em 1880, no Teatro São Luiz, no Rio de Janeiro, faz seu primeiro discurso abolicionista; no ano seguinte casa-se com Maria Henriqueta de Sena, a Bibi, sua companheira até o fim da vida, com quem viaja novamente ao Ceará em 1882 e à Europa em 1883. Em 1886 é eleito para a Câmara Municipal, fato que se repete em 1887, quando começa a circular seu jornal *A Cidade do Rio*. Vibrante órgão abolicionista. No episódio de 13 de maio, Patrocínio tem atuação destacada, mas, após a proclamação da República, torna-se, por meio do seu jornal, um dos mais ferozes inimigos do novo regime. Em 1890, com a mulher e o filho Zeca. (José Carlos do Patrocínio Filho) ..., viaja novamente à Europa onde permanece em exílio voluntário por dois anos. Ao regressar, é preso, acusado de participar de um golpe contra o governo do Marechal Floriano Peixoto e, logo a seguir, deportado para a Amazônia, tendo seu jornal empastelado. Mais tarde, anistiado, de regresso ao Rio de Janeiro, vai morar numa modesta casa de subúrbio, ajudado por amigos. Possuidor de espírito aventureiro, dedica-se à construção de um aerostato [balão] cujo projeto não se concretiza e, em 1901, mostra no Rio, por intermédio do filho Zeca, que o trouxera de Paris, um dos primeiros automóveis ... Um dos maiores vultos da inteligência no Brasil do século XIX, foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, sendo patrono da cadeira número 21” (Conforme, LOPES, 2004, p. 516-17).

²⁰¹ Os grupos negros de teatro e as peças teatrais por eles encenadas é um importante campo que está à espera de pesquisas, pois através deles é possível vermos os modos de pensar e concepções de mundo da população negra em diferentes períodos da história rio-grandense, visto que haviam muitos grupos e companhias de teatro os quais eram dirigidos e integrados por pessoas negras, principalmente até meados do século XX.

freqüentemente montava peças teatrais, especialmente, as de autores negros como o gaúcho Arthur Rocha. Sua filosofia era a de que o teatro servia como uma escola onde se aprendiam as realidades da vida (MÜLLER, 1999, p. 168).

Além das recorrentes apresentações de peças teatrais, seja em teatros da cidade ou nas próprias dependências das organizações negras, muitas das peças encenadas eram produzidas por autores negros, o que confirma a preocupação em valorizar e destacar os negros na produção cultural e intelectual.

Nessa ocasião específica, foi encenado o drama 'Filho Bastardo', do laureado escritor negro gaúcho, Arthur da Rocha²⁰². Do espetáculo participaram os seguintes atores amadores: Leopoldino Alvares (colaborador de *O Exemplo*); Arnaldo Dutra (de profissão carteiro); Maria José de Oliveira (professora e bibliotecária); Vital Baptista; João Gomes do Nascimento e João Baptista Figueiredo (todos da diretoria de *O Exemplo*)... (MÜLLER, 1999, p. 128, nota 38).²⁰³

É possível observarmos, na citação acima, o estabelecimento de uma rede de conexões entre as várias organizações negras, seja na realização de festas e bailes, na cedência de suas dependências, ou, ainda, no estabelecimento de redes de comunicação que informavam e aproximavam a população negra da cidade, por exemplo, a do Grêmio José do Patrocínio e o jornal *O Exemplo* que funcionavam no mesmo prédio e tinham muitas ações conjuntas.

Os objetivos de integração e ascensão da população negra, por parte da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, se estabeleciam em várias dimensões. Portanto, a questão política estava incluída nas suas ações, como podemos comprovar no apoio à campanha do deputado Monteiro Lopes, eleito, em 1909 para a Assembléia do Rio de Janeiro, mas impedido de ser diplomado devido a sua cor. Em conjunto com outras organizações, a Sociedade Floresta Aurora lançou uma campanha para que o deputado fosse diplomado.

²⁰² Arthur Rocha era filho do ... ator dramático, José Rodrigues Rocha. Nasceu na cidade de Rio Grande em 1º de janeiro de 1859 e faleceu a 26 de junho de 1888. Homem negro, destacou-se como poeta, dramaturgo, orador e jornalista. Segundo seus biógrafos, era liberal exaltado e um apaixonado ativista político. Foi líder expressivo da causa abolicionista no Rio Grande do Sul. Como dramaturgo deixou dois volumes com as seguintes produções: *O Filho bastardo*; *Anjo do sacrifício*; *José*; *Os filhos da viúva*; *Deus e a natureza*, e a *Filha da escrava*. Ficou conhecido pelo estilo vibrante e por uma fluência arrebatadora. Cf. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, s/d., p. 66". Apud, MÜLLER, op. cit., p. 168.

²⁰³ "Cf. NPH-UFRGS. Microfilmes, rolo 4, *O Exemplo*. Porto Alegre: Ano X, nº 207, 17 de abr. de 1910, p. 2; e nº 208, 24 de abr., p. 2. de 1910 (MÜLLER, op. Cit.).

Consumada a campanha e atingido o objetivo, o deputado veio a Porto Alegre, sendo homenageado na Sociedade Floresta Aurora.²⁰⁴

Em outra perspectiva de construção da identidade, e sobre a importância da Sociedade Floresta Aurora para sua vida, assim nos relata o senhor Nelson Santana:

Na realidade o meu pai Francisco Samuel Vieira e minha mãe Celina Telecínia Santana Vieira sempre estiveram na Floresta Aurora, sempre estiveram juntos em todo o trabalho da Floresta Aurora, em todas as épocas da Floresta Aurora. A Floresta Aurora tem uma história como uma entidade afrodescendente, em que nós com todo o sacrifício, desde o nascimento da Floresta Aurora, nossos “avoêmios” [sic], nossos avós, uns ainda escravos, a maioria ainda escravos, e outros alforriados, porque nós fomos fundadores, da Floresta Aurora dezesseis anos antes da abolição da escravatura (SANTANA, 2005).

Essa lembrança se assemelha a do senhor Nilo Alberto Feijó, em relação à atuação da Sociedade Beneficente Floresta Aurora:

Mas, o que eu sei do Floresta Aurora, assim até dos motivos da razão da fundação do Floresta Aurora era extremamente nobre, eram os negros procurando buscar alguns espaços para enterrar os seus irmãos. E o que eu mais admiro nessa história toda é que pessoas eram estas, que pretensões teriam estas pessoas lá em 1872, antes da abolição da escravatura, quem eram estes seres? (FEIJÓ, 2006).

O senhor Nelson Santana guarda em memória uma herança que se traduz em consciência do lugar ocupado e a importância social da Sociedade Floresta Aurora, desde sua fundação, para seus associados:

Com todo o sacrifício, com todo o cerceamento da liberdade eles fundaram a Floresta Aurora com objetivos sociais, com objetivos de auxiliar a seus filhos dando educação e, também uma coisa que é importante de dizer, que os negros a partir da Floresta Aurora, tiveram um enterro digno, até então, o negro era atirado numa vala comum. Através da Floresta Aurora tinha até um custo de caixões a fim de que os nossos negros fossem enterrados de uma maneira civilizada (SANTANA, 2005).

Sobre seu ingresso na Sociedade Beneficente Floresta Aurora, o senhor Nelson Santana faz a seguinte referência:

²⁰⁴ “Em Porto Alegre e Pelotas chegaram a ser fundados dois clubes 'Monteiro Lopes'. De duração efêmera e com o objetivo específico de lutar pela diplomação do deputado, as entidades foram extintas logo após a posse de Monteiro Lopes na Assembléia do Rio de Janeiro. No início de 1910, o deputado fluminense fez uma peregrinação pelos estados que o apoiaram. As visitas de agradecimento serviram também para que o político reiterasse seu compromisso de luta pela causa do negro no Brasil. Cf. NPHI-UFRGS. Microfilmes, rolo 4, *O Exemplo*. Porto Alegre: Ano IX, 06 de jun. de 1909, nº 163, p. 2 e BMP *A Alvorada*. Pelotas: 23 de jan. de 1910, p. 1” (MÜLLER: 1999, p. 130).

A minha entrada na Floresta Aurora foi na década de cinquenta, sessenta, isso já faz então, meio século, meio século, é uma coisa importante, eu estou ligado, muito ligado ao Floresta Aurora, sempre estive presente em todos os lados, nos bons e maus momentos da Floresta Aurora porque acho que nós temos uma obrigação muito grande com nossos avós, nossos pais (SANTANA, 2005).

O carnaval²⁰⁵, uma das dimensões culturais de preservação de identidade e ressignificação do espaço, é lembrado com entusiasmo pelo senhor Nelson Santana:

E nós tivemos diversas passagens na Floresta Aurora grandiosas, os baile das debutantes maravilhosos, esporte na Floresta Aurora, eu era do departamento de jovens da Floresta Aurora, então tínhamos um trabalho fantástico, nós criamos os Intocáveis, ... fizemos uma escola de samba.... O Floresta Aurora tem uma história fantástica, ..., tem uma história para os grupos de carnaval ... abria os carnavais de Porto Alegre, coisa fantástica! (SANTANA, 2005).

Figura 17 – Carnaval Floresta Aurora



Senhor José Domingos Alves da Silveira à direita sentado ao lado seu irmão senhor Carlos Alberto Silveira Alves, à direita em pé senhora Elizabeth Silveira Vieira e sua irmã, década de 1940. Acervo senhora Elizabeth Silveira Vieira.

²⁰⁵Sobre o Carnaval em Porto Alegre, ver Íris Graciela GERMANO, **Honolulu, Brasil e Etiópia: o imaginário social e o negro no carnaval de Porto Alegre** (décadas de 20, 30, e 40). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. Dissertação de Mestrado. que: "...mostrou, através de jornais, a apropriação e ressignificação, nas décadas de trinta e quarenta, do carnaval pelos negros de Porto Alegre. De origem européia, somado ao samba de origem brasileira, o carnaval sofreu, naquele período, uma fusão de identidades que vai à África e volta ao Brasil. Esse processo iria definir espaços de sociabilidade próprios daquele grupo, que ressaltava nas festas sua peculiaridade e a positividade de 'ser negro', pois os cordões e blocos carnavalescos eram lugares que estavam associados a uma história de resistência, manutenção e delimitação de fronteiras étnicas. Espaços e 'imaginários' com relação ao carnaval negro porto-alegrense que foram reapropriados pelos descendentes dos africanos. A mãe África foi evocada continuamente naquele presente no qual era representada pela Etiópia, que ajudava a extrapolar os limites da regionalidade gaúcha e nacionalidade brasileira" (Apud, SANTOS: 2000, p 47).

Em relação à primeira apresentação da Sociedade Floresta Aurora no carnaval, o senhor Nilo Alberto Feijó, destaca-a como um grande acontecimento na sociedade porto-alegrense, porque a participação no carnaval de rua, em meados do século XIX, era reservada à elite da cidade.

A outra coisa que eu lembro também, eu li a pouco tempo num livro, é de que a primeira escola negra a participar do carnaval de rua de Porto Alegre, também foi a Floresta Aurora, de Porto Alegre e quem sabe lá do Rio Grande do Sul, e quem sabe do Brasil, do Rio Grande do Sul com certeza.... É, não havia desfile oficial, em ... 1875, o Floresta Aurora desfilava pela primeira vez ... quem podia desfilar eram eles faziam o desfile de carros alegóricos, e quem podia construir carros alegóricos? Havia carros alegóricos das grandes sociedades, Sogipa, e outras que agora não me recordo o nome, cujo os construtores vinham até da Itália para ajudar a construir. E o Floresta Aurora neste ano de 1875, fazia sua aparição e desfilava no carnaval de Porto Alegre, evidentemente, como dizia o livro, de forma modesta, mas o que me chamava a atenção já com um tema de protesto que era, me parece, reivindicando alguma questão relacionada à própria escravidão, à própria abolição, é isso aí (FEIJÓ, 2006).

Figura 18 – Carnaval Floresta Aurora II



Carnaval década de 1940. Ao centro com chapéu diferente senhora Elizabeth Silveira Vieira. Acervo Elizabeth Silveira Vieira

Ainda sobre o carnaval, outra região tradicional da cidade que desenvolveu essa atividade foi a Colônia Africana.

Mas a Colônia Africana não era apenas desfile de moças, quedas de lenços, troca de olhares e pedidos de namoro nas tardes de domingo. A Colônia Africana marcou época com seus blocos carnavalescos. Dali saíam os grandes nomes do carnaval do passado como os Tesouras, Os tesouradas, Bloco dos Fazendeiros, Os prediletos, Recordação do Passado. Entre os blocos havia muita rivalidade, principalmente entre os Prediletos e Os Turunas, cada um querendo ser melhor que o outro. Para Sueli Dias Mendes - filha de Alípio Dias, dono do salão de baile mais popular da Colônia Africana e de Porto Alegre - estas brigas eram o que dava uma maior movimentação ao carnaval O salão de baile do Alípio Dias, se localizava na esquina da Miguel Tostes, antes Rua da Esperança, com a Casemiro de Abreu (REVISTA TIÇÃO, 1979, p. 14)²⁰⁶.

São destacadas, ainda, pelo senhor Nelson Santana, outras atividades desenvolvidas pela sociedade: “*Floresta Aurora tem uma cultura de teatro, tínhamos teatro ..., esportes ..., tínhamos um grupo de poesia, poetas na Floresta Aurora*” (2005).

A partir da experiência na Sociedade Floresta Aurora, o senhor Nelson Santana ressalta qual deva ser a atuação e o papel da organização em relação à sociedade,

Eu acho que o Floresta Aurora faz força pra ser e tem que ser, tem que ser porque aqui é um farol, é um fórum constante de debates com referência não só ao negro, como ao índio também, e às comunidades brancas pobres também, marginalizadas também. Porque o negro não olha só o problema do negro, o negro trabalha com as comunidades que são apátridas, as comunidades que são marginalizadas, que não fazem parte da produção, que não fazem parte deste contexto que é o Brasil. Então nós lutamos sim por uma sociedade igualitária, fraterna e solidária com a nossa comunidade negra, sim senhor, com índios, sim senhor e com brancos, porque não? (SANTANA, 2005).

O senhor Nilo Alberto Feijó sugere uma forma de atuação das organizações negras, entre elas as escolas de samba, que têm uma ligação mais direta com a comunidade:

Eu sempre fui muito carnavalesco, a primeira sociedade, o primeiro grupo carnavalesco que eu participei era o Treze de Ouro, e adorei porque aquele grupo de rapazes, eles tinham em mente, que o negócio não era só fazer carnaval, eles tinham uma idéia de adquirir um patrimônio junto ao município, um deputado, alguma coisa, que eles pudessem transformar numa sede e que esta sede pudesse ter, por exemplo, setores de educação, saúde ... setores... vários que pudessem contribuir para esta

²⁰⁶Na mesma reportagem a senhora Sueli Dias Mendes, dá detalhes sobre a criação do salão de baile por seu pai o senhor Alípio Dias: “O primeiro salão de baile criado por meu pai foi a Filosofia Negra, porque existia em Porto Alegre uma sociedade, a Filosofia Branca. Mais tarde ele adquiriu a sede do clube de futebol Rui Barbosa e transformou no salão mais conhecido de Porto Alegre. Tanto que com o passar do tempo as pessoas chamavam meu pai de Rui, pensando que o nome dele era este,... Recebendo cantores do Rio de Janeiro e palco da famosa orquestra Cruzeiro, o Salão do Rui sobreviveu por longo tempo, embora sob o controle da repressão policial” (REVISTA TIÇÃO, 1979, p. 14).

comunidade ... Então, há poucos dias eu recebi um prêmio e ... eu dizia nessa oportunidade que realmente as nossas sociedades deveriam se transformar em pólos culturais, assim como as escolas de samba, as escolas de samba hoje elas são praticamente um setor da comunidade voltado para o carnaval. Especificamente para o carnaval, quando não deveriam, se elas agregam pessoas, se elas agregam comunidades inteiras, elas eram pra estar prestando serviço para a comunidade (FEIJÓ, 2006).

Na década de 1940, mais especificamente em 3 de janeiro de 1943, foi criada a Sociedade União dos Homens de Cor²⁰⁷, experiência semelhante à Frente Negra Brasileira, estruturada com seções em vários estados do país²⁰⁸. A União dos Homens de Cor era organizada com uma diretoria nacional²⁰⁹, diretorias estaduais, diretorias municipais²¹⁰, chefes distritais²¹¹ e chefes de zonas nos distritos. Seu presidente era o senhor João Cabral Alves, farmacêutico de profissão. Em Porto Alegre, a União mantinha um jornal, e a todos os Estados era permitida a edição de jornais e boletins próprios, sendo o Presidente “*responsável, perante a Sociedade e a Lei, pelo exato cumprimento dos Estatutos*” (Estatutos: s/d. Art. 9º).

²⁰⁷Agradecemos à colega historiadora Elenir Gularte Marques que gentilmente nos cedeu uma cópia dos Estatutos da União dos Homens de Cor. Sobre a União dos Homens de cor ver: Joselina SILVA: 2003; Arilson dos Santos GOMES: 2007, que está desenvolvendo pesquisa de mestrado sobre este tema.

²⁰⁸Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Minas Gerais; Ceará; Maranhão; Bahia; Paraná; São Paulo; Paraíba; Santa Catarina. Conforme *Jornal União*. Porto Alegre: 24 de dezembro de 1948, p. 5.

²⁰⁹A Diretoria Nacional em 1958 estava assim composta : Presidente: Dr. João Cabral Alves; Secretário Geral: Dr. Agnaldo Camargo; Inspetor Geral: Capitão Argemiro Pinheiro Teixeira; Chefe do Dep. de Educação e Saúde: Dr. Cesario Coimbra; Chefe do Dep. Financeiro: José Veccio; Chefe do Dep. Nacional de Música: Tenente João do Nascimento (aeronáutica); Chefe do Dep. de Legislação Social: Dr. Himalaya Vergolino (Ex-procurador da República); Chefe do Dep. de Assistência Social: Dr. Martins e Silva (juizado de menores); Chefe do Dep. de Publicidade: Dr. Antônio Manoel Braga de Souza (Ministério do Trabalho); Chefe do Dep. do Nacional de Esportes: Arquimedes Acarhyba (Técnico do São Cristóvão); Regente da Orquestra especializada em Concêrtos afro-brasileiras: Maestro Abgail Moura (Conforme *Jornal União*: 1958, p. 3).

²¹⁰Em Porto Alegre os auxiliares da Administração da Capital eram: Ernani dos Santos; Matilde Barboosa; Francisco de Paula Freitas; Walter Tavares; Alcides Nolarte; João Batista de Oliveira; Walter Silveira Braga; Izaura Camargo; Antonio Francisco da Silvas; Manoel N. Fortunato; Almerindo Machado; Luiz Lemos Gomes; Garibaldi Ferreira; Ivo de Oliveira (Conforme *Jornal União*, 1958, p. 3).

²¹¹No Rio Grande do Sul havia representações em 23 cidades: São Borja; Passo Fundo; Erechim; Morro Alto; Torres; Osório; Pelotas; Uruguaiana; Montenegro; Santo Antonio; Lageado; Antônio Prado; São Pedro; Santa Rosa; São Leopoldo; São Sepé; Lavras; Cachoeira do Sul; Novo Hamburgo; 1º Distrito de Torres; Santana do Livramento; Viamão; Rio Pardo; Canoas (Conforme *Jornal União*: 1958, p. 3).

Figura 19 - Estatutos União dos Homens de Cor



1943 – Acervo Lúcia Regina

A União dos Homens de Cor, Sociedade Beneficente, tinha um projeto amplo que se estendia a todas as dimensões da vida, prevendo desde a moradia à educação dos seus associados. Sobre as suas finalidades, o seu artigo primeiro dizia:

A União do Homens de Côr dos Estados Unidos do Brasil, fundada em Pôrto Alegre, a 3 de janeiro de 1943, tem por fim elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de côr em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do País, em todos os setores de suas atividades (ESTATUTOS, 1943, p. 3).

A educação estava presente nos estatutos da União dos Homens de Cor, com seu Departamento de Educação e Saúde, denominação semelhante ao Ministério da Educação e Saúde. A nomeação do chefe desse departamento era feita diretamente pelo Presidente Nacional e sua jurisdição se estendia a todo o país. Estavam a cargo do Chefe do Departamento de Educação e Saúde “os serviços de assistência médica, odontológica e

educacional”, como expressava o Artigo 50. A abrangência do serviço educacional constava no Artigo 51:

- a) Providências para alfabetização dos associados.
- b) Organização e assistência até o final dos cursos, aos que desejarem seguir as profissões liberais.
- c) Providências para a educação e reeducação de delinqüentes de ambos os sexos.
- d) Organização de asilos para velhos e desamparados (ESTATUTOS, 1943, p. 13).

No Artigo 55, a preocupação com o processo educacional abrangia as diferentes faixas etárias, incluindo além de idosos, o cuidado com a ressocialização de presidiários, e se estendia às residências coletivas:

Residências amplas, com o mínimo de 60 e o máximo de 100 quartos individuais, mobiliados, lavatórios, ambulatórios, barbearias, banheiros, salão de leitura e aula, refeitórios, salão de visitas, lavanderias, cozinha e almoxarifado (ESTATUTOS, 1943 p. 14).

Como estava inserida no espírito da época em que a educação estava ligada à saúde, o esporte fazia parte do trinômio higiene-educação-saúde. Nos Estatutos estava previsto, em seu artigo 69, a vinculação de um Departamento de Educação Física, Diversões e Esportes ao Departamento de Educação e Saúde: *“nenhum divertimento, esporte ou exercícios físicos, nos diversos departamentos e próprios da sociedade, será permitido, sem a orientação do Dep. de Ed. e Saúde, pelos seus representantes”* (ESTATUTOS, 1943. Art.71, p. 17).

A música se vinculava ao Departamento de Educação e Saúde, e os artigos 71 e 72 previam a criação de um Departamento Especializado de Música *“ao qual estará afêta a realização de concertos sinfônicos e vocais em todo o território nacional”*, e o estudo para aqueles que quisessem estudar música em todo os graus seria *“às expensas da sociedade”*.

A União dos Homens de Cor foi um órgão estruturado de uma forma complexa, demonstrando que as pessoas que a pensaram e colocaram em prática o projeto, tinham uma visão mais ampla do que a simples inclusão dos negros na sociedade. Elas pensaram em um

projeto que abrangesse todas as dimensões necessárias, indo da assistência propriamente dita, às questões básicas: moradia, saúde e educação, e a formação política e cultural dos seus associados.

Além da ação prática, a União dos Homens de Cor era mais do que um órgão beneficente, pois seus fundadores objetivavam uma mudança profunda da sociedade.

Nossas Reivindicações

A União dos Homens de Côr dos Estados Unidos do Brasil, pelos seus associados, lutará pelas reivindicações mínimas abaixo mencionadas, todas amplamente debatidas e assentadas em memoráveis Convenções de pessoas de côr do país.

Reconhecendo, entretanto, que suas reivindicações dependem dos governantes, resolverem apoiar todo e qualquer candidato à cargo eletivo que se comprometer a defende-las e que são as seguintes:

1º – Que se torne matéria de lei, na forma de crime punível de lesa patriotismo, o preconceito de côr ou de raça.

2º – Que as punibilidades, nas bases dos preceitos acima, se estendam a todas as emprêsas de caráter particular ou pública, bem como sociedades civis e instituições de qualquer natureza.

3º – Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os gráus, sejam admitidos brasileiros de côr, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos de ensino superior do país, inclusive estabelecimentos militares.

4º – Isenção de impostos e taxas, tanto federal como estadual ou municipal, a todo o brasileiro de côr que desejar se estabelecer com qualquer ramo comercial, industrial ou agrícola, com, o capital inferior a dez mil cruzeiros.

5º – Doação absolutamente grátis, a todo o brasileiro de côr e seus descendentes, de lotes coloniais ou suburbanos, de formas que, com essa medida seja reparada a injustiça feita aos homens de côr do Brasil, os quais, desde a escravidão nunca receberam do govêrno, ao menos um pedaço de terra onde pudessem construir uma pequena casinha (ESTATUTOS, 1943).

A União dos Homens de Cor realizou ações que, que há muito, as diversas organizações negras vinham tentando, por exemplo, a Frente Negra Brasileira, mas as conjunturas políticas contribuíram para acabar com o seu papel político de intervenção. A questão financeira era a base para o desenvolvimento de um projeto com tamanhas proporções, e o tempo seria um grande aliado para a sua estruturação. Sua existência chegou até meados da década de 1960, período em que novamente o país mergulhou no cerceamento dos direitos políticos, o que, deduzimos, tenha contribuído, também, para o fim de suas atividades.

Figura 20 – Jornal UGACÊ



Jornal União dos Homens de Cor, 1958, acervo senhor José Domingos Alves da Silveira

A participação e o compromisso que as pessoas, individualmente, deveriam ter com as organizações é um ponto que sobressai no depoimento do senhor Nilo Alberto Feijó.

Eu fui sócio do Marcílio Dias, eu sou ex-sócio ... uma sociedade que terminou, eu sou sócio do Floresta Aurora, eu sou sócio do Satélite Prontidão. Pelo menos aquelas sociedades organizadas pela nossa comunidade eu sempre tive participação, porque eu achei que era obrigação minha. Por menos que eu pudesse contribuir, com o pouco que eu pudesse contribuir sempre seria alguma coisa adicional. Então eu sempre fui muito ativo com relação às associações (FEIJÓ, 2006).

Figura 21 – Título de Sócio

S. B. C. FLORESTA AURORA
 FUNDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1872
 SEDE PRÓPRIA: LIMA E SILVA, 316
 PÓRTO ALEGRE

TÍTULO DE SÓCIO PATRIMONIAL

O Sr. JOSÉ DOMINGOS ALVES DA SILVEIRA
 adquiriu um título de Sócio Patrimonial da S. B. C. Floresta Aurora
 no valor de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros).

RECIBO Nº 403 SÉRIE A Cr\$ 5.000,00

Recebemos a importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) correspondente à Taxa de Subscrição sobre o Título de Sócio Patrimonial da S. B. C. Floresta Aurora. O saldo será pago em 25 parcelas mensais de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a partir desta data, diretamente à Sociedade ou a estabelecimento bancário indicado pela mesma. O Subscritor, durante o prazo da integralização do presente Título, ficará isento das mensalidades de sócio contribuinte.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1964

Julio Soares
 Presidente

João Chaves Gomes
 Tesoureiro

BRASIL 1000
 BRASIL 1000
 BRASIL 1000

Selado com Cr\$ 3,00

Título de Sócio acervo Senhor José Domingos Alves da Silveira

O senhor Nilo Alberto Feijó integrou a Escola Trevo de Ouro, afastando-se quando essa escola passou a concorrer oficialmente no carnaval de Porto Alegre, mas continuou ligado ao carnaval. Tendo participado das organizações mais representativas da cidade, entre as quais a Floresta Aurora, da qual foi membro do Conselho Deliberativo, ele nos diz como chegou à Associação Satélite Prontidão.

Bem interessante o Floresta Aurora porque nós tivemos um época da vida, em que muitas daquelas pessoas que participavam da diretoria do Floresta Aurora, participavam também comigo em outras. Só que eu casei e tive um tempo fora ... porque eu viajava muito pela minha empresa. Quando voltei, eu voltei para o Prontidão ... e aí quando vi os meus companheiros todos estavam no Floresta Aurora, mas aí não tinha como, não tinha como deixar um para ir pra lá para o outro (FEIJÓ, 2006).

Entre às ações da Associação Satélite Prontidão, o senhor Nilo Alberto Feijó lembra que a realização de ações de cunho mais político foram inseridas por ele em meados da década de 1980. Essas ações eram recebidas com restrições por outros componentes da Associação, mas ele persistiu no seu propósito de realizar atividades com essa característica.

O Prontidão teve um momento que ele realmente se encaminhou, pra este outro viés, para esta outra vertente, que é a vertente mais política, mais social, ... principalmente em termos de comunidade, foi quando ... eu era vice-presidente e tinha este grupo, o Razão Negra. E por incrível que pareça, esse grupo teve problemas no Prontidão, porque antes o Prontidão não era aberto pra isto, nós é que iniciamos este processo aqui (FEIJÓ, 2006).

A partir do momento em que o senhor Nilo Alberto Feijó assumiu a presidência da Associação Satélite Prontidão, ações com característica mais conscientizadoras e políticas passaram a acontecer com frequência.

E a partir do momento que eu fui presidente do Prontidão, aliás acho que já na época do ... Aneron também mudou, foi nesta época que ele criou o Troféu Zumbi, ... isso aí em 1988. Mas o grupo que estava comigo o Razão Negra, o pessoal da Isamara Ângelos²¹², a Liane, o Julho eu acho que não, mas o Paulo, eu não me recordo, era um grupo bem grande, já era 1984, 1985, eles estavam comigo. E tiveram por um bom tempo, a Isamara até participou da diretoria, enfim. Mas nós tivemos problemas com a diretoria (FEIJÓ, 2006).

Quanto a uma atuação política mais incisiva, devido às dificuldades internas de desenvolvimento e à resistência de alguns diretores da Sociedade Satélite Prontidão, o senhor Nilo Alberto Feijó relata que a sociedade Floresta Aurora esteve mais empenhada.

²¹² Através de uma conversa com o doutor Osvaldo Ferreira dos Reis, integrante do grupo, informou-nos que o Grupo Razão Negra, inicialmente com o nome Nosso Teatro, surgiu a partir de um trabalho realizado por Isamara Ângelos, filha do Doutor Elóy dos Ângelos, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Segundo ele, a criação do grupo tinha como objetivo fazer denúncia social através das peças que encenavam.

Agora, eu acho que o Floresta Aurora sempre foi mais evoluído com relação a essa questão. Agora, também é verdade que a nossa comunidade mais antiga ela sempre contestou um pouco estes movimentos, os antigos sempre contestaram, eles sempre foram mais acomodados, esse negócio de ...botar, colocar pra fora, os interesses da nossa comunidade, os direitos na sociedade, de brigar por isso, questionar isso, não eram muito a favor não. Tanto que até hoje eu sou meio questionado, ...por causa destas coisas ...porque eu abri várias linhas assim, e acho que isso aí tem que ser e a gente não tem como fugir disto, eu não tenho que ignorar, eu tenho que saber e discutir (FEIJÓ, 2006).

Em relação à atividade política, a Sociedade Floresta Aurora²¹³, em 1958, organizou um evento de caráter nacional, o “*I Congresso Nacional do Negro*”²¹⁴, que teve relativa atenção da imprensa porto-alegrense. O Congresso foi realizado entre os dias 14 e 19 de setembro de 1958, as atividades constituíram-se em missa solene, realizada na Igreja Nosso Senhor do Bomfim, padroeiro da Sociedade, abertura solene na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, com o então presidente da Floresta Aurora, senhor Valter Santos que palestrou sobre a história da Sociedade; e respectivamente palestraram o bacharel Armando Hipólito, com o tema objetivos do I Congresso; professor Dante de Laytano; professor Jorge Gonçalves da Silva; professor Laudelino Medeiros, catedrático da U.R.G.S.; professora Vera Bandeira Marques, da U.R.G.S; professor Justimiano Espírito Santo; radialista Abel Gonçalves; professor Darci Conde Salgado; professor Dario de Bitencourt, da U.R.G.S; Armando Temperani Pereira; doutor J. P. Souza; doutor Hélio Carlomagno; professor José Maria Rodrigues. Dentre os palestrantes, seis deles eram professores, dos quais três eram integrantes da Universidade que àquela época era estadual.

O encerramento do evento ocorreu com um baile de debutantes no dia 19 do mês de setembro, na Sociedade Libanesa. O jornal *Folha da Tarde* assim se pronunciou sobre as delegações estaduais que participariam do evento:

O Primeiro Congresso Nacional do Negro está despertando grande interêsse em todo o Brasil, sendo esperadas delegações já inscritas e do Estado do Rio, Distrito

²¹³ Os jornais aqui utilizados fazem parte do acervo do senhor José Domingos Alves da Silveira, que gentilmente nos cedeu, conforme apresentado no primeiro capítulo desta tese.

²¹⁴ Especificamente sobre estes Congresso ver GOMES: 2006. Sobre outros Congressos e encontros negros anteriores a este ver: NASCIMENTO e LARKIN, 2000; SANTOS, 2007; PINTO, 1993.

Federal, São Paulo, Santa Catarina, e Paraná, além de outros Estados cuja participação já está acertada (FOLHA DA TARDE, 12 de setembro de 1958).

Em outro anúncio, o jornal *Folha da Tarde* assim caracterizava o evento:

As conferências que serão realizadas na sede da S.B.C. Floresta Aurora, à rua Lima e Silva, 316, visarão a debater assuntos de capital importância para o avanço do homem de cor no Brasil, bem como dar uma demonstração dos progressos e da união dos homens de cor no país inteiro, assim como na América do Norte – de onde virão delegados (FOLHA DA TARDE, 13 de setembro de 1958).

No mesmo jornal, no dia 18 de setembro de 1958, há referência às últimas conferências do I Congresso Nacional do Negro.

ULTIMA REUNIÃO DO CONGRESSO NACIONAL DO NEGRO – Encerra-se hoje, em sessão solene na Câmara de Municipal, o Primeiro Congresso Nacional do Negro, que obteve êxito completo. Reunidos desde o dia 14 do corrente, os homens de cor discutiram importantes assuntos relacionados com sua atividade social... Durante os trabalhos, pronunciou uma conferência o deputado Coelho de Sousa... Na sessão de hoje deverão fazer uso da palavra o jornalista Arquimedes Fortini, prof. Dante de Laytano e prof. José Maria Rodrigues (FOLHA DA TARDE, 18 de setembro de 1958).

Figura 22 – Reportagem I Congresso Nacional do Negro

I CONGRESSO NACIONAL DO NEGRO INICIA-SE AMANHÃ

Será realizado em Pôrto Alegre o I Congresso Nacional do Negro — Problemas básicos do homem de cor serão tratados — Intenso programa de conferências

Com início a 14 e término dia 21 de setembro corrente, será realizado em Pôrto Alegre o I Congresso Nacional do Negro, empreendimento com que a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora comemora o seu 86.º aniversário.

Do temário constam os seguintes tópicos básicos: I) Necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, II) Situação do homem de cor na sociedade, e III) Papel histórico do negro no Brasil e demais nações.

PROGRAMAÇÃO

As comemorações serão inauguradas com uma missa solene a ser realizada na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Padroeiro da Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, às 10 horas do dia 14.

A's 20 horas do mesmo dia, dar-se-á a abertura dos trabalhos, com uma sessão solene em que o sr. Valter Santos, presidente da S.B.C. Floresta Aurora, historiará a fundação dessa tradicional sociedade. A's 20,30 horas estará com a palavra o Bel. Armando Hipólito dos Santos, que dissertará sobre os objetivos do I Congresso Nacional do Negro. A's 21,30 será ouvida a conferência pelo Prof. Dante Laytano.

Dia 15, às 20 horas — conferência do Prof. Gilberto Jorge Gonçalves da Silva. A's 21 horas, conferência pelo prof. Laudelino Medeiros, catedrático da U.R.G.S.

Dia 16, às 20 horas, conferência do prof. Vera Bandeira Marques, da U.R.G.S. A's 21 horas, conferência do dr. Justimiano Espírito Santo. A's 22 horas, palestra do radialista Abel Gonçalves.

Dia 17, às 20 horas, conferência do prof. Darcy Conde Salgado. A's 21 horas, conferência do prof. Dario Bitencourt, da U.R.G.S. A's 22 horas, conferência do prof. Armando Temperani Pereira.

Dia 18, às 20 horas, conferência do dr. J. P. Coelho de Souza. A's 21 horas, conferência do dr. Helio Carlomagno. A's 22 horas, conferência do prof. José Maria Rodrigues.

Dia 19, às 23 horas, baile das debutantes da Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, com traje de gala, na sede da Sociedade Libanesa de Pôrto Algre.

As conferências, que serão realizadas na sede da S.B.C. Floresta Aurora, à rua Lima e Silva, 316, visarão a debater assuntos de capital importância para o avanço do homem de cor no Brasil, bem como dar uma demonstração dos progressos e da união dos homens de cor no país inteiro, assim como na América do Norte — de onde virão delegados.

A Hora, 15 de set de 1958, acervo Senhor José Domingos Alves da Silveira

Sobre os anúncios do jornal, dos quais desconhecemos a autoria, inferimos que deveriam ser matérias encomendadas, pagas, pois se resumem a dar informações gerais, sem nenhum comentário e nem título ou o conteúdo das palestras proferidas. Chama a atenção a passagem que mostra a discussão, “*assuntos relacionados com sua atividade social*”, o que deixa transparecer certo comedimento. O Congresso foi importante, aquelas pessoas passaram uma semana discutindo assuntos ligados à atividade social e em nenhum momento os anúncios citam, de modo mais profundo, a questão de desigualdade, a situação da população negra. Isto é, do ponto de vista “deles”, como faz referência o doutor José Luiz Pereira da Costa, o evento pareceu apenas uma atividade festiva. O jornal *Folha da Tarde* finaliza as informações sobre o Congresso anunciando a atividade de encerramento,

FARÃO HOJE À NOITE SEU DEBUT AS JOVENS DA SOCIEDADE FLORESTA AURORA

Terá lugar hoje à noite, nos salões de festas da Sociedade Libanesa, o Baile das Debutantes da Sociedade Floresta Aurora, ocasião em que será a apresentação oficial de um grupo de jovens pertencentes a tradicional entidade da Cidade Baixa.

.....
O Baile das Debutantes da Sociedade Floresta Aurora faz parte da programação alusiva ao Primeiro Congresso Nacional do Negro, que ora teve lugar em Pôrto Alegre, patrocinado por aquela entidade. O referido congresso encerrado ontem em sessão solene na Câmara Municipal, tendo alcançado êxito completo (FOLHA DA TARDE, 18 de setembro de 1958).

Figura 23 – Reportagem Baile de Debutantes



Folha da Tarde, Porto Alegre, 19/09/1958 – Acervo Sr. José Domingos Alves da Silveira

Em relação aos bailes de debutantes, a Sociedade Floresta Aurora, na década de 1950, foi a pioneira em tais eventos. Sob o título “*Debutantes de Ébano*”, a Revista do Globo publicou, em 1956, reportagem sobre o primeiro baile de debutantes.

Quando findava o ano de 1956, a sociedade Floresta Aurora, ... lançou as suas candidatas numa festa única da gente de côr do nosso país

Pela primeira vez na história do Brasil realizou-se a primeiro baile de debutantes da gente de côr. O grill-room da *boite* 'Mil e Uma Noites' apresentou-se em grande gala na noite em que a nossa mais tradicional (e uma das mais antigas do Brasil) sociedade *colored*, a Sociedade Floresta Aurora, lançava os seus brotos para êste ano. Com 84 anos de existência fundada pois, antes da Abolição da Escravatura, a colônia afro-brasileira deu a conhecer os progressos alcançados neste últimos anos e a esperança de remissão total do elemento negro. Vinte moças (todas estudantes, ginásianas, normalistas) desfilaram pela passarela com esplêndida graça tendo a festa decorrido com o brilho excepcional. Foi o maior acontecimento social da gente de côr jamais acontecido no Estado. Com todo o cerimonial usado em festas congêneres de outros clubes, esta não ficou devendo em organização e sucesso. E de agora em diante promete-nos a Floresta Aurora um grande baile anual de debutantes (REVISTA DO GLOBO, 12/1/1957).

Nas décadas seguintes tornaram-se periódicos os bailes de debutantes, todos divulgados por grandes jornais da época, entre os quais o *Última Hora*. Além dos bailes de debutantes, a Sociedade Floresta Aurora criou o Departamento da Mocidade, escolhendo a sua miss. Em

1961, houve outro concurso com o título de Miss Florentina. Na coluna “Luzes da Cidade”, do *Jornal Última Hora*, assinada pelo articulista Edilton, havia em letras garrafais a chamada para o baile, “os snrs Hermes Fraga e Olímpio Alves da Silva e a senhorita Maria Helena Silva pertencente à sociedade Floresta Aurora vieram até nossa redação trazer o convite para participarmos dos festejos da escolha da 'Rainha da Mocidade', domingo próximo às 21 horas” (ÚLTIMA HORA, 1961).

Corria o ano de 1959, os ventos sopravam a favor da Sociedade e havia a campanha de construção da nova sede. Tal intento está apresentado na reportagem intitulada “*Floresta Aurora Espera apagar Noventa Velinhas em Nova Sede*”, assinada por José Monserrat Filho. Destacando a importância da Sociedade, o articulista descreve uma passagem importante:

Banda e coral

Quando o 'Correio do Povo' preparava-se para completar o seu primeiro aniversário o organizador dos festejos encontrou um problema. Precisava urgentemente de uma banda para abrilhantar as comemorações. Virou, mexeu e acabou batendo à porta da Sociedade Floresta Aurora. Haviam lido que o 'Clube dos morenos' contava com uma banda muito boa. Formulado o convite desapareceu o problema. - Pode ficar descansado seu moço. Estaremos lá.

Dito e feito. A festa foi maravilhosa e a Banda do Floresta Aurora, um dos principais responsáveis pelo sucesso.

Em pouco tempo, a banda conquistou a popularidade merecida. Não havia quem não a conhecesse e aplaudisse. Ao seu lado, havia também o coral da sociedade. Gente de todas as idades reunia-se duas ou três vezes por semana para ensaiar e, aos domingos apresentava-se nas principais igrejas da cidade. A banda e o coral assinalaram a história da Sociedade Floresta Aurora uma das melhores fases²¹⁵.

É possível observarmos na reportagem várias dimensões de uma estrutura, entre as quais a organização da banda o que pressupõe determinado conhecimento de seus integrantes para que se constituísse. O mesmo acontece com o coral que se reunia periodicamente para as apresentações dominicais, o que também exigia certa dedicação de seus componentes. Assim,

²¹⁵Na reportagem do articulista José Monserrat Filho há um histórico da Sociedade Floresta Aurora, descrevendo os locais onde foi instalada: “Organizada a sociedade, os dois puseram-se a procurar um local para instalar a sede. Após algumas caminhadas, conseguiu-se uma sala na Rua da Ponte (hoje, Riachuelo), em prédio situado próximo a rua que mais tarde tomaria o nome de Caldas Junior. A sala não era muito grande, mas satisfazia perfeitamente o pequeno quadro social de então. E o clube atendeu. Gente de côr, proveniente dos diversos bairros da cidade, encontravam no Floresta Aurora um ambiente agradável. Aumentou o número de associados. Tornava-se necessária uma sede maior. E assim que o Clube transferiu residência para a Rua da Concórdia (hoje, José do Patrocínio), ao mesmo tempo que adquiriu um enorme terreno na Rua da Olaria (hoje, Lima e Silva), quase esquina Sarmiento Leite para ali construir uma sede mais ampla. O terreno custou a alta soma (para a época) de um conto e duzentos e cinquenta mil réis. Corria então o ano de 1908. Quatro anos mais tarde a nova sede foi inaugurada festivamente. Lá a Sociedade Floresta Aurora se encontra até hoje”. Não conseguimos identificar o jornal, mas pelas características, inferimos ser o Correio do Povo, o ano da reportagem é 1959.

um processo cultural e educacional se estabelecia, mediante encontros periódicos e ensaios, tanto para a banda quanto para o coral. Discorrendo, ainda, sobre as atividades da sociedade, o articulista José Monserrat Filho descreve as metas culturais:

Criada com a finalidade meramente recreativa, Floresta Aurora é hoje uma sociedade eminentemente cultural. Naturalmente o terreno social não foi posto de lado. Longe disso. Tanto isso é verdade que foi a primeira no Brasil a promover Baile das Debutantes dedicado especialmente, às jovens de côr. Mas as promoções culturais são tratadas de forma mais acurada ainda.

Primeiramente: o Clube tem um objetivo a atingir, que hoje já pode ser considerado um dever a cumprir; qual seja o de integrar o negro no convívio social. Trata-se realmente de uma meta de longo alcance humano e para isso mesmo elogiável em todos os sentidos (ver nota 214).

Em que pese a boa intenção do articulista José Monserrat Filho, as suas considerações otimistas estavam também carregadas de certo grau de isenção: a tarefa de integrar o negro ao convívio social, como se ele não integrasse a sociedade, era imputada à Sociedade Floresta Aurora. Em nenhum momento o articulista se referiu a isso como um problema a ser pensado e resolvido pela sociedade que criara tal situação. E, continuando a descrição das atividades sociais da Sociedade, diz:

Foi dentro desta meritoria pretensão que a Sociedade Floresta Aurora fez realizar o Primeiro Congresso Nacional do Negro, que reuniu negros de inumeros municípios do Estado e de várias unidades da Federação para debater seus mais importantes problemas face à conjuntura social da atualidade. E com a mesma orientação. O clube tem levado a efeito um sem numero de conferencias visando deslocar os homens de côr da margem da sociedade e dar-lhes as oportuidades de que fazem merecedores. A proposito, vale informar que até o fim do ano serão realizadas palestras de fundo educativo nas municípios de Santa Maria, Bagé, São Gabriel, Rio Grande, Passo Fundo, Cachoeira e Pelotas .

As atividades culturais eram acompanhadas de um trabalho de conscientização, através de palestras ou conferências, e se estendiam para fora dos limites da cidade de Porto Alegre. Finalizando a sua reportagem sobre uma trajetória bem-sucedida, José Monserrat Filho relata os planos da Sociedade Floresta Aurora para a comemoração do nonagésimo aniversário:

Contando com meio milhar de associados a Floresta Aurora defronta-se atualmente, com um sério obstáculo para dar pleno desenvolvimento ao seu programa de ação. O progresso da sociedade clama, em brados cada vez mais altos por melhores instalações. A sede da Rua Lima e Silva mostra-se acanhada para servir de chão aos ideais do tradicional clube. A construção de uma sede nova, mais ampla, mais

completa, à medida que o tempo passa, toma um caráter inadiável. Sentindo êste fato, a diretoria do Floresta Aurora vem de lançar, neste momento, uma grande campanha, tendo em vista angariar fundos para a construção da nova sede, cuja planta, já projetada, prevê instalações para um Jardim de Infância, Curso Primário e uma enorme biblioteca. A obra, de que consta ainda um salão de bailes de grandes dimensões, uma piscina e canchas de volei, tenis e bolão. Está orçada em alguns milhões de cruzeiros. Os membros da diretoria não ignoram estão iniciando uma empresa difícil. Entretanto, não deixam também de manifestar sua confiança no espírito de solidariedade do povo e dos poderes públicos, com o auxílio dos quais esperam ver sua sociedade, no dia 31 de dezembro de 1962, comemorando o nonagésimo aniversário na nova casa. E, certamente, hão de consegui-lo!

O otimismo dos anos registrados nessa reportagem foi inversamente proporcional ao que viria nos anos posteriores: o planejamento publicizado ficou somente na intenção. O empreendimento era muito mais difícil de realizar do que imaginaram a direção e o articulista. A mudança da sede ocorreu, entretanto, as idéias expostas ficaram apenas no plano das intenções. E, ao chegar a década de 1970, a Sociedade Beneficente Floresta Aurora enfrentou uma crise, com o afastamento dos sócios, com a falta de recursos, com problemas de infraestrutura e, ainda, com a perseguição dos moradores das redondezas, no bairro onde se instalara, Bairro Cristal, em função dos bailes “*black*”²¹⁶, muito populares à época.

²¹⁶ Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil sofre o processo de internacionalização cultural e, o setor musical foi um dos segmentos mais atingidos por este processo. Em relação à questão negra às influências vinham do movimento *Black Power*: “a década de 1960 representou mais um período de renascimento cultural na América negra, similar em alguns pontos, à Harlem Renaissance da década de 1920. Muitas instituições negras culturais e educacionais independentes, fundadas durante o movimento Black Power, durante meados da década de 1960 até o início da década de 1970. O movimento Black Power nos Estados Unidos – também registrado em alguns escritos como 'movimento da consciência negra' ou das artes negras – foi significativo por causa dos debates que gerou a respeito das estratégias políticas apropriadas que deveriam ser buscadas pelos negros. A autoria da expressão é atribuída ao presidente do Comitê de Coordenação dos Estudantes, Stockey Carmichael, que usou o termo várias vezes num discurso durante um encontro pelos direitos civis em Mississipi. Esse termo não foi definido precisamente; permaneceu vago tanto quanto ao seu significado quanto ao seu uso... Uma das primeiras tentativas de definir este conceito resultou no livro co-escrito por Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, *Black Power: The Politics of Liberation in America* (Vintave, 1967). Esses autores sugeriram que o Black Power era um conceito norte-americano que basicamente conclamava o povo negro a atuar com base no poder dos grupos organizados... O Movimento Black Power ajudou a eleger os primeiros prefeitos negros das principais cidades americanas. Vários deputados foram eleitos para o Congresso americano como resultado do movimento. ..., o período originou debates ideológicos na comunidade negra, abafados anteriormente durante o Movimento pelos Direitos Civis por causa da ênfase dada à segregação racial (Conforme: CASHMORE, op. cit. p. 89-90). Ver também LOPES, 2004, p. 536-537.

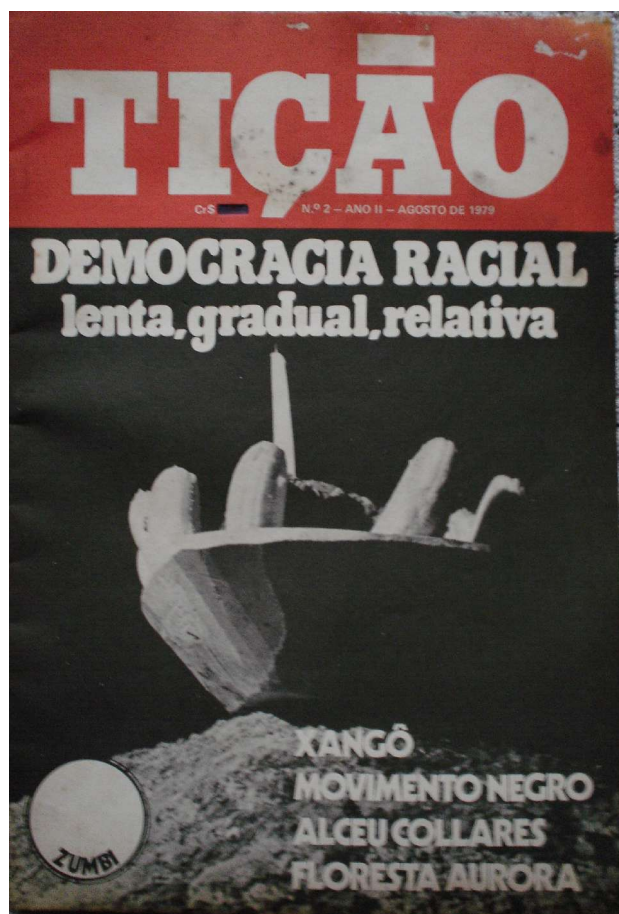
A *Revista Tição*²¹⁷, em sua segunda edição, estampava a reportagem intitulada “*Floresta Aurora, resistência apesar de tudo*”, e descreve todos os problemas enfrentados pela Sociedade, os projetos inconclusos; o carnaval dos “*Intocáveis*”, o tradicional bloco da entidade que não apresentava o brilho e o *glamour* de anos anteriores; e a abertura e o aluguel do seu espaço para não-sócios. À época, 1979, o Presidente da Sociedade, doutor Antônio Carlos Cortes, fazia a seguinte defesa sobre a “*necessidade de um clube negro*”: “*é obrigação ter-se uma sociedade negra para cultivar nossas coisas, ao passo que se houver descentralização isso não será possível. É um dever do negro conservar aquilo que é seu*”. Quanto às atividades desenvolvidas pela Sociedade Floresta Aurora, o então Presidente Antonio Carlos Cortes, fez o seguinte relato:

Estamos reunindo grupos para discutir o problema do negro... No aspecto cultural, muito foi feito, ... diversas peças foram encenadas com algum sucesso junto ao público; no carnaval sempre que possível abordávamos temas afros, com a intenção de mostrar algo engrandecedor ao público. Agora, tendo em vista mudança de imagem o Floresta está dando assistência à adoção de crianças negras por famílias negras, junto à Fundação do Bem Estar do Menor. Uma ajuda no aspecto beneficente cultural. Estamos pesquisando sobre o peão gaúcho, porque se observarmos, veremos que esta função quem desempenhou foi o negro (TIÇÃO, 1979, p. 17).

²¹⁷A Revista *Tiçã* foi uma publicação de integrantes remanescentes do Grupo Palmares, surgido em 1971, que instituiu o 20 de Novembro como O Dia da Consciência Negra. Dois números foram publicados um em março de 1978, e outra em agosto de 1979. Redação: Edilson Nabarro; Emílio Chagas; Jeanice Viola; Jorge Freitas; Nazaré Almeida; Oliveira Silveira; Walter Carneiro; Vera Daisy Barcellos; Fotógrafos: Alfredo Matias; Eneida Serrano; Guto Cruz; Jaqueline Joner; Luiz Alves; Roberto Grillo; Sílvio Alencastro; Tuio Franco; Zé Neto; Ilustradores: Ferré, Irene Santos; Juvenal Luz; Magliani Neny Scliar; Paulo Chimendes; Ricky Bois; Composição: João Alberto de Souza; Programação e Edição Gráfica: Ademir Fontoura; Ricardo Barreto; Montagem: Olmiro Lempek; Jornalista Responsável: Vera Daisy Barcellos. Estava registrada na Divisão de Censura de Diversões Públicas sob o nº 1.711 – P.209/73. (TIÇÃO: 1978, Expediente, p. 2)

Na segunda edição da Revista *Tiçã* a composição está assim apresentada: Redação: Edilson Nabarro; Irene Santos; Jeanice Viola; Jones Lopes, Jorge Freitas, Oliveira Silveira; Valter Carneiro; Vera Daisy Barcellos; Vera Lúcia Lopes. Fotografia: Eduardo Tavares; Luiz Armando; Ilustração: Aliedo Kammar; Batsow; Corvo; Edgar Vasquez; Ferré; Juska; Juvenal; Magliani; Roberto Silva; Thaís. Nesta edição aparecem os colaboradores: Ademar Vargas de Freitas; Carlos Roberto da Silveira; Dona Áurea da Oxum; José Valter Castro Alves; Maestro Lua; Sônia Torres; Roxo. Composição: João Alberto de Souza; Planejamento Gráfico: Valdir Silva e Humberto Monteiro; Montagem: Luiz Augusto de Oliveira; Luiz Gustavo Machado; e a Jornalista Responsável Vera Daisy Barcellos. (TIÇÃO, 1979, Expediente, p. 2).

Figura 24 – Revista Tição



Acervo Lúcia Regina

A redação da *Revista Tição* citava, ainda, na pauta, um dos grandes problemas enfrentados pelas organizações negras: a sua localização e a crescente resistência dos moradores em relação ao desenvolvimento de suas atividades que chegou ao extremo:

Saul dançava no Floresta. A vizinhança não gostava dos bailes. Ele morreu. O criminoso: o preconceito racial. Saul Costa Carvalho foi morto na madrugada do dia 22 de outubro quando saía de um baile do Floresta Aurora. E como não bastasse o assassinato, a defesa do criminoso foi feita através dos chavões do preconceito racial (TIÇÃO, 1979, p. 17).

Diante de acontecimento tão contundente, e para se contrapor à Associação de Moradores do Cristal, bairro onde estava localizada, à época, a Sociedade Floresta Aurora, que

encaminhara memorial à Secretaria de Segurança Pública solicitando o fechamento da mesma, o Presidente Antônio Carlos Cortes fez a seguinte denúncia:

Além do preconceito racial, há a especulação imobiliária por detrás de tudo isto. Se houvesse cerceamento de promoções no Floresta como queria o memorial entregue ao secretário de segurança, seria uma maneira de forçar o fechamento do clube e, em consequência, a venda do terreno. Querem fechar todas as sociedades negras do Estado (TIÇÃO, 1979, p. 16)²¹⁸.

A situação explícita de racismo encobria uma situação vivida pela população negra na cidade de Porto Alegre, que progressivamente, de acordo com o processo de modernização e urbanização foi transferida para bairros mais distantes, como aconteceu com a própria Sociedade Floresta Aurora, transferida da rua Lima e Silva, no bairro Cidade Baixa, para o bairro Cristal, na zona Sul.

Continuando a crítica, a *Revista Tição*, chamava a atenção para a consciência e o entendimento dos frequentadores da Sociedade Floresta Aurora para tão trágico acontecimento:

Na verdade, a morte de Saul veio a confirmar uma situação de racismo tão encoberta quanto o crime. A comunidade negra entendeu o acontecimento e, principalmente, os jovens que chegaram a uma conclusão: dançar soul music incomoda racistas mal-humorados, que por terem cor da pele mais clara são defendidos ao atirar em quem se diverte no fim-de-semana (TIÇÃO, 1979, p. 17).

Frente à crise enfrentada naquela época, havia também uma exposição da *Revista Tição* relacionada à invasão da música estrangeira, pela Sociedade Floresta Aurora, no sentido de elucidar a controvérsia entre a tradição do carnaval e do samba versus o “*Black Soul*”²¹⁹. Assim, foram expostas a posição do então presidente Antônio Carlos Cortes, que descreveu a

²¹⁸ Na mesma reportagem, uma integrante do grupo AFRO Vinte de Novembro, Maria Oscarlinda Mathias Rosa, descrevia a versão dos companheiros de Saul Costa Carvalho, o rapaz assassinado, sobre o ocorrido: “Os rapazes não estavam jogando pedras nas casas, mas somente entre si. Uma delas atingiu por acaso a casa do comerciante Marcelino Dalcon, que deu três tiros para matar Saul. Ele estava brabo, porque quem ia ao baile do Floresta preferia o “trailher” de cachorro quente perto do clube e não aquele onde ele é sócio” (TIÇÃO, 1979, p. 17).

²¹⁹ “*Soul Music*. Nome criado para designar o gênero de música norte-americana resultante da transformação do *rhythm'n' blues*, na virada dos anos de 1960 para 1970, em um produto supostamente mais sofisticado e ao gosto da emergente classe média negra, principalmente por meio do trabalho do produtor Berry Gordon Jr.” (Conforme LOPES, 2004, p. 629).

situação da Sociedade, na citação acima, e, também, a seguir, a opinião de alguns freqüentadores dos bailes, os quais falam sobre as razões que os levavam a freqüentar os bailes:

Michele Suzi – 15 anos – estudante – sócia. - Eu faço parte da discotéque e acho isto aqui no Floresta uma loucura. Eu e minhas amigas curtimos adoidado. Acho que a discotéque uma forma da gente se comunicar. Mesmo assim, está faltando muita coisa. O que o pessoal mais comenta é que a pista nunca poderia ser de cimento. Se fosse parquê seria melhor não levantaria tanta poeira. Eu gosto de som *soul*, é melhor que o samba. Eu como sou brasileira gosto mais do que é lá de fora, só gosto de música americana. Acho que o estrangeiro é que deve gostar de samba.

Paulo Rogério Santos Carvalho – 17 anos – estudante – não-sócio. - Acho o Floresta uma sociedade legal, mas acho que ela deveria ter mais áreas de lazer, como uma cancha de tênis, piscinas, enfim, tudo que é comum nos outros clubes e está faltando aqui. Para a nossa geração é isso que interessa.

Miguel Arcanjo – *Barão Junior* – programador de som – 21 anos – não-sócio - Floresta é um barato e o lugar mais freqüentado pela turma *black*. Acho sensacional, porque significa um momento de união de toda a raça. Acho melhor dizer *black* do que simplesmente negro porque chama mais. Não sou contra o samba, mas o *soul* é um ritmo forte. O que falta aqui é um recinto maior para poder agüentar todo este pessoal. (TIÇÃO, 1979, p. 17).

Todavia, o novo direcionamento da Sociedade Floresta Aurora, com o estabelecimento da “*Mansão Black*”, no dizer do ex-presidente senhor João Braga não era motivo para o afastamento dos sócios e o movimento assemelhava-se “à denominação que era usada na minha juventude – *Floresta Boca 18*” (TIÇÃO, 1979, p. 17). Apesar do incômodo de alguns o movimento estava dentro de um contexto em que as novas tendências culturais poderiam ser utilizadas em benefício da manutenção da Sociedade, como afirmava o presidente doutor Antônio Carlos Cortes.

Enlouqueci: assumimos uma dívida enorme. Hoje graças a Deus os 300 mil cruzeiros baixaram para 40 mil cruzeiros, com a promoção dos jovens. ... mantivemos esse movimento Black, mas é uma fase passageira. Um mal necessário, uma receita mais viável a curto prazo (TIÇÃO, 1979, p. 17).

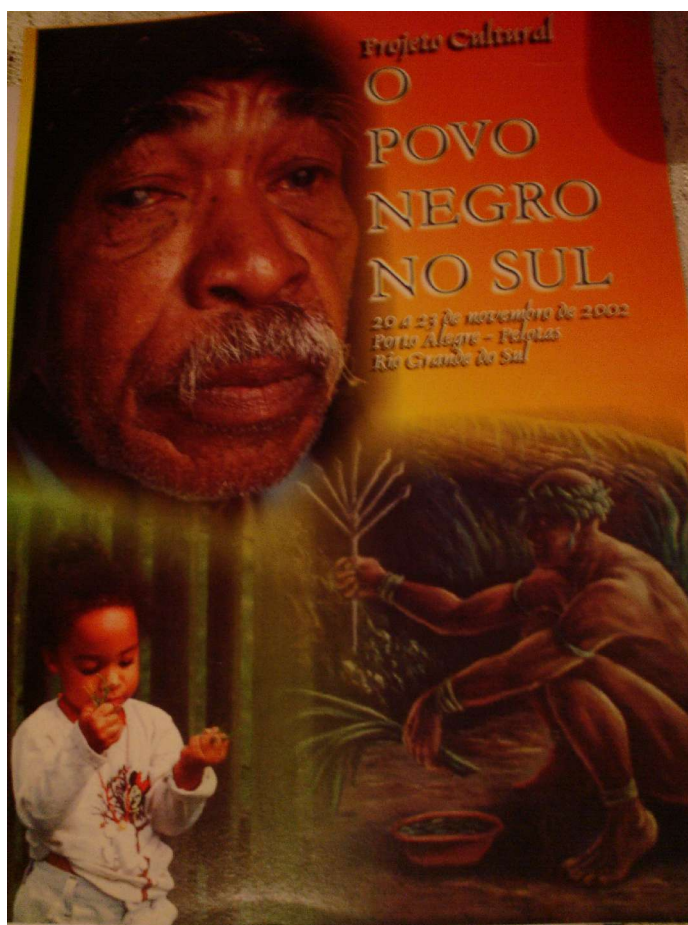
A Sociedade Floresta Aurora sobreviveu aos bailes até o final dos anos de 1980, quando ocorre o declínio - *da fase passageira* – como se referia o presidente Antônio Carlos Cortes, e com ela as dívidas se acumularam. Uma medida radical contornou, em parte, as dificuldades: a troca do terreno por outro em uma zona nobre da cidade, a Zona Sul, bem distante da área

central da cidade, para a felicidade da vizinhança do Bairro Cristal, mas que garantiria a manutenção da Sociedade com melhores e mais adequadas instalações.

Ao chegar a década de 1990, a Sociedade Floresta Aurora passou por uma nova fase. O acontecimento mais significativo aconteceu com a mudança de sua sede, e ocorreu, também, uma reestruturação das atividades. Com o fim dos bailes “*black*”, houve o reencontro dos sócios com o clube, tornando mais sistemáticas as atividades internas. Foi feito o redimensionamento dos departamentos, propiciando a realização de atividades mais engajadas politicamente. O então presidente, em 2002, senhor Sérgio Luiz Fonseca, por ocasião da realização da primeira edição do *Projeto Cultural O Povo Negro no Sul*, em parceria com a Associação Rio-Grandense de Imprensa - ARI, assim se expressou:

A parceria com a Associação Rio-Grandense de Imprensa, entidade que goza da maior respeitabilidade na sociedade civil, veio consolidar nossos propósitos de desenvolvimento na área cultural. A riqueza cultural e a colaboração da população afrodescendente no desenvolvimento do Estado e do país é algo inegável e deve ser trazido e explorado por todas as entidades organizadas que têm responsabilidade social. Uma de nossas metas é ... caminhar de braços dados com a sociedade civil, através de entidades de classe, associações de moradores, associações culturais, organizações não-governamentais, sindicatos, empresas privadas, poder público etc. (Presidente Sérgio Fonseca, in: O POVO NEGRO NO SUL, 2002, p. 7).

Figura 25 – O Povo Negro no Sul - 2002



Acervo Lúcia Regina Brito Pereira

Esse evento contou com a presença do senhor Ministro da Cultura, à época, Francisco Weffort, e apresentação do Projeto na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, resultando em uma publicação comemorativa, na qual constavam textos de vários autores²²⁰ versando sobre a cultura negra nas diferentes áreas. O presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa, senhor Ercy Pereira Torma, assim se pronunciou em relação à parceria com a Sociedade Floresta Aurora e a importância da realização do evento:

²²⁰ Participaram da publicação: Euzébio Assumpção, Agostinho Maria Dalla Vecchia, Ester Judite Bendjouya, Beatriz Ana Loner, Mário Osório Magalhães, Carmen Lúcia Castro, Mário Maestri, Paulo Ricardo Moraes, Décio Freitas, Jorge Manoel Adão, Oliveira Silveira, Ireno Jardim, Lourdes Concílio Machado, Pedro Homero, Giba Giba, Demonsthenes Gonzáles, Sérgio da Costa Franco, Luis Carlos Machado, Ronald Augusto, Jorge Fróes, Maria Helena Vargas, João Batista Rodrigues (PROJETO O POVO NEGRO NO SUL, 2002).

O Projeto Cultural 'O Povo Negro no Sul', que num primeiro momento busca homenagear a Sociedade Floresta Aurora, que agora comemora 130 anos de atividades.

A iniciativa representa um esforço da ARI no sentido de valorizar e promover a integração cultural e racial, com destaque para a comunidade negra. Com este objetivo, o projeto oferece a oportunidade especial de que temas relevantes possam ser abordados amplamente, ao lado de colocar à disposição da comunidade espaços nobres para mostra da cultura e da arte do Povo Negro do Sul. O evento não se encerra nesta única realização, pois a ARI sonha em desenvolver novos projetos envolvendo outros segmentos da população que hoje enriquece o nosso Estado (O POVO NEGRO NO SUL, 2002, p. 5)²²¹.

Além da Sociedade Floresta Aurora, o Clube Náutico Marcílio Dias foi, no período de sua existência, também de grande importância para a cidade de Porto Alegre, em especial para a comunidade negra. O senhor José Domingos Alves da Silveira, Diretor de Patrimônio do clube por três anos, nos relata como chegou ao Clube Náutico Marcílio Dias.

Não, eu não sei dançar, é raro negro não saber dançar, então de clubes eu era sócio da Floresta, tenho o título da Floresta Aurora, nunca mais me procuraram, não me cobraram mais nada, tenho o título, aí mas acho que não vale mais nada nesta altura ...então lá na Aeronáutica, o finado Rubens Fonseca, que era cabo da Aeronáutica, aliás os familiares dele, os irmãos todos os Fonseca eram militares, dois do exército e ele da aeronáutica, me levou para o Marcílio Dias, teve uma duração efêmera (SILVEIRA, 2005).

A preocupação com a falta de documentação das organizações, e a partir da sua experiência em arquivar material no trabalho na Aeronáutica, o senhor José Domingos da Silveira, que sempre teve gosto pela organização de documentos, diz que a sua indicação para Diretor de Patrimônio foi devido ao cuidado que tinha com o patrimônio do Clube.

Durante o meu período lá, eu juntei tudo isto, três anos... fui indicado pelo finado Rubens Fonseca, que era cabo lá da Aeronáutica, ele me convidou e eu fui, integrei o grupo lá, batalhando sempre. ... Foi um clube que teve, é lamentável, a gente sente né, o problema do negro, que pena, eu sempre gostei de organização, tudo, batalhei para, ... olha os barcos estavam atirados, eu dormia no clube, e começaram a ver o meu desempenho, me observar... (SILVEIRA, 2005).

²²¹ Nova edição do Projeto O Povo Negro no Sul foi realizada de 18 a 20 de abril de 2006, a Sociedade homenageada foi a Sociedade Satélite Prontidão, e ocorreu na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e nas dependências da Sociedade.

O doutor José Luiz Pereira da Costa nos relata a visão de órgãos da imprensa e de jornalistas que manifestavam visível simpatia pelo Clube Náutico, o qual tinha, entre seus objetivos, o esporte como processo educativo:

Nós tínhamos defensores aguerridos jornalistas importantes²²², mas apesar disso refletia um determinado momento, ... Marcílio Dias e a imprensa em geral, que não envolve só o nosso jornal estávamos na metade do século XX, o cuidado com o pensamento de expressões politicamente corretas iria ser preocupação trinta ou quarenta anos adiante..., portanto quando um importante jornal de Porto Alegre registrando um impacto social que significava o Clube Náutico Marcílio Dias e colocava como manchete um clube de alma branca, iria em verdade, incensar aqueles jovens negros que estavam revolucionando o esporte nas áreas em que se metiam, que o faziam sujeito corrente na sociedade em que viviam. Então o que eu disse, o que eu quero dizer com essa introdução, com a reprodução de uma série de artigos daquele jornalista Englert, é a visão deles, sem maldade nenhuma, aqui ele estava incensando, estava estimulando aqueles jovens, mas quando ele traz a expressão de clube de alma branca, lá há quarenta anos atrás, quando não se pensava politicamente correto, mas já trazia no fundo isso que nós hoje chamamos de politicamente incorreto, quer dizer... não era uma coisa com maldade, ele fazia aquilo, não ao contrário, ele estava incensando, estava idolatrando aqueles grandes esportistas, jovens brilhantes esportistas que estavam surgindo ali (COSTA, 2006).

O senhor José Luiz Pereira da Costa, diz que os tempos eram outros, e defende a posição do articulista, que foi ingênua, e usava um termo corrente e que a sociedade hegemônica defendia, ou seja, para ser bom e organizado o Clube, seria o reflexo das organizações brancas, além do que, *“Então o que eu estou querendo dizer: é o seguinte é que a leitura disso ai vai mostrar que a nossa visão não saia no jornal, porque nós não escrevamos em jornal naquele tempo”* (COSTA, 2006).

A criação de um Clube de negros, versado em esportes náuticos que até então era praticado exclusivamente por pessoas brancas ligadas aos clubes tradicionais da cidade de Porto Alegre, foi registrado na *Revista Tição*, anos mais tarde.

Náutico Marcílio Dias, que na fundação já encontrava problemas. As famílias negras sonhavam com seus filhos navegando pelas águas do Guaíba e nem pensavam que para realizar tais desejos era necessário dinheiro. Como o negro não se encontrava nunca nas melhores posições financeiras, o clube náutico Marcílio Dias nasceu recebendo presentes. Sua flotilha de cinco barcos foi organizada através de doações

²²² Entre eles, o jornalista Engelke Filho que publicou na coluna *“Respingos Náuticos”*, no **Diário de Notícias**, várias reportagens sobre o Clube Náutico Marcílio Dias, inclusive, saindo em defesa do clube quando do processo de tentativa de ingresso na Federação Náutica do Rio Grande do Sul. Segundo depoimento do senhor José Domingos Alves da Silveira, o jornalista era muito amigo do senhor Heitor Nunes Fraga e também freqüentador do clube.

dos clubes náuticos da cidade, que cederam seus barcos mais antigos (TIÇÃO, 1978, p. 18).

Essa é uma visão de articulistas negros contrária à empolgação demonstrada pela grande imprensa e descrita pelo senhor José Luiz Pereira da Costa. Em relação à grande imprensa, a participação de articulistas negros era mínima, ou quase nenhuma. Por isso, o entendimento de que as coisas relativas à comunidade negra eram selecionadas e interpretadas do ponto de vista daquela. Quanto aos negros articulistas que trabalharam em jornais de repercussão na cidade de Porto Alegre, o senhor José Luiz Pereira da Costa fez a seguinte referência:

Eu fui um dos primeiros, não fui o primeiro, teve gente antes de mim, teve o Elói dos Ângelos²²³ que escreveu antes de mim. Mas não foram muitos, o espaço que eu tive no Correio do Povo, poucos tiveram. Eu tinha ...todos os domingos no Caderno D, vamos chamar assim, no Segundo Caderno no Correio do Povo, que era o Correio daqueles grandes, uma página inteira, eu tive espaços nobres e transmitia ali a nossa, a minha visão, e no jornal nunca me falaram nada, nunca houve restrição de espécie alguma. Então, ali nos começávamos ter a oportunidade de pensar o que nós não tínhamos, nessa fase 1950, por ai. Então, uma leitura disso vai mostrar como era a sociedade na nossa visão, naquela época, uma coisa que não é fácil de encontrar, talvez seja até impossível de encontrar, fora disso acho que não tem registro, que eu saiba não tem este tipo de registro (COSTA, 2006).

Outro ponto importante nesse depoimento refere-se à questão da identidade e quais eram as aspirações dos integrantes, à época, com a constituição do Clube Náutico Marcílio Dias, e o seu posicionamento frente à sociedade ampla.

Nós não tínhamos tempo de pensar neles. Nós tínhamos uma vida cheia, nós tínhamos tudo que queríamos, pro nosso universo. Nós não estávamos sonhando em ter piscina, nós não estávamos sonhando em dançar no baile de debutantes da Leopoldina Juvenil. Nada disso, isso era um universo do qual não nos interessava. Não é uma questão, porque tem uma coisa que não te interessa, tu sabes o que tu quer, não era nem o caso, não existia, nós naquela fase, eu estou sendo sincero, não é Marta?²²⁴ Naquela fase nós nos bastávamos. ... Nós vivíamos em alto astral, em altíssimo astral (COSTA, 2006).

²²³ O doutor Elói dos Ângelos, “Em sua vida profissional estive em várias áreas, como nas artes gráficas, e foi linotipista do Correio do Povo. Em 1959, começou a trabalhar como jornalista no jornal do Dia. Já há vários anos é advogado... Sua militância é rica. Na Associação Satélite Prontidão, atuou em diversos departamentos, hoje faz parte do Conselho Deliberativo, tendo sido, por dois anos, presidente desta entidade. Nesse período batalhou pelo curso pré vestibular 'Zumbi dos Palmares'... No extinto Clube Náutico Marcílio Dias foi presidente do Conselho Deliberativo e presidente da entidade. Incentivou coral e grupo de teatro nessa entidade”. Conforme: FAGUNDES, Fabrício. “Doutor Elói dos Ângelos – Um Batalhador”. A redação faz parte do livro resultante do “Concurso de Redações Personalidades Negras do Rio Grande do Sul”, realizado no ano de 2005/2006, por MARIA MULHER – Organização de Mulheres Negras (PEREIRA (org), 2006, p. 47- 48).

²²⁴ Senhora Marta Martins da Costa, esposa do doutor José Luiz Pereira da Costa.

A posição otimista do nosso entrevistado demonstra a ousadia que tiveram aquelas pessoas ao criar um Clube de esportes em uma sociedade que proibia o acesso dos negros aos seus clubes. Ousadia pelo enfrentamento da situação discriminatória que gerou a admiração de uns — alguns jornalistas da grande imprensa e de alguns clubes que fizeram a doação da flotilha de barcos. Entretanto, essa ousadia foi percebida por outros que a todo custo tentavam impedir o andamento das atividades do Clube Náutico Marcílio Dias.

O Marcílio Dias encontrou problemas para se filiar na Federação Aquática do Rio Grande do Sul, que se negava a ter como filiado um clube formado apenas de negros. A reação contra a discriminação racial mais uma vez não soube distinguir e equivocou-se vergonhosamente, acreditando ou fazendo pensar que os negros quisessem praticar navegação poderiam se associar nos clubes que se dedicavam a este esporte, mas que eram de brancos (TIÇÃO, 1978, p. 18).

Outras preocupações também faziam parte do universo daqueles jovens: a vontade de saber e aprender. Em função disso, entre uma atividade e outra, ou comemoração de aniversário do Clube, sempre estavam incluídas palestras de formação.

Não se precisa fazer a espécie de um preâmbulo para dizer que se faz palestras que vai cinco pessoas, dez pessoas é uma maravilha, nós conseguimos encher lá nosso ambientezinho, com estes palestrantes, que tu estás falando, doutor Aimoré, o pessoal ia, a gente ia lá. Esse é o detalhe, tinha esse grupo de jovens que estavam numa fase de beber, de querer aprender coisas, então a gente ia pra lá, também não tinha outro lugar pra ir (COSTA, 2006).

A visão dos próprios integrantes do Clube Náutico Marcílio Dias sobre a vida e a sociedade, ficou registrada nas páginas amareladas dos jornais editados pelo Clube: o *Em Dia* e a *Voz Marciliense*, este datilografado pelo senhor José Domingos Alves da Silveira, diretor de patrimônio, e apresentado em forma de mural. O jornal *Em Dia* era editado pelo senhor José Luiz Pereira da Costa que tinha já um histórico, desde a década de 1940, na edição de jornais.

Eu fazia todo o jornal. Eu sempre tinha uma carreira assim de jornal na minha vida. Eu tinha trabalhado na época que eu estava no ginásio, nós tínhamos um jornal na UGES, União Gaúcha de Estudantes Secundários, na minha fase eu é que fazia o jornal da UGES, depois na faculdade de Direito, tinha o jornalzinho da faculdade de Direito, da UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], eu era também lá

do jornalzinho, em suma, por onde eu andava, sempre estava envolvido ou criava um jornalzinho (COSTA, 2006).

A edição do jornal *Em Dia*, segundo as palavras do doutor José Luiz Pereira da Costa, era uma homenagem ao senhor José Domingos Alves da Silveira. E a importância desse material reside em ser um dos poucos registros impressos sobre o Clube Náutico Marcílio Dias, cuidadosamente guardados pelo senhor José Domingos Alves da Silveira, os quais nos possibilitaram fazer uma incursão pela história do Clube, e também,

a importância da leitura desse material, que registra um período da história do clube, acho que transcende, ela registra um período da história de Porto Alegre na nossa visão, porque naquele tempo nos tínhamos..., nos recortes que o José Domingos me lançou, ... ele pode representar uma leitura do momento racial, social de Porto Alegre, talvez do Rio Grande do Sul e até um fragmento do Brasil neste período (COSTA, 2006).

Quanto à autoria da *Voz Marciliense* e ao nome do jornal na primeira edição do *Em Dia*, o doutor José Luiz Pereira da Costa, fazia uma deferência ao antigo editor do jornal,

A Voz Marciliense

Este foi o nome do primeiro jornalzinho, a ser impresso no C.N. Marcílio Dias, neste Jornal uma figura de ‘bôa gente e abnegado sócio’ nosso Amigo José Domingos, embora hoje não possa mais colaborar conosco diretamente, pedimos para que no EM DIA, continue sua obra iniciada na VOZ MARCILIENSE, e que por motivos que lhe são particulares ou mesmo por dificuldades particulares ou mesmo por dificuldades surgidas teve que por um ponto final (Em Dia Porto Alegre, 15 de out de 1955. Ano I, número 1)²²⁵.

Na edição do “*Jornal a Voz Marciliense Em Dia*”, em 15 de janeiro de 1956, o doutor José Luiz Pereira da Costa fez uma homenagem ao precursor e editor, senhor José Domingos Alves da Silveira, retomando assuntos editados no ano de 1953, na *Voz Marciliense*, ao descrever como era feita a edição do informativo:

Assim, estava constituído em 1953, o 'A Voz Marciliense', Jornalzinho feito a maquina de escrever, e posto para leitura no placard da séde.

Para quem conhece conheceu êste jornal, por certo admirou o trabalho notável do Sr. José Domingos Alves da Silveira. A paginação do jornal era simplesmente notável, apareciam sempre nas pagina gravuras; os inícios dos parágrafos eram sempre com letras góticas ressaltando o mesmo.

²²⁵ Por um período o jornal foi editado com os dois nomes: “*A Voz Marciliense Em Dia*”.

A saudade dêste jornal durou alguns meses, ou anos, porém não com a mesma felicidade do anterior, mas ressurgiu e pretende viver por mais alguns anos, com a ajuda exclusiva dos sócios e é claro SE DEUS QUIZER.

'Organizado pela Redação do Em Dia' ('A VOZ MARCILIENSE' EM DIA: 15 de janeiro de 1956 – ano I – nº 7).

Na segunda edição de “*A voz Marciliense' Em Dia*”, o doutor José Luiz Pereira da Costa, na “*Última Fôlha*”, que assim está apresentada, encontramos, por ele assinado, o artigo “*Eu no Marcílio Dias*”, em que descreve a sua chegada a esta Sociedade.

Ao deixar o Colégio Nossa Senhora das Dores, época em que eu estava passando para a idade em que é necessário um pouco mais de recreação. Neste dia, senti falta de algo que nas tardes de sábado, pudesse me reconfortar após uma semana de trabalho e de estudos, faltava algo que nas minhas tardes de domingo, após a missa, para mim tradicional, pudesse estar em boa companhia, enfim faltava algo que eu pudesse estar ... tranqüilo, feliz e com alegria.

Para todas estas lacunas de minha vida de então recém 'chegado' surgiu um nome que para mim jamais será esquecido; CLUBE NÁUTICO MARCÍLIO DIAS.

Num dia 26 de dezembro do ano de 1953, fui aceito como sócio dêste Clube, momentos de estranheza para mim, recém associado, foi a boa atenção prestada pelos associados em geral, mormente a 'truminha' que embora não meus conhecidos, prontificavam-se em mostrar-me o nosso Marcílio Dias.

Dez horas após minha admissão, ou melhor, após o recebimento da comunicação bem como a carteira social, compareci ao meu primeiro baile. E para mim, foi realmente algo notável, aquêlê salão todo muito bem ornamentado, os sócios sendo bem recepcionados na entrada. Enfim tudo para mim era algo de notável. Iniciou-se a dança e eu esqueci-me de uma recomendação ... recomendação esta que dizia para mim ter cuidado com algumas senhoritas, pois as mesmas gostavam de dar 'tabua' (para mim vocábulo novo), sim esqueci-me realmente da recomendação e comecei a dançar (muito mal é claro). Porém surpreso notei no findar do baile, que não tinha levado nenhuma tabua (vocábulo já conhecido).

Passou-se o baile, então já era mais conhecido na sede. Todos os sábados e domingos, lá estava eu ou jogando pig-pong ou então remando. Mas fato que ainda causava-me admiração, era o do bom trato que tive da parte dos meus atuais amigos, aliás tenho notado agora que, meu caso não foi exclusivo, todos os sócios novos são bem tratados. Estes fatos passaram e chegou o dia em que pela primeira vez fui chamado a servir o Clube, trabalhei durante o mês de fevereiro como ajudante na copa ao lado do 'patrão' Sr. José Fonseca.

Para mim, trabalhar ao lado de quem quer que seja, mas em favor do C. N. Marcílio Dias, sempre será motivo de alegria pois desta forma estarei pagando àquele que foi o passe entre duas fases de minha vida.

José Luiz Pereira da Costa (A VOZ MARCILIENSE EM DIA, 1º novembro de 1955, Ano I – nº II).

O Jornal ‘*A Voz Marciliense' Em Dia*, trazia a *Coluna do Presidente*, em que ele apresentava um assunto para a reflexão sobre a importância do Clube sobre seus integrantes em relação à sociedade.

Porque vive o Marcílio Dias...

Num país onde seus componentes, não constituem um único coeso bloco, a lutar com só e exclusivo, ou seja o bem comum de todos, a que conclusão se chegar?

Da mesma fôrma se numa Entidade, isto não acontecer, fatalmente a que conclusão chegaremos?

Mas felizmente para todos, existe em Pôrto Alegre, uma Sociedade formada e dirigida na sua quase totalidade por elementos que a Biotipologia classificada de 'melanodermos', e que vulgarmente são denominados de uma maneira vaga 'gente de cor'. O objetivo desta Sociedade é bem claro e não admite sofismas, não visa ela a desagregação de homens que habitam a mesma terra, tem os mesmos hábitos, por conseguinte pois, os mesmos ideais, comungando nos mesmos sentimentos; visa desta forma ela que êstes homens estejam em – igualdade de condições em tôdas as oportunidades... porque se examinarmos atentamente êste fator, veremos a verdadeira concepção, nua e crua, assim como o legista, vê a causa fatal. As oportunidades a que nos referimos acima, são as condições satisfatórias e rudimentares da vida comum, desejada arduamente por todos os seres humanos, mesmo aquêles que se dizem ou que se fazem indiferentes, mas que no 'Ego' guardam magoa profunda de ter a natureza lhes dotado com uma côr na pele. E, nestas condições os homens de côr só conseguirão no dia em que tôdos êles compreendam que a 'UNIÃO FAZ A FORÇA'. Antes disso, tudo são fôlhas soltas ao vento.

Os indiferentes façam uma análise profunda disto, não é bastante procurarmos o desenvolvimento individual, precisamos do coletivo porque êste é o meio ambiente que se nos apresenta, e quando êles se unirem, seja em que circunstâncias forem, sentiremos o seu despertar demorado... é verdade, mas nunca tarde.

Voltaremos no assunto, por hoje somos forçados a ceder ante a ameaça da guilhotina implacável, que se nos apresenta o jovem e dinâmico redator responsável.

Escreveu: José Fonseca. ('A VOZ MARCILIENSE' EM DIA, 1º novembro de 1955, Ano I – nº II, grifos no original).

Em sua coluna, o Presidente José Fonseca, ao mesmo tempo em que conclamava aos “*homens de côr*” a unirem-se, a terem atenção para com a coletividade, explicita que esta união é uma necessidade em vista das condições desprivilegiadas da comunidade negra na sociedade e, também, que isto não significava separatismo.

Em 15 dezembro de 1955, a denominação do periódico A Voz Marciliense do Clube Náutico Marcílio Dias aparece como *Em Dia*, e nele encontramos uma chamada para os jovens no Editorial, com o título “*Vamos nadar?*”, que descreve todos os benefícios da prática desse esporte tanto para os sócios quanto para o Clube.

Nem só de pão vive o homem', um provérbio antigo e certo, pois, êle traduz uma afirmação categórica, líquida e verdadeira, que, todo ser humano, além de sua substância física, necessita de muitas realizações ou atividades para poder completar-se e desenvolver sua capacidade, tanto na parte cultural, social, como na esportiva, estamos todos nós sujeitos a sermos os grandes vencedores, bastando para isso, que nos dediquemos com vontade férrea de lutar e vencer.

Talvez, o leitor não saiba, que a Diretoria do Clube, inscreveu-se na Federação Gaúcha de Natação, como sócios fundadores da mesma, e, que num futuro bem próximo nossos atletas estarão competindo com os demais co-irmãos da capital; mas para tal necessitamos da colaboração todos os associados, que na preparação deste Departamento, que é a principal finalidade do Clube (junto com o remo) que na filiação de jovens, moças e rapazes, e estimulá-los na pratica deste esporte tão salutar.

.....

Aqui fica portanto, o nosso convite, a vocês jovens e moças marcilienses... (EM DIA, 15 de dezembro de 1955, Ano I – nº 4.).

Em janeiro de 1956, o *Jornal Em Dia*, trazia a informação da inauguração da biblioteca e da discoteca do Clube Náutico Marcílio Dias:

foi motivo de satisfação, sem duvida, a inauguração de nossa biblioteca e Discoteca. Com uma solenidade, ficou marcada nos anais de nosso Clube o início de mais um órgão de tanta importância na vida ativa de qualquer sociedade (EM DIA, 1º de janeiro de 1956, Ano I – nº 6).

Em relação à criação do Clube Náutico Marcílio Dias, o doutor José Luiz Pereira da Costa nos dá pistas da forma solidária com que os integrantes se uniram e se cotizaram para a construção da sede, dividindo-a em três fases, na primeira delas

nós não tínhamos absolutamente nada, e esse é o momento mais ou menos do Zé Luiz. Nós não tínhamos absolutamente nada e tínhamos que fazer um clube, estou me incluindo, mas eu não era parte ainda, o nós que eu quero dizer é a nossa comunidade. Então, nós não tínhamos nada e fomos capazes de pedindo aqui, pedindo ali construir dois barracões, ...arranjamos barcos emprestados para praticar esportes, doados. Então nós não tínhamos nada éramos pobres, não tínhamos nada, esse era o primeiro momento (COSTA, 2006).

A idéia de unidade transparece na “*Coluna do Presidente – A elevação do Negro pela Cultura*”:

Quando se fala em elevação do elemento de côr, geralmente ocorre-nos a elevação em conjunto, nós não temos lembrança de vermos ou ouvirmos falar em elevação do elemento negro na sociedade, pelo modo individual de progressão na vida, ou seja a aquisição ou aperfeiçoamento dos conhecimentos rudimentares necessários ao desenvolvimento de qualquer ente humano que possibilitou a humanidade atingir o grau do progresso do século que atravessamos. Dizemos isto porque desde a época em que tivemos a oportunidade de freqüentar as sociedades do meio ambiente em que vivemos, muito temos podido observar a reação individual quando se fala em certas coisas que por incrível que pareça ainda são abstratas a quase totalidade dos homens de côr .

Se assim falamos é porque tivemos a oportunidade de sentir isto na experiência, na própria carne, consciência nos acusava quão pouco desenvolvidas estão as faculdades intelectuais de que a natureza nos dotou e quão pequenos somos ante um simples mestre de ensino secundário.

Poderemos subterfugar ao nos dirigir ao mestre, poderemos mesmo levar-lhe a palmo em alguma coisa, mas nunca poderemos mostrar a ele, o que não sabemos, e isto não será preciso dizer-lhe ele verá estampado em nossos humildes e traidores olhos muito embora a altivez de nossa aparência tente negá-la.

Este assunto é um tanto enjoado, mas alguém precisa nele falar, é necessário, caros leitores que propugnemos pela elevação do elemento de côr, mas é necessário também que o elemento de côr se empenhem pelos seus dotes de cultura, cultura esta somente adquirida nos bancos escolares.

Vamos estudar minha gente.

Escreveu: José Fonseca. ('A VOZ MARCILIENSE' EM' DIA, 1º de fevereiro de 1956, nº 8).

A preocupação com a educação aparecia sistematicamente nas páginas do “*A Voz Marciliense' Em Dia*”, seja na conclamação para os associados se empenharem nessa empreitada, seja para denunciar atos arbitrários de cerceamento ao desempenho de estudantes negros por parte de professores ou estabelecimentos de ensino. Na “*Coluna do Presidente, A Elevação pela Cultura*”, encontramos a seguinte denúncia:

Os jornais publicaram a dias atrás, uma notícia que a todos deixaram perplexo, tratava-se de um menino de côr, cujos pais tiveram que ingressar com uma questão em juízo, afim de que o menino possa freqüentar um estabelecimento de ensino, que pelo visto é reservado a pessoas humanas, mas que não sejam pretas, transformando desta maneira a faculdade do aprendizado a elementos de outra epiderme. Isto acontece aqui, no nosso querido Brasil na democrática e acolhedora cidade de são Sebastião do Rio de Janeiro. Como será então no interior dos estados, onde em algumas cidades, o negro é olhado como animal estranho, coisa assim parecida como um ser vindo da lua... (‘A VOZ MARCILIENSE’ EM DIA, 15 de fevereiro de 1956, nº 9).

O mesmo artigo mostra o movimento acontecido na Universidade do Alabama, nos Estados Unidos, cuja população negra, em números proporcionais, era menor que a do Brasil, mas, lá, através de protestos, haviam conquistado direitos em muitas escolas e universidades.

Agora chega a notícia de que na Universidade do Alabama, Tusealose E.U.A. a jovem Autherine Lucy quebrou um 'tabu' que durou 136 anos; quando se matriculou na dita Universidade... mas o fato se evidencia ao sabermos que esta atitude da jovem Lucy provocou naquela Universidade a pratica de uma serie de providencias e manifestações contrarias a sua permanência na Escola, que forçou mesmo a Reitoria a mobilizar a guarda nacional e ameaçar a suspensão das aulas, a fim de que a Srta. Lucy para fazer uso e desenvolver aquilo que até hoje 'homem de nenhuma côr' foi capaz de crear.

Mas êstes fatos em países onde a desigualdade populacional de elementos negros, representa alguma coisa nas estatísticas oficiais; países onde a escravatura já de longa data foi abolida, mas que foi preciso os seus governantes por medidas subseqüentes cobrar em pé de igualdade atravez de leis e decretos, homens que nasceram numa mesma porção de terra no século em que celera a materia, porque o espírito, êste continua vivendo na época do Pai Tomaz no norte e Zumbi dos Palmares no Sul.

Caros leitores do EM DIA, nós elementos negros, que vivemos o drama da côr iremos êste ano si Deus quizer, empenharmo-nos profundamente no desenvolvimento da cultura de nós mesmos, pedimos a todos que colaborem conosco, que façam ver aqueles que possam estudar, quer já tenham iniciado ou não, que devem faze-lo, pois cultura só se adquire sentados nos bancos escolares, não se deixem levar por falsas aparências, ela engana as vezes mas não sempre.

Não nos devemos envergonhar de enfrentar um 'magister' seja êle mais moço ou menos experimentado no campo da vida do que nós, êle tem o que nós não temos e jamais adquiriremos se não procurarmos aprender com êle, e a experiência da vida o tempo lhe dará.

'Vamos estudar minha gente'

Escreveu: José Fonseca (‘A VOZ MARCILIENSE’ EM DIA, 15 de fevereiro de 1956, nº 9).

Os concursos realizados no Clube Náutico Marcílio Dias tinham o objetivo de proporcionar um amplo entrosamento entre os associados. Em fevereiro de 1956 aconteceu a “Olimpíada Ademar Silva”²²⁶, e o presidente José Fonseca fez seguinte referência no artigo intitulado “*O Caminho Certo é o da Cultura – Prova Intelectual*”, quanto ao desempenho do certame, em especial a prova intelectual, elogiando a categoria dos participantes.

Sem sobra de dúvidas, um dos pontos altos da Olimpíada foi a prova intelectual. Nesta prova eram adversários 'zona norte e sul', as equipes estavam, pode-se dizer em igualdade de condições, notadamente pelo fato de possuírem numero relativamente igual. Esta igualdade de 'capacidade', foi demonstrada ao terminar a prova pelo escore de 13 X 12 – para o norte.

Foram juizes desta prova os senhores: Dr. Aymoré C. Nascimento, advogado e o Dr. Tapyr C. Nascimento, médico. Ao primeiro coube as provas de Literatura, Geografia e História do Brasil e Universal. Ao segundo, na qualidade de médico, coube examinar 'ciências'.

Segundo impressão posterior do Dr. Aymoré, o número de respostas, superou a sua expectativa. Entretanto, sua impressão anterior sobre a prova de 'ciência' foi a seguinte:

1. A prova é muito fácil, porém, destas perguntas (16) eu respondi 9.

A impressão que nós os examinadores tivemos, foi a melhor possível o murmúrio geral ao terminar a prova, era o de realizar outra nos mesmos moldes, o mais breve possível. Saber todos sabem. Mas lembrar em 30 segundos, faz com que os 'nervos' fiquem em pedaços e nada sai. Contudo, o Departamento Juvenis da zona sul, 'garotos' do ginásio respondiam as perguntas como se estivessem brincando.

É verdade, o mais breve possível, deverá haver mais provas intelectuais (A VOZ MARCILIENSE' EM 'DIA, 15 de fevereiro de 1956, nº 9).

A segunda fase da criação do clube foi assim caracterizada pelo doutor José Luiz Pereira da Costa:

Segundo momento, nós continuamos pobres, mas começa a ocorrer o seguinte é que em dez anos, é um lapso [de tempo] importante na vida das pessoas, então, em dez anos, por exemplo, se tu pegares em 1949, eu era um menino estudante dependente do meu pai, se tu me pega já em 1957, eu já tenho dinheiro, eu já trabalho. Então, todos nós aquele grupo, já começávamos a ter dinheiro, nós já começamos a ter pessoas com destaque entre nós, ..., isso já começa a refletir na situação patrimonial do clube. O clube já não é mais miserável. O clube já passa a ter algum dinheiro, tem o que fazer, “mas nós temos dinheiro”, bah!, pede um pouco pro Zé, pede um pouco pro Figueiredo, pede um pouco pro Paulo Acioli e aparece o dinheiro, então já é uma segunda fase (COSTA: 2006).

²²⁶“Adhemar Ferreira da Silva (1927-2001). Atleta brasileiro nascido e falecido na cidade de São Paulo. Especializado na modalidade de salto tríplice, em 1948 participa dos Jogos de Londres e em, 1949, estabelece o recorde sul-americano... A partir daí, foi campeão pan-americano em 1951, sul-americano em 1952, medalha de ouro na Olimpíada de Helsinque (1952) e Melbourne (1956). Em Helsinque ... suplantou quatro vezes o recorde mundial e, ao saudar o público correndo, teria criado o procedimento que ficou conhecido como “volta olímpica”. Em Melbourne, estabeleceu o recorde olímpico de 16,35 metros ... Filho de ferroviário e lavadeira, concluiu cursos de jornalismo, artes plásticas, direito, educação física e relações públicas e falava fluentemente inglês, alemão, italiano e espanhol. O primeiro atleta a dar ao Brasil duas medalhas de ouro em Olimpíadas, foi o maior campeão olímpico brasileiro no século XX. Conforme LOPES, op cit., p. 617.

Na terceira fase — a fase de construção — o clube apresentava uma situação financeira relativamente estável, o que lhe permitia investir. Contraditoriamente, também foi a fase em que o brilho inicial começou a se apagar, e contribuíram, para isso, as intempéries (um temporal) e a saída de alguns integrantes.

É o terceiro momento em que o clube tem dinheiro. Ele constrói uma sede de alvenaria, sabia? Ele tinha uma sede de madeira, essa do Domingos, a qual eu freqüentei, a Marta freqüentou. Ele evolui para um ginásio. Aí vem um temporal e derruba o tal de ginásio, coitado (COSTA, 2006).

Na *Revista Tição* encontramos o registro melancólico sobre a tragédia que se abateu sobre o Clube Náutico Marcílio Dias.

Na porta de entrada do Marcílio Dias, está o que sobrou dos barcos, depois do temporal de 1958, quando o barracão caiu depois do temporal. A flotilha foi destruída, e dela só restou-nos remos. Cruzados na porta da frente do clube, os dois remos sobre o aquário, são as únicas lembranças de um sonho, que terminou com um vendaval e determinou que o clube mudasse de esporte (TIÇÃO, 1978, p. 18).

Para combater tal infortúnio e recuperar o clube, algumas medidas foram tomadas e, inicialmente, deram certo, mas, por motivos alheios, novas questões viriam a impedir o estabelecimento e desenvolvimento do Clube Náutico Marcílio Dias, nos moldes dos anos anteriores.

Aí, ficamos sem nada, e aí aparece um personagem que já estava lá na fundação e que agora ele é, ... major do exército. Ele era jovem na fundação do Clube Náutico Marcílio Dias, recém estudante de odontologia. Este período vai passando ele se forma, faz exame para o exército se torna tenente-dentista, capitão, e nessa fase ele já é major no quadro da saúde. Esse cidadão que se chama Paulo Acioli dos Santos é amigo do militar dono de uma organização poderosa que se chamava Montepio da Família Militar. E o Montepio da Família Militar, oportuniza que o Paulo Acioli, e mais alguns jovens, entre os quais eu estava, fizéssemos uma tal sociedade acrópole, cuja finalidade era, ter recursos, emprestar, ter lucro e empregar no Marcílio Dias. Com essa série de operações nós fizemos uma sede de alvenaria. Mas aí, as coisas se desestruturaram no contexto geral, o Montepio da Família Militar foi à falência (COSTA, 2006).

O empenho dos dirigentes com investimentos financeiros e o redirecionamento das atividades esportivas proporcionaram um novo destaque ao Clube Marcílio Dias. Em editorial de 15 de janeiro de 1956, com o título “*Cultural... E o Esporte?...*”, foi assim expresso o pensamento para a mobilização dos sócios nos projetos futuros:

Os que tem uma vida mais íntima, com nosso Clube, tem notado, que após várias tentativas, não conseguimos alcançar o que nossos fundadores sempre almejavam. Por carência de entusiasmo, ou quiçá por não saberem; que existem para todas as sociedades, que militam pelo esporte, um grande subterfúgio que dá rendas, aprimora a inteligência, e torna mais fácil a consecução do almejado. Neste caso, a indução do capital...

Definindo o acima exposto:

O grande empenho de nossos fundadores, foi sempre o de um dia podermos com uma guarnição de homens 'marcilienses', enfrentar os demais irmãos e talvez um dia, com o sucesso certo, representar o nosso querido Estado, nas competições interestaduais. Não para adquirirmos os barcos, necessário seria possuir o fator capital (dinheiro). E como obter esse dinheiro? - Com as arrecadações dos associados. Pois saibam que um quadro social de 300 contribuintes, somente cobre as despesas do patrimônio (conservação de material) e de luz. Poderá sobrar alguns cruzeiros, mas como poderemos juntar? - dizem que 'de grão em grão a galinha enche o papo'. Mas quem esperaria todo esse tempo, somente sendo oferecido pelo Clube, 'balancetes' depósitos que aparecem aqui e ali. Iríamos à nada, veríamos os balancetes e iríamos para casa, ou uma outra Sociedade; pois não se tendo um patrimônio o resultado seria este, porém, se puser-se o patrimônio em uso, as despesas aparecem e a economia desaparecerá. - Sempre que a desintegração for maior que a integração, com o tempo a coisa desaparecerá. - Fatalmente é o que estava acontecendo conosco. Pois, para obter-se o capital, sem dispor da boa vontade de alguns associados, teremos que buscar outros meios de luta, estas modalidades, amainarão os momentos de espera, que passarão despercebidos, quando despertar-se, fato – que já tem acontecido sensivelmente, olha-se e pronuncia-se: como!... estava assim! ...

Vendo tudo isso, lembremo-nos de seguir o caminho da cultura com os rendimentos deste traçado que não são unicamente materiais, como morais por certo alcançaremos o almejado.

Quinze de outubro de mil novecentos e cinquenta e cinco, é posto em circulação o 'Em Dia' – Sabemos muito bem que é de padrão modestíssimo, mas de bons princípios. - Dezoito de dezembro deste ano, realiza-se o primeiro concerto discofônico.

Destes dois primeiros 'atos', ganhou o Clube sem ônus, do primeiro o lançamento da pedra fundamental da 'biblioteca' – de segundo, uma caixa de perfeita acústica e um cristal de alta fidelidade.

Outras iniciativas tomarão vulto, e progressivamente, caminharemos nesta estrada, poderemos encontrar dificuldades mas seremos impetuosos, não olharemos para o lado. Quando vitoriosos estivermos neste desejo, encontraremos a estrada do esporte, e nos fundiremos, daremos por certo um estádio, para o terrestre, uma flotilha de barcos para o aquático, uma piscina para natação e receberemos, sem 'humilhação', quem quer que seja, 'EM NOSSA SEDE SOCIAL'.

O caminho certo é o da cultura, e nele seguiremos ao lado de DEUS! (JORNAL EM DIA, 15 jan, 1956, nº 07).

Mas, as iniciativas foram pouco frutíferas. Anos mais tarde, historiando a trajetória esportiva do Clube Náutico, a *Revista Tição* descreveu o novo encaminhamento tomado, e as atividades que mantiveram o Clube nos anos posteriores:

A equipe de basquete do Marcílio, na década de 1960, conseguiu se tornar famosa na cidade. Seus jogadores acabavam sempre sendo contratados pelos 'grandes da época'. Embora alguns títulos, o basquete do Marcílio também acabou e deu lugar novamente a reuniões-dançantes aos bailes e às rodas de som (TIÇÃO, 1978, p. 18).

Assim, o Clube Náutico Marcílio Dias passou por outra fase em que as dificuldades financeiras atingiram diretamente os objetivos dos primeiros integrantes do Clube, de fazer com que ele continuasse a ser um clube esportivo, desenvolvendo as atividades de integração da população negra. Entretanto, vários foram os motivos que dispersaram os integrantes das primeiras fases:

Os sócios começam a ir embora porque casam, e eu próprio vou tratar da minha vida, já tenho filho, tinha mais é que cuidar, sou advogado, tinha mais é que cuidar da minha profissão, no começo, se eu fosse advogado há dez anos, aí seria talvez, diferente, não sei. Mas eu tinha mais é que cuidar e com os outros também, os outros jovens. Então há uma espécie de dispersão. E um novo tipo de pessoa começa a aportar no Marcílio Dias, trazendo aquela mentalidade lá antiga do salão de baile, porque tinha uma sede de alvenaria, aí então, caminha para a extinção (COSTA, 2006).

Em junho de 1960, período de transição da Presidência e do Corpo Deliberativo, o “*Jornal Em Dia*”, em seu Editorial, fez um balanço da gestão anterior e chamou a atenção para as medidas a serem adotadas para a permanência do Clube.

Mais uma eleição se aproxima, mais um panorama se descortina para ser apreciado. O nosso Clube, de sangue enferrujado, parece ter tomado um banho de querosene, propiciando-o a voltar a circulação. Isto é nossa assertiva baseada no fato de, nos bastidores, a agitação ser grande. Dois candidatos já surgiram até o momento. Um deles, Pedro Fonseca, apresenta larga fôlha de serviços prestados ao Clube, contra qual, somente uma ação dinâmica do opositor poderá superar. O outro, José do Patrocínio Rodrigues, incansável batalhador tem também à sua conta ótimas realizações.

Há, todavia, a considerar outros pontos pertinentes `personalidade de cada um dos personagens. Aquele que fôr dirigir nosso Marcílio Dias não poderá apenas ser um trabalhador alguém que possua uma larga fôlha de serviços prestados. Consideramos de importância que o homem tenha capacidade e discernimento suficientemente bastante para poder arcar com a responsabilidade de administrar em bem gerir uma sociedade em ruínas. Para erguer o Marcílio, que no momento definha em uma de suas piores fases, é necessário pulso e muito tato. Ação como jamais se fêz necessários em momento algum dêsses 11 anos passados. Como órgão de Informação Oficial do Clube que somos, faremos todo o empenho para, através dessa edição de pré-eleição, deixar bem avisados aqueles que terão sob sua responsabilidade eleição do Conselho Deliberativo que, em verdade escolherá um presidente que caiba dentro desse gabarito. Se fora, será outro erro (EM DIA, 26/6/1960, Ano V, nº 26, p. 2).

No tocante a outras atividades esportivas, como o basquete, o Clube enfrentou outro problema registrado nas páginas do “*Jornal Em Dia*”, sob a chamada em letras garrafais: “*A Irresponsabilidade Mora Na Nova Geração Coberto de Lama o Prestígio Desportivo do Clube Dizendo Que temos Um Nome a Preservar – Pedro Fonseca aponta: Um Caso de*

Vergonha”, era feita a denúncia, em função de uma crise interna, de um comportamento que estava pondo em risco a credibilidade esportiva que o Clube tinha adquirido nos anos anteriores,

No ano passado, com a natural 'aposentadoria' de alguns veteranos, e com a quase ausência de novos atletas, já o Marcílio atravessa um mau período. Como estávamos na 2a. Divisão da FGB [Federação Gaúcha de Basquete], não havia muita importância, visto que os compromissos eram menores. Mas no corrente ano mudou a situação. O nosso Departamento de Cestobol viu-se guinado a uma posição de destaque: 1a. Divisão. E, como, consequência direta da nova situação deveria existir uma dedicação e empenho da parte dos dirigentes e atletas. Iniciados os treinamentos a Direção deu maior assistência, conforto, e qual não foi a surpresa quando observou que a discrição quase completa dos atletas, quer dos treinos, quer das partidas. Que falta de consideração para com a Direção, os sócios e também com a Federação Gaúcha de Basquete, bem como para com o público em geral. E o Marcílio que ostentava os títulos de 'Campeão da disciplina', o 'Mais Simpático', 'Exemplar', etc., viu-se tachado de irresponsável, de desorganizado e, pasmem, até de indisciplinado! Tudo porque a maioria dos seus atletas atuais não sabem dar valor para a tradição que lhes foi outorgada, não sabem aquilatar o sacrifício de seus predecessores. Esquecem que a tradição é a base que mantém um povo, a sociedade em pé.

Quem mais perde com esse estado de coisas são os próprios atletas, pois o esporte existe em função dos mesmos. Não fôra o desejo de proporcionar esportes aos nossos associados e atletas não haveria motivos para estarmos nesta luta. Esperamos pois, Senhores atletas que pelo menos compareçam nas partidas, porquanto roupa suja se lava em casa, e o grande público não precisa ficar sabendo a faceta negativa de suas personalidades (EM DIA, 25/6/1960, p. 5, grifo nosso).

A falta de recursos foi um dos grandes problemas enfrentados no final da década de 1950 e no raiar dos anos de 1960. Assim, foram sistemáticas as campanhas para arregimentar novos sócios e arrecadar fundos junto aos órgãos oficiais, como está registrado em artigo do “*Em Dia*”.

CLUBE NÁUTICO MARCÍLIO DIAS

Fundado em 4/7/1949. Completará seu 11º aniversário de fundação.

De início, houve época de grande mobilidade esportiva, quando o Clube disputava simultaneamente, voleibol, Basquete, Bocha.

Com o decorrer dos anos os bons valores que despontaram nas várias equipes, por questões de melhores possibilidades, foram sendo levadas para os clubes da Divisão de Honra, com prejuízo para as nossas côres.

Um dos fatores que também veio a provocar dispersão é o de todos sabido, de que sendo, o clube de pessoas modestas, sem outros recursos financeiros, a não ser o da renda mensal que advém da contribuição mensal dos sócios, não podia dispensar aos seus atletas, o conforto e as facilidades que os demais Clubes proporcionam.

Em 1957, a Diretoria tomou a si o encargo de levantar um Ginásio, no terreno que havia sido cedido pelo proprietário ao Clube; a fim de proporcionar mais conforto aos atletas, nos dias de inverno e ao mesmo tempo, ter um lugar mais aprazível e aquilatado para as suas reuniões sociais.

Infelizmente, no dia 25 de outubro de 1958, após um ano de sacrifício de tôdas as sortes, onde muitos associados foram convocados à fazer empréstimos à Direção, para arcar com os compromissos da construção do Ginásio, o forte tufão que assolou a Capital do Estado, levou o Ginásio em construção, de roldão, pondo tudo por terra,

lançando o desalento sobre a família Marciliense. Passados os primeiros momentos de desolação, novo alento veio a fortalecer a família Marciliense, com a promessa de que iria ser solicitado um Auxílio ao Estado, sendo o nosso Clube incluído na lei 3609, de janeiro de 1959, que votava um auxílio de Cr\$ 300.000,00, por indicação do então, Deputado sr. Dr. Domingos Spolidoro.

No decorrer do ano, outros auxílios menores foram votados para o Marcílio Dias, por outros deputados com assento no Legislativo Estadual.

Em princípios de maio corrente, recebeu o Clube o Auxílio votado no Plano de Obras, de Cr\$ 305.000,00, recebendo êste em Letras do Tesouro do Estado, e mais Cr\$ 20.000,00, em Apólices Estaduais.

Deliberou a Direção liquidar tôdas as contas que ainda estavam pendentes, relativas à construção do Ginásio e outras menores num total aproximado de de Cr\$ 180.000,00, ficando, desta forma um saldo em Caixa de aproximadamente Cr\$ 150.000,00, que será empregado na aquisição de um terreno para construção da futura sede Social. Esperamos que com êste novo alento, quando o Clube liquidou tôdas as suas contas e começará uma nova vida, com a mudança, também, de sua Administração, com a eleição da nova Diretoria que se dará no próximo mês de Junho, por certo o Marcílio Dias, com idéias novas e novos rumos, seguirá sua trajetória de glórias, em prol do desenvolvimento dos esportes amadoristas.

O caso suscitado e bastante pela Imprensa dos WO[sic], a que vem sendo submetido o Marcílio Dias, pela falta de seus atletas em cancha nos dias designados pelo Carnê Esportivo... Felizmente, isso só tem acontecido com a equipe de aspirantes, onde também, temos a descontar alguns atletas que estudam à noite, e não podem, por motivo das próximas provas parciais, abandonar os seus encargos escolares, pelo simples fato de jogar (EM DIA, 25/6/1960, s/p).

Dentre as causas do declínio do Clube é pertinente a observação do senhor José Luiz Pereira da Costa, em relação à saída dos sócios, também ligada ao processo de urbanização da cidade de Porto Alegre: *“o clube teve a energia daqueles jovens ... houve uma acentuada expansão da cidade com novos bairros distantes da sede para onde muitos dos recém casados migraram”* (COSTA, 2006).

O processo de urbanização influenciou as atividades náuticas do Clube.

Porto Alegre sofreu então uma cirurgia urbana com destaque para o aterramento de grande porção do rio Guaíba deixando a outrora vizinha margem distante mais de um quilômetro. Então a gente botava o barco, atravessava a rua estava o barco. Com essa obra de aterramento, que é uma maravilha pra nós hoje em dia, com a obra ai do Marinha, o rio foi parar um quilômetro, quer dizer o clube deixou de ter possibilidade até de praticar o esporte (COSTA, 2006).

A falta de recursos, o distanciamento do rio, prejudicando as atividades esportivas, o gradativo afastamento de atletas que eram contratados por outros clubes, o afastamento dos sócios ia ao encontro de novos tempos. Avizinhavam-se os anos de 1970, novos integrantes

com outra percepção de gestão passaram a fazer parte do Clube, e essa situação foi assim caracterizada pelo senhor José Luiz Pereira da Costa:

Enfim, aconteceu o ingresso daqueles estudantes que o disputado mercado de trabalho... era o tempo de luta quase sempre individual o Marcílio Dias como clube náutico foi definhando, na década de 1970 não oferecia aos sócios atividades esportivas ou culturais, e assumiu o modelo que nos anos de 1950 seus jovens criadores rejeitavam, passou a viver da realização de bailes. Como resultado não se inseriam em qualquer modelo de responsabilidade social (COSTA, 2006).

O artigo intitulado “*Navegar é preciso?*”, publicado na *Revista Tição*, em 1978, havia a chamada que, em parte, mostrava, a partir da visão dos negros, o gradativo fim do Marcílio Dias: “*sem barcos, o Marcílio Dias ficou sem sócios. Longe do Rio Guaíba, restam os bailes*” (TIÇÃO, 1978, p. 18).

O então presidente do Clube Náutico Macílio Dias, senhor José Carlos Soares, fez a seguinte declaração em relação ao abandono do Clube: “*os sócios abandonaram o clube, deixaram de pagar mensalidades e reclamam que o clube virou boate...*”. E justificava tal redimensionamento das atividades: “*...se não fosse o dinheiro das rodas de samba, da sexta-feira, e dos bailes, o Marcílio não estaria sem dívidas como está hoje. Assumi com 300 mil cruzeiros de dívidas*” (TIÇÃO, 1978, p. 18).

Ainda assim, o clube resistiria por mais algum tempo. O seu espaço foi ressignificado. Nesse período, as dependências do Clube Náutico Marcílio Dias foram palco de reuniões de conscientização e local de encontro da juventude que ia participar dos bailes *black*, que faziam parte do movimento internacional da negritude.

Houve a tentativa de manutenção das atividades educacionais e edição de jornais na década de 1960, assim registrada na *Revista Tição*: “*em 1964, quando o presidente era do clube era o jovem Elói Dias dos Angelos, o Marcílio publicou uma série de jornais, entre eles 'O Ébano', e se preocupou com a educação das crianças negras* (TIÇÃO, 1978, p.18).

Entretanto, o projeto foi superado pela necessidade da manutenção do clube.

As novas idéias do jovem presidente acabaram num carnaval: quem era do bloco do clube preferia que o assoalho da sede fosse construído com parquet, enquanto a direção do clube insistia em gastar menos dinheiro e utilizar madeira. Para manter a receita do clube e talvez recuperá-la definitivamente, José Carlos Soares, atualmente conta apenas com as rendas dos bailes e das rodas de samba, que continuarão sendo realizadas por muito tempo ainda. Isto, embora Soares sonhe em comprar um outro terreno para o clube construir uma sede mais ampla e com piscina. (TIÇÃO, 1978, p. 18).

Neste ínterim, a Sociedade Marcílio Dias abrigou, em suas dependências, a organização de um movimento que passou a dar outra configuração à organização da comunidade negra. Os gaúchos se agregaram ao movimento criado no ano anterior em São Paulo:

Em 1979, o Movimento Negro Unificado foi fundado em Porto Alegre, no antigo Clube Marcílio Dias, com militantes do Grupo Palmares e do Grupo e Revista Tição. Estes dois grupos se uniram e organizaram o MNU gaúcho que prioriza, já na época, a questão do 20 de Novembro, e não mais o 13 de Maio, como data celebrativa... a reinclusão do item cor no censo demográfico, que voltou em 1980,...; o apoio a candidaturas negras que, desde então, em todas as eleições tem disputado com candidaturas próprias; e, a construção do Instituto Solano Trindade²²⁷. Fizeram parte da sua fundação: José Alves Bitencourt – O Lua - Helena Machado²²⁸, Oliveira Silveira, Ceres Santos, Edilson Nabarro (ADÃO, 2002, p. 101).

Os presidentes que se sucederam nas décadas posteriores empenharam-se na manutenção do Clube, da forma que a conjuntura permitia, mas a questão financeira pesava muito e, entre um misto de resignação e denúncia, a *Revista Tição* sintetiza essa situação como uma característica dos clubes e organizações negras:

²²⁷ Francisco Solano Trindade (1908-74). Poeta, militante político e homem de teatro, brasileiro, nascido em Recife, PE, e falecido em São Paulo. Participou dos históricos congressos afro-brasileiros realizados em 1934 e em 1937 em Recife e Salvador. Criador da Frente Negra em Pernambuco e do Centro de Cultura Afro-Brasileira, estruturou em Pelotas, RS, um grupo de arte popular ... transformando-o, em 1943, no Teatro Popular Brasileiro. No Rio de Janeiro participou da fundação da Orquestra Afro-Brasileira e do Teatro Experimental do Negro. ... firmou-se como grande nome da poesia de temática e vivência negras no Brasil, deixando publicado *Poemas de uma vida simples* (1944), *Seis tempos de poesia* (1958) e *Cantares ao meu povo*. ... fundou em Embu, SP, um importante centro popular... (Conforme LOPES, 2003, p. 658).

²²⁸ Helena Vitória dos Santos Machado, “artista, arquiteta..., natural de Porto Alegre e filha de Claro Conceição Machado e Marion dos Santos Machado, falecidos. Formada em Arquitetura, ingressou e permanece no funcionalismo público municipal... quando o Palmares se desligou do MNU e iniciou sua 3ª fase, como autônoma ...nos anos 1980 ... surge a artista Helena Vitória no: **Afro-Latino** (entre outros, com Pedro Homero, artista plástico, e ativista do Movimento Social Negro de Porto Alegre, falecido em 2005) no vocal e na flauta transversal. Das ramificações do Palmares, tirando a **Associação de Cultura**, duas são artísticas ...e têm a sua presença, como artista e como uma das principais lideranças: **Coisa Preta ...** e **Kuenda**, com Marisa Sousa da Silva e outros. ... tem sido figura-chave no projeto do **CRAB – Centro de Referência Afro-Brasileiro**. Foi coordenadora da 1ª Semana do Negro da Prefeitura de Porto Alegre e responsável com Pedro Vargas, junto à prefeitura da Capital, pelo 1º projeto do CRAB financiado pelo BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento]: museu de percurso do negro em Porto Alegre”. Conforme, NEGRALDEIA, Ano I, nº 05, 26/03/2003. Informativo da Sociedade Floresta Aurora.

Assim o Clube Náutico Marcílio Dias repete a história dos clubes negros da cidade. Criado para que o negro praticasse um dos esportes mais caros, e, certamente, mais agradáveis, o clube é igual a todos os outros: pobre, porque associa descendentes de escravos gente que ainda não teve tempo de ascender na escala social ou que se o teve não conseguiu vencer barreiras como a concorrência desleal, que se mascara através do racismo (TIÇÃO, 1978, p. 18).

Um último e derradeiro golpe encerrou uma promissora trajetória de vida: *“o terreno um dia doado, mas sempre contestado por pessoas... voltou a família doadora e a experiência de um clube náutico, cultural ...desapareceu”* (COSTA, 2006).

O processo de preservação de suas sedes, talvez, tenha sido a diferença ocorrida para a permanência de outras duas tradicionais organizações negras da cidade de Porto Alegre, Floresta Aurora e Satélite Prontidão. Se as identidades estão ligadas a lugares e tempos simbólicos, essa dimensão nos encaminha para processos mais amplos, no caso da cidade, à perda de espaços pela comunidade negra; a população empobrecida está dentro dos processos modernizantes dos quais são gradativamente afastadas:

O ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estritamente ligadas: ... A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outras que estão ‘ausentes’, distantes (em termos de local), de qualquer interação face a face... O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1990, p. 18, apud, HALL, 2003, p. 72).

Quanto à grandiosidade e ousadia de criação de um clube com as características do Marcílio Dias, o Senhor Nilo Alberto Feijó lamenta o fim de uma iniciativa inteligente:

O Marcílio Dias foi uma das idéias mais inteligentes que a comunidade teve, pelo menos que eu conheça, aqui no Rio Grande do Sul, posso dizer, e que infelizmente por questões que a gente não entende, às vezes, acabou morrendo. Uma iniciativa muito bonita, eu fui sócio do Marcílio Dias, não participava assim de esporte, mas era um grupo forte, bem organizado, tinha pessoas lá com grande talento e competentes, mas eu não sei o que, às vezes, leva nossa comunidade a ir enfraquecendo, as pessoas acabam ... nas coisas que não são mais importantes, acabam se interessando por coisas que não são as mais relevantes e, enfim, aí a estrutura vai minando, vai minando até chegar ao ponto de terminar, de acabar, de deixar terminar ... Eu acho a idéia brilhante, eu me recordo participei... O Marcílio Dias um dia fez essa discussão aquele parque todo ...foi do Grêmio, lá na ilha, ...eu estava lá, uma tarde lá na ilha ...aquele espaço todo, muitas vezes a gente não tem força e competência até para segurar certas coisas que são justas. O Marcílio Dias foi uma idéia que não podia ter se extinguido (FEIJÓ, 2006).

Sem fazer uma análise conjuntural mais profunda da época, o Senhor Nilo Alberto Feijó, tem a compreensão de que o fim da experiência do Clube Náutico Marcílio Dias partiu de dentro, pela disputa de interesses.

Eu acho que foi de dentro, com certeza. A maioria dos nossos programas, pelo que eu tenho observado, nas nossas sociedades, é de dentro. A gente tem uma dificuldade muito grande de unidade, e a gente vê, eu, inclusive, tenho participado do movimento negro ...sempre acabam, os interesses assim, a radicalidade, as pessoas são radicais, não tem que ser o meu ponto de vista, não serve, não pode, não se procura um meio termo e isso aí acaba sendo fatal, às vezes, para os nossos interesses (FEIJÓ, 2006).

Na década de 1970, as características das organizações ganham um elemento mais contundente que passa pela denúncia e pela intervenção política, exigindo medidas estatais de combate à desigualdade. Essas medidas foram representadas pelos grupos Palmares e Razão Negra que elaboraram a *Revista Tição*.

Outro importante momento da história do Movimento Negro em Porto Alegre foi descrito por Deivson Moacyr Cezar de Campos, em sua dissertação de mestrado intitulada “*O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*” (2006). O autor defende a posição revolucionária do Grupo Palmares que, a partir de reuniões informais, mudou o enfoque sobre datas comemorativas relativas ao negro no Brasil, instituindo a data de 20 de Novembro para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra²²⁹.

De acordo com o autor, a importância desse movimento reside, também, no período de seu surgimento, época da ditadura militar. Outro ponto destacado diz respeito à urbanização, processo desenvolvido na cidade de Porto Alegre, iniciado desde as décadas iniciais do século XX, que acabou por deslocar a população negra de suas áreas tradicionais, por exemplo, a Colônia Africana, a Ilhota, para bairros mais distantes do centro da capital porto-alegrense²³⁰.

²²⁹ Para o ano de 2007, a data de 20 de Novembro consta como feriado em 275 municípios brasileiros (Conforme: JORNAL NACIONAL, TV Globo, 20/11/2007).

²³⁰ Sobre o processo de urbanização de Porto Alegre, ver, BAKOS, 1996; KERSTING, 1998; OLIVEN, 1980.

Diante desse fato, o centro da cidade passou a ser um local de transição para a população negra que redefiniu novos espaços de encontro.

As comunidades, em sua maioria, são transferidas para áreas mais distantes do centro, num processo de reterritorialização. Com a perda dos referenciais simbólicos e mesmo sociais das antigas comunidades. Ao mesmo tempo acontece a criação de um território transacional no centro de Porto Alegre que se torna um ponto de encontro dos negros que agora se deslocam para áreas mais periféricas e mesmo cidades próximas a capital reúnem-se no trajeto entre o trabalho e a casa (CAMPOS, 2006, p. 23).

É nesse contexto que surge o Grupo Palmares. Concordamos com o autor quando destaca a ação educativa implementada: *“o grupo baseia sua ação na proposta de rever a história brasileira para, com isso, demonstrar aos negros o passado de resistência às diferentes realidades opressoras. Na visão do grupo, o contexto de opressão se mantinha intocado”* (CAMPOS, 2006, p. 27).

Entretanto, há uma citação deste autor que nos chamou a atenção: *“enquanto isso, a maioria dos negros havia se acomodado à marginalização imposta pela estrutura social”* (CAMPOS, 2006, p. 27). Reconhecemos o protagonismo do Grupo Palmares, surgido em um período em que situações adversas se faziam presentes, limitando a participação política da população e do próprio movimento social como um todo²³¹. Nossa intenção, neste momento, é abordar as estratégias das organizações com destaque para as construções educacionais por elas implementadas. Assim, o dizer do autor de que *“a maioria dos negros havia se acomodado à marginalização imposta pela estrutura social”* nos faz refletir que essa dedução está ligada à trilha do círculo vicioso (SANTOS, 2001), alimentando o senso histórico comum, quando desconsidera que as construções fazem parte de um processo acumulado ao longo dos tempos e, no caso da população negra, muito foi necessário fazer e realizar, para

²³¹Também destaca-se neste período as influências internacionais da chamada “Revolução Cultural”: “No fim dos anos 60, com a guerra do Vietnã e o movimento estudantil, o problema parece que mudou radicalmente: à crítica intelectual do poder sucede a contestação política da cultura. A muitos essa ‘contestação’ pareceu uma tentativa extremista de rejeitar e encerrar o discurso sobre os Intelectuais, tal como vinha sendo desenvolvido pelas gerações anteriores. ... podemos, porém, perceber que a contestação, sob muitos aspectos, foi apenas um enésimo episódio do processo que a razão tentou contra a razão em condições sociais diferentes. ... (Conforme, BOBBIO, 1992, p. 639).

romper a barreira imposta pela sociedade hegemônica racista que mantém, subliminarmente, a cultura de destruição da personalidade cultural da população negra no país. Assim, no que se refere às construções realizadas pelos grupos negros nos anos precedentes aos anos de 1970, nos parece mais adequado o conceito de “*Tradução*”²³², conforme conceitua Hall:

Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram ‘dispersadas’ para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam em traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão ‘unificadas’ no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’... (HALL, 2003, p. 88-9).

Ou, ainda, a leitura de ações passadas, construídas pelas organizações negras, necessariamente requer um outro olhar, uma re-leitura, pois o processo histórico das populações diaspóricas exigiu a formulação de ações híbridas²³³, ambivalentes, e aos olhos de uma leitura menos atenta deixa passar o quanto de político e revolucionário há em ações aparentemente de acomodação e apolíticas:

O ‘verdadeiro’ é sempre marcado e embasado pela ambivalência do próprio processo de emergência, pela produtividade de sentidos que constrói contra-saberes ‘in media res’, no ato mesmo do antagonismo, no interior dos termos de uma negociação (em vez de uma negação) de elementos oposicionais e antagonísticos. As posições políticas não são identificáveis simplesmente como progressistas ou reacionárias, burguesas ou radicais, anteriormente ao ato da ‘critique engagée’, ou fora dos termos e condições de sua interpelação discursiva. É nesse sentido que o momento histórico de ação política deve ser pensado como parte da história da forma de sua escrita. Não pretendo afirmar o óbvio: que não existe saber – político ou outro – exterior à representação. Pretendo...

²³² “A palavra ‘tradução’, observa Salman Rushdie, ‘vem, etimologicamente, do latim, significando ‘transferir’;’ transportar entre fronteiras’. ... eles são produtos das ‘novas diásporas’ criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidades distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos” (apud HALL, 2003, p. 88).

²³³ “Em que formas híbridas, portanto poderá emergir uma política afirmativa teórica? Que tensões e ambivalências marcam esse lugar enigmático de onde fala a teoria? Falando em nome de alguma contra-autoridade ou do horizonte do ‘verdadeiro’..., o empreendimento teórico tem de representar a autoridade antagonista (do poder e/ou do conhecimento) que, um gesto duplamente inscrito, tenta simultaneamente subverter e substituir. Nessa complicada formulação tentei indicar algo da fronteira e do local do evento da crítica teórica que não ‘contém’ a verdade (em oposição polar ao totalitarismo, ao ‘liberalismo burguês’ ou ao que se suponha ser capaz de reprimi-la)” (Conforme, BHABHA, 2003, p. 47).

sugerir que a dinâmica da escrita e da textualidade exige que repensemos a lógica da causalidade e da determinação através das quais reconhecemos o ‘político’ como uma forma de cálculo e ação estratégica dedicada à transformação social (BHABHA, 2003, p. 48).

Outra passagem significativa no trabalho de José Antônio dos Santos sobre a trajetória do Grupo Palmares foi descrita por um de seus entrevistados, Antônio Carlos Cortes, que sintetiza uma tradição da população negra:

Segundo Antônio Carlos Cortes (entrevista em 31/05/2005), defendeu posição contrária à aprovação do documento por ir de encontro à tradição negra da oralidade. Buscavam também não deixar registro frente ao estado de exceção pelo qual passava o país e que, de alguma forma, poderia ser mal interpretado pelos grupos de manutenção do regime. ‘Nas religiões afro-brasileiras, nos terreiros, as mães e os pais de santo sempre passaram fundamento de forma oral. Não deixaram documentos para não sofrer perseguições (CAMPOS, 2006, p. 55).

Destacamos essa passagem por identificar a tradição oral herdada pela população negra no Brasil. Deduzimos que essa população não apenas guardou sua tradição oral como forma de preservação de identidade, mas, possivelmente, de forma inconsciente, a utilizou em momentos de crise para se contrapor às armadilhas do sistema imposto.

Toda a instituição social, e também todo grupo social, tem uma identidade própria que traz consigo um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que o explica e o justifica. Por isso, toda tradição terá sua ‘superfície social’, (...). Sem superfície social, a tradição não seria mais transmitida e, sem função, perderia a razão de existência e seria abandonada pela instituição que a sustenta. Por estrutura mental entendemos as representações coletivas inconscientes de uma civilização, que influenciam todas as suas formas de expressão e ao mesmo tempo constituem sua concepção do mundo. Essa estrutura mental varia de uma sociedade para outra (VANCINA, 1982, p. 167-8).

É possível verificarmos que as organizações Sociedade Beneficente Floresta Aurora, Satélite Prontidão e Marcílio Dias foram palco de várias reuniões²³⁴ para formação e

²³⁴ Atividades como a encenação de peças teatrais, igualmente eram realizadas: “...surgindo em 1964 ou 65 é o **GTM, Grupo de Teatro Marciliense**, liderado por Luiz Gonzaga Lucena integrante do Clube Náutico Marcílio Dias. Airton Silva e Gelci Lemos GTM. Pois o **GTM e o Grupo Teatro Novo Floresta Aurora** (com os irmãos Mauro Pará e Marilene Pará, entre outros) montaram juntos lá por 1969 o Orfeu da Conceição de Vinícios de Moraes, no Teatro São Pedro, tendo Airton Marques como Orfeu. O ator negro gaúcho Breno Melo desempenhou esse papel no cinema em Orfeu do Carnaval, de Marcel Camus, produção franco-brasileira. O filme ganhou a Palma de Ouro em 1959 no Festival de Cannes. Lá por 1971, ano em que surgiu o Grupo Palmares, de Porto Alegre, lançando a data 20 de novembro, foi possível assistir a uma atividade teatral no Floresta Aurora em que sobressaíam o talento de ator não burilado e o potencial de Jorge Antônio dos Santos.

O **Grupo Razão Negra** iniciou como o **Nosso Teatro** em meados dos anos 1970 com a dramatização do conto ‘Esperando o Embaixador’, de Oswald de Camargo, montando, na seqüência, três peças escritas e dirigidas por um componente do próprio grupo, Jaime da Silva: ‘E agora nega?’ (1979) e ‘O convite’ (já em 1980) e uma outra

conscientização, na década de 1970, realizadas por diferentes grupos que buscavam uma intervenção mais incisiva no sistema. Propostas sobre a história do negro, a crítica à situação socioeconômica e à democracia racial, além da criação de um movimento nacional e articulado faziam parte das discussões, como relata o sociólogo e militante negro gaúcho Edilson Nabarro:

Em Porto Alegre, muitas das reuniões do Movimento Negro foram realizadas no Clube Náutico Marcílio Dias e na sociedade Nós os Democratas²³⁵. A sociedade Floresta Aurora abrigava atividades culturais regulares do grupo Razão Negra, tendo igualmente colaborado em vários eventos do Movimento Negro. No interior do Estado a criação e manutenção dos clubes recreativos negros cumpriram um papel épico, enquanto resistência cultural e alternativa de lazer e solidariedade à separação do 'mundo dos brancos'... a própria expressão 'Movimento Negro' se populariza neste contexto, passando a ser utilizada de modo genérico para expressar todas as formas de protesto negro, individuais ou coletivas; organizados ou espontâneos, e que refletissem sentimentos de denúncia e auto-afirmação. Esta natureza política do inconformismo negro coincide com o final dos anos 70 e início da década de 80 com a articulação de todos os setores do movimento social contra a ditadura militar (NABARRO, 2000, p. 31-32).

Jorge Manoel Adão também destaca a atuação das organizações no processo da formação e da conscientização político-social desenvolvido pelos movimentos negros a partir da década de 1970.

Em sua longa trajetória o Floresta Aurora tem sido referência para os negros porto-alegrenses, pois praticamente todos os militantes negros da década de 1970 são oriundos desta entidade. Tem sediado e promovido encontros importantes na história da comunidade negra, como o I e II Encontro Nacional sobre o Negro e Educação, nos anos de 1984 e 1985. Como ações educativas, já nos anos 1970, esta entidade preparava jovens negros para concursos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Magistério (ADÃO, 2002, p. 96).

Em relação à fase do Movimento Social Negro em Porto Alegre, a década de 1971 - 1978, foi marcante no que diz respeito a uma nova reorganização. Essa fase foi caracterizada pelo poeta Oliveira Silveira como a fase contemporânea do Movimento Negro. Aqui,

intitulada 'O it'. (Conforme SILVEIRA, 2005, p. 117-8, grifos do autor).

²³⁵ A Sociedade *Nós Os Democratas*, ficava localizada na atual Praça Garibaldi na Cidade Baixa, próxima à Ilhota, foi uma sociedade bastante tradicional, que realizava bailes e festas bastante concorridos nas décadas de 1960-70. No ano de 1976, sua diretoria era composta por trabalhadores portuários ou estivadores. Nesta época, meu tio, Erno Manoel José da Costa (Tio Darci), já falecido, também estivador, era sócio. A história dessa sociedade é uma boa fonte de pesquisa.

observamos uma crescente participação de estudantes ligados a universidades, corroborada pelo sociólogo Edilson Nabarro:

Com efeito, surge em 1971, em Porto Alegre, a revista e grupo 'Tição', responsável por duas edições de revistas e uma edição do jornal. Funcionou até 1981 e era composto por jornalistas negros e outros militantes políticos, alguns egressos do grupo Palmares. A importância do grupo 'Tição' foi, de fato, constituir-se em importante núcleo de reflexão e discussão política numa perspectiva de 'esquerda', propiciando um clima favorável ao surgimento de quadros com uma visão menos conservadora do que o padrão de subordinação racial estipulava (NABARRO, 2000, p. 33).

E foi através dos encontros na universidade que nossa entrevistada, professora Maria Conceição Lopes Fontoura, passou a ter contato com o Movimento Social Negro gaúcho.

Morei em Cachoeira até o final do ano de 1969 em 70 vim para Porto Alegre em 71 ingressei na UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. E foi na UFRGS, encontrei o Grupo Palmares ... Conheci o professor Oliveira Silveira poeta historiador e outras tantas pessoas que lutavam pela valorização da população negra como Helena Vitória, irmãs Carolina, Antônio Carlos Cortes, o jornal e depois conheci as pessoas ligadas à revista Tição (FONTOURA, 2005).

Seguindo a trilha das estratégias educacionais, o debate e a denúncia eram parte do processo. O veículo de comunicação da população negra, a *Revista Tição*, em seu primeiro número, apresentou uma reportagem sob o título "*Racismo diz presente na escola*", arguindo as professoras Tereza Carvalho, presidente da Confederação Brasileira dos Professores e vice-presidente do Conselho Mundial de Professores; Geraldina da Silva²³⁶, Delegada do Centro

²³⁶ A professora doutora Geraldina da Silva teve uma expressiva carreira no magistério gaúcho: "Nascida a 6 de fevereiro de 1925, em Porto Alegre/RS, filha do Srº Januário José da Silva, operário e da Srª Maria Nimpha da Silva. Dentre as muitas atividades que realizou com pleno êxito destacamos: Iniciou suas atividades profissionais, em 1944, como Educadora Sanitária... Ingressou no Magistério Público Estadual em 1959. Na cidade de Taquara, foi sócia fundadora do "Roupeiro do Pequeno", instituição da Escola Paroquial "Santa Zita", destinada a ministrar ensino às empregadas domésticas. Em 1964, concorreu e foi empossada como Segunda Secretária do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), sendo reconduzida para o biênio 1968-1970. Em 1972, concorreu ao cargo de Vice-Presidente do CPERS, tendo sido eleita, foi reconduzida permanecendo por cinco anos neste cargo. Fez parte do grupo de professores que fundou o Clube do Professor Gaúcho, no qual foi Secretária entre 1966 e 1975. Em 1974 integrou o Ciclo de Estudos Afro-Brasileiros, promovido pela Subcomissão de Assuntos Históricos e Culturais do CPERS. Presidiu a Subcomissão de Assuntos Culturais da Comissão Executiva de Homenagem ao Negro, no Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul, em 1973-74. Foi tesoureira da Associação de Educação Pré-Primária do Rio Grande do Sul e Presidente do Conselho de Representantes da Federação dos Professores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul; como Delegada do CPERS representou o sindicato junto ao Conselho de Delegados da Confederação dos Professores do Brasil. Após sua aposentadoria no Magistério Público, atuou na 6ª Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura em Porto Alegre, onde integrou a Comissão de Trabalho "Ano Internacional da Criança". Em 1977, formou-se em Direito na Faculdade Ritter dos Reis". A biografia da Professora Doutora Geraldina da Silva, foi-nos gentilmente cedida pela professora Elenir Gulate Marques. O texto está disponível no Livro de Presidentes do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS). Destacamos que a Professora Geraldina participou da Diretoria do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul em um período (década de 1970), onde o mesmo se destacava pela intensa atuação e combatividade, sendo, à época um dos maiores sindicatos do Brasil e da

do Professores do Estado junto à Confederação dos Professores do Brasil; professora Cecília Cardoso, orientadora pedagógica do Colégio Anchieta²³⁷ e professora da Universidade do Vale do Rio Dos Sinos-UNISINOS; Elizabeth Rosa e Silva e Oscarlinda Krüger, professoras primárias. As professoras deveriam responder à questão *“Por que a escola colabora para a manutenção do racismo?”*. As respostas foram unânimes sobre a situação da educação excludente praticada nas escolas brasileiras e a professora Geraldina assim se posicionou: *“a educação é a mola mestra de tudo. O negro vai sair desta situação se aceitar esta realidade. Então ele vai crescer e a única forma para que isso aconteça é esta: pela cultura, pela educação”* (TIÇÃO, 1978, p. 24).

A professora Geraldina, fazia, ainda uma avaliação sobre o movimento de conscientização na educação oficial e no que ela poderia mudar, que é bastante atual.

Sim, mas não é [uma educação] paternalista, é só um registro um registro histórico da pátria. Se houver uma honestidade da educação de contar para a criança do curso primário o que é realmente um movimento de libertação, ela vai ter condições, mais tarde, de determinar qual a melhor data para o negro. O problema não é só o negro, mas todo um contexto: se a educação for bem dirigida, a criança vai chegar, automaticamente, à verdade e poderá ter opinião própria. A educação tem que ser aberta (TIÇÃO, 1978, p. 26).

Voltando ao depoimento da professora Maria Conceição Lopes Fontoura, ela nos relata a aproximação com o Grupo Palmares e a importância dele para a sua formação militante.

E a partir daí eu me vinculei ao movimento social negro porque foi aí que realmente eu me encontrei, aí passei a conhecer a verdadeira história dos negros e dos negros brasileiros, ... passei a valorizar todo o patrimônio cultural negro, tanto a questão da história, da religiosidade de matriz africana, quanto da luta guerreira do povo negro, que nunca foi passivo, que sempre lutou contra a escravidão. Fiz parte do grupo Palmares que trazia como grande contribuição a criação, a identificação, .. a expressão de uma data eminentemente negra que foi o 20 de Novembro, data da morte heróica de Zumbi (FONTOURA, 2005).

América Latina. A atuação da Professora Geraldina da Silva, no Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, é igualmente, uma boa fonte de pesquisa sobre o processo educacional no Estado.

²³⁷ Tradicional escola particular da cidade de Porto Alegre.

O Movimento Social Negro, de modo geral, foi o caminho para a professora Maria Conceição Lopes Fontoura encontrar outra vertente de militância: “*bom, eu tenho assim pra mim que o Movimento Social Negro foi extremamente importante..., pelo menos pra minha identificação enquanto mulher negra*” (FONTOURA, 2005). A bagagem que trazia como herança dos tempos de escola — quando a nossa entrevistada devia sempre estar entre as melhores — e as informações preconceituosas sobre a história da população negra contribuíram para que a militância por justiça social se tornasse uma prática no seu cotidiano.

Outro relato que ilustra a atuação do Grupo Razão Negra em fase mais contemporânea, com destaque para as reuniões na Sociedade Floresta Aurora, é o de Fernando Moreira, coordenador do Instituto Brasil-África.

A militância no movimento negro surgiu acompanhada de sentimentos contrários e contraditórios. Explico: inicialmente, freqüentava as festas *black* na casa de amigos negros do bairro em que morava, nestas festas conheci José Carlos (Zezinho – que foi secretário municipal da administração em Porto Alegre)²³⁸ e seu irmão Osvaldo (Vavá), Márcia e Glória Terra, Kleber Rocha e outros jovens negros e negras que já militavam no grupo Razão Negra, com atividades desenvolvidas na sede da Associação Floresta Aurora. Foi este conjunto de pessoas que, pela admiração e pelo respeito que por eles tinha e tenho, me levaram a decidir participar do MN. Assim, o sentimento que me guiou, inicialmente, foi a admiração pelos militantes que conhecia. Isto foi por volta dos anos 1977 a 1980 (MOREIRA, 2006).

O senhor Nilo Alberto Feijó que, pela quinta vez, é presidente da Associação Satélite Prontidão, e já assumiu a presidência do Conselho de Desenvolvimento e Participação da

²³⁸ José Carlos Ferreira dos Reis, foi Secretário Municipal da Administração na gestão da Frente Popular, no período 2001-2002 e o doutor Osvaldo Ferreira dos Reis, é militante do Movimento Social Negro e carnavalesco.

comunidade Negra do Rio Grande do Sul²³⁹ por mais de duas gestões, conta um pouco sobre sua chegada a esse Conselho.

Eu não sei qual foi ano... mas é interessante essa questão de chegar ao Conselho ... o caminho foi engraçado. Eu não me recordo se na época as pessoas eram nomeadas... eu sei que a primeira vez que eu entrei no Conselho foi no governo Collares²⁴⁰ eu fui convidado para participar. E aí por causa da sociedade [Satélite Prontidão], fui participar lá. Depois ...quando o Collares saiu do governo, parece que foi o Britto que assumiu. Eu não me recordo se teria que haver eleições, eu sei que o pessoal deu um gelo no Conselho, e ficou uma coisa assim incrível, realmente dava a idéia, tinha essa idéia assim que eles queriam acabar com o Conselho (FEIJÓ, 2006).

Como parte do círculo vicioso, encontramos, aqui, uma explicitação das demandas da comunidade negra que passam por diversas dificuldades quando institucionalizadas pelos órgãos públicos oficiais. Sendo uma conquista da comunidade negra, a idéia de acabar com o Conselho se concretiza quando assume o governo do Estado, em 2003, Germano Rigotto²⁴¹. Dentre os seus primeiros atos, extinguiu o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul. Essa ação ocorreu no período em que acontecia,

²³⁹Na atual gestão, empossada em 27 de junho de 2007, o senhor Nilo Alberto Feijó é vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul. O atual Presidente é o senhor José Antônio dos Santos da Silva, da União de Negros Pela Igualdade-UNEGRO.

Criado pelo decreto de nº 32.813 de 04/05/1988, teve sua primeira formação de conselheiros da sociedade civil e de representantes de Secretarias do Governo, com o objetivo de desenvolver estudos relativos à condição da Comunidade Negra e à sua integração plena na vida socioeconômica, política e cultural. Sofreu alteração por intermédio dos decretos 33.271 de 1º/08/1989, 36.299 de 24/11/1995 e 37.943 de 20/11/1997. É vinculado à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, através do Departamento da Cidadania.

Produto da inspiração criadora de um grupo de idealistas que buscavam um nova frente de luta contra as discriminações, um espaço de articulação de ações voltadas ao desenvolvimento e à ascensão do povo negro.

Desafios:

Desenvolver ações próprias ou em conjunto com segmentos da sociedade civil e instâncias do Governo do Estado, através de programas, projetos e intervenções diversas na qualificação e resgate da cidadania da população negra.

Formular políticas públicas de atendimento e proteção dos direitos da comunidade negra.

Apoiar e incentivar as iniciativas de ações afirmativas, avaliando a oportunidade e viabilidade destas e fiscalizando suas execuções.

Propor, estimular e apoiar as entidades governamentais e não-governamentais, na formação e/ou capacitação de equipes interdisciplinares para a realização de atividades direcionadas à comunidade negra.

http://www.stcas.rs.gov.br/portal/index.php?menu=conselho_viz&cod_noticia=165.

²⁴⁰ Alceu de Deus Collares, governador do Estado 1991-1994, PDT; Antônio Britto, gestão, 1995-1998, PMDB.

²⁴¹ “Manifestação: Após o fechamento da sede do Codene, executado com a autorização do secretário Edir Oliveira, representantes do Conselho organizaram um protesto durante a abertura oficial do III Fórum Social Mundial, em 23 de janeiro. Com faixas e palavras de ordem, interromperam o pronunciamento do governador Germano Rigotto [PMDB], acusando-o de racista. Em razão do manifesto, o governador solicitou uma audiência com a presidenta Ivonete Carvalho, demonstrando surpresa em relação ao ato do secretário e, imediatamente, apresentando pedido de desculpas e interesse em solucionar o caso” In: CLAVELIN, Isabel: “*Direção do Codene tem mandato prorrogado: militantes negros asseguram processo democrático de novos conselheiros*”. **Conexão Negra**. Porto Alegre: Ano 1, nº 2 – jan-fev-mar 2003, p. 8.

em Porto Alegre, o III Fórum Social Mundial, e se faziam presentes na cidade várias lideranças do Movimento Social Negro brasileiro²⁴² que, rapidamente, se mobilizaram e exigiram uma audiência e retratação pública do governador Rigotto que desfez o ato equivocado.

Retomando o relato do Senhor Nilo Alberto Feijó, que foi presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da comunidade Negra até o ano de 2001, dentre as muitas situações por que passou à frente desta entidade, destaca o seguinte fato:

E aí também houve a mudança do prédio, ... de tudo que tinha aqui no Centro Administrativo lá para onde antigamente era a Educação, na rua Carlos Chagas, bom, naquela época, ...eu fui pra lá, sabe que a gente não sabia o que fazer na realidade, porque não tinha ninguém pra nos assessorar e eles mandavam problemas de discriminação, preconceito mandavam lá pra Carlos Chagas. Eu nunca me esqueço que eu tinha só uma cadeira, uma mesa, uma cadeira e as caixas ... que tinham vindo de lá do Centro Administrativo, então, para atender as partes, eu sentava nas caixas e a parte sentava numa cadeira que tinha sobrado. Foi um sacrifício para montar tudo aquilo (FEIJÓ, 2006).

Durante o tempo em que o senhor Nilo Alberto Feijó esteve à frente do CODENE, suas impressões sobre as concretas e efetivas ações do Conselho, *“a gente, na minha gestão pelo menos a gente construiu algumas coisas, bem significativas que até hoje são comentadas”*.

Essas ações ficaram restritas às questões da Saúde e da Cultura:

Na Secretaria da Saúde, a gente conseguiu, ... com a Secretaria da Cultura a gente conseguiu algumas coisas. ... nós chegamos a realizar seminários com relação à Saúde. Realizamos um seminário uma ocasião que envolvia a questão principalmente das drogas e nós conseguimos fazer aqui na Assembléia Legislativa, que foi um trabalho extremamente produtivo, porque este trabalho foi um trabalho de vários meses e fizemos sair uma cartilha que foi encaminhada pra todas as instâncias de governo, na área municipal, na área estadual, na área federal, pra saúde, pra educação, pra segurança, o trabalho... No trabalho da questão dos quilombos a gente conseguiu produzir alguma coisa, tanto que o primeiro convênio foi assinado naquela ocasião ainda, a gente deu amparo ao projeto do MNU...A questão da Anemia Falciforme. ... Sabe, aquela moça²⁴³ que morreu logo em seguida, que foi uma das nossas baluartes

²⁴² “Diante da argumentação apresentada pelo Codene, juntamente com representantes do Comitê Afro Nacional, Comissão Nacional de Entidades Negras (Conen), União de Negros Pela Igualdade (Unegro), Movimento Negro Unificado (MNU), e Olívia Santana, vereadora de Salvador (PC do B/BA), o governador se comprometeu em garantir eleições democráticas com indicação de candidatos apontados pela sociedade civil em seminários a serem realizados nos próximos meses.” Conforme, CLAVELIN, 2003, p. 8.

²⁴³ Trata-se de Sandra Maria Corrêa Noronha, coordenadora do Instituto Brasil África-IBÁ e também do curso Pré-Vestibular desenvolvido na Sociedade Satélite Prontidão. Sandra Noronha sofria de Anemia Falciforme e estava grávida, quando morreu em 13 de agosto de 2000. “Anemia Falciforme. Tipo de anemia, de condição hereditária, em que um gene recessivo dá lugar a uma hemoglobina normal, com hemácias falciformes (em forma de foice), muito fracas, e que, por isso, são destruídas rapidamente. Anomalia genética, típica do povo negro, originou-se

neste processo todo para que fosse assinado aquele primeiro convênio que foi feito no Palácio do Governo, assinado pelo Olívio Dutra²⁴⁴ (FEIJÓ, 2006).

Quanto à educação propriamente dita, é bem interessante o depoimento do Senhor Nilo Alberto Feijó, que vem a confirmar a ambigüidade da questão. Por um lado, os movimentos sociais negros forjando as estruturas para a implementação de políticas públicas nessa área, e, de outro, os poderes instituídos indo na contramão desse processo.

Agora, realmente, eu não lembro assim, de um trabalho profundo que tenha sido marcado com relação à Educação, não me recordo. Tanto que eu não gosto muito de falar nisto, mas referente à educação eu me recordo, a gente andou tentando fazer algumas coisas e a gente nunca conseguiu fazer, ...eu não me recordo, se eu não me recordo, pelo menos na minha gestão, ... nós fizemos algumas visitas lá na Secretaria, tentando nos aproximar pra tentar montar um trabalho, mas sempre foi difícil em relação à Secretaria de Educação sempre foi difícil... Uma coisa eu não me lembro trabalhos com relação à educação (FEIJÓ, 2006).

Ações neste sentido vão ocorrer, isoladamente, sempre na tentativa de furar o resistente bloqueio dos poderes instituídos para impedir a implementação das reivindicações históricas do Movimento Social Negro, principalmente no que se refere ao hermético setor da educação. Na visão do senhor Nilo Alberto Feijó, alguns projetos que haviam iniciado, relacionados à comunidade negra iriam se concretizar institucionalmente, quando ele já havia se afastado da presidência do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra²⁴⁵.

Aliás, o Olívio [Dutra] no que se refere à comunidade negra, que eu me lembre, foi um cara que assinou coisas muito positivas. Eu não sei se outros fizeram porque eu me afastei, mas nesta [gestão] do Olívio teve muitas coisas positivas em relação à comunidade negra, os outros continuaram, claro, aí já estava plantado, a questão dos quilombos, por exemplo. ... Então, são coisas que a gente conseguiu construir. Daí

em quatro regiões africanas distintas, como reação hematológica à patologia da malária. Sua sintomatologia apresenta episódios de dor e eventual morte. Em países que receberam africanos de procedências variadas e com alto índice de miscigenação, como o Brasil, o mal tende a revestir formas complexas e de difícil controle. Em 2002, órgãos do governo e pesquisadores brasileiros implantaram programas de identificação, conscientização e melhoria da qualidade de vida dos enfermos, buscando caracterizar a anemia falciforme como um problema de saúde pública...” (In: LOPES, 2004, p. 59-60). Há também uma variação de anemia denominada Talassemia, que acomete os europeus e descendentes, principalmente, os de origem italiana. Ver também Cartilha Doença Falciforme editado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1999-2000.

²⁴⁴ Governador pela Frente Popular – PT-PDT e PC do B, 1999-2002.

²⁴⁵ A partir do ano 2000 o Conselho muda a estrutura para uma organização descentralizada passando a ter representação em nove regiões do Estado. As regiões eram: Cruz Alta, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, Porto Alegre, Pelotas, Osório, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento. Em 2001 tomam posse os novos conselheiros da sociedade civil representantes das nove regiões, eleitos no II Fórum Estadual da Comunidade Negra em novembro de 2000 na cidade de Porto Alegre, assumindo a presidência Ivonete Carvalho de Santa Maria.

vieram outros que certamente, fizeram outros trabalhos tão grandes ou quem sabe maiores do que este, mas a gente acha que são trabalhos importantes (FEIJÓ, 2006).

O entendimento do senhor Nilo Alberto Feijó, de que, oficialmente, pouco ou nada havia sido realizado contrasta com a pesquisa sobre organizações negras em Porto Alegre realizada por Jorge Manoel Adão, intitulada “*O negro e a Educação: movimento e política no Estado do Rio Grande do Sul (1987-2001)*”²⁴⁶. Isso mostra uma das estratégias dos poderes instituídos de, até então, realizar ações isoladas e pontuais. A partir do entendimento de construção e de processo, a pesquisa de Jorge Manoel Adão demonstra as ações educativas realizadas por pessoas ligadas às organizações negras, no sentido de mudar a cultura hegemônica que dominava o processo educacional à época.

O autor concentra sua análise nas ações políticas do Movimento Social Negro a partir da década de 1980. A base para o desenvolvimento da sua pesquisa “*é constituído pelo Projeto O Negro e a Educação da Secretaria do Estado da Educação*”²⁴⁷..., pelo Conselho de

²⁴⁶Jorge Manoel Adão defendeu sua dissertação em 2002 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em sua pesquisa o autor analisa a ação das seguintes entidades: “1 – Sociedade Beneficente Floresta Aurora, 2 Instituto Cultural Afro-Sul, 3 – Movimento Negro Unificado, MNU; 4 – Agentes de Pastoral Negros, APNs; 5 – Fundação Leopoldo Sedar Senghor, 6 – Centro Ecumênico de Cultura Negra, CECUNE; 7 – Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, 8 – Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra (Griô); 9 – União de Negros Pela Igualdade, UNEGRO; 10 – Instituto Brasil-África, IBÁ; 11 – Fórum de Entidades Negras do Estado do Rio Grande do Sul. Foi fundado como critério para escolha destas entidades e grupos a sua trajetória no contexto político da situação do negro e sua atuação e intervenção histórica na sociedade, junto com a área desde onde se organizam, se identificam e atuam como movimento negro na sociedade.” (ADÃO: 2002).

²⁴⁷“...o Projeto, foi pensado inicialmente como Plano Piloto. Um dos seus objetivos era realizar uma grande atividade por ocasião dos cem anos da Abolição da Escravatura, em 1988. A primeira escola a desenvolver o Projeto foi a escola Paulo da Gama, no bairro Partenon, em Porto Alegre... e foi desenvolvido um Seminário Interno de Instrumentalização, dentro da Secretaria Estadual de Educação... Após um ano...do Projeto Piloto, foi implantado oficialmente em 1987, O Projeto O Negro e a Educação... tendo como centro de ação o aluno negro. Este projeto, ...com a edição do documento ‘O escravo, O Liberto. Um Difícil Caminho’, foram resultados de Seminário Interno, realizado neste mesmo ano.

... no governo Pedro Simon 1986-1990 – PMDB, o trabalho andou porque o governo teve vontade política e liberou verbas para instrumentalizar os professores através da realização de até dez seminários mensais nas Delegacias Estaduais de Educação ...no governo Alceu de Deus Collares 1990-1994 do PDT, ... Neuza Canabarro, Secretária da Educação mudou a estratégia orientando a Comissão ... para construir textos e enviar às escolas. ...nesse período assumiu como coordenadora do Projeto a professora Maria Ivete Eanes, que veio a falecer no ano de 1992, sendo substituída por Marilene Leal Paré, que permaneceu nessa função até 1998.

Na gestão do governador Antônio Britto 1995-1998 do PMDB o Projeto ... mudou para o Negro no Currículo Escolar, deixando de ser nas Delegacias Estaduais de Educação uma questão específica para ser tratado juntamente com outras questões como indígenas, assentados, bibliotecários... O número de artigos enviados aos professores foram... diminuindo e o trabalho reduziu-se, ...a cartilhas e documentos enviados às escolas ... a Coordenação do Projeto, que assumiu em janeiro de 1999, relata que a partir de 1995, não se encontraram projetos ou atividades ligadas ao Projeto Negro e a Educação ou à Comissão Estadual do Negro e a Educação e que este Projeto, no formato original, praticamente não existia mais a esta época”. (ADÃO, 2002, p. 26).

Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul” (ADÃO, 2002, p.15), e de que modo essas instituições vêm articulando as demandas provenientes das entidades e grupos do movimento junto aos órgãos oficiais.

É necessário que façamos um parêntese neste momento, para retomarmos ações educacionais realizadas em período recente pela Sociedade Satélite Prontidão, com o fim de explicitar ações educacionais dessa organização que vão além do preconizado pelos desavisados: como simplesmente uma entidade de recreação. Sua ação destaca-se pela agregação do povo negro na questão cultural que se traduz na preservação da memória e de um papel socializador e conscientizador.

A partir dos anos de 1980, a Sociedade passou por uma mudança na sua atuação ao acolher um grupo que inclinado a discutir questões de conscientização no campo da política de intervenção, em vista disto foram criados, então, o Troféu Zumbi e o “Curso Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares”. Em 1988, a Associação Satélite Prontidão junto com a Sociedade Floresta Aurora, foi convidada a participar da Primeira Festa das Nações²⁴⁸. O senhor Nilo Alberto Feijó fez a seguinte referência sobre o evento:

E foi em 1988 nós participamos, inclusive, da primeira Festa das Nações, representando a etnia negra, né, a etnia afro-brasileira. Seríamos nós e o Floresta Aurora os representantes, esta primeira festa das nações ocorreu ali onde é Parque Marinha, ... se chamava Parque Sirotzky, Maurício Sirotzky. Ali foi a Primeira Festa da Nações, e isso já em 1988, ... fizemos uma grande exposição de artes na Assembléia Legislativa de artistas negros. Foi uma loucura! Eu não sabia que nós tínhamos tantos talentos do nosso Estado, porque não foram só talentos de Porto Alegre, veio gente de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, onde se conheceu o trabalho do Américo Souza, que produziu o Troféu Zumbi (FEIJÓ, 2006).

O Troféu Zumbi dos Palmares foi criado com o objetivo de homenagear pessoas negras ou aquelas que tivessem desenvolvido ações direcionadas para a promoção social e econômica da comunidade negra.

²⁴⁸O doutor Elói dos Ângelos foi Coordenador geral, em 1984, da Comissão Executiva Afro-Brasileira – CEAfro, da Festa das Nações de Porto Alegre, onde desenvolveu uma exposição de livros relacionados à temática negra.

Na década de noventa do século XX, o “Curso Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares”, sediado na cidade de Porto Alegre, proporcionou a um número significativo de estudantes, através do acompanhamento de educadores voluntários, o preparo necessário para o ingresso nas universidades gaúchas.

O Curso Vestibular Zumbi dos Palmares começou em 1996, eu não sei se por amizade da Iara Neves, da Carmem Fontoura que sempre são as pessoas mais ligadas à parte cultural, amizade com a Marieta. ... o Zumbi dos Palmares, na verdade, a origem dele é do Rio de Janeiro, do Frei Davi padre, carioca que organizou este curso lá no Rio de Janeiro e nós passamos a ser aqui, em 96, uma espécie de sucursal, um braço do Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares do Rio de Janeiro, e a gente manteve aqui por algum tempo (FEIJÓ, 2006).

O Curso Pré-Vestibular ficou vinculado ao Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares do Rio de Janeiro até o ano de 2005. Os professores eram voluntários, o material didático utilizado no curso era doado, e em vista da grande procura de estudantes era realizada uma seleção²⁴⁹, em que a raça, a situação socioeconômica e a procedência de escola pública eram requisitos básicos. Em relação ao número de estudantes que passaram pelo Curso, o senhor Nilo Alberto Feijó, sem um número específico, calcula uma média, com base no número de alunos por turma, que era de 40, e, pelo tempo de duração do Curso, quase dez anos, em torno de quatrocentos estudantes. O senhor Nilo Alberto Feijó narrou com emoção o convite de formatura feito por um estudante do curso Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares.

Foi o ano retrasado [2004], eu tive uma emoção muito forte, tem um rapaz que se chama Anderson Silva, parece, Anderson Silveira esse menino fez pré-vestibular aqui por um bom tempo. A primeira vez que ele fez o curso pré-vestibular passou mas, ... não era o curso que ele queria. Ele voltou pra cá de novo, continuou o curso e prestou exame para medicina. Passou na UFRGS [Universidade Federal], para medicina, ... e eu fui à formatura dele. Ele foi o orador da turma e parou o auditório quando falou: ‘eu sou negro’..., ele é bem claro, bem clarinho, ‘e eu me sinto muito só, onde estão os outros?’ Ficou aquela..., sabe o que é tchê? [em relação ao barulho], ... ele então continuou... quando sentiu que todo mundo tinha entendido o que estava pra dizer, ele falou, falou do curso que ele tinha feito, no pré-vestibular e tudo. Mas nós tivemos outros alunos que passaram também, ... não só na UFRGS, mas em outras universidades (FEIJÓ, 2006).²⁵⁰

²⁴⁹ Por volta do ano de 1996, 1997, faziam parte da seleção dos estudantes, Fernando Moreira e Sandra Noronha, ele participante do Grupo Razão Negra e ambos fundadores do Instituto Brasil África – IBÁ.

²⁵⁰ Em 06 março de 2006, participávamos da defesa de dissertação de Vera Regina Rodrigues da Silva quando a mesma fez depoimento semelhante, contava ela que estava na parada do ônibus e uma senhora veio lhe falar, dizendo que a conhecia há muito tempo e que tinha acompanhado a sua trajetória. Porque a Vera Regina sempre estudava no ônibus e a senhora descreveu este processo: “eu sempre te via, e depois eu passei a não te ver mais, aí eu pensei: ela deve ter passado no vestibular”. E, a Vera Regina contando isto muito emocionada, disse: que esta

O evento²⁵¹ que relatamos é uma ilustração de ações e estratégias realizadas por pessoas negras que fazem e fizeram a história dessa cidade. E como tais, a sua importância é fundamental no que se relaciona à própria história da comunidade negra gaúcha e no processo de reconstituí-la como uma das variáveis para valorização e contribuição para a elevação da auto-estima da população negra.

Na edição do Prêmio Zumbi dos Palmares, em 2006, a que nos referimos, foi homenageada a Professora Marilene Leal Pará. Nesse evento são homenageadas pessoas representativas e com grande trajetória de luta na história da comunidade negra e do Movimento Social Negro Sul-Rio-Grandense.

A Professora Marilene Leal Pará é reconhecida na comunidade negra pelo seu trabalho comprometido com a educação afro-brasileira, seja no Colégio Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja como assessora da Secretaria de Estado da Educação²⁵², onde desempenhou trabalho relevante ao integrar o “Projeto Negro e Educação”, em finais dos anos oitenta do século XX.

O “Projeto Negro nos Currículos Escolares” foi elaborado em 1991, correspondendo às ações previstas para gestão 1991/1995 na Secretaria de Estado da Educação. Assim, foi

história teve uma grande importância porque ela era uma referência, e disse que tinha participado do Curso Zumbi dos Palmares. *“De Gente da Barragem” a “Quilombo da Anastácia”: um estudo Antropológico sobre o processo de Etnogênese em uma Comunidade Quilombola no Município de Viamão/RS*”. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/PPG em Antropologia Social/UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado. Vera Regina Rodrigues da Silva, atualmente é Bolsista Eleita do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, turma 2007, foi aprovada para estudos de doutoramento na USP.

²⁵¹ Evento “Troféu Zumbi dos Palmares”, edição novembro de 2005. Homenageada, Prof^ª Marilene Leal Pará. O tema versou sobre “Negros e Educação, Histórias e Perspectivas”.

²⁵²A Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul compunha-se de três fundações e trinta Coordenadorias Regionais. Internamente estava dividida em cinco departamentos: Diretoria Geral, Departamento Pedagógico, Departamento Administrativo, Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Planejamento. De acordo com os dados de dezembro de 2001 o Estado contava com 3.034 escolas, com matrícula inicial de 1.430.498 milhão de matrículas. O Departamento Pedagógico abrigava os níveis da Educação Básica, além das políticas de Educação Especial, Educação Indígena, Educação Ambiental. E organizava-se em cinco núcleos que assessoravam, cada um, seis Coordenadorias Regionais. A maior demanda de educandos/as encontra-se no Ensino Fundamental, com uma matrícula inicial para dezembro de 2001 de 867.926 mil matrículas. O Ensino Fundamental abrigava as modalidades de Educação do Campo, Escolas Abertas, Escolas da Fundação de Atendimento Socioeducativo-FASE e Educação Afro-Brasileira.

oficializada, através da Portaria 000881 de 12/08/92, uma Comissão integrada por educadoras e educadores da rede pública estadual de educação e especialistas na temática étnico-racial, com a atribuição de assessorar as representações regionais no desenvolvimento e inclusão da cultura negra nos currículos. A partir do trabalho pedagógico realizado pelos Agentes de Pastoral Negros-APNs,

em 1986, a Secretaria de Educação toma conhecimento desse projeto e inicia um trabalho semelhante com o nome de Projeto O negro e a Educação. Em 1991, os educadores negros APNs/RS, de várias regiões, sentiram a necessidade de criar o Coletivo Estadual de Educadores Negros APNs/RS, integrado na época por educadores populares, e educadores com formação de 2º e 3º graus, com o objetivo de qualificar, sem a interferência do sistema escolar, especialmente, professores negros para o trato de questões étnico-raciais, de cidadania e de promoção social (Conforme Informativo APNs/RS, s/d).

Semelhante à entrega do Troféu Zumbi, o assunto proposto versou sobre “Negros e Educação, Histórias e Perspectivas”, portanto, vale o registro, pois, a partir da instituição do Projeto Negro e Educação²⁵³, foram realizadas várias ações pedagógicas direcionadas à inclusão da temática racial nos currículos em todo o Estado. Esse projeto, em parte, confunde-se com a nossa trajetória pessoal, pois desempenhamos, por determinado período, algumas

²⁵³Existia desde 1987 o Projeto o Negro e a Educação, em 07/02/1991, foi instituída a Comissão Estadual do Negro e Educação, composta por dezessete integrantes entre professores da rede pública estadual de ensino e especialistas sobre o assunto. A esta comissão cabia operacionalizar as ações relativas ao negro e à Educação. Em 10/08/1992 foi institucionalizada através da Portaria 000881 e publicada no Diário Oficial em 12 de agosto do mesmo ano. Através da nova portaria outros integrantes foram incorporados à Comissão e as vinte e nove Delegacias de Educação – hoje Coordenadorias Estaduais de Educação - passaram a ter representantes responsáveis pelo desenvolvimento de atividades educacionais referentes à Cultura Negra na sua região. No período de criação deste projeto foram realizados seminários e incentivadas ações de valorização da cultura afro-brasileira. Duas publicações foram editadas a revista - **De Escravo a Liberto** um difícil caminho. PESAVENTO, Sandra Jatahy, (coord.) Porto Alegre: SE/Comissão do Texto Didático, 1988; e, **Rio Grande do Sul: aspectos da negritude**. TRIUMPHO, Vera (org). Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991. Entretanto, a partir do ano de 1995, não encontramos na Secretaria registros ou atividades ligadas ao Projeto Negro e a Educação e a Comissão Estadual do Negro na Educação.

ações preconizadas pelas suas criadoras, Professoras Ivete Eanes, Vera Regina Triumpho²⁵⁴, Zenóbia Lúcia de Deus, Terezinha Juraci, Maria Marques, Marilene Leal Paré, entre outras.

Em 1999, em função da ausência de coordenação do “Projeto Negro e Educação”, houve a indicação por parte do Movimento Social de que professores ou educadores do Movimento Social Negro deveriam assumir a coordenação do Projeto²⁵⁵. Assim, nesse contexto, assumimos a coordenação do Projeto. Por conta da nossa representatividade na Divisão de Ensino Fundamental e a existência legal da Comissão Estadual do Negro e Educação, tínhamos a tarefa de reativar as suas ações. Desse modo, iniciamos a rearticulação da Comissão, construímos pré-propostas que deveriam embasar as ações da nova Comissão: realizar reunião com os antigos integrantes da Comissão Estadual do Negro e a Educação; avaliar a Proposta “Negro no Currículo Escolar” até aquele momento; definir papéis, levar a expectativa dos Movimentos Negros visando à construção de uma proposta educacional, a partir das demandas do Movimento Social Negro para a Educação no Estado; sensibilizar e desencadear propostas de ação para o processo da Constituinte Escolar; rearticular e instituir de fato um grupo interdisciplinar para trabalhar as questões da história e cultura negra na Educação; reunir universidades e entidades ligadas à questão negra para um trabalho conjunto; elaborar e desenvolver projetos de formação com funcionários da Secretaria de Educação,

²⁵⁴ Professora Vera Regina Santos Triumpho, é coordenadora do Coletivo de Educadores Negros e da Regional Sul dos Agentes de Pastoral Negros. “Em 1983, negros católicos, seminaristas e leigos que sonhavam com a visibilidade positiva e com a cidadania do povo negro na sociedade brasileira – começaram a reunir-se em São Paulo ... Surge, então, os Agentes de Pastoral Negros que, tendo como identidade de fé a Igreja Católica estão empenhados no diálogo inter-religioso, com ações voltadas para um mundo mais justo e solidário, em relação aos afro-brasileiros. Ainda neste mesmo ano, é iniciada, no Rio Grande do Sul, a caminhada dos Agentes de Pastoral Negros/APNs. Temos como objetivos principais a promoção do dom de Deus, presente na negritude, a luta contra todo tipo de racismo e discriminação racial e intolerância correlata, o enriquecimento do processo de inculturação da Igreja ... Atuamos nas periferias urbanas e rurais com grupos de base e a partir desses com grupos específicos de crianças, mulheres, jovens, educadores, religiosos, ministros e comunidades remanescentes de quilombos. (Conforme Informativo APNs/RS, s/d).

²⁵⁵ Em 1998 o grupo composto pela Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores e Movimento Social Negro, realizou um seminário do qual foi tirado um relatório propositivo de políticas públicas de promoção e valorização da Comunidade Negra no Governo da Frente Popular. Dentre as reivindicações foi apresentada uma lista de nomes de pessoas militantes do Movimento Social Negro as quais deveriam fazer parte de cargos indicados ao governo. Alguns nomes foram contemplados, entre eles o meu. Assim, em 1999, por ser educadora, fui indicada para ocupar o cargo de assessora técnica do Departamento Pedagógico na Divisão de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação.

Coordenadorias e escolas; criar e incentivar produções intelectuais, pedagógicas nas diferentes áreas de conhecimento, abrangendo a questão.

Esse processo de desenvolvimento do “Projeto Negro e a Educação” foi importante porque desencadeou procedimentos nunca registrados na instância estadual de educação. Desses procedimentos destacamos a formação continuada, mediante seminários realizados para as assessorias, nas coordenadorias, as quais eram responsáveis por multiplicar o trabalho em suas regiões de abrangência. Além das atividades de formação, destacamos o trabalho inédito de envolvimento e comprometimento de uma instância governamental com a inclusão da temática étnico-racial nos currículos da educação.

No período da nossa passagem pela Coordenação do núcleo da então denominada Educação Afro-Brasileira demos continuidade às diretrizes propostas pelo Movimento Social Negro de que as organizações institucionalizadas pelas instâncias governamentais — Conselhos, Coordenadoria, etc. — tivessem por pressuposto básico coletar dados da realidade da população negra e articular propostas de políticas públicas nas diferentes instâncias.

A partir dessas diretrizes foram realizadas algumas ações no Núcleo de Educação Afro-Brasileira, entre as quais, o seminário - “Curso de Formação para Educadores - Educação e Relações Raciais”²⁵⁶, em parceria com organizações do Movimento Social Negro, e a edição de cartilhas da Série Memória da Lutas Populares, versando sobre a questão étnico-racial, questões de gênero e, ambiente. Foram distribuídas para as escolas da rede estadual de ensino: “Caderno Pedagógico Semana da Consciência Negra”, “Cartilha Anemia Falciforme”; 12 mil exemplares do Caderno Pedagógico “Mulher”, Caderno Pedagógico “Criança e Adolescente – O Direito de Ter Direitos”.

²⁵⁶O Projeto de realização do curso foi apresentado por Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras à Comissão de Educação do CODENE, o qual foi aceito. Lembramos que a Secretaria de Estado da Educação participou deste evento como apoiadora, pois os recursos para a realização do mesmo foram despendidos pela Secretaria de Cidadania a qual estava vinculado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra-CODENE.

As ações realizadas na Secretaria Estadual de Educação, nesse período, foram esporádicas e com poucos recursos, pois estava em andamento um processo maior que, entendiam os coordenadores, era mais importante, a Constituinte Escolar, processo que iria dar as diretrizes da Educação para o Estado²⁵⁷.

Nesse período foi realizada uma ação importante: coleta de dados em 2000, sobre o percentual de educandos afro-brasileiros, em escolas estaduais, pois entendíamos que um diagnóstico, mesmo que parcial, contribuiria para implementar ações mais específicas e direcionadas em conjunto com as assessorias da Secretaria, Coordenadorias e comunidade escolar²⁵⁸.

A metodologia utilizada para essa coleta de dados baseou-se nas seguintes categorias: mapeamento da situação e desempenho educacional referente aos índices de evasão e repetência nas escolas estaduais dos educandos afro-brasileiros. Os dados foram coletados através do Censo Escolar estadual no ano de 2000, em instrumento oficial do Estado. Do total

²⁵⁷ Destacamos que quando houve realmente uma ação coordenada sobre educação étnico-racial que envolveria o conjunto de representantes do Ensino Fundamental no Estado, a gestão já estava finalizando. O *Seminário Estadual de Educação Popular Construção Social do Conhecimento e Inclusão* ocorrido em Porto Alegre no mês maio de 2002. Seu objetivo foi destacar o processo de construção social do conhecimento, em curso nas escolas, contrapondo-se a produtos prontos e acabados e aprofundar no processo de formação continuada a reflexão e o diálogo para resignificação das práticas no cotidiano escolar através dos saberes, popular e teórico, historicamente construídos. Reafirmando no processo de formação continuada às questões multirraciais através da Conferência Multiculturalismo Crítico e Reconstrução Curricular, proferida pela Educadora Maria Aparecida Silva – Presidente de Geledés-Instituto da Mulher Negra/SP e Coordenadora do Projeto Geração XXI, à época. O Seminário reuniu 3.500 educadores/as de todo o estado. Nesta atividade foi realizado o *IIº Encontro de Educação Fundamental: Práticas e Saberes na Construção Social do Conhecimento*. Entre os seus objetivos constava apontar coletivamente uma agenda de compromissos para a partir do seminário, buscarmos efetivar na prática pedagógica a escola transformada e transformadora, possível e necessária nos marcos da Educação Popular. No encontro, reuniram-se aproximadamente 900 educadores e educadoras, da Rede Estadual de Ensino para discutir e aprofundar, entre outros eixos, as questões multirraciais na escola, a construção de uma agenda de compromissos, entre eles, a formação dos/as profissionais da Educação e comunidade escolar relacionada ao tema. Mas, repetimos, esta ação ocorreu alguns meses antes do final da gestão da Frente Popular, o que impediu que se desse continuidade a esse processo. Ademais, salientamos que políticas relativas à questão negra dificilmente são ações de Estado, o que pressupõe uma continuidade, ficando assim a sua realização na boa vontade e nos interesses do grupo no poder.

²⁵⁸ Vale destacar que a equipe de treinamento para a inclusão dos dados paralelos não deu a devida importância para esta coleta de dados. Este fato resultou no descaso de muitas escolas e comentários indevidos tais como: “*eu não vou responder isto, pois minha escola é cercada por marginais*”. Resumindo os fatos, boa parte das escolas não respondeu ao censo o que acarretou um problema no banco de dados, pois o sistema operacional rejeitava os instrumentos com aquele campo vazio. E mais uma vez uma ação de política pública foi encarada apenas como algo que geraria incômodo e mais trabalho e, afinal para que serviria este levantamento?

de 3.034 escolas contatadas, 1.799 responderam ao Censo paralelo, e 1.235 escolas não responderam.

A análise dos dados nos revelou que escolas com mais de 90% de educandos afro-brasileiros correspondiam a escolas pertencentes a áreas Remanescentes de Quilombos ou à modalidade de Escolas Abertas. No cruzamento de dados dos municípios com percentual significativo de população afro-brasileira, constatamos que essa população concentrava os mais altos índices de evasão e repetência. Em relação às 1.799 escolas que declararam a presença de educandos afro-brasileiros, o percentual ficava em torno de aproximadamente, 59,29% do total das escolas estaduais na época. Por seu turno, as escolas com a presença de Até 10% de educandos/as afro-brasileiros/as somaram 1.107, representando, aproximadamente, 1/3, ou 36,5% do total das escolas que responderam ao Censo. Das escolas que responderam ter entre 11% a 100% de educandos afro-brasileiros somaram 692, correspondendo a 22% das escolas estaduais, dado considerado significativo à medida que estava acima da média oficial para o total da população negra do Estado, que gira em torno de 13 a 15%. Das 692 escolas, 68 delas, ou 2,24% declararam a presença majoritária de educandos afro-brasileiros ou seja, acima de 50%.

Esses dados são significativos, mesmo que não representassem a totalidade das escolas estaduais, pois demonstraram a presença de educandos afro-brasileiros em quase 60% delas, justificando a necessidade de implementar políticas públicas efetivas no combate à evasão e à repetência e proporcionando, dessa forma, a permanência com sucesso do educando, em especial do educando negro, na escola.

Outra coleta de dados possibilitou a visualização do mapa de municípios com alto índice de população afro-brasileira que apresentavam alto índice de evasão e repetência.

Tabela 5 – Mapa de Municípios com alto índice de População Afro-brasileira²⁵⁹

Municípios	Evasão/Repetência (%)	Coordenadoria Regional
Alvorada	27,86	28ª Gravataí
Bagé	29,95	13ª Bagé
Caçapava do Sul	27,22	24ª Cachoeira do Sul
Cachoeira do Sul	24,42	24ª Cachoeira do Sul
Cachoeirinha	25,76	28ª Gravataí
Camaquã	23,44	12ª Guaíba
Canoas	30,77	27ª Canoas
Dom Pedrito	29,83	13ª Bagé
Encruzilhada do Sul	29,93	6ª Santa Cruz do Sul
Gravataí	26,35	28ª Gravataí
Guaíba	24,18	12ª Guaíba
Jaguarão	34,92	5ª Pelotas
Nonoai	23,12	7ª Passo Fundo
Novo Hamburgo	29,78	2ª São Leopoldo
Pelotas	31,07	5ª Pelotas
Pinheiro Machado	33,46	13ª Bagé
Porto Alegre	22,43	1ª Porto Alegre
Rio Grande	27,63	18ª Rio Grande
Rio Pardo	26,04	6ª Santa Cruz do Sul
Rosário do Sul	23,24	19ª Santana do Livramento
Santana do Livramento	29,70	19ª Santana do Livramento
São Borja	25,92	35ª São Borja
São Gabriel	24,51	13ª Bagé
São Jerônimo	25,51	12ª Guaíba
Sapucaia do Sul	28,50	27ª Canoas
Tapes	27,18	12ª Guaíba
Taquara	24,71	2ª São Leopoldo
Viamão	30,95	28ª Gravataí

Fonte: SERS/SIE Dados: IBGE - 1996.

²⁵⁹ Os dados do IBGE foram cruzados com o levantamento da evasão e repetência fornecido pelo Sistema de Informática do Departamento de Planejamento da Secretaria Estadual da Educação em 1999/2000.

Os dados da Tabela 5, sobre os municípios que revelam os maiores índices de evasão e repetência coincidem com os obtidos por Marcelo Paixão:

No ano de 2000, em todo o Rio Grande do Sul, viviam quase 1,3 milhões de negros e negras. Destes, 657, 8 mil eram formados por homens e 631, 6 mil, eram formadas por mulheres. ... a maior cidade negra do Rio Grande do Sul, em termos de tamanho da população, era a capital, Porto Alegre, abrigando mais de 225 mil afrodescendentes. Pelotas, com mais de 50 mil negros, era a segunda maior cidade negra gaúcha. Na lista dos demais maiores 25 municípios negros no Rio Grande do Sul (em total de 467 municípios), ... quase a totalidade ficava na região metropolitana de Porto Alegre, ou nas antigas áreas vinculadas à pecuária (PAIXÃO, 2003, p. 13).

Na qualidade de assessora do Departamento Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação, representamos essa Instituição no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. A organização e a atuação do Conselho passou a ter como base as Comissões Temáticas, e os objetivos²⁶⁰ da nova gestão eram: realizar a I Conferência Estadual da Comunidade Negra²⁶¹; reestruturar as comissões temáticas da Saúde, Educação, Segurança; Cultura, Geração de Trabalho e Renda, Meio Ambiente e Cosmovisão Africana; aprovação e

²⁶⁰ Dentre as ações que foram realizadas, destacamos a elaboração, pelo Fórum Intersecretarial do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, de um texto proposta para ser discutido nas reuniões das Comissões Temáticas e nas Pré-Conferências. O Fórum Intersecretarial reuniu os seguintes órgãos e secretarias e respectivos representantes: Departamento de Cidadania/DECID, da Secretaria do Trabalho e Cidadania e Assistência Social, Mozar Artur Dietrich e Monica Rodrigues; Secretaria da Segurança, Reginete Souza Bispo; Secretaria da Cultura, Mário Humberto Berndardes; Secretaria da Saúde, Áurea Maciel e Fátima Teresinha dos Santos; Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, Fernando César Ferreira Vieira e Gilberto Silva da Silveira; Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Jorge Luiz da Silva Nascimento e André A Mombach; Secretaria da Educação, Lúcia Regina Brito Pereira e Jacira Helena Perez; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Sandra Mara Rodrigues de Oliveira, Arnaldo Batista Santos dos Santos e Renato Santos de Oliveira; Casa Civil, Luiz Roberto Simom do Monte e João Victor de Oliveira Domingues. As propostas elaboradas para a Educação foram as seguintes: Garantir que a educação escolar esteja identificada com a totalidade da população brasileira, servindo de importante alavanca para a construção de uma sociedade socialista, democrática, justa, igualitária e sem qualquer tipo de discriminação; Garantir um canal de comunicação entre Secretaria de Educação e o Movimento Negro no Estado, a fim de discutir, propor e implementar ações em parceria, visando a valorização da cultura negra; Estimular a criação e ampliação de programas de alfabetização de adultos; Elaborar material gráfico e audiovisual enfocando a cultura negra, a fim de que seja distribuído às escolas; Criar Bolsa Auxílio para as famílias carentes, a fim de assegurar permanência dos alunos na escola; Elaborar programas educativos que possam ser realizados em parceria com outras Secretarias do Estado; Acrescentar nos instrumentos de matrícula e de pesquisa da Secretaria do Estado da Educação o item cor/raça; Estabelecer um programa de aquisição de livros didáticos e de escritores negros contemporâneos, abordando a cultura negra, para serem distribuídos para as bibliotecas escolares do Estado; Estimular a criação de material didático sobre a visão de mundo africano (religiosidade), produzido por profissionais competentes na área e avaliado por pedagogos afrodescendentes vivenciadores desta visão de mundo; Criar feiras itinerantes de livros em parceria com a Câmara do Livro, contemplando obras sobre a Cultura Negra; Assegurar no mínimo, uma educadora negra, ou educador negro, indicado pelo Movimento Negro como membro do Conselho Estadual de Educação. In.: Comunidade Negra: Valorização e Desenvolvimento Proposta para Discussão. Porto Alegre: Organização Fórum Intersecretarial do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra/ RS, 2000/2001.

²⁶¹ Depois de nove Pré-Conferências no interior do Estado e em Porto Alegre, foi realizada a I Conferência Estadual da Comunidade Negra na cidade de Caxias do Sul em 2001. Das propostas apresentadas a Comissão Temática da Educação apresentou 41 propostas, superando as apresentadas pelas outras Comissões Temáticas.

regulamentação do projeto Remanescentes de Quilombos; desenvolver cursos de formação em políticas sociais e de direitos aos conselheiros; organizar e implementar a Semana da Consciência Negra em âmbito estadual; organizar o Encontro Estadual para elaboração do documento oficial para a III Conferência Mundial da África do Sul, ocorrida em 2001.

Pretendíamos reestruturar a Comissão de Educação da Secretaria de acordo a Comissão de Educação do Codene primando pela descentralização e interiorização. Assim, a nova formatação atingiria todo o Estado através das regionais. O processo de criação e manutenção da Educação Afro-Brasileira na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, não se desenvolveu linear e continuamente, mas persistiu, ou resistiu, ao passar do tempo às diferentes gestões de governo, sendo mantido até os dias atuais. Muitos e muitas de nós, direta ou indiretamente, fomos atingidos por esse projeto pioneiro no Estado, o qual foi responsável pela sensibilização, formação e conscientização de milhares de professoras, professores, educandas e educandos gaúchos. Além disso, proporcionou a criação de muitos movimentos e organizações no interior do Estado voltados para a inclusão da temática étnico-racial nos currículos escolares.

Em vista do contexto atual, que preconiza a inclusão através de ações afirmativas para a população negra, é necessário introduzir questões de aspecto histórico como sugestão para lançar novos olhares sobre o tema e construir outros que embasarão novas pesquisas e assim contribuir para a efetiva inclusão da história afro-brasileira nos currículos, tendo sempre por meta o fim das desigualdades educacionais que acompanham a trajetória da população negra ao longo da história brasileira. É importante lembrarmos que há muito o povo negro trabalha para mudar a educação escolarizada, no início com ações mediadas pelas próprias organizações negras, e tanto foi realizado, ao longo desse processo, que conseguimos, hoje, a instituição da Lei 10.639. Portanto, vale repetir: essa lei é a corporificação de muita luta engendrada pelas organizações negras, pelo Movimento Social Negro.

Voltamos, neste ponto, ao depoimento da professora Maria Conceição Lopes Fontoura, que relata a sua integração ao Movimento Social Negro e a necessidade de atuar em um campo mais específico, quando esse Movimento e o Movimento Feminista mostraram-se limitados em relação a discussões sobre a mulher negra. As demandas se ampliaram e, na qualidade de mulher e negra, a professora Maria Conceição Lopes Fontoura percebeu a necessidade de militar em uma frente que atendesse às demandas das dimensões gênero e raça:

Até que em 1987, junto com outras mulheres que faziam parte do Movimento Social Negro, chegamos à Maria Mulher que no começo chamou Grupo Maria Mulher - Grupo de Mulheres Negras, ... o [grupo] Maria Mulher trouxe como grande diferencial, buscar colocar no cenário da discussão as temáticas ligadas à mulher, suas questões específicas que não encontraram ... um acolhimento digno quer fosse no Movimento Social Negro onde as mulheres faziam parte, mas cujo a direção era eminentemente masculina e, nem no movimento de mulheres que estavam emergindo e que as mulheres falavam das mulheres mas na ótica das mulheres brancas (FONTOURA, 2005).

A necessidade de se fazerem ouvir foi uma alternativa das mulheres negras que, historicamente, ficaram invisíveis nos processos de luta entre a questão sexista — defendida pelas mulheres brancas — e o machismo que passava despercebido pelos homens negros. As questões relativas à mulher negra ficam subsumidas no social, que ambos os movimentos, feminista e negro, defendiam, por ser uma questão de caráter amplo e universal, como explicita Sueli Carneiro:

Com efeito, o silêncio ... tem sido responsável pela invisibilidade das mulheres negras e essa invisibilidade obscurece uma história de luta e resistência. No passado contra a escravidão e dominação senhorial e, no pós-abolição até os dias de hoje, por afirmação de uma identidade específica historicamente construída que se distingue da história das mulheres do grupo socialmente hegemônico (CARNEIRO, 2005, p. 286).

Maria Mulher, em seu primeiro *Boletim*, no editorial, denuncia a situação sócio econômica da população negra brasileira, em consonância com o Movimento Social Negro, à época:

Somos frutos do maior genocídio da história brasileira, pois se nossos antepassados viviam em senzalas, hoje, nós continuamos vivendo nas vilas e favelas, ocupando o mais baixo estrato social, imposto pelo sistema capitalista dependente. Face a essa realidade social, econômica e cultural da população negra, o grupo compreende que deva desenvolver uma ação, um trabalho visando socializar o

conhecimento, resgatando e valorizando nossa cultura e assim contribuímos para a construção de uma sociedade justa e igualitária, garantindo o respeito às especificidades raciais e sexuais do conjunto da população (MAR♀A MULHER BOLETIM, 1987, p. 2).

Percebemos, aqui, que o discurso enfatiza as questões do silenciamento, o lugar desprivilegiado reservado à população negra na sociedade, e, ao mesmo tempo, denuncia a realidade e remete o leitor aos objetivos do grupo quando se propõe a trabalhar para “*socializar o conhecimento, resgatando e valorizando nossa história*”. Concomitantemente, chama a atenção para as “*especificidades raciais e sexuais*”, como forma de alcançar a equidade social. Esse discurso incitou as mulheres negras.

Com eles, tivemos a segurança de seguir em frente. Herdamos a luta que se desdobra inicialmente, nos marcos nefastos da escravidão e nunca mais paramos. A trajetória aqui palmilhada dá conta, com limitações, dos nossos primeiros passos onde a *opressão* foi o motor que impulsionou a nossa posição na sociedade. Opressão que vai diferenciar, substancialmente, a luta das mulheres negras e das mulheres brancas. Trazer à tona essa discussão exigiu-nos um diálogo *específico com o movimento feminista brasileiro*. Pontuamos os ruídos desse diálogo na subvalorização das especificidades das mulheres negras que, além da pecha do sexismo, eram vítimas do racismo (CARNEIRO, 2005, p. 286, grifos no original).

O editorial denuncia e conclama aos demais grupos e entidades a partilharem das idéias do então nascente grupo:

Diante do estágio embrionário do Grupo, algumas propostas de trabalho estão sendo implementados, por exemplo, estamos lançando o primeiro boletim, que é um veículo aberto aos demais grupos e entidades do movimento negro, que partilham de nossas idéias, somando-se aos demais movimentos sociais que buscam garantir de forma organizada seus direitos (MAR♀A MULHER BOLETIM, 1987, p. 2).

No Artigo intitulado “*Sexualidade*” há uma reflexão sobre o processo de alienação a que foi submetida a mulher negra ao longo da história brasileira, em seus impedimentos para construir o seu fazer, mostrar-se dona de seu corpo e enfrentar o machismo, ultrapassando a barreira da “*excentricidade*”. E o artigo é concluído com um chamamento ao movimento feminista branco,

No tocante ao movimento feminista, cabe-nos frisar que enquanto as mulheres brancas lutam para conquistar o direito ao prazer, nós negras ainda estamos

batalhando pela sobrevivência, responsáveis que somos, muitas vezes, pela manutenção da família. Desta maneira, fica prejudicada a organização das mulheres negras em torno de suas questões específicas, entre elas a valorização do corpo, o direito ao prazer e à sexualidade (MAR♀A MULHER BOLETIM, 1987, p. 4).

No decorrer dos anos 1980, algumas organizações surgiram em formato de grupos e, com o passar do tempo, fizeram parte do fenômeno de surgimento e estruturação do chamado Terceiro Setor²⁶². Na falta de ações efetivas por parte do Estado brasileiro, muitas dessas organizações, mediante financiamentos nacionais e internacionais, passaram a atuar e a interagir com os grupos nomeadamente desfavorecidos.

Assim, o Grupo Maria Mulher, acumulando uma experiência de dez anos, de acordo com o contexto da época, passou a atuar de modo a que sua atuação proporcionasse uma ação mais incisiva na questão da inclusão social da população negra e, em especial, da mulher negra. Em 1998, a Grupo transformou-se em uma Organização Não-Governamental, passando a denominar-se Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras. Nessa condição, o trabalho acumulado passou a ser realizado de forma objetiva e com certa estrutura, que antes era incipiente ou quase ausente, e dependia somente da vontade e do espírito de combatividade das suas integrantes. Essa nova estrutura propiciou que essa organização levasse as questões da mulher negra para inúmeros setores da sociedade gaúcha, incluindo o tema na pauta de discussões no Movimento Social Negro, no movimento feminista e em órgãos públicos.

As ações educativas realizadas por Maria Mulher Organização de Mulheres Negras estão exemplificadas nas suas linhas de ação: *Mulheres, Meninas/Adolescentes; SOS Racismo; Intervenção Política; e Documentação e Informação*. A partir de sua própria experiência,

²⁶² “ONGs” [são] as organizações de direito privado, sem fins lucrativos, não-corporativas e não-partidárias, que realizam objetivos sociais variados... tais organizações contribuíram efetivamente para uma redefinição do espaço público no Brasil, desvinculando-o do espaço exclusivamente estatal. Inicialmente estruturadas em torno de atividades de 'apoio' e 'assessoria' aos movimentos sociais que emergiram a partir de meados da década de 1970 no cenário político brasileiro, estas organizações passaram progressivamente a definir seus próprios espaços de atuação, estabelecendo agendas e estratégias de atuação próprias.

Os anos 90 encontraram as ONGs brasileiras num momento vigoroso de sua história, animadas e estimuladas pelo processo de redemocratização política, pelas conquistas no âmbito legal, e pela experiência internacional acumulada principalmente no rastro do ciclo das conferências sociais da ONU...” (Conforme HERINGER, 2000, p.344). Vide – capítulo 3.4 - Maria Mulher – p. 136.

mostraremos, a seguir, Maria Mulher por Maria Mulher, nas suas ações pedagógico-educacionais.

No trabalho de combate à violência doméstica, desenvolvida na Região da Vila Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, a ação se caracteriza pelo atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência doméstica. O atendimento é desenvolvido por uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogas, educadoras, enfermeiras, e faz parte do *Programa Construindo a Cidadania da Mulher Vítima de Violência Doméstica*. No Editorial da “*Revista Maria Mulher*”, publicada em 2002, em comemoração aos quinze anos da organização, foi exposto o quadro da violência doméstica naquele período,

No Brasil a cada 4 minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar, por uma pessoa com quem mantém uma relação de afeto: 70% das agressões acontecem dentro de casa e o agressor é geralmente o companheiro. 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

A violência doméstica apresenta um caráter democrático já que vitima mulheres de diferentes classes e raça/etnia... Maria Mulher ao refletir sobre essa realidade procura desenvolver ações para as mulheres em situação de risco e vulnerabilidade agudizada

Maria Mulher ao publicar esta revista espera sensibilizar a sociedade, conquistando um número maior de parcerias para continuar desenvolvendo suas ações de combate as violências sexista e étnico racial (MARIA MULHER, 2002, p. 4).

Conforme apresentação na *Revista Maria Mulher*, o trabalho desenvolvido prevê a formação e aperfeiçoamento profissional das mulheres que procuram o serviço, oferecendo instrumentos para que sejam sujeitos de sua transformação. Para tal, são oferecidas oficinas de cuidados pessoais, de produção de alimentos, de confecção de roupas e de reciclagem de papel.

As ações são integradas com a Rede de Serviços da Comunidade Cruzeiro do Sul. Para socializar as informações são realizados seminários mensais que versam sobre temas variados: educação, saúde oral, saúde mental, direitos civis, gênero, raça/etnia, DST/AIDS. A seguir,

transcrevemos as impressões das colaboradoras dos programas sobre as atividades pedagógicas que desenvolvem.

O atendimento psicossocial é iniciado na “*sala de espera*”, onde é proporcionada a troca de experiências, são passadas informações sobre os serviços existentes na região, além da exibição de vídeos educativos e informativos sobre assuntos relacionados à educação, saúde, violência, etc., enquanto as mulheres aguardam o atendimento. De acordo com a psicóloga Ana Luiza Júlio²⁶³,

o trabalho oferece acolhimento, escuta e encaminhamento médico, jurídico e social para as mulheres em situação de violência doméstica. Oferecer um espaço para fala, para extravasar as dores da alma é o passo inicial na construção de laços de confiança, visando ao fortalecimento emocional para a busca de alternativas que possibilitem o rompimento com a situação vivida. O atendimento individual ou em grupo é alicerçado no respeito à dificuldade de exposição dos sentimentos e da dor (MARIA MULHER, dez 2002, p. 7).

A formação é um dos pontos básicos do atendimento, pois, segundo a concepção interdisciplinar assumida pela Organização, o atendimento psicossocial e o encaminhamento médico ou jurídico são importantes, mas não suficientes para as mulheres redimensionarem a sua vivência e o seu fazer cotidianos. Assim, o trabalho se estende com as oficinas de cuidados pessoais e a produção de alimentos.

As oficinas de Cuidados Pessoais e Produção de Alimentos visam disseminar informações sobre cuidados com a saúde, com a higiene pessoal, familiar e da comunidade e também contribuir para a melhoria da qualidade de vida das mulheres chefes domiciliares de baixa renda através da formação profissional, possibilitando acesso a uma fonte de renda (MARIA MULHER, 2002, p. 8).

A aprendizagem ou o aperfeiçoamento na confecção de roupas é outra das ações realizadas com as mulheres atendidas pela Organização Maria Mulher e, segundo a coordenadora da oficina, Rosélia Pereira de Araújo, ela proporciona, além da possibilidade de aquisição de uma profissão, sentimentos de valorização e autonomia.

²⁶³Integrou o Programa Construindo a Cidadania das Mulheres Vítimas de Violência.

Esta oficina procura estabelecer uma relação entre a situação experienciada pela mulher em seu cotidiano e as possibilidades de transformação dessa realidade a partir do trabalho em equipe e do desenvolvimento de laços de solidariedade.

A transformação do tecido seja retalhos ou roupas, novos ou usados em criações personalizadas simboliza a mudança de uma realidade de insegurança para uma condição de valorização, autoconfiança e autonomia (MARIA MULHER, 2002, p. 10).

Em relação à oficina de reciclagem de papel, a arte-educadora Jovita Peña Sommer assim se pronuncia,

A oficina de Artes Plásticas trabalha os diversos olhares – para dentro e para fora -, propiciando às mulheres a percepção de si mesmas e do espaço em que estão inseridas. Na reciclagem de papel há a preocupação com a transformação do que iria fora num outro objeto, com possibilidades de ser novamente manipulado.

Ambas as oficinas desenvolvem a autoconfiança, ampliando a consciência de mundo e propiciando a descoberta das possibilidades do FAZER (MARIA MULHER, 2002, p. 10).

A saúde também está incluída na programação, fazendo parte de uma oficina específica, e os seus objetivos são descritos pela, então, coordenadora Janice Porto:

A promoção da Saúde revela-se como arte de cuidar, de acolher e de educar. ... As oficinas são realizadas através de dinâmicas educativas e palestras que englobam diversos temas relacionados a auto-estima, sexualidade, corpo, DST/AIDS, métodos contraceptivos, gestação, doenças étnico/raciais e doenças provenientes da violência doméstica contra a mulher.

O trabalho oferece subsídios e conhecimento, possibilitando a discussão entre as mulheres sobre autocuidado, autonomia corporal e busca do prazer (MARIA MULHER, 2002, p. 11).

O início do atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica mostrou outra demanda: a necessidade de trabalhar com as filhas dessas mulheres que, na maioria das vezes, também eram vítimas de violência. Com *Meninas e Adolescentes*, várias ações foram implementadas para instrumentalizar as adolescentes na prevenção da violência, contra o abuso sexual, a gravidez precoce, e auxiliar os pais ou responsáveis em relação aos procedimentos jurídicos para a criminalização dos agressores. Para elas foi criado o Programa Reciclando a Cidadania, trabalho com reciclagem de papel que lhes possibilita, além do aprendizado, obter uma fonte de renda.

Logo no início das atividades, sendo uma Organização Não-Governamental, Maria Mulher foi contemplada no Concurso *Experiências em Advocacy em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos*, promovido pela *Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE*, em 2002. O objetivo deste Concurso visou “fortalecer as organizações de mulheres e as parcerias têm sido uma estratégia privilegiada pela Agende desde sua criação, para fazer valer os direitos das mulheres e as recomendações das conferências interamericanas”. A experiência apresentada por Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, foi o relato de suas atividades, à época, intitulado “*Construindo a Cidadania da Mulher Vítima de Violência Doméstica*”²⁶⁴.

As ações relatadas diziam respeito à informação, à organização de encontros e debates com responsáveis pelos serviços de atendimento da região; à aproximação com o Departamento Médico Legal da Secretaria de Segurança de Porto Alegre, cujo objetivo era incluir a questão de raça e etnia nos prontuários de atendimento. Dentre os resultados das ações, destacamos os seguintes:

Como resultado desse trabalho durante dois anos e meio, cerca de 300 mulheres procuraram atendimento, sendo que atualmente 174 permanecem vinculadas ao programa e, destas, 62 freqüentam assiduamente as oficinas oferecidas.

... O Conselho Tutelar passou a priorizar a mulher e a identificar as vítimas de violência por meio de atendimento às crianças; A Associação de Vilas tem o atendimento psicossocial de Maria Mulher como atendimento padrão a ser oferecido pelos Núcleo de Apoio Sócio-Familiar; O Abrigo Juvenil Feminino, pesar de acolher meninas e adolescentes em sua maioria negras, não proporcionava qualquer discussão sobre gênero ou raça/etnia, o que mudou a partir da intervenção de Maria Mulher...; Inclusão, do quesito cor nos prontuários do Departamento Médico Legal (EXPERIÊNCIAS EM ADVOCAY EM SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS, 2002, p. 104-5).

Outro importante programa desenvolvido por Maria Mulher relaciona-se ao combate ao racismo. O programa SOS Racismo - Um serviço Essencial Para a Cidadania, foi o primeiro no Estado, criado em parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da

²⁶⁴ Autoria de Cláudia Cardoso e Maria Noelci Teixeira Homero, respectivamente presidenta de Maria Mulher e Coordenadora do Programa, 2002.

Justiça, disponibilizando o atendimento jurídico e psicossocial a vítimas de discriminação étnico/racial.

SOS Racismo – um Serviço Essencial para a Cidadania tem como metas oferecer às vítimas de discriminação racial um serviço gratuito de assessoramento jurídico e apoio psicossocial, dando-lhes o suporte necessário para reajam e denunciem a discriminação sofrida; participar de atividades educativas que envolvam o debate e a busca da superação do racismo; realizar cursos de capacitação de operadores sociais do direito para informar e assessorar no combate ao racismo e apoiar e divulgar estudos que visem ao aperfeiçoamento da legislação anti-racismo (Cartilha SOS RACISMO, 2000, p. 9).

Os atendimentos no SOS Racismo foram catalogados por gênero, em 2002, e apresentava o seguinte quadro sobre os atendimentos neste quesito.

Tabela 6 – Atendimentos no SOS Racismo

Sexo	Números	%
Feminino	77	54,61
Masculino	63	45,39
Total	141	100

Fontes: Boletim Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras: dez 2002. SOS Racismo – Um serviço Essencial para a Cidadania Elaboração: Andréa Porto Silva e Maria Luisa Pereira de Oliveira.

Até o ano 2002, as mulheres foram as que mais procuraram o serviço disponibilizado pelo SOS Racismo. A Tabela 7 revela a relação das denúncias.

Tabela 7 – Tipos de denúncias

Tipo de Relação entre vítimas e agressores	Número de Denúncias	%
Relações de Trabalho	41	20,2
Relações de Consumo	34	24,2
Relações de Vizinhança	31	22,1
Instituições de Saúde Pública	4	2,8
Instituições de Ensino	6	4,2
Instituições de Segurança Pública	5	3,5
Relações Familiares	4	2,8
Outras	15	10

Fontes: Boletim Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras: dez 2002. SOS Racismo – Um serviço Essencial para a Cidadania Elaboração: Andréa Porto Silva e Maria Luisa Pereira de Oliveira.

É possível observarmos na Tabela 7 que as denúncias nas relações de trabalho representam o maior percentual. E, proporcionalmente, são tímidas as denúncias nos setores públicos e educacionais²⁶⁵, quando observamos que esse é um dos setores mais resistentes a

²⁶⁵ Citamos este fato, pois ele faz parte de um processo iniciado, logo após a instalação da Universidade Estadual, em 2001 ou 2002, quando a Universidade ofereceu o projeto de um curso com a temática étnico-racial. Para tal foram chamadas organizações do Movimento Social Negro, a comissão foi composta por Maria Mulher; Agentes de Pastoral Negros/APNs, APNs; Movimento Quilombista e mais algumas pessoas militantes do Movimento Social Negro. Às Organizações cabia a tarefa de elaborar o curso e a Universidade ofereceria a estrutura e os professores. Tal proposta foi rejeitada pela Comissão de Organizações, que insistia em uma proposta diferenciada, ou seja, a inclusão da temática no currículo da Universidade e a indicação de professores comprometidos com a questão étnico-racial. Foram dias de reuniões e discussão, inclusive audiência com o Governador à época, Olívio Dutra, mas infelizmente, não se chegou a um consenso e a Universidade elaborou outra proposta. Algum tempo depois ocorreu o fato que segue: Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, entre as ações relacionadas às instituições de ensino uma delas se sobressai. A ação iniciada em 2003, diz respeito à denúncia que resultou no Inquérito Civil nº 01128.00244/2003, no Ministério Público Estadual, em razão de conteúdo programático, temática e metodologia adotados pela Universidade Estadual – UERGS – em razão de fatos verificados entre um professor e uma estudante no Campo Tapes/RS, no Curso de Pedagogia. Esta ação a partir de uma grande mobilização de Organizações Negras, resultou em um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, impetrado pelo Ministério Público Estadual, obrigando a Universidade a cumprir um programa com treze cláusulas, entre elas: a atenção que os seus professores devem ter presente em relação ao método de trabalho a fim de não incitar ações discriminatórias e preconceituosas; incluir nos meios de comunicação da universidade indicação de convenções e tratados internacionais nos quais o Brasil figure como signatário; criar um Código de Ética destinado a professores, alunos e funcionários; criar uma ouvidoria na universidade; realizar palestras, mesas-redondas sobre a diversidade étnica do Rio Grande do Sul com profissionais especializados em relações raciais; e, o pagamento de uma multa de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por item descumprido. (Conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2004).

qualquer mudança na sua estrutura. Entre os objetivos do SOS Racismo – Um serviço Essencial Para a Cidadania, estão os seguintes:

Informar a população do Estado na identificação e na maneira de agir diante do crime de racismo. Indicar os procedimentos necessários para constituir processo, visando à criminalização dos atos de racismo. Orientar as vítimas de discriminação racial para que reajam e denunciem as atitudes de racismo; realizar e incentivar a execução de cursos de capacitação de operadores sociais do direito, para informar e assessorar no combate ao racismo; participar de uma política educativa que envolva a sociedade no debate e na busca da superação do racismo; divulgar e apoiar estudos sobre a legislação anti-racismo, visando ao seu aperfeiçoamento (Cartilha SOS RACISMO, 2000, p. 15-16).

O Programa de Intervenção Política tem por objetivos a formação de educadores e professores em direitos humanos e articulando-se em nível nacional e internacional, com organizações de mulheres e com o Movimento Social Negro. As oficinas de Alfabetização e Informática foram assim caracterizadas pela educadora Kátia Cilene R. Amaral:

As oficinas de alfabetização e informática caracterizam-se pelo respeito à trajetória individual e comunitária das mulheres. Ler e escrever através da compreensão e da valorização da própria experiência é criar condições para a apropriação da história e da vida de cada mulher, oportunizando assim maior prazer em viver e de se sentir a gente social (MARIA MULHER, 2002, p. 11).

A ação diretamente ligada à educação, além das oficinas de alfabetização, é realizada em parceria com outras instituições:

Também atuamos junto à rede de ensino. Fizemos reuniões com a equipe técnica das escolas da localidade, realizando palestras sobre gênero e raça/etnia para professores, funcionários e alunos. Fizemos visitas às escolas onde as mulheres atendidas em nosso programa têm filhos com problemas escolares, visando identificar o que poderá estar perturbando a aprendizagem da criança ou adolescente. Nas creches, fazemos reuniões mensais com as diretoras e oficinas quinzenais com funcionários, monitores e mães sobre raça/etnia, saúde, direitos reprodutivos e sexuais (EXPERIÊNCIAS EM *ADVOCACY* EM SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS, 2002, p. 103).

Das ações diretamente ligadas à educação, além das palestras em escolas para educadores e estudantes, há um trabalho incisivo de intervenção cujo objetivo é envolver os órgãos públicos oficiais nas ações pedagógicas desenvolvidas por Maria Mulher -

Organização de Mulheres Negras²⁶⁶. Mesmo estando fora do período delimitado para o desenvolvimento desta tese, vale o registro, em função da dimensão e do alcance da ação.

Uma dessas ações diz respeito à parceria realizada com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Em 2003, a partir de um encontro com a então Superintendente Ana Lúcia Goelzer Meira, da 12ª Superintendência Regional do IPHAN, a professora Maria Conceição Lopes Fontoura e a Coordenadora Técnica Maria Noelci Teixeira Homero questionaram o fato de que esta organização, desde a sua instalação no Estado do Rio Grande do Sul, jamais publicara algo sobre a comunidade negra, visto que várias de suas publicações se referiam à imigração alemã, italiana e aos indígenas. Sugeriram, então, uma publicação, com base nas proposições da Lei 10639/03, com a finalidade de recuperar a história da população negra no Estado do Rio Grande do Sul, e editada em número suficiente para ser distribuída a todas as escolas do Estado.

A proposta dessa publicação foi aceita pela Superintendente Ana Lúcia Goelzer Meira, que então pediu uma reunião com as integrantes de Maria Mulher para discutir a formatação do projeto e sugestão dos profissionais que iriam trabalhar na sua construção. Assim, durante uma visita do Ministro da Educação Gilberto Gil, a Porto Alegre, foi-lhe entregue o projeto. E, algumas semanas após, houve a aceitação por parte da Fundação Cultural Palmares como órgão financiador do projeto.

²⁶⁶ Destacamos entre elas a promoção da formação interna das integrantes de Maria Mulher que realizam seus trabalhos de finalização de graduação ou mestrado tanto com temas relacionados ao atendimento realizado na organização, quanto no desenvolvimento de pesquisas de intervenção. São exemplos desta ação: a dissertação de Andréa da Silva Costa, apresentada na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulada “*Questão étnico-racial: um desafio para o serviço social*”. Porto Alegre, 2005. Este trabalho foi o primeiro a tratar de relações étnico raciais nos mais de quarenta anos do curso na Universidade, segundo nos relatou a Orientadora deste trabalho profª Patrícia Grossi.

Constituída a comissão²⁶⁷ para a formatação da proposta, em 2003 iniciaram-se as reuniões para definir os temas a serem abordados e qual o público seria atingido. Dois anos após inúmeras reuniões estava pronta a *Cartilha O Negro No Rio Grande do Sul*, cujo lançamento contou com a presença do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Em seu discurso, a superintendente Ana Lúcia Goelzer Meira destacou que este foi o projeto mais importante da sua gestão.

A Cartilha O Negro No Rio Grande do Sul foi distribuída para todas as escolas do Estado do Rio Grande do Sul, unidades do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional de todo o país, e organizações do movimento social. Destacamos essa ação porque, pela primeira vez no Estado, foi desenvolvido um projeto relativo à questão da história e da cultura da população negra com tamanha proporção: foram editadas cinquenta mil cartilhas. E, por iniciativa de uma Organização de Mulheres Negras.

Outra construção estratégica que vale ser registrada nesta tese diz respeito ao Concurso Personalidades Negras no Rio Grande do Sul²⁶⁸, também planejado, organizado e executado por Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, com financiamento da Fundação Cultural Palmares, através do Programa de Documentação e Informação.

O concurso teve abrangência estadual, direcionado às séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, e consistia em incitar os

²⁶⁷Fizeram parte da Comissão o professor Jorge Euzébio Assumpção como pesquisador; o poeta Oliveira Silveira, como redator; Andréia da Silva Quintanilha Souza, (IPHAN) como organizadora; como consultores Beatriz Muniz Freire (IPHAN), Pedro Rubens Nei Vargas (Museu de Porto Alegre); e Lúcia Regina Brito Pereira (Maria Mulher). Inicialmente fez parte do projeto o artista plástico Pedro Homero, como ilustrador, infelizmente no decorrer do seu desenvolvimento ele veio a falecer. Foi então, por sugestão da Fundação Cultural Palmares, convidado a realizar a ilustração Maurício Pestana.

²⁶⁸O Concurso contou com a parceria e apoio das seguintes instituições: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD do Ministério da Educação, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Educação/RS, Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, Coletivo de Educadores Negros-Agentes de Pastoral Negros/APNs/RS, GT Negros: História, Cultura e Sociedade-Associação Nacional de História/ANPUH/RS, Secretaria de Estado da Cultura, Memorial do Rio Grande do Sul. Outras organizações do Movimento Social Negro gaúcho indiretamente fizeram-se presentes através do apoio na divulgação e presença nos seminários realizados respectivamente, Lançamento e Premiação do Concurso. (Relatório de Execução do Projeto Concurso de Redações Infante-Juvenil Personalidades Negras do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, 2006, p. 4).

estudantes a redigirem redações sobre uma personalidade negra de sua região. Dentre os objetivos que levaram Maria Mulher a planejar e executar o Projeto do Concurso estão às denúncias de discriminação racial e racismo ocorridas em instituições escolares recebidas no Programa SOS Racismo. Essa categoria aparece em quinto lugar entre as denúncias feitas ao Programa²⁶⁹. O desenvolvimento do concurso visou mobilizar a comunidade escolar para a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos, preconizado pela Lei 10.630/03. Na justificativa constava:

Em face a ausência histórica preconizada pela historiografia tradicional sobre as populações negras no cenário da sociedade, esta iniciativa propõe estratégias de atividades e aprendizagens através da experiência de vida dos alunos, vinculadas às suas relações com a comunidade, em especial pessoas negras, que guardam parte da memória histórica da construção da sociedade sul rio-grandense. A forma de realização será através de pesquisa, elaboração e redação de um conjunto de biografias de homens e mulheres que atuam e atuaram no cenário gaúcho. Desse modo, incentivando educadores e profissionais da educação para a inclusão da temática étnico-racial no projeto político pedagógico, bem como, nos currículos das diferentes áreas de conhecimento, como forma de resgate da auto-estima e valorização da identidade da população negra gaúcha (CONCURSO PERSONALIDADES NEGRAS NO RIO GRANDE DO SUL, 2006, Folder de divulgação).

A Comissão do Concurso Personalidades Negras²⁷⁰, recebeu 220 redações, assim distribuídas: 82 de Porto Alegre; 59 da região metropolitana e 79 do interior. Quanto às escolas participantes, 40 eram estaduais, seis eram escolas municipais, da capital, região metropolitana e interior, e quatro eram instituições particulares, perfazendo o número de 34 os municípios participantes.

Segundo o Relatório do Concurso, os objetivos foram alcançados à medida que mobilizou um número significativo de professores, estudantes e escolas para participarem. Entretanto destacamos uma observação:

²⁶⁹ Relatório... idem, ibidem; Boletim Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras: dez 2002. SOS Racismo – Um serviço Essencial para a Cidadania Elaboração: Andréa Porto Silva e Maria Luisa Pereira de Oliveira.

²⁷⁰ Participaram da Comissão de Seleção: Professora Adriana Santos, assessora da Secretaria de Educação do Município de Porto Alegre; professor Arilson dos Santos Gomes, GT Negros: História, Cultura e Sociedade/ANPUH/RS; professora Inês Bins Ely, Instituto Estadual do Livro-IEL; professora Marieta Silveira de Souza, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre; bibliotecária Maria do Carmo Misete, Escola Estadual de Ensino Fundamental Oscar Pereira; professora Vera Neusa Lopes, Coletivo de Educadores Negros/Agentes de Pastoral Negros/APNs/ RS (Conforme, MARIA MULHER, 2006, p. 7).

O Concurso possibilitou, ainda, fazer um diagnóstico relativo à questão político-pedagógica, pois, enquanto percebeu-se algum empenho de educadoras na orientação dos estudantes para participarem do Concurso, outras participantes deixaram transparecer o despreparo e o censo comum, isto é, deram o tema e os estudantes escreveram qualquer coisa referente ao negro gaúcho, associando-o à miséria, ao desemprego, à violência e a benemerência de pessoas não-negras. Esta questão demonstra a necessidade de se investir na educação continuada das educadoras e, mais ainda, que o tema [História e Cultura Africana e Afro-Brasileira] é relativo a todas às áreas do conhecimento. Portanto, demonstra que há a necessidade de uma intervenção incisiva das mantenedoras no que diz respeito à questão étnico-racial na Educação. (Relatório de Execução do Projeto Concurso de Redações Infante-Juvenil Personalidades Negras do Rio Grande do Sul (MARIA MULHER – Organização de Mulheres Negras: 2006, p. 9).

Outra forma de estratégia educacional que nos parece importante registrar diz respeito ao *Jurado - Folhetim da Cultura Popular*, fundado pelo senhor Carlos Alberto da Silveira Alves²⁷¹, irmão do senhor José Domingos Alves da Silveira. O senhor Carlos Alberto da Silveira Alves, durante muito tempo, foi jurado de carnaval na cidade de Porto Alegre, foi também fundador da Escola de Samba Real Academia, editor e diretor do *Jurado*.

Em uma das tantas conversas com o senhor José Domingos Alves da Silveira, ele nos informou que passava algumas matérias, garimpadas em jornais do centro do país para fazerem parte de o *Jurado*. Segundo ele, houve críticas porque este procedimento limitava as notícias do carnaval da cidade que era o objetivo maior do Folhetim.

Esse Folhetim, faz parte da coleção que nos foi cedida pelo senhor José Domingos Alves da Silveira. *O Jurado* é um veículo de informações sobre o carnaval. A propósito desse evento, o carnaval, entendemos ser um veículo de resistência e de identidade da população negra que traz em si uma representatividade da cultura popular e,

...o que é ...original a respeito do 'carnavalesco' de Bakhtin enquanto metáfora da transformação cultural e simbólica é que esta 'não' é simplesmente uma metáfora da inversão – que coloca o 'baixo' no lugar do 'alto', preservando a estrutura binária de divisão entre os mesmos. No carnaval ..., é... a pureza dessa distinção binária que é transgredida. O baixo invade o alto, ofuscando a imposição da ordem hierárquica; criando não simplesmente o triunfo de uma estética sobre a outra mas aquelas formas impuras e híbridas do 'grotesco'; revelando a interdependência do baixo com o alto e vice-versa, a natureza inextricavelmente mista e ambivalente de toda vida cultural, a reversibilidade das formas e símbolos, linguagens e significados culturais; expondo o exercício arbitrário do poder cultural, da simplificação e da exclusão, que são os mecanismos pelos quais se funda a construção de cada limite, tradição ou formação canônica, e o funcionamento de cada princípio hierárquico de clausura cultural (HALL, 2003, p. 226).

²⁷¹ Falecido em 2003.

Neste sentido, o *Jurado*, caracterizado como um informativo sobre o carnaval se insere na nossa busca por estratégias educacionais, e com base nas indicações de BHABHA, percebemos que a textualidade do Folhetim, estava além dos informes de carnaval pois segundo o autor,

...É um sinal de maturidade política aceitar que haja muitas formas de escrita política cujos diferentes efeitos são obscurecidos quando se distingue entre do 'teórico' e o 'ativista'. Isto não significa que o panfleto utilizado na organização de uma greve seja pobre em teoria, ao passo que um artigo especulativo sobre a teoria da ideologia deva ter mais exemplos ou aplicações práticas. Ambos são formas de discurso e nessa medida produzem, mais do que refletem, seus objetos de referência. Há diferença entre eles em suas qualidades operacionais. O panfleto tem um propósito expositório e organizacional específico, temporalmente preso ao acontecimento; a teoria da ideologia dá sua contribuição para as idéias e princípios políticos estabelecidos em que se baseia o direito à greve. O último aspecto não justifica o primeiro e nem o precede necessariamente. Eles coexistem lado a lado – um tornando o outro possível – como a frente e o verso de uma folha de papel para usar uma analogia semiótica comum no incomum contexto da política (BHABHA, 2003, p. 46-7).

Tivemos acesso a quatro edições d'*O Jurado*, respectivamente, edição de número 78, relativa a setembro e outubro de 1999; edição de número 79, do mês de novembro de 1999; edição número 80, de janeiro de 2000; e a edição de número 82, referente ao mês de março de 2000, edição comemorativa do oitavo aniversário. Em uma das tantas conversas que trocamos com o senhor José Domingos Alves da Silveira, ele nos informou que passava algumas matérias, que garimpava em jornais do centro do país, para fazerem parte do *Jurado*. Segundo ele, houve críticas porque este procedimento acabava por limitar as notícias do carnaval da cidade que era o objetivo maior do Folhetim.

A configuração d'*O Jurado* compunha-se de Expediente²⁷²; *Editorial*, assinado pelo senhor Carlos Alberto da Silveira Alves; as colunas: *Minutos de Sabedoria*, assinada por C. Terres Pastorinho; *Bate Papo do Simplício*, assinada por Carlos Simplício Alves; *Aconteceu*, *Cantinho do Amor*; *Recordando*; *RIR*; essas sem autor específico; *Giro à Baiana*, assinada

²⁷² Na Edição número 78 de 1999, no *Expediente*, constava: “Publicação Mensal e Gratuita; Diretor e Editor – Diagramação e Artes: Carlos Alberto da Silveira Alves; Diretor Administrativo: Carlos Simplício Alves; Colaboradores: Manoel Luiz Mota Dias, Nice e Jane Costa; Cooperadores (Articelistas), Carlos Simplício Alves, Vera Costa, Nilo Alberto Feijó, Carlos Alberto da Silveira Alves, Eventuais; Artigos e Assuntos Gerais: Coletâneas de Artigos de Revistas e Jornais diversos; Impressão OFF SET: COPY STAR Av. André da Rocha, 161, POA; Postos de Distribuição, Correspondências, Recados: José Machado – Stand – rua Andrade Neves esq. Borges, Carlos Simplício Alves – Av. Borges de Medeiros, 685, conj. 403-POA/RS. OBS.: As matérias publicadas neste Folhetim são de inteira responsabilidade dos articulistas ou pessoas que as assinam”.

pela senhora Vera Costa; *Fatos & Notas*, assinado pelo senhor Carlos Alberto da Silveira Alves.

Nas quatro edições d'*O Jurado* a que tivemos acesso, encontramos quatro matérias reproduzidas de outros jornais do país: na edição número 78, de setembro outubro de 1999, página 3: “*Para compor Samba-Enredo 'amor' é palavra quase obrigatória*”, assinada por Wanck Donizetti e Murilo Fiuza de Melo, fonte *Jornal Estado de São Paulo*, 27/12/1998; na edição número 79, de novembro de 1999, página 8: “*Erro na bateria pode ser fatal para a escola*”; sem autoria, fonte *Jornal Estado de São Paulo*, 15/02/1998; edição número 80, de janeiro de 2000, página 5: “*Xenofobia no carnaval*”, assinada por Mônica Bittencourt e Simone Candida, fonte *Jornal do Brasil*, de 09/09/1999, e na página 9, “*Brasil Mostra tua cara*”, assinada por Ivanir dos Santos²⁷³, fonte *Jornal do Brasil*, de 14/01/1999.

Na edição de setembro-outubro de 1999, o Folhetim traz a chamada na capa: “*Vem aí o ano 2000*”, com um mapa do Brasil, fazendo uma alusão aos 500 anos, que seriam comemorados naquele ano. Entre os artigos, mesmo não tendo nenhum comentário dos articulistas e editores d'*O Jurado*, encontramos notícias e informes sobre atos racistas e discriminatórios²⁷⁴, em que as vítimas levaram o caso à Justiça. Nessa edição também há uma

²⁷³ Pedagogo, subsecretário de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, e secretário-executivo do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap), (*O JURADO*: jan. 2000, p. 8). Nascido em 1954, “Político brasileiro nascido na cidade do Rio de Janeiro. Saído de uma infância trágica, vivida entre a favela e a zona do baixo meretrício, foi interno do antigo e famigerado SAM – Serviço de Assistência ao Menor, de onde saiu para, mais tarde, formar-se em Pedagogia. Fundador da Associação dos Ex-Alunos da Funabem, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, e secretário executivo do CEAP, destacou-se como um dos mais aguerridos militantes pelos direitos civis no Brasil, sendo, por isso, homenageado publicamente, em 1998, pela primeira-dama da França, Danielle Miterrand. No ano seguinte, foi nomeado subsecretário de Direitos Humanos e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro. (Conforme LOPES, op cit., p. 604).

²⁷⁴ A notícia do ato discriminatório refere-se ao caso da advogada Elenice Ferreira de Souza, que, em 29 de agosto de 1997, ao entrar em uma agência bancária o alarme disparou, além deste constrangimento a gerente da agência foi ofensiva e desrespeitosa com a advogada Elenice: “*A gerente foi à mesa onde eu estava e disse aos berros que eu tinha vindo anarquizar seu banco e que eu era uma 'crioulinha xexelenta' que deveria estar na casa dela limpando o chão e cozinhado para sua família*”. Diante deste fato, a vítima denunciou à Comissão Permanente das Mulheres Advogadas, a gerente foi condenada pelo crime de racismo, entretanto “*... foi beneficiada pelo sursis antecipado*”. E até aquela data a vítima aguardava decisão que tramitava na 5ª Vara Cível, supomos ter sido no Rio de Janeiro, o acontecido pois a agência bancária citada era do Engenho de Dentro, bairro desta cidade (Conforme *O JURADO*, set/out/1999, p. 4).

chamada recorrente nas outras edições que vale o registro: a coluna *Fatos e Notas*, trazia a seguinte denúncia sobre a construção da Pista de Eventos²⁷⁵:

Vai ser difícil nos convencer que não existe preconceito, no caso da Pista de Eventos. Na 'maledeta' área em litígio, aquela do Guaíba, já aprovaram o Anfiteatro, e irão liberar o Centro de Eventos para os tradicionalistas no Parque da Harmonia. Tudo na 'moita', usando 'dois pesos e duas medidas' preconceituosas (O JURADO, set/out de 1999, p. 7).

Em outra nota jocosa, na mesma edição, havia uma questão para ser respondida pelos leitores d'*O Jurado* - “*Responda, sem pressa: ... E A PISTA DE EVENTOS?*” (O JURADO, set/out de 1999, capa e p.7). Na edição número 79, de novembro de 1999, a referência a Zumbi²⁷⁶ e à África eram estampadas na primeira página: “*A herança da Mama África e o Canto de Louvor a Zumbi*”. A partir dessa edição, a coluna “*Editorial*”, passou a denominar-se “*Abre-Alas*”, e o editor assim justificava a mudança,

Oi leitores!... Tudo bem?

A partir dessa edição de *O Jurado*, estamos substituindo o nome da coluna editorial, para o de *Abre Alas*, mantendo a opinião do editor, conseqüentemente, do próprio órgão.

Temos recebido muitas sugestões a respeito de nosso folhetim, que aliás, muito nos envaidece, demonstrando o interesse de nossos amigos leitores.

Quanto a formatação que alguns sugerem que seja alterada para maior, informamos que *O Jurado* não é um jornal, mas sim um folhetim, tanto que a diagramação e seu projeto mensal é feito artesanalmente; computador para nós é sonho. Entretanto a quase oito anos estamos mantendo essa forma de procedimento para dar a nossa comunidade algumas opiniões, informações, entretenimento de alguns para muitos interessados e participantes de nossa cultura popular e carnavalesca.

Nossos abnegados colaboradores e cooperadores tantos os permanentes como os eventuais que pedem a anonimato, são os verdadeiros alicerces de uma idéia que deu certo no procedimento e linha editorial adotada.

Iremos dentro das possibilidades melhorar, evoluir para manter a legião de nossos inúmeros amigos.

Obrigado gente! ...

Carlos Alberto S. Alves (O JURADO, nov de 1999, p. 2).

²⁷⁵Na época, 1999, estava em discussão a construção de uma pista de eventos para a realização do carnaval de Porto Alegre. Depois de um processo democrático que durou 12 anos, desenvolvido através de muitas reuniões, discussões, consultas à associação de moradores, análise do impacto ambiental, ações judiciais, inclusive, foi decidido que a pista de eventos seria construída na Zona Norte da cidade, chamada Porto Seco, e serviria a todos os eventos, desfile farroupilha e da semana da pátria, eventos que demandavam recursos da prefeitura na construção de arquibancadas, além de transtornos causados com a interrupção do trânsito na área.

²⁷⁶“Zumbi dos Palmares (1655-1695. Nome pelo qual foi conhecido o maior líder da confederação de quilombos de Palmares, nascido provavelmente na capitania de Pernambuco... Segundo algumas versões, nasceu em Palmares, foi levado para o centro do meio urbano, onde recebeu educação formal, e retornou para tornar-se o protomártir da libertação dos negros brasileiros” (Conforme LOPES, op cit., p. 698).

Além da defesa do senhor Carlos Alberto Silveira Alves, em manter o padrão gráfico do Folhetim, outro aspecto, característico da imprensa negra desde os seus primórdios, se destaca. Aqui, mesmo com a evolução dos meios gráficos, o jornal era confeccionado de maneira artesanal, o que nos remete aos editores de jornais negros do início do século XX que, a despeito de inúmeras dificuldades, editaram os jornais *O Exemplo*, *A Alvorada*, *O Quilombo*, entre outros.

Na coluna “*Bate Papo do Simplicio*”, da mesma edição de novembro de 1999, havia uma referência sobre o tema de carnaval a ser adotado por todas as escolas no ano seguinte:

Amigos:

Existem muitas resistências por parte de algumas pessoas a respeito de temas regionais, segundo esses por que não homenagear as comemorações dos 500 anos do Brasil, sem dúvida um momento importante do nosso país?

Como em quase todo país o tema das Escolas de Samba será esse, concordo então plenamente com a idéia de abordarmos o tema sobre os Sete Povos das Missões. Estaremos resgatando assim, um pouco da história desses povos. Para mim a lembrança veio no momento certo (O JURADO, nov de 1999, p. 3).

Retomando a questão da pista de eventos Carlos Simplicio Alves, autor da coluna, voltava ao assunto e destacava o longo tempo para a sua implementação e a transferência de algumas lideranças do carnaval porto-alegrense para o partido de oposição ao que estava no poder naquela época.

Eu Simplicio, ainda confio nas pessoas que dirigem a AECPARS²⁷⁷, fico com meu ponto de vista já expresso em outras edições: o que está faltando, é sem dúvida **vontade política**, do Partido que dirige o Rio G. do Sul.

E para comprovar essa afirmação, após 12 anos de espera, houve uma evasão de pessoas do carnaval acompanhando Roberto Barros (o Betinho)²⁷⁸ para as fileiras do PMDB, em busca da tão sonhada **Pista de Eventos**, e com certeza muita gente irá votar nessa esperança (O JURADO, nov de 1999, p. 3, grifos no original).

²⁷⁷ Associação das Entidades Recreativas, Culturais e Carnavalescas de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. AECPARS.

²⁷⁸ Roberto Corrêa Barros – o Betinho - faleceu em 09/10/2002, aos 52 anos. Natural de Porto Alegre, foi Policial Civil, presidente da Imperadores do Samba em 1984/1986 e 1993/2002. Foi um dos mais aguerridos defensores da construção da pista de eventos. Agradecemos ao doutor Osvaldo Ferreira dos Reis que gentilmente nos passou informações desta nota e da anterior.

Aqui, percebemos que muito antes de ser apenas um informativo de carnaval, as questões ligadas ao maior evento festivo da cidade dependiam e, dependem, também, de decisões políticas, tanto dos carnavalescos quanto dos poderes instituídos. Conforme Homi Bhabha,

o ‘verdadeiro’ é sempre marcado e embasado pela ambivalência do próprio processo de emergência, pela produtividade de sentidos que constrói contra-saberes ‘in media res’, no ato mesmo do antagonismo, no interior dos termos de uma negociação (em vez de uma negação) de elementos oposicionais e antagonísticos. As posições políticas não são identificáveis simplesmente como progressistas ou reacionárias, burguesas ou radicais, anteriormente ao ato da ‘critique engagé’, ou fora dos termos e condições de sua interpelação discursiva. É nesse sentido que o momento histórico de ação política deve ser pensado como parte da história da forma de sua escrita. Não pretendo afirmar o óbvio: que não existe saber – político ou outro – exterior à representação. Pretendo... sugerir que a dinâmica da escrita e da textualidade exige que repensemos a lógica da causalidade e da determinação através das quais reconhecemos o ‘político’ como uma forma de cálculo e ação estratégica dedicada à transformação social (BHABHA, 2003, p. 48, grifos no original).

O autor da coluna “*Bate Papo do Simplício*” desculpa-se por ter tido conhecimento de um ofício enviado pela então Secretária da Cultura da cidade de Porto Alegre, relatando o andamento do processo de instalação da pista de eventos, demonstrado na coluna “*Fatos & Notas*”, na mesma edição assinada pelo senhor Carlos Alberto Silveira Alves.

EM ATENÇÃO ao ofício que recebemos da Exma. Sra. Secretária da Cultura de Porto Alegre, prof^a Margarete Moraes, estamos suspendendo nossa campanha sistemática pró Pista de Eventos, nos termos anteriormente usados, visto que nos foi esclarecido a situação do projeto da Pista que encontra-se na Justiça. Enfatiza ainda que essa é a única razão pela qual ainda não foi construída a mesma. Para a PMPA/SMIC²⁷⁹, a Pista de Eventos, o Anfiteatro e o Parque Temático são equipamentos fundamentais para Porto Alegre, que precisam ser concretizados. Com relação ao andamento das construções do Anfiteatro e do Parque Temático, esclareceu que as mesmas estão acontecendo em ritmo normal. Em nenhum momento a PMPA 'liberou' qualquer projeto. A diferença básica entre a construção dos equipamentos em relação à Pista de Eventos é que não houve ações jurídicas contra as obras do Anfiteatro e do Parque Temático, diverso do que, infelizmente, vem acontecendo com a Pista de Eventos. Informa ainda a prof^a Margarete, que para a PMPA/SMIC, a Pista de Eventos é ponto prioritário entre as demandas da cidade, e lutaremos até a última instância da Justiça em prol da construção.

*** O GRIFO do texto acima é nosso, para realçar a preocupação dos órgãos municipais coincidente com a maioria do povo deste Estado que não tem um lugar adequado para a sua manifestação artística/cultural/popular. Entretanto, também mostra realmente o preconceito ainda existente de reacionários que se valem da Justiça para exercer o **racismo** velado.

²⁷⁹ Respectivamente Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Municipal da Cultura.

O que nos resta agora é encontrarmos outro local para 'tentar' a aprovação de 'gregos e troianos' por que até quando iremos esperar por uma solução já perdida? (O JURADO, nov de 1999, p. 7, grifos no original).

Nessa nota, o editor d'*O Jurado* descreve, através do ofício enviado pela Secretária da Cultura, o caminho demorado da construção da Pista de Eventos. O caminho então percorrido pela sociedade porto-alegrense foi o da Justiça, o que adiou, por anos, a construção da pista e também contribuiu para a mudança do tradicional reduto do carnaval, a Cidade Baixa e contorno do Rio Guaíba, para um novo local, o Porto Seco na Zona Norte da cidade. Mesmo afirmando que a partir das declarações oficiais seria suspensa a campanha pró-pista no Informativo, nas edições de que dispomos a campanha continuou com artigos específicos, chamadas curtas e lembretes.

Os temas ligados à questão da negritude também apareciam n'*O Jurado*. Na edição de novembro de 1999, encontramos matérias referentes ao 20 de Novembro — “*Nosso canto de Louvor a Zumbi*” e “*A Herança da Mama África*” — e são apresentados aspectos de moda, palavras, música, etc. E, no artigo assinado por Karen Mello, “*Lei contra o racismo está só no papel*”, encontramos a seguinte denúncia e alerta:

Por desconhecimento, preconceito racial ainda não é considerado crime inafiançável pela sociedade

Em pleno limiar do ano 2000, quando já se volta para o direito dos animais e do meio ambiente, os negros ainda sofrem preconceito. A discriminação chega às raias da agressão física e parte das ocorrências termina na justiça. A maioria, no entanto, finda no próprio local sem qualquer punição ao agressor. A falta de conhecimento da legislação específica é o maior impedimento para uma atitude agressiva, tanto por parte da vítima quanto das autoridades.

Até maio de 1997, a defesa era baseada em preceitos constitucionais de que todos são iguais perante a lei. Desde aquela data, a questão foi regulamentada pela Lei 9495²⁸⁰, conhecida pela Lei Paim. O texto diz que se na agressão houver elementos

²⁸⁰“Lei Nº 9495/97, de 13 de maio de 1997, Lei Paim. Altera os arts. 1º e 20º da Lei nº 7.7716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940: Art 1º. Os Arts. 1º e 20 da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 2º. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. Pena de: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco)

que digam respeito à raça ou origem cabe uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa. 'No entanto, até mesmo juízes e promotores desconhecem a existência do texto', reclama o advogado Antônio Carlos Cortes, que tem cerca de 20 ações tramitando na Justiça sobre esse tema. Em uma delas, o juiz e o promotor pediram a extinção do processo alegando baixa lesividade à vítima. 'As pessoas pensam que racismo ainda é uma contravenção penal, mas não: é crime inafiançável e imprescritível'. Cortes recebe no escritório, semanalmente, entre duas a três pessoas vítimas de racismo. Porém, a maior parte das agressões não pode ser causa de processo judicial por falta de provas. Ele aconselha que o agredido anote o nome e endereço de duas testemunhas e faça registro policial. O documento servirá de base para ações criminal e cível. Fonte: Correio do Povo-fev./99 (O JURADO, nov de 1999, p. 4.).

Sobre o Quilombo dos Palmares há a seguinte referência:

No século XVII, quarenta negros fugidos de um engenho fundaram, nas montanhas de Alagoas, o mais famoso centro de resistência escrava no Brasil: o quilombo dos Palmares. Organizaram uma espécie de república, que chegou a reunir 30.000 pessoas e só acabou com a morte de seu líder Zumbi, em 1695. 'Quilombo': significa capital, povoação, união. O 'Palmares' veio da imensa quantidade de palmeiras da região (O JURADO, nov de 1999, p. 5).

Sobre Zumbi, encontramos duas notas, a primeira delas:

PORQUE ZUMBI DOS PALMARES

'Porque ele é de uma óbvia atualidade, dada a nauseante situação social do Brasil. Não porque o passado condicione mecanicamente o presente. Nem um passado traumático como o escravista, deve ser encarado como fator determinante da miséria do presente. Mas ocorre que o Brasil foi o maior escravista das Américas, o que mais importou africanos, em três séculos e meio, e o último a abolir a escravidão – e é, hoje, um dos países de maior desequilíbrio social do mundo', segundo o jornalista Pompeo de Toledo da Revista Veja (O JURADO: nov de 1999, p. 5).

A segunda aparece em forma de poesia na coluna “*Cantinho do Coração*”, com o título “*Dois Vidas*”, assinada pelo senhor Carlos Alberto Silveira Alves:

anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: Pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: I – o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo; II – a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

Art. 3º O art. 140 do Código Penal fica acrescido do seguinte parágrafo: § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem; pena reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 1º da Lei nº 8.0882, de 3 de junho de 1944.

Brasília, 13 de maio de 1997. (SOS RACISMO – Um serviço essencial para a cidadania: 200, p. 26).

Um dia desses sonhei
 com batalhas horrorentas
 Onde toavam canhões
 naquelas montanhas sangrentas
 Eram tantos os feridos entre gritos e gemidos
 Onde o sangue derramado fazia vala no chão
 Pois sendo a liberdade um direito natural
 de toda afeição humana
 Lutavam muitos guerreiros
 defendendo seu terreiro
 contra a escravidão insana
 Foi assim que vi Palmares
 Quilombo da saga Zumbi
 Bravo, temido, mas tombou traído
 sem trair jamais; eu vi,
 lutando pela liberdade
 que o negro traz na pele, aqui
 Agora, será mesmo que sonhei,
 ou será que lá vivi?
 Não sei, não sei...
 Só sei que um grande legado
 de amor que Zumbi deixou
 Foi a Consciência Negra
 que ele imortalizou,
 Valeu Zumbi!...

Carlos Alberto S. Alves (O JURADO, nov de 1999, p. 4).

Na edição 82, de janeiro de 2000, na capa d'*O Jurado*, observamos uma integração com o tema “*Brasil 500 Anos*”²⁸¹, que seria comemorado naquele ano. Na coluna “*Abre Alas*”, o editor senhor José Alberto Silveira Alves, saudava o ano que se iniciava. Nessa edição, a coluna “*Bate Papo do Simplicio*” cobrava a pista de eventos:

Nós do Folhetim O Jurado, voltaremos a escrever sobre a Pista de Eventos após o carnaval, porém não deixaremos de lembrar em alguns de nossos rodapés de páginas : 'E A PISTA DE EVENTOS?' em todas as nossas edições (O JURADO, jan. de 2000, p. 3).

A coluna “*Fatos e Notas*” da edição de janeiro de 2000, assinada pelo editor senhor Carlos Alberto Silveira Alves, referia-se a um candidato carnavalesco à vereança e descrevia outros que usaram o carnaval na sua plataforma, mas não cumpriram a promessa.

Será que desta vez colocaremos um legítimo carnavalesco na Câmara de Vereadores – Betinho vem aí – Não devemos trair nossas origens carnavalescas, para depois não ficarmos 'chorando o leite derramado', sem termos 'voz' forte que lute por nós.

²⁸¹ O Governo Federal, incluiu no calendário oficial a comemoração dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Paralelo às comemorações oficiais os movimentos sociais, igualmente, organizaram uma série de eventos sob o título “*Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*”, protestando e denunciando a situação de exclusão socioeconômica da população brasileira.

João foi o folclórico vereador, Ennio Terra foi uma fraude que elegemos, porque depois de eleitos, ofuscaram-se com o aconchego do berço esplendido da Câmara. Temos que eleger um 'guerreiro' (O JURADO, jan. de 2000, p. 7).

E, novamente, a pista de eventos era assunto, apesar da alusão do editor em suprimir a crítica sistemática do Folhetim.

Lamentavelmente teremos que nos comprimir na acanhada passarela Carlos Alberto Barcelos (o Roxo)²⁸² para o desfile de nossas escolas de samba num ano tão expressivo como o de 2000 e 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Uma grande oportunidade perdida para marcarmos eternamente uma importante obra cultural e social.

Ao entrarmos no novo século com um periódico alternativo completando oito anos, a direção e editoração, tem a obrigação de agradecer a todos que de uma maneira ou de outra colaboraram ou cooperaram, incentivaram ou divulgaram o nosso folhetim, jamais julgávamos que nossa caminhada iria tão longe e que por certo continuará se conseguirmos manter este grande apoio de nossos amigos. Obrigada gente! (O JURADO, jan. de 2000, p. 7).

Fechando essa edição, *O Jurado* trazia o artigo assinado por Ivanir dos Santos, intitulado “*Brasil Mostra a tua Cara*”:

Estudos realizados no Brasil e no exterior apontam que nunca houve em nosso país, um esforço da parte do Poder Judiciário para garantir a igualdade racial. Existe um tratamento específico e extralegal dado aos cidadãos da raça negra nas delegacias de polícia e nos tribunais de Justiça. Esse comportamento do nosso sistema Judiciário ficou patente em dois estudos realizados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ.

Alunos de Ciências Sociais dessa universidade vasculharam processos durante dois anos no Tribunal de Justiça do Estado Rio. Ao fim do trabalho, os estudantes concluíram que a Lei de Entorpecentes (Lei 6368/1986) é aplicada de forma discriminatória. Segundo a pesquisa, os negros e 'pardos' quando presos com drogas respondem mais por tráfico, enquanto os brancos são mais acusados por consumidores. Em 65% dos processos instaurados por tráficos, em 1991, negros e 'pardos' eram acusados de tráfico e 63% deles foram condenados. Enquanto que, do total de homens brancos, só 37% tiveram condenação; O trabalho dos estudantes da UERJ foi coordenado pela antropóloga Alba Zaluar, cuja opinião é a seguinte: 'A pesquisa mostra que há discriminação racial desde o policial que prende até o juiz.'

Outro estudo também realizado na UERJ, foi a tese de mestrado 'Cor e criminalidade', do professor de sociologia Carlos Augusto Costa Ribeiro, que tenta responder às seguintes questões qual a probabilidade de negro ser condenado quando

²⁸² “Carlos Alberto Barcellos, o Roxo, era porto-alegrense, herdou do padrao o apelido... que o tornaria conhecido nos clubes de futebol, nas escolas de samba, nos conjuntos musicais e na vida cultural de Porto Alegre e do Estado. Nascido em 5 de novembro de 1941, ele cresceu embalado pelos acordes musicais do samba que 'rolava' na Ilhota, Cidade Baixa e, mais especificamente, no Areal da Baronesa... sua trajetória de vida acabou aos 47 anos ...em 1º de agosto de 1989. ... foi um autodidata por excelência... Na folia carnavalesca exerceu quase todas as funções... marcou presença como mestre de bateria, ensaiador de alas, foi presidente e conselheiro da Imperadores do Samba. Não ficou apenas na Vermelho e Branco [passou] pela Academia de Samba Praiana, Bambas da Orgia, Acadêmicos da Orgia e Bloco Carnavalesco 'Pra que Tristeza'. ... Liderou o conjunto Musical 'Cafê Som e Leite', na década de 70 estimulou o surgimento de inúmeros outros conjuntos que marcaram época em Porto Alegre... Na universidade da vida, Roxo ganhou diploma de jornalista. E como cronista de Zero Hora criou espaços para a comunidade negra... num jornal de grande circulação... Em sua 'Ala do Roxo', fez folclore, centralizou informações e polemizou. Do jornal se alçou às emissoras de rádio e televisão. Como comunicador da Rádio Princesa, mantinha o programa 'Tarde de Sucesso'... É nome da Pista de Eventos do Complexo Cultural do Porto Seco, como antes no Carnaval da Avenida Augusto de Carvalho. Esta denominação foi aprovada na sessão solene realizada no dia 09 de agosto de 1989 na Câmara Municipal de Vereadores, oito dias após sua morte, num reconhecimento por tudo o que fez pela cultura do povo gaúcho” (Conforme SANTOS (org.), 2005, p. 151-2).

responde por mesmo tipo de acusação feita a um branco? Quais os procedimentos jurídicos criminais envolvendo negros? Em sua tese, o autor pesquisou 400 processos criminais julgados no Estado do Rio de Janeiro, nos 30 primeiros anos do início do século, e constatou que a cor funciona como agravante na acusação.

O comportamento do Poder Judiciário brasileiro com relação aos negros é puro reflexo do passado escravocrata, de triste memória, da sociedade brasileira. Os casos de crime racial que conseguimos fazer chegar ao julgamento de juízes, pelo teor das sentenças proferidas, atestam a tese do Movimento Negro Organizado de que dificilmente irão ocorrer mudanças voluntárias nas regras do jogo nos tribunais de Justiça. E é por esse motivo que temos intensificado nossas denúncias sobre as violações dos nossos direitos de cidadãos.

No início de 1999, o ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, afirmou durante um seminário na Faculdade de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que o nosso Poder Judiciário 'precisa ser reeducado'. E, como já foi citado acima, para a população afro-brasileira, o seminário 'O Negro e a Justiça Brasileira'... esse seminário dizíamos, é uma oportunidade para que comecemos a traçar as linhas pedagógicas desse processo de reeducação do judiciário, observado pelo ministro Nelson Jobim. Fonte Jornal do Brasil – 14/05/99-p.9. (O JURADO, jan. de 2000, p. 8).

O texto acima apresentado n'*O Jurado*, entre uma notícia e outra sobre carnaval, tinha o objetivo de chamar a atenção dos leitores sobre as questões que atingiam diretamente a população negra, como a parcialidade policial e judicial. A atualidade do artigo e das pesquisas descritas por Ivanir dos Santos, coincidem com os dados coletados em estudo intitulado “*Fábulas de Libertos e Escravos no Cenário da Justiça em Porto Alegre 1870-1888*”²⁸³. Ao analisarmos os processos judiciais concluíamos que,

houve mudanças na instância jurídica, entretanto, essas mudanças visavam a todo o universo social. O negro, escravizado ou liberto, passou a ter um lugar nos palcos judiciais não só para responder aos delitos que cometia, passou também a lutar pela sua liberdade ... Recolhemos dados nos processos judiciais e o procedimento dos magistrados, na sociedade gaúcha, correspondia à premissa que se relacionava às ações reprovadas a todo o grupo social. Assim, foi possível visualizarmos seu o comportamento em relação à aplicação das penas aos vários atores. Nesse sentido, percebemos que a modernização propugnada estava relacionada mais aos procedimentos do que com a promoção social do negro. Como vimos através dos dados descritos, excetuando os escravizados que tinham uma legislação específica no recebimento das penas, entre os réus condenados a maioria eram negros, escravizados ou livres. Para os mesmos delitos, aos negros eram infligidas penas maiores (PEREIRA, 1994, p. 132-3).

Finalizando o levantamento das estratégias pedagógicas do *Folhetim O Jurado*, encontramos na edição 82, de março de 2000, no *Expediente*, em “*Artigos e Assuntos Gerais:*

²⁸³ Dissertação de mestrado defendida em 1994 no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientação professora doutora Margaret Marchiori Bakos.

Coletânea de Artigos Revistas e Jornais”, na função de pesquisador, o nome do senhor José Domingos Alves da Silveira. Na coluna “*Abre Alas*”, o editor senhor Carlos Alberto Silveira Alves comemorava o oitavo ano do *Folhetim*.

Ao completarmos 8 anos de existência, temos motivos de vibrar e demonstrar imensa alegria, por conseguirmos atravessar as 'turbulências' naturais de uma difícil jornada, ou seja, manter a circulação de um 'jornalzinho' (como muitos carinhosamente ou jocosamente chamam). Este Folhetim (jornal alternativo mensal), circula na safra bem como na entressafra do carnaval, pois estamos aprimorando um garotinho que mete o 'bedelho' aonde estão os profissionais do jornalismo, e dá também modesta contribuição.

Somos realmente carnavalescos, jurados e ex-jurados de carnaval, autodidatas do jornalismo popular, com anos de curso na faculdade das convivências diuturnas nas quadras e barracões de nossas escolas de samba (O JURADO, mar de 2000, p. 2).

Outra questão é destacada pelo editor senhor Carlos Alberto Silveira Alves, como “*ponto de honra*”, e refere-se a uma nova adesão feminina ao grupo de articulistas do *Folhetim*:

Entretanto temo um PONTO DE HONRA, - que é a de procurar qualificar paulatinamente nossa equipe, buscando pessoas que darão melhor qualidade em nossas edições. Razão pela qual, veio juntar-se a nós, para formar dupla com a nossa dama de ouro Vera Costa; a brilhante comentarista NEUSA TELLES, que por certo formarão as 'imbatíveis Damas de Ouro' do jornalismo alternativo de nossa cultura popular.

Temos ou não temos razão de sobra para estarmos eufóricos? Carlos Alberto S. Alves – Editor (O JURADO, mar de 2000, p. 2).

A coluna da nova articulista do *Folhetim*, senhora Neusa Telles, estava intitulada “*Falando Muito Sério*”, e sua primeira manifestação foi sobre “*ONDE ESTÁ A PISTA*”. Notadamente, o jornal popular continuava a fazer campanha sistemática para a construção de uma nova pista para os desfiles de carnaval na cidade.

Plagiando a chamada de um programa TV que procura pelo POLICIAL, resolvemos nos questionar sobre a PISTA DE EVENTOS.

Novamente o Carnaval se aproxima e o assunto se torna tema de todas as rodas da cidade, mesmo entre aqueles que não são carnavalescos. Já nos acostumamos a 'Pista Emergencial – Permanente' da Av. Augusto de Carvalho e suas deficiências (iluminação, espaço, acomodação, etc, etc.). Mas afinal o que impede a efetiva construção ou adaptação para uma pista que responda aos anseios do nosso povo? Vontade política, verbas públicas, ou será que existem 'forças ocultas' que não se interessam pela pista; que apenas participam das reivindicações e depois para o esquecimento, se resguardando do prejuízo que possivelmente teriam com uma pista permanente e confortável?

O povo precisa e quer um local apropriado e seguro para assistir a sua festa maior - o CARNAVAL. E o povo tem direito a este prazer que se repete anualmente e onde ele esquece suas tristezas e problemas por três dias de folia (O JURADO, mar. de 2000, p. 5).

O Diretor Administrativo do “*Folhetim O Jurado*” também denunciava a omissão dos vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, que se posicionaram contra a pista de eventos, e pretendia motivar os leitores a lembrarem-se daqueles que estavam contra uma manifestação da cultura popular, listando a nominata dos políticos contrários:

Na edição de nº 3 do Jornal da Metrô, na coluna de Antonio Carlos Côrtes, da qual gostei muito; está a nominata dos políticos que votaram contra a Pista de Eventos, e que são os seguintes: Geovani Gregol, Pedro Ruas, Luiz Braz, João Antonio Dib, Edi Moreli, Lauro Hagemann, Nereu D'Ávila, Eloi Guimarães, Mário Fraga, Mazaropi, Airtton Ferronato, Clênia Maranhão, Leticia Arruda, Milton Zuanazzi, Jocelin Azambuja, Maria do Rosário, Pedro Américo Leal e Jair Soares.

Amigos se você é carnavalesco e sonha com a Pista de Eventos esqueça os nomes relacionados acima, na hora de votar na próxima eleição... (O JURADO, jan. de 2000, p. 3).

E conclamava o povo carnavalesco a lembrar dos vereadores que estavam a favor da construção da pista.

E, lembrem-se destes que foram a favor; João da Mota, João Verle, Wilton Araujo, Isaac Ainhorn, Luis Negrinho, João Bosco Vaz, Darci Campani, Henrique Fontana, Decio Schauen e Guilherme Barbosa que são os amigos do nosso carnaval e se eles se candidatarem, não os esqueçam, bem como ao nosso incansável presidente Betinho da Imperadores que será candidato e mais forte representante dos carnavalescos, portanto escolha bem para podermos sonhar realmente com a construção da Pista de Eventos.

Eu continuo insistindo que falta **vontade política** para a construção da pista, e sem fugir do **zoneamento** dos locais tradicionais de carnaval. Essa é a obrigação de quem quer realmente construir a mesma, não querendo nos mandar para o tal Porto Seco, que por certo fugirá totalmente das características dos locais da nossa festa, aí eu pergunto: Por que não construíram o Anfiteatro no Porto Seco? E os gauchinhos e seus cavalinhos por que não acampam lá? Seus cavalinhos irão gastar suas lindas ferraduras? Agora os negrinhos podem, os pobres que terão de gastar duas conduções para lá chegarem, que se virem. Pobre é bom só pra trabalhar; diversão só em último caso.

Amigos, espero uma mudança, acho que tem que ser através das urnas.

Nós do Folhetim o Jurado, voltaremos a escrever sobre a **Pista de Eventos** após o carnaval, porém não deixaremos de lembrar em alguns rodapés de páginas: 'E A PISTA DE EVENTOS?' - em todas as nossas edições. Carlos Simplicio Alves – Diretor Administrativo (O JURADO, jan. de 2000, p. 3).

O Diretor Administrativo do “*Folhetim O Jurado*”, descreveu, ou anteviu, o que viria a ser um dado real. Não podemos afirmar que os vereadores que se posicionaram contra a construção da pista tinham idéia do que poderia ocorrer - o deslocamento das atividades

carnavalescas para um local sem a tradição do carnaval. Também nos questionamos se aqueles que se posicionaram a favor tinham a idéia do deslocamento da tradicional festa carnavalesca para o Porto Seco na Zona Norte da cidade. O articulista, com perspicácia alertava para esse fato. Lembramos, aqui, a ocorrência do histórico afastamento da população de menor poder aquisitivo para áreas distantes, o que afetou não somente o aspecto habitação mas o desenvolvimento das suas atividades festivas.

E, de fato, os espaços culturais de outros grupos foram mantidos na orla do Rio Guaíba, como o desfile de Sete de Setembro, da Semana Farroupilha e o acampamento de nome homônimo, onde são construídos piquetes e ocupa o Parque da Harmonia por dois meses. Os organizadores desses eventos negaram-se a realizar essas atividades na pista de eventos inaugurada no ano de 2003²⁸⁴. Assim, a pista chamada de eventos ficou reduzida a atender apenas uma atividade - o carnaval. Diante desse fato, observamos que o racismo e a discriminação se reconfiguram, assumindo uma forma democrática e “politicamente correta”, visto que foram envolvidas as instâncias públicas de discussão, a Justiça, a Câmara de Vereadores, associações de bairro. Só não foram considerados os aspectos históricos de construção de identidade de um grupo, em nome da modernização e valorização dos espaços da cidade. Em relação a esse processo, Hall (2003) cita as ambigüidades do processo em que

a cultura popular tem sempre sua base em experiências, prazeres, memórias e tradições do povo. Ela tem ligações com as esperanças e aspirações locais, tragédias e cenários locais que são práticas e experiências cotidianas de pessoas comuns... o popular, o informal, o lado inferior, o grotesco – eis porque sempre foi contraposta à alta cultura ou cultura de elite e é portanto, um local de tradições alternativas, sendo esse motivo pelo qual a tradição dominante sempre suspeitou profundamente a seu respeito... (HALL, 2003, p. 340).

Outra questão que apareceu na coluna da articulista Neusa Telles, ao falar sobre a propalada pista de eventos, sugeria que a pista se tornasse algo a mais do que um simples

²⁸⁴ Desde que a pista de eventos foi inaugurada, em 2003, não ocorreram outras manifestações culturais naquele espaço além das atividades carnavalescas.

local de exibição de determinada festividade, que fossem realizadas oficinas e cursos profissionalizantes, aliás, proposta sempre presente nas diferentes representações da população negra.

OCUPANDO ESPAÇO

Acabando o carnaval, sempre nos preocupa o pouco aproveitamento do espaço das quadras das Escolas de Samba após o tríduo de Momo. Como aproveitar melhor as quadras? Não seria o caso da Prefeitura ou Governo do Estado usar estes espaços com mais amplitude? Ou seja, as chamadas 'Oficinas de Carnaval' não poderiam funcionar o ano todo? Oficina de re-utilização de material, de aulas de samba, aulas de música (percussão), de escultura em isopor e outros materiais; são algumas sugestões.

Então senhores secretários da cultura e srs. Presidentes de Escolas de Samba, vamos pensar nesta sugestão para 2001? É um projeto que tem retorno em menor tempo do que se pensa, além de baratear e capacitar mão-de-obra para as Escolas e dar noções profissionais para muitos de nossos carnavalescos (O JURADO, mar de 2000, p. 5).

Nesse sentido, há uma questão recorrente nas ações, denúncias e reivindicações da população negra em suas diferentes formas de organização e expressão nos diferentes contextos históricos, no entanto,

que tipo de momento é este para se colocar a questão da cultura popular negra? Esses momentos são sempre conjunturais. Eles têm sua especificidade histórica; e embora sempre exibam semelhanças e continuidades com outros momentos, eles nunca são o mesmo momento (HALL, 2003, p. 335).

Finalizamos a análise d'*O Jurado* em que destacamos o que reconhecemos por estratégias de preservação de identidade, pedagógica e de intervenção, através de suas colunas, transcrevemos, da coluna “*Cantinho do Coração*”, duas poesias que, creditamos, nos ajudam a demonstrar esse entendimento.

NEGRA CONSCIÊNCIA

Bárbara Pereira

Como expressar o que sinto
 como acalmar meu coração
 oh, como eu quisera ter o dom
 da palavra escrita ou falada
 para dizer que não só
 minha consciência é negra
 mas que eu negra sou.
 Sou negra que canta e dança
 sou a cor da alegria
 não quero só fantasia
 Quero toda uma bateria

passando pela avenida
cantando que a consciência é negra
e que a alma não tem cor.
(O JURADO, jan. de 2000, p. 4)

CANTOS E TAMBORES

Ouçó cantos
que não são da senzala
Ouço tambores
Que não são de terreiros
Pressinto passos
de dança negreira
Agitando a massa fagueira
sinto o farfalhar de fantasias no ar
E o Lusco-fusco
de lantejoulas brilhando
Como se luzes fossem
de pirilampos vagando
Vejo tantos fogos pipocando no ar
Colorindo a noite
bordejando o luar
Afinal, que festa é essa
de tanta alegria pungente?
É carnavalesca a grande festa da gente!
Carlos Alberto S. Alves
(O JURADO, mar de 2000, p. 4).

O conteúdo das publicações negras, para alguns, pode parecer que estão restritas apenas a questões festivas e sem um maior comprometimento no que se refere a uma posição de denúncia e política social. Essa forma híbrida de composição constrói contranarrativas e sua interpretação foge dos parâmetros hegemônicos da literatura corrente, segundo Stuart Hall:

Não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por traz delas. Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas inflexões vernaculares e locais; em sua rica produção de contranarrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular 'mainstream', elementos de um discurso que é diferente – outras formas de vida, outras tradições de representação (2003, p. 340).

Neste capítulo o objetivo foi demonstrar as estratégias educacionais das organizações negras ao longo do tempo nas suas diferentes configurações. O propósito foi confirmar que *“as estratégias culturais capazes de fazer diferença são ...aquelas capazes de efetuar diferenças e deslocar as disposições do poder.”* (HALL, 2003, p. 339). Quanto à utilização

de informativos e jornais alternativos populares entendemos que eles nos permitiram um deslocamento em que a voz, a fala, é a expressão dos sujeitos que vivenciaram e vivenciam as realidades a partir de seus lugares culturais ocupados na sociedade. Stuart Hall nos ampara na compreensão desse processo:

A metáfora do discursivo, da textualidade, representa um adiamento necessário, um deslocamento, que acredito estar 'sempre' implícito no conceito de cultura [é] sempre trabalhar com uma área de deslocamento. ... os estudos culturais como projeto, como intervenção, continuarão incompletos. Se você perder contato com essa tensão, poderá produzir ótimo trabalho intelectual, mas terá perdida a prática intelectual como política. ... penso que qualquer pessoa que se envolva seriamente nos estudos culturais como prática intelectual deve sentir, na pele, sua transitoriedade, sua insubstancialidade, o pouco que consegue registrar, o pouco que alcançamos mudar ou incentivar à ação... (HALL, 2003, p. 212-13).

ALGUMAS CONCLUSÕES

Nesta tese recuperamos e analisamos a atuação e as estratégias educacionais de quatro organizações negras em Porto Alegre. O período percorrido teve como baliza a fundação da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, em 1872. As outras organizações pesquisadas foram a Sociedade Beneficente Satélite Prontidão, o Clube Náutico Marcílio Dias e Maria Mulher — Organização de Mulheres Negras. O período de finalização da análise foi ano de 2002, quando ocorreu a reapresentação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 2301.000215/2002-96 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Essa periodização passou, também, pelas diferentes conjunturas políticas e econômicas instauradas no país que, de uma ou outra forma, influenciaram o modelo assumido pelas organizações. Por isso, analisamos a Irmandade do Rosário, surgida antes do período delimitado para o início da pesquisa, mas tem importância por instituir, em seu Compromisso, itens relativos à educação.

Assim, a tese defendida de que as estratégias educacionais criadas e implementadas pelas organizações negras em Porto Alegre, no final do século XIX, e ao longo do século XX, foi cumprida, ou seja, a preocupação com a educação sempre esteve presente nas ações das organizações negras, independentemente da sua configuração, sejam elas de ajuda mútua, bailantes, carnavalescas, esportivas ou organizações não-governamentais.

Para a comprovação desta tese mapeamos as atividades das quatro organizações. Especificamente, identificamos a atuação político-pedagógica de militantes negros, ligados ou não a organizações negras. Coletamos, nas organizações negras sediadas em Porto Alegre,

ações pedagógicas comuns de estratégias e inserção social e as identificamos como forma de preservação de processos identitários da Cultura Negra no Rio Grande do Sul. Apresentamos breve histórico das organizações, nas quais os processos pedagógicos e ações de inserção social criados se multiplicaram. Caracterizamos cada uma delas em sua forma específica de atuação, de ajuda mútua — a Irmandade do Rosário; sociedades beneficentes e sociais — a Floresta Aurora e a Satélite Prontidão; esportiva — o Clube Náutico Marcílio Dias; e organização não-governamental — a Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras. Analisamos, a partir dos relatos das pessoas entrevistadas, a trajetória de militantes negros na defesa, inclusão e preservação de valores histórico-culturais na comunidade negra gaúcha. Incluímos, também, para compor a pesquisa, pessoas — o senhor José Domingos Alves da Silveira e o doutor José Luiz Pereira da Costa — que não estão ligadas diretamente a organizações, na atualidade, mas, através da sua ação individual, atuam na qualidade de guardiães da memória histórica de parte da população negra gaúcha.

Através das hipóteses propostas constatamos que a educação sempre esteve presente nas organizações negras em suas variadas configurações. Além da educação, elas evidenciaram a cultura negra como parte de suas estratégias. As mudanças político-conjunturais impeliram as organizações a construírem ações específicas de direitos, aos quais a população negra estava à margem. Importante também destacar que essas ações, individuais ou das organizações, visavam, prioritariamente, a valorização da cultura, a melhoria das condições da população negra, entretanto, os outros grupos não ficavam à parte nos projetos.

A documentação rarefeita das organizações nos encaminhou para a busca de dados através das entrevistas e de uma documentação, ainda pouco convencional, informativos, panfletos, que nos permitiram extrair elementos que embasaram a construção do objeto de pesquisa e posterior análise. Utilizamos, também, fontes escritas produzidas a partir das

próprias organizações, o que nos possibilitou uma análise da qual depreendemos a visão de mundo por elas defendida. À leitura dessa documentação entrelaçamos os depoimentos colhidos nas entrevistas, o que permitiu detectar formas pessoais de luta que, em um crescendo, ultrapassaram o individual, ampliando o círculo de ações positivas para a coletividade. Isto é, através de estratégias de luta pessoais houve uma tomada de consciência de ser e estar no mundo, conectando-a a uma militância direcionada ao grupo mais amplo.

Com base na análise do geógrafo Milton Santos, a corporeidade desta tese está representada nas organizações das quais destacamos os dados objetivos e também dos relatos das pessoas entrevistadas para a realização do presente estudo; a individualidade está representada na subjetividade dos entrevistados através de suas memórias, da tomada de consciência para preservar processos identitários; a partir da tomada de consciência de ser e estar no mundo as estratégias construídas são convertidas no sentido de romper o círculo vicioso da exclusão em que, historicamente, parte significativa da população negra esteve - e ainda está - inserida, e buscar formas de intervenção política para fazer cumprir institucionalmente a cidadania a que todos têm direito.

Ao pesquisarmos as estratégias educacionais construídas pelas organizações negras pretendemos dar visibilidade a um processo que historicamente foi suprimido. Desta forma, ao chegarmos ao século XXI, quando Políticas Afirmativas são implementadas para equalizar a situação da população negra na sociedade brasileira, afirmamos que este não é um processo “vindo de cima, uma decisão governamental”. É muito mais, é resultado de um longo processo construído por muitos e que atravessou séculos. Romper as barreiras do círculo vicioso da cultura conservadora brasileira demandou mais do que uma simples medida política consubstanciada em uma lei.

Dar vida aos sujeitos, a partir de seus lugares culturais, nos leva a abrir novas perspectivas, novas formas de ver o mundo de descobrir outros caminhos de investigação. Dessa forma, julgamos estar contribuindo, mesmo que minimamente, para fomentar novas pesquisas e, que elas, assim como esta, tenham o alcance de intervir e criar tanto intelectualmente quanto politicamente outra concepção de mundo, no qual haja a distribuição equânime dos bens sociais a que todos os grupos têm direito, como reza a Constituição Brasileira. Chamamos a atenção, igualmente, para o fato de que ao nos dispormos a registrar as estratégias educacionais construídas pelas organizações negras pretendemos recuperar uma parte da história – também uma parte da nossa história - que estava à espera de ser desvendada.

À guisa de conclusão, temos presente que este estudo não se esgota aqui; muitas dimensões poderiam ter sido mais exploradas. Assim sendo, na perspectiva de que o conhecimento é fluxo contínuo, desejamos que este estudo possa contribuir para outras investigações, para ampliar discussões, e que a história da população negra brasileira, em todas as suas dimensões, deixe de ser um “tabu” e se transforme em tema corrente em todas as áreas do conhecimento e da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADÃO, Jorge Manoel **O negro e a educação: movimento e política no estado do Rio Grande do Sul (1987-2001)**. Porto Alegre, 2002. Dissertação de Mestrado. FAGED/UFRGS.
- ALBERTI, Verena **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, 1989. Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil.
- ANGELUS, Elói Dias dos. “O negro na atualidade brasileira”. In: FLORES, Moacyr (Org.). **Cultura afro-brasileira**. Porto Alegre: EST, 1980.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Políticas públicas para mulheres no Brasil: balanço nacional cinco anos após Bejinho**. Brasília: AMB, s/d.
- ASSUMPÇÃO, Euzébio; MAESTRI, Mário (Orgs.). **Nós os afro-gaúchos**. 2. de. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- ASSUNÇÃO, Kizzy da Silva. **Patrimônio Imaterial: A representatividade de um território a memória da Cidade de Porto Alegre – Ilhota**. Porto Alegre: PPG em Planejamento Urbano Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos, 2005. Monografia de Especialização.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. **Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre a cota racial, raça e racismo**. São Paulo: Annablume, 2004.
- BAIROS, Luiza. **A mulher negra: reforço da subordinação**. In: **Desigualdade Racial no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1991, p. 177-193.
- _____. **Nossos feminismos revisitados**. In: **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCH/URFJ, 1995, nº 2, v.3.
- BACZKO, Banishau. “Utopia Imaginação social”. In.: **Enciclopédia Einaudi (Anthropos-Homem)**. Lisboa: Imprensa Casa Nacional da Moeda, 1985.
- BAKOS, Margaret; e BERND, Zilá. **O negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- _____. BERND, Zilá. **Qual a questão da negritude?** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BANTON, Michael. **Raça – como classificação**. In: CASHMORE, ELLIS (Org.). **Dicionário das relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000, p. 447-463.
- BARBOSA, Márcio, (Org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos/entrevistas e textos**. São Paulo: Quilomboje, 1998.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Prática política e discriminação racial**. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro:
- BAREA, Dom José. **História da Igreja Nossa Senhora do Rosário**. Porto Alegre: EST, 2004.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. 3ª ed. Trad. Júlio Castañan Guimarães. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.
- BERTÚLIO, Dora. **Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo**. Florianópolis, 1989. Dissertação de Mestrado. UFSC

- BITENCOURT JÚNIOR, Yosvaldyr Carvalho. *Os negros de Porto Alegre e a questão da identidade étnica*. In: ASSUMPCÃO, E.; MAESTRI, M. (Orgs.). **Nós os afro-gaúchos**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 149-155.
- BOBIO, Norberto, *et al.* **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOLETIM DIEESE. **Os números da desigualdade racial no Brasil**. Porto Alegre: Ed Especial, nov. 2001.
- BHABHA, Homi K. **Local da cultura**. Trad. Miriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular 40 anos depois*. In.: **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). **Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Zarhar Editores, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CARNEIRO, Edson. **Ladinos e crioulos** (estudos sobre o negro no Brasil). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1964.
- CASTANHO, M. Regina & NUNES, M. Regina. “A Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito”. In: FLORES, Moacyr (org.). **Cultura afro-brasileira**. Porto Alegre: EST-SLB, 1980.
- CASTRO, Carmen Lúcia Santos. **Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (Século XIX)**. Porto Alegre, 1994. Dissertação de Mestrado. IFCH-PUCRS.
- CHAGAS, Conceição Corrêa das. **Negro uma identidade em construção: dificuldades e possibilidades**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrik e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise de discurso**. Trad. Fabiaba Komesu. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CLAVELIN, Isabel: “*Direção do Codene tem mandato prorrogado: militantes negros asseguram processo democrático de novos conselheiros*”. **Conexão Negra**. Porto Alegre: Ano 1, nº 2 – jan-fev-mar 2003, p. 8.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola*. In: ROMÃO, Jeruse, *et al.* **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos negros, 1999, nº 06.
- CENTRO DE ARTICULAÇÃO DAS POPULAÇÕES MARGINALIZADAS-CEAP. Rio de Janeiro, s/d.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1**. Artes de Fazer. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 46-47.
- CONSTITUINTE ESCOLAR. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação/RS, jan 2000.
- CESAR, Guilhermino. “O batuque proibido”. In: **Correio do Povo**, “Caderno de Sábado”, Porto Alegre, 03 de abril de 1976.

- CUNHA JR, Henrique. “Africanidade, Afrodescendência e Educação”. In: **Educação em Debate**. Fortaleza: Ano 23, v. 2, nº 42, 2001, p. 5-15.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP. 2006.
- DUARTE, Eliane Pereira. **Floresta Aurora: fundação e função até 1988**. Porto Alegre, nov.1986. 6 p. Monografia. PUCRS.
- EDGAR, Andrew e SEDGWICK, Peter. **Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo**. Trad. Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FAGUNDES, Fabrício. “Doutor Elói dos Angelos – um batalhador”. In: **Concurso Personalidades Negras do Rio Grande do Sul**. PEREIRA, Lúcia Regina (Org.). Porto Alegre: Maria Mulher, 2006, p. 47-48).
- FERREIRA, Antônio Mário. **Na própria pele: os negros no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro da sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos Negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- FREIRE, Paulo. **À sombra da mangueira**. 3. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 174, nota nº 2.
- HALL, STUART. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (Org.). Trad. Adeleine La Guardiã Resende...[et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 8ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. Este artigo constitui o capítulo 5 da obra *Media and Cultural Regulation*, da série organizada pela Open University denominada *Culture, Media and Identities*. Disponível na Internet via WWW URL: http://www.educacaoonline.pro.br/art_a_centralidade_da_cultura.asp. Capturado em 15/03/2005, 11:40:39.
- HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle, *Raça e oportunidades educacionais no Brasil*. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n.73, 5-12, maio 1992.
- HASSE, Geraldo e KOLLING, Guilherme. **Lanceiros Negros**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2005.

- HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Trad. Dilson Bento de Faria Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2001.
- KERSTING, Eduardo Henrique. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGH, 1998. Dissertação de Mestrado. Orientadora Drª Sandra Jatahy Pesavento. 221p.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.
- LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Trad. Henrique Augusto de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LEITE, Miriam Monteiro. *Fotografia*. In.: **Ciência Hoje**. Vol. 7, nº 39, s/d.
- _____. *A imagem através das palavras*. In.: **Ciência e Cultura**, 39 (9), setembro, 1986.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre: IFCH-PPGS/UFRGS, 1999, vol. 1. (2 vol).
- LOPES, Helena Theodoro, *Axé e vida*. In.: **Estudos Afro-Asiáticos**, nº 12, ago de 1986. Seminário: “O pensamento de Esquerda e a Questão Racial”, p. 39-62.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LOPES, Nei. **Bantos, Malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- MACHADO, Nara H. N. “*A Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos*”. In: “Anais do I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra”. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, XVI(1,2):189-196, jul-dez, 1990.
- MARQUES, Elenir Gularte & VIEIRA, Ricardo de Oliveira. **Sociedade Floresta Aurora: um símbolo de resistência negra**. Porto Alegre: Porto Alegre: Faculdades Porto-Alegrense/FAPA, 2003. Monografia Curso de Especialização em História Afro-Asiática.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. **Antônio Leite, artista fotógrafo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: O Reinado do Jatobá**. São Paulo: Perspectiva: Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- MELLO, Marco Antônio Lírio de. **Reviravoltas, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1994.
- MENDONÇA, Maisa; BENJAMIN, Medea. **Benedita**. Rio de Janeiro: Muad, 1997.
- MONTI, Verônica A. **Abolicionismo: a sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- MOURA, Clóvis . **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- _____. **A rebelião da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ática, 1972.
- MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920**. Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCRS.

- MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e políticas de combate à discriminação no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Ciência, 1996.
- _____. (org). **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.
- _____. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NUNES, Margarete Fagundes (org.). **Diversidade e políticas afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: Fevale, 2005.
- OLIVEIRA, Darcy de; OLIVEIRA, Rosisca. *Pesquisa social e educação*. In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude**. Niterói Intertexto, 1999.
- O Povo Negro no Sul**. Associação Rio-Grandense de Imprensa/Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora. Porto Alegre: 2002.
- PAIXÃO, Marcelo. *Muito além do pastoreio: a presença negra no Rio Grande do Sul*. In: **Conexão Negra**. Porto Alegre: Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE. Ano I, nº 3 – abr/mai/jun 2003, p. 13-14.
- PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. São Paulo, 1993. 496 p. Tese de Doutorado. DAFFLCH/USP.
- PEREIRA, Eliane Duarte. **Floresta Aurora: fundação e função até 1888**. Porto Alegre, nov.1986. Monografia de Bacharelado. IFCH/PUCRS.
- PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **A fotografia na reconstituição histórica**, Porto Alegre, ago 1991. Relatório de Pesquisa. IFCH – Departamento de Ciências Sociais/PUCRS.
- _____. **Escola Santo Antônio do Pão dos Pobres: retratos de uma instituição: 1950-1970**. Porto Alegre, dez 1991. Monografia de Bacharelado. IFCH – Departamento de História/PUCRS
- _____. *Educação Afro-Brasileira e Educação Popular: Resgate Histórico de instituições Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1874-2002)*. In: **Anais do X Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. Gramado, 2 e 4 de junho de 2004, p.204-214.
- _____. **Concurso Personalidades Negras do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Maria Mulher, 2006.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Camp, 2001.
- QUNTÃO, Antônia Aparecida. **Irmandades Negras: espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)**. São Paulo: Annblume: FAPESP, 2002.
- RAMOS, Arthur. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- REVISTA **Eparrei**. Santos/SP: Casa da Cultura de da Mulher Negra. Ano II – nº 4, 1º semestre/2003.

- ROMÃO, Jeruse,(org). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- _____. **Educação popular Afro-Brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1999. (Série Pensamento Negro em Educação, nº 5).
- _____. Et ali. *Samba não se aprende na escola*. In.: _____. et ali. **Negros e currículo**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1999.(Série Pensamento Negro em Educação, nº 2)
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Raça e desigualdade no Brasil*. In.: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.
- SAFFIOTI, Heleith I. B., **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Brasília: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Brasília, 2007. Tese de Doutorado.
- SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- SANTOS, Irene (org.). **Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre/Secretaria Municipal da Cultura, 2005.
- SANTOS Joana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o culto Ègun na Bahia**. 11. ed. Trad. Universidade da Bahia. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-19400)”. Porto Alegre: FFCH/PUCRS, 2004. Tese de Doutorado, vol 1 . (2 vol).**
- SILVA, Ana Célia. *Movimento Negro Brasileiro: e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial*. In: **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador. V.11, n.17, p. 139-151, jan./jun. 2002.
- SILVA, Cármen, et al. *De como a escola participa da exclusão social: trajetória de reprovação das crianças negras*. In. ABRAMOVICWICZ, Anete (Org.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus,1997.
- SILVA, Joselina. *A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro anos 40 e 50*. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, São Paulo: ano 25, nº 2, 2003, pp. 215-235.
- SILVA, Luiz (CUTI) da. **E assim disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1992.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Histórias de operários negros: contribuição para o estudo do operário negro no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.
- _____. *Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre os afrodescendentes e africanos*. In.: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, et al (Orgs.) **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EDUFSCar, 2003.
- _____. e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

- SIQUEIRA, M. de S. “*Gênero e racismo*”. In: SABÓIA, G. V. (org). **Anais de seminários regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001, p. 419-447.
- SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Trad. Joaquim Paiva. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.
- SCHENEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.
- SCHUMAHER, Schuma. **Gogó de Emas: a participação das mulheres no Estado de Alagoas**. Rio de Janeiro: REDEH e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- STACCONE, Giuseppe. **Gramsci – 100 anos: Revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- VALLE, Nelson. “*Morenidade: modo de usar*”. In.: **Estudos Afro-Asiáticos** (30): 79-95, dezembro de 1996.
- VANSINA, J. *A tradição oral e sua metodologia*. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África**. Trad. Beatriz Turquetti, et al. São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1982. p. 157-178.
- TORRES, Luiz Henrique. **Carlos Santos: trajetória biográfica**. Porto Alegre: CORAG, 2004.
- TRIUMPHO, Vera (Org.). **Rio Grande do Sul: aspectos da negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991.

JORNAIS E PERIÓDICOS

- Boletim Maria Mulher** (1987).
- Boletim Informativo Agentes de Pastoral Negros APNs/RS - Coletivo Estadual de Educadores Negros** (2003).
- Conexão Negra: política economia e cultura**. Ano I, nºs 01, 02, 03. Porto Alegre: CECUNE, 2002/2003.
- Diário de Notícias** (1949 a 1956)
- Diário Oficial do Estado** (25/04/2002) Lei nº 11.901. de 25 de abril de 2002, “Dispõe sobre a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e dá outras providências”.
- Folha da Tarde** (1949 a 1956).
- Jornal de Rio Pardo** (mai.1954).
- Jornal “União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil”** (dez. 1948)
- “De escravo a Liberto; um difícil caminho”** – Jornal distribuído pela Secretaria de Estado da Educação/RS (1988).
- Informativo **A voz Maciliense** (1953 a 1954).
- Informativo **“Em Dia”, Marcílio Dias** (1954 a 1956).
- Informativo **O Jurado** (jan. a set 2000).
- Informativo **Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora** (2002).
- Documento **Comunidade Negra: Valorização e Desenvolvimento Proposta para Discussão**. Porto Alegre: Organização Fórum Intersecretarial do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra/ RS, 2000/2001.
- História Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: CEEE, agosto de 1996.

ENTREVISTAS

José Alves de Bitencourt (Lua). **Grupo de Trabalho Angola Janga**. [Porto Alegre], mar. 2006. Entrevista concedida à Sônia Ribeiro.

José Domingos Alves da Silveira. **Pesquisador Popular**. [Viamão/RS], 21 mai. 2005. Entrevista concedida à Lúcia Regina Brito Pereira.

Dr. José Luiz da Costa. Clube **Clube Náutico Marcílio Dias**. [Porto Alegre/RS], 24 mar. 2006. Entrevista concedida à Lúcia Regina Brito Pereira.

Maria Conceição Lopes Fontoura. **Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras**. [Porto Alegre/RS], 1º dez. 2005. Entrevista concedida à Sônia Ribeiro.

Maria Noelci Teixeira Homero. **Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras**. [Porto Alegre/RS], 28 dez. 2005. Entrevista concedida à Sônia Ribeiro.

Nilo Alberto Feijó. **Associação Satélite Prontidão**. [Porto Alegre/RS] Entrevista Concedida à Sônia Ribeiro.

Oliveira Silveira. **Grupo Palmares**. [Porto Alegre/RS], 21 nov. 2005. Entrevista concedida à Sônia Ribeiro.

Vanda Maria Menezes da Rosa. **Secretaria da Mulher do Estado de Alagoas**. [Brasília/DF], 15 jun. 2005. Entrevista concedida à Lúcia Regina Brito Pereira.

DOCUMENTOS

Floresta Aurora (atas).

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Leis e Decretos – 1872 Regulamento da Instrução Pública Primária do Rio Grande do Sul.

Leis Decretos – 1873 – Dispensa de Pagamento Escola Normal.

Lei n. 853 de 26 de março de 1873 - Compromisso da Irmandade do Rosário.

Arquivo Histórico Moisés Vellinho.

Atas de Vereança 1867-1872 (1870 - 7ª sessão) (1870 –2ª sessão).

1872-1877 (1873: p. 45; 48) (1874: p. 116) (1875: p. 123) (1877: p. 01; 192) (1878: p. 28). (1936 –1937).

Processo nº 522 - Isenção de Imposto Predial Solicitado a Câmara - 1936.

Processos nºs 755; 781; 1433; 1433;1536; 258; 1660.

Processo Instituto Espírita Amigo Germano - Isenção de Imposto Predial Solicitado a Câmara – 1964.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Revista do IRHGRS I e II trimestres Ano IV – (1924: p.153,154, 156, 157, 158, 160, 161, 206, 207, 225,226,).

BIBLIOGRAFIA GERAL

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Ensaio de Antropologia**. Salvador: Progresso, 1959.

BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1996.

BENTO, Cláudio Moreira. **O negro e seus descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul 1635-1975**. Porto Alegre: GRAFOSUL, 1976.

CARDOSOSO, Paulino de Jesus Francisco Cardoso. **Negros em Desterro**, Experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860/1888. São Paulo: PPG em História/PUC/SP, 2004. (Tese de Doutorado)

CUNHA JR. **Tear Africano: contos afrodescendentes**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

BAKOS, Margaret. **RS: escravidão & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. **Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul**. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, V XI, (91-2), p. 47-56, jul.-dez, 1990.

BERRIEL, Maria Maia de Oliveira. **A identidade fragmentada: as muitas maneiras de ser negro**. São Paulo, 1989. Tese de Doutorado. USP.

BOZIC, Giovanni. **Cosmovisão africana: fundamentos filosófico-religiosos para o homem do ano 2000**. Porto Alegre: 1974. Tese de Livre Docência. PUCRS.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O negro hoje visto pelo branco agora**. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: n. 17, 5-28, set. 1989.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. **Trabalho: a escola do trabalhador**. Porto Alegre: PPG em Educação, UFRGS, 1993. Tese de Doutorado.

FERNANDES, Florestan. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1962.

FLORES, Hilda (Org.). **Porto Alegre: História e Cultura**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

_____. **A Revolução Farroupilha**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- _____. **Negros na Revolução Farroupilha:** traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: EST, 2004. (Raízes Africanas: v. 4).
- FREITAS, Décio. **Insurreições escravas.** Porto Alegre: Movimento, 1973.
- IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo:** apogeu e crise da escravidão no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- _____. **Raças e classes no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense (1835-1845).** Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.
- LEVINE, Robert M e MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Cinderela Negra:** a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- MAESTRI FILHO, Mário. **O escravo gaúcho:** Resistência e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho.** Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.
- _____. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas.** Porto Alegre: PUCRS, 1979.
- MATTOS, Wilson Roberto de. **Práticas culturais religiosas negras em São Paulo.** Do território constituído ao território conquistado. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCSP.
- MEIHY, J.C.S.B. (org.). **Antologia pessoal.** Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- MORTARI, Cláudia. **Os homens Pretos do Desterro:** um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Porto Alegre, 2000 Dissertação. Mestrado. PPGH/PUCRS.
- MORAES, Paulo Ricardo de. **João Cândido:** escravo, marinheiro e comandante da revolta que aboliu a chibata na Marinha Brasileira. Porto alegre: Tchê/RBS, 1984.
- MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Editora Anita, 1994.
- _____. **A rebelião da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ática, 1972
- PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- _____. **A emergência dos subalternos:** trabalho livre e a ordem burguesa. Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS, 1989.
- SANTOS, Gevanilda Gomes. *O mito da democracia no currículo escolar.* In.: ROMÃO, Jeruse, et al. **Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural.** Florianópolis: Núcleo de Estudos negros/NEN, 1998.

SANTOS, Nádja dos. **Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras 1897-1967**. Porto Alegre, 1998. Dissertação de Mestrado. IFCH/PUCRS.

VELHO, Gilberto (org.). **Sociologia da Arte, IV**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

WEIMER, Günter. **O trabalho escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

ANEXOS

Anexo 1

Digitalização dos Informativos do Clube Náutico Marcílio Dias, oferecido pelo Senhor José Luiz da Costa a partir do material disponibilizado do arquivo pessoal do senhor José Domingos Alves da Silveira.

ANEXO 2

Os documentos que seguem são comprobatórios da existência das duas sociedades:

“DATA DA FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE DE DANÇA FLORESTA AURORA

Esta sociedade de dança dá a partida na noite de 31 decorrente, no salão junto a sociedade filantrópica, em frente à Câmara municipal, e é em comemoração ao décimo primeiro aniversário da sociedade.

Pede-se aos excelentíssimos senhores e senhoras a quem foram enviados convites que não deixem de comparecer, e igualmente aos senhores sócios que não se acham em dia com a mesma sociedade.

A partida terá começo às 9 horas da noite, com o hino da sociedade.

Não terá ingresso no salão todo o convidado que não apresentar seu cartão de convite ou o cartão provando que está quite com a sociedade.

Porto Alegre, 28 de dezembro de 1882.

O diretor: Polidoro Antonio de Oliveira

Adjuntos: Paulo Batista e João da Silva

Diretoras: Isaura da Conceição, Paulina das Chagas e Maria José Salgado.

O Secretário Luis J. Pereira

O Mercantil – 2º Semestre Dezembro/1882.

DATA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE MUSICAL FLORESTA AURORA

Esta sociedade comemora o seu 6º aniversário mandando celebrar uma missa no dia 25 do corrente, às 9 horas da manhã, na igreja Nossa Senhora da Conceição ao Senhor do Bom Fim protetor da mesma sociedade e para este ato convida a todos os sócios e suas famílias e depois a mesma se procederá a eleição para a nova diretoria que tem que vigorar ao ano de 1883 a 1884 e à noite a mesma banda fará um passeio.

Porto Alegre, 27 de julho de 1883.

Batista Trindade

Floresta Aurora Sociedade de Dança

Esta sociedade convida a seus sócios que se acham em dia com a mesma para amanhã, 25 do corrente às 10 horas se proceder a eleição da nova diretoria que tem que servir no ano próximo vindouro de 1884.

Porto Alegre, 24 de dezembro de 1883.

O Secretário B. Trindade - 'Gazeta Mercantil' – 2º semestre – Dezembro/1883

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA FLORESTA AURORA

Resultado da eleição a que procedeu no dia 24 de dezembro de 1882.

Presidente – Bernardino M. dos Santos

Vice-presidente – Fortunato José da Silva

1º Secretário – José Caetano da Rosa

2º dito – Manoel Conceição... Thesoureiro – Isidoro F. Xavier da Silva

Procurador – Paulo Maximiliano

Diretores – Candido Maximiliano, Abel J. Alves, João Gomes, Paulo Batista, Pudalípio Felix de Almeida, Theodoro Fortunato da Silva.

Comissão de Contas – Polidoro A. de Oliveira

(relator) Casemiro Luciano de Freitas e José Paulo Dias.

Jornal 'O Mercantil' – Dezembro/1882.

FLORESTA AURORA

Esta sociedade convida aos senhores sócios para domingo, 24 do corrente, às 10 horas da manhã, se reunirem na casa das sessões à Travessa Paysandú, número 18 para se proceder a eleição da nova diretoria que tem que vigorar no próximo ano de 1883 e previne aos senhores sócios que estiverem atrasados em suas mensalidades ou jóias de entrada que não votam nem serão votados.

Para evitar qualquer dúvida achar-se-á o tesoureiro com o livro de matrícula e o senhor procurador.

Porto Alegre, 21 de dezembro de 1882.

O 2º Secretário Fortunato José da Silva

Jornal 'O Mercantil' - Dezembro de 1882”. Conforme DUARTE, 1986.

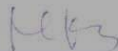
ANEXO 3

Declarações dos entrevistados.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Apresentação

Vimos através desta, apresentar a professora mestre Lúcia Regina Brito Pereira, doutoranda no Curso de História desta universidade e, bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford, ora desenvolvendo o projeto de tese, "*Educação Afro-Brasileira e Educação Popular: Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1874-2002)*", a fim de que a mesma possa desenvolver o seu trabalho de pesquisa neste estabelecimento.



Profª Drª Margaret Marchiori Bakos – Orientadora

Ciente:

Assinatura do/a coordenador/a da organização

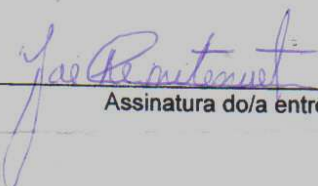
Local e data:

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Declaração

Declaro para os devidos fins que estou ciente do desenvolvimento da pesquisa intitulada "Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (18872-2002), realizada pela doutoranda Lúcia Regina Brito Pereira, estudante no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.

Para tanto, permito e autorizo a utilização e edição da entrevista por mim concedida para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.

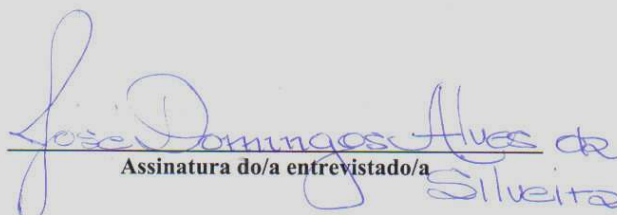

Assinatura do/a entrevistado/a

Local e data: POA, 14 DE DEZEMBRO DE 2002

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que estou ciente dos objetivos da pesquisa intitulada "*Educação Afro-Brasileira e Educação Popular: Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1874-2002)*" de autoria da doutoranda do PPPH/PUCRS, Lúcia Regina Brito Pereira e bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford. E, para tanto, permito e autorizo a utilização e edição da entrevista por mim concedida para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.


Assinatura do/a entrevistado/a

Local e data:

Porto Alegre, 21 de maio de 2005

Dr. José Luiz

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que estou ciente dos objetivos da pesquisa intitulada "*Educação Afro-Brasileira e Educação Popular: Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1874-2002)*" de autoria da doutoranda do PPPH/PUCRS, Lúcia Regina Brito Pereira e bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford. E, para tanto, permito e autorizo a utilização e edição da entrevista por mim concedida para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.



Assinatura do/a entrevistado/a

Dr. José Luiz Costa

Local e data:

Porto Alegre, 24 de março de 2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Apresentação

Vimos através desta, apresentar a professora mestre Lúcia Regina Brito Pereira, doutoranda no Curso de História desta universidade e, bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford, ora desenvolvendo o projeto de tese, "*Educação Afro-Brasileira e Educação Popular: Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1874-2002)*", a fim de que a mesma possa desenvolver o seu trabalho de pesquisa neste estabelecimento.



Prof.ª Dr.ª Margaret Marchiori Bakos – Orientadora

Ciente:



Assinatura do/a coordenador/a da organização

Eliniane / Secretária

Floresta Aurora

Local e data:

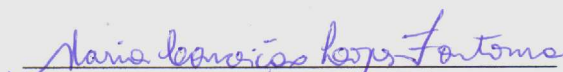
Porto Alegre, 27 de Janeiro de 2007.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Declaração

Declaro para os devidos fins que estou ciente do desenvolvimento da pesquisa intitulada "Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1887-2002)", realizada pela doutoranda Lúcia Regina Brito Pereira, estudante no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.

Para tanto, permito e autorizo a utilização e edição da entrevista por mim concedida para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.


Assinatura do/a entrevistado/a

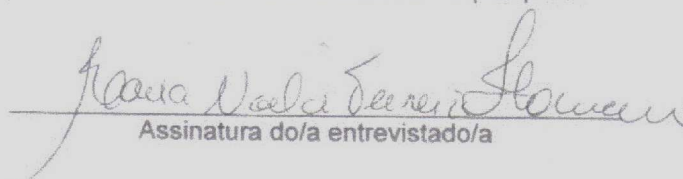
Local e data: *Porto Alegre, dezembro de 2005*

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Declaração

Declaro para os devidos fins que estou ciente do desenvolvimento da pesquisa intitulada "Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1887-2002)", realizada pela doutoranda Lúcia Regina Brito Pereira, estudante no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.

Para tanto, permito e autorizo a utilização e edição da entrevista por mim concedida para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.


Assinatura do/a entrevistado/a

Local e data: Porto Alegre, 28 de dezembro de 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que estou ciente dos objetivos da pesquisa intitulada "*Educação Afro-Brasileira e Educação Popular: Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1874-2002)*" de autoria da doutoranda do PPPH/PUCRS, Lúcia Regina Brito Pereira e bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford. E, para tanto, permito e autorizo a utilização e edição da entrevista por mim concedida para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.



Assinatura do/a entrevistado/a

Sr. Nilo Alberto Felício

Local e data:

Porto Alegre, 30/10/2002

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Declaração

Declaro para os devidos fins que estou ciente do desenvolvimento da pesquisa intitulada "Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1887-2002)", realizada pela discente Lúcia Regina Brito Pereira, estudante do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E, Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Fapesp. Para tanto, permito e autorizo a utilização e edição da entrevista por mim conduzida para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.



Professora Oliveira Silveira
Assistente da entrevista



Lúcia Regina Brito Pereira

Local e data: